



Luciana Pelaes Mascaro
Ricardo Silveira Castor
(organizadores)

PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA

PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA



UFMT

**Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso**

Reitora

Myrian Thereza de Moura Serra

Vice-Reitor

Evandro Aparecido Soares da Silva

Coordenador da Editora Universitária

Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica

Ana Claudia Pereira Rubio

Conselho Editorial



Membros

- Renilson Rosa Ribeiro (Presidente - EdUFMT)
Ana Claudia Pereira Rubio (Supervisora - EdUFMT)
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (FEF)
Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO)
Carla Reita Faria Leal (FD)
Divanize Carbonieri (IL)
Elisete Maria Carvalho Silva Hurtado (SNTUF)
Elizabeth Madureira Siqueira (UHGD)
Evaldo Martins Pires (ICNHS - CUS - Sinop)
Hélia Vannucchi de Almeida Santos (FCA)
Ivana Aparecida Ferrer Silva (FACC)
Joel Martins Luz (CUR – Rondonópolis)
Josiel Maimone de Figueiredo (IC)
Karyna de Andrade Carvalho Rosetti (FAET)
Léia de Souza Oliveira (SINTUF/NDIHR)
Lenir Vaz Guimarães (ISC)
Luciane Yuri Yoshiara (FANUT)
Mamadu Lamarana Bari (FACC)
Maria Corette Pasa (IB)
Maria Cristina Guimaro Abegao (FAEN)
Mauro Lúcio Naves Oliveira (IENG - Várzea Grande)
Moisés Alessandro de Souza Lopes (ICHS)
Neudson Johnson Martinho (FM)
Nilce Vieira Campos Ferreira (IE)
Odorico Ferreira Cardoso Neto (ICHS - CUA)
Oswaldo Rodrigues Junior (DEP/HIS)
Pedro Hurtado de Mendoza Borges (FAAZ)
Regina Célia Rodrigues da Paz (FAVET)
Rodolfo Sebastião Estupiñán Allan (ICET)
Sérgio Roberto de Paulo (IF)
Wesley Snipes Correa da Mata (DCE)
Zenesio Finger (FENF)

Coleção Fronteiras do Patrimônio Cultural: preservação como fortalecimento das identidades e da democracia - Volume I

Luciana Pelaes Mascaro
Ricardo Silveira Castor
(organizadores)

PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA



Cuiabá, MT
2019

Copyright (c) Luciana Pelaes Mascaro e Ricardo Silveira Castor (organizadores), 2019.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº9.610/98.

A EdUFMT segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P314

Patrimônio como política [recurso eletrônico] / Luciana Pelaes Mascaro, Ricardo Silveira Castor (organizadores). – Cuiabá: EdUFMT, 2019.
558 p. : il. (algumas color.) – (Coleção Fronteiras do Patrimônio Cultural : preservação como fortalecimento das identidades e da democracia ; v. 1)

Formato da obra: E-Book.
Modo de acesso: Word Wide Web
ISBN 978-85-327-0913-4

1. Patrimônio cultural – Políticas públicas. 2. Patrimônio cultural – Cuiabá (MT). 3. Patrimônio histórico – Mato Grosso. 4. Patrimônio cultural material – Preservação. I. Mascaro, Luciana Pelaes, org. II. Castor, Ricardo Silveira, org. III. Série.

CDU 719:321(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFMT.

Coordenação da EdUFMT: Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica: Ana Claudia Pereira Rubio

Revisão Textual e Normalização: Luciana Pelaes Mascaro e Ricardo Silveira Castor

Diagramação & Arte da Capa: Fernanda Safira Soares Campos

APOIO:



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367
Boa Esperança. CEP: 78.060 - 900 - Cuiabá, MT.
Contato: www.editora.ufmt.br
Fone: (65) 3313-7155



APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

O Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (CICOP) consiste em uma organização privada e sem fins lucrativos que visa fomentar a solidariedade e a cooperação internacional em prol da proteção, conservação, restauração, gestão e promoção do Patrimônio Cultural; propõe-se também a incentivar estudos, pesquisas e o intercâmbio de informações para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Mundial. O CICOP é constituído pela Federação Internacional dos Centros CICOP de Europa e América, sediada na cidade de San Cristobal de La Laguna, Tenerife, Espanha.

O Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado é promovido pelo CICOP a cada dois anos, em um dos países associados, tendo como tema geral questões pertinentes ao estudo e a salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial. Para sua organização, conta com a cooperação de instituições públicas ou privadas. Desde 1992, quatorze congressos foram realizados: Tenerife, Espanha (1992); Mar del Plata, Argentina (1994); Granada, Espanha (1996), La Habana, Cuba (1998); Florença, Itália (2000); San Bernardino, Paraguai (2002); Yaiza, Espanha (2004); Buenos Aires e Salta, Argentina (2006); Sevilha, Espanha (2008); Santiago, Chile (2010); Cascais, Portugal (2012); Bauru, Brasil (2014); Tetuan, Marrocos (2016), Matera, Itália (2018). A cidade de Granada, na Espanha, deve abrigar o congresso seguinte, previsto para 2020.

A sede brasileira do Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio (CICOP-Brasil) foi registrada oficialmente em dezembro de 2009, com a finalidade de promover a proteção do patrimônio cultural do país, em conformidade com os objetivos e

ideais da matriz espanhola. Com esse propósito, o CICOP-Brasil organizou nos dias 26 e 27 de setembro de 2013, na cidade de Bauru (SP), o “I Colóquio sobre a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico e Urbano”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNESP (PPGARQ). Em 2014, promoveu o “XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado”, realizado em Bauru (SP) entre os dias 21 e 24 de outubro sob a organização da PPGARQ/UNESP e auxílio financeiro do CNPq e da FAPESP. Além de trabalhos na forma de comunicação oral, esse evento contou com palestrantes de significativa relevância nacional e internacional, pelas suas pesquisas, publicações e atuações na preservação do patrimônio cultural. Foram realizadas, ainda, visitas monitoradas a antigas fazendas cafeeiras de São Carlos e Jaú, ao centro histórico de Bocaina e ao patrimônio urbano da cidade de São Paulo e de Bauru. Nos dias 19 e 20 de novembro de 2015, também na cidade de Bauru, o CICOP Brasil organizou o “II Colóquio sobre a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico e Urbano”, promovido pelo PPGARQ/UNESP. A programação incluiu conferências ministradas por profissionais de expressão nacional com destacada atuação na área do patrimônio, além de oferecer oficinas em metodologia de pesquisa aplicada à proteção e documentação de bens culturais. Todos esses eventos científicos envolveram pesquisadores, alunos de pós-graduação, graduação e parcelas mais amplas da sociedade (arquitetos, engenheiros, historiadores, arqueólogos, geógrafos, advogados, entre outros) nos debates em torno de suas respectivas linhas temáticas, relacionadas sempre ao patrimônio cultural brasileiro e suas formas de preservação.

Em 2017, a Universidade Federal de Mato Grosso organizou o primeiro evento em âmbito nacional do CICOP-Brasil, o “I Congresso

Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: Fronteiras do Patrimônio”, entre os dias 03 e 06 de outubro na cidade de Cuiabá. Organizado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia (FAET), o evento contou com seis renomados conferencistas, uma centena de trabalhos expostos, oficinas técnicas variadas e visitas guiadas aos principais sítios e monumentos históricos da região. Durante quatro dias, aproximadamente 140 participantes, entre estudantes, professores e profissionais, discutiram questões relativas ao patrimônio cultural mato-grossense e brasileiro, em suas implicações políticas, projetuais e paisagísticas.

Esta coleção é um dos frutos dessa pioneira realização acadêmica: o primeiro congresso nacional do CICOP, em 2017, no campus da UFMT em Cuiabá. Aqui se encontram reunidos os artigos aprovados pela comissão científica daquele evento para apresentação nas suas sessões de comunicação. Nas páginas que seguem, o leitor encontrará alguns dos melhores trabalhos sobre o tema da salvaguarda do patrimônio cultural produzidos em várias regiões do Brasil, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eis o diferencial tanto da presente coleção quanto do congresso que lhe deu origem: trazer à luz valiosas contribuições que, em geral, são desconhecidas nos circuitos tradicionais de produção científica nacional sobre o tema. Assim, consideramos que os enriquecedores debates motivados pelo congresso estão muito bem representados nesta coleção, que se firma como referência para pesquisadores e outros interessados no universo em tela.

A coleção é composta por três volumes organizados de acordo com as linhas temáticas que balizaram o correspondente congresso,

a saber : “Volume 01 – Patrimônio como Política”; “Volume 02 – Patrimônio como Paisagem” e “Volume 03 – Patrimônio como Projeto”.

De forma mais abrangente, esta coleção contribui com reflexões acerca da constante transformação e da degradação que vem sofrendo o patrimônio cultural frente à globalização, cujos efeitos já se fazem sentir mesmo em regiões recuadas e periféricas. Temas como proteção, conservação, restauração, reabilitação, revitalização de bens materiais e imateriais, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira e, em particular, da sociedade mato-grossense - que se constrói numa relação de confrontos e harmonia com o patrimônio natural da região – perpassam os artigos aqui coligidos. São abordados também os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em resumo, o conteúdo proposto ao leitor trata de limites e fronteiras – subjetivas e físicas -, possibilidades, experiências e o futuro da salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, seja para fortalecer identidades, seja como favorecedora de uma visibilidade mais democrática do patrimônio de regiões fronteiriças e distantes dos centros de maior visibilidade do país.

Luciana Pelaes Mascaro

Ricardo Silveira Casto

Organizadores

Sumário

APRESENTAÇÃO 13

CAPÍTULO 1 - Os Museus Escolares: Políticas e Programas
Públicos Vigentes no Brasil 14
Vânia Siqueira Alves, Maria Amélia Gomes Souza Reis, Joyce Karolinne de Siqueira Rosa

CAPÍTULO 2 - Estado de Preservação e Estado de
Preservação e Conservação da Biblioteca Pública Municipal Maria
Prudenciana Cajango: Relado de Experiência 38
Fabiana Souza Andrade

CAPÍTULO 3 - Inventário do Patrimônio Ferroviário:
Documento e Instrumento da Política de Preservação 59
Claudiana Cruz dos Anjos

CAPÍTULO 4 - A Quantas Andam nossas Políticas de (des)
Valorização do Patrimônio Cultural Material em Cuiabá/MT? 88
Doriane Azevedo, Gabriela Silva Leite Guedes

CAPÍTULO 5 - Conservação do Patrimônio Cultural: 113
Um Encontro entre a Sociedade e os Órgãos de Tutela
*Ana Maria Barbedo Marques, Elisabete Edelvita Chaves da Silva,
Fernando dos Santos Mendes, Joana Marques Gutierrez*

CAPÍTULO 6 - Mouraria: da Exclusão ao Projeto 133
Urbano de Memória Sociocultural
Sara Belém

CAPÍTULO 7 - Preservação da Arquitetura Paulista do Século XIX
e das Primeiras Décadas do Século XX: Caso das Moradias Urbanas 156
de São Carlos - SP
Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

CAPÍTULO 8 - Vivências Patrimoniais: Multiplicando 173
Conhecimentos
Daniel Silva Campos, Amelia Hirata, Lúcia de Fátima Lobato Ferreira

CAPÍTULO 9 - Análise Sobre a Importância do Patrimônio Histórico de Mato Grosso para os Acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unemat <i>Nadine Martins Carvalho, Vivien Leigh Dorileo Ourique Ourique, Graciene Verdécio Gusmão, Cislene Silva Linck</i>	186
CAPÍTULO 10 - Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres-Mt: Tombamento, Normatização e Conflitos <i>Dilma Lourença da Costa</i>	203
CAPÍTULO 11 - Roraima: a Tríplice Fronteira no Extremo Norte do Brasil e a Salvaguarda do Patrimônio Cultural <i>Graciete Guerra da Costa</i>	225
CAPÍTULO 12 - Salvaguarda Do Patrimônio De Roraima: O Caso Da Cidade De Caracarái <i>Graciete Guerra da Costa, Kelly Christina Ramos de Oliveira, Leonardo Rocha de Oliveira</i>	248
CAPÍTULO 13 - Edifício Diederichsen: Limites do Tombamento <i>Tatiana de Souza Gaspar</i>	260
CAPÍTULO 14 - Memória E Identidade: A Importância da Pesquisa Documental e do Cruzamento de Fontes na Constituição do Patrimônio Cultural <i>Ana Carolina Gleria Lima, Maria Angela P.C.S. Bortolucci</i>	284
CAPÍTULO 15 - Estudo da Fotogrametria Digital na Documentação do Patrimônio Edificado de Laguna <i>Douglas Emerson Deicke Heidtmann Júnior, Melina Monks da Silveira, Gabriela Linhares da Silva, Karoline Broering dos Santos</i>	304
CAPÍTULO 16 - O Uso do SIG na Preservação do Centro Histórico de uma Cidade no Sul do Brasil <i>Douglas Emerson Deicke Heidtmann Júnior, Douglas Jacob Feger, Márcio Flávio Ramos Moreira, Vinícius Nunes Gonzaga</i>	319

- CAPÍTULO 17 - Patrimônio Histórico Urbano e
Arquitetônico do Entorno da Avenida Antonino Freire: 335
Memórias e Usos
Cláudio Leal, Lara Lopes, Ísis Rodrigues, Karina Cadena
- CAPÍTULO 18 - Moradia em Pedra e Barro: a Vivenda 352
Caçara e o Patrimônio Rural Piauiense
Amanda Cavalcante Moreira, Amanda Lages Lima, Camila de Sousa Ferreira, Carlene Lima Silva, Taianne Vanne Neco de Sousa, Wanderson Luis Sousa e Silva
- CAPÍTULO 19 - A Especialização da Décima Urbana como 369
Instrumento para Elaboração do Processo de Tombamento
Nádia Mendes de Mour
- CAPÍTULO 20 - “O Que Tenho A Ver com o Patrimônio 388
Cultural da Minha Cidade?”: O Conceito de Estudo de
Participação Social no Tombamento de Conjuntos Urbanos e o
Caso de Cáceres/Mt (1980-2012)
Verônica Orlandi
- CAPÍTULO 21 - A Contribuição da Revista CJ Arquitetura para a 412
Revisão Conceitual no Campo do Patrimônio Cultural no Brasil
João Paulo Campos Peixoto, Claudia dos Reis Cunha
- CAPÍTULO 22 - Entre A Preservação e a Intervenção: Discutindo 437
a Complexidade e os Desafios para Brasília-DF
Ana Carolina Gleria Lima, Maria Angela P.C.S. Bortolucci
- CAPÍTULO 23- Precursores das Práticas de Preservação 466
no Brasil: os Institutos Históricos Geográficos, Suas
Intencionalidades e Ações no Patrimônio Cultural
Fernanda Correia Silva
- CAPÍTULO 24 - O Centro Histórico de Tiradentes: Turismo, 489
Urbanismo e Patrimônio
Dayana Silveira de Sousa, Maria Cristina da Silva Schicchi

CAPÍTULO 25 - Reflexões Sobre as Políticas e Ações de Educação Patrimonial no Brasil como Instrumento para Formação Cultural <i>Jessica Aline Tardivo, Anja Pratschke</i>	511
CAPÍTULO 26 - As Áreas de Influência dos Estudos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural Imaterial <i>Marina Vilaça</i>	534

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aqui o Volume 01 da coleção “Fronteiras do Patrimônio Cultural: preservação como fortalecimento das identidades e da democracia”, intitulado “Patrimônio como Política”, no qual estão agrupados os artigos de diferentes autores que abordam questões relativas à gestão, às políticas e aos programas públicos e privados no campo da pesquisa e salvaguarda de bens culturais.

Dessa forma, o leitor encontrará no Volume 01 - “Patrimônio como Política” rico panorama composto por trabalhos, pesquisas, exemplos, projetos e reflexões sobre a salvaguarda do patrimônio cultural produzidos por estudiosos e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil sobre a dimensão política associada à preservação do patrimônio cultural.

Luciana Pelaes Mascaro

Ricardo Silveira Casto

Organizadores

Capítulo 1

OS MUSEUS ESCOLARES: POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS VIGENTES NO BRASIL

Vânia Siqueira Alves¹

Maria Amélia Gomes Souza Reis²

Joyce Karolinne de Siqueira Rosa³

1 Introdução

A renovação da história a partir dos anos 1970 colocou em cena novas fontes e abordagens, atingindo os variados campos e domínios da História e áreas afins, trazendo à tona temas singulares até então desvalorizados, mas que se mostraram importantes para a construção de uma história regional, nacional e com grandes contribuições para o debate historiográfico. Nesse contexto, a História da Educação trouxe à tona novas discussões como cultura material escolar, patrimônio da educação escolar. Da costureira interface com a sociologia, a História da Educação viu-se diante da interface com a Museologia, com a Arquivologia e outras ciências.

Concomitantemente a esse movimento, assistimos, no final do século XX, à ressignificação e ao alargamento dos conceitos de

1 Professora de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, unidade Campanha; Doutorado em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST/MTC; e-mail: vaniamaria_siq@yahoo.com.br

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST/MTC

3 Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado de Minas Gerais; Bibliotecária da Fundação Bradesco, Unidade Canuanã, Tocantins

patrimônio e de museus e, conseqüentemente, à incorporação de novos objetos e ao aumento e diversificação das instituições museais, procurando salvaguardar e mostrar os mais diversos conteúdos. Desde os anos 1970, tem-se dado um aumento e uma diversificação dos museus, respondendo a uma demanda de musealização de outros aspectos da cultura, para outros setores sociais. Esta necessidade museológica é contemporânea da atenção dada à vida quotidiana, que toma relevo como aspecto revelador da sociedade e, também resulta do questionamento dos modelos baseados na ciência e procura tornar visíveis grupos ou aspectos minoritários ou subalternizados da sociedade.

As práticas culturais e a educação não ficaram imunes a esse contexto, pois foram afetadas e passaram a ser pensadas como poderosas ferramentas de transformação social. Novas correntes pedagógicas surgiram, provocando transformações na educação e o cotidiano ganhou importância até então nunca vista.

O cotidiano deixa de ser o irrelevante para se tornar, do ponto de vista epistemológico, o meio através do qual se resgata a agência humana, com o seu conjunto de potencialidades, liberdades, dependências e constrangimentos. É porque metamorfoseamos o conceito de cotidiano que aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o azulejo, o brinquedo ou a educação se tornam matérias museográficas. (FELGUEIRAS; SOARES; 2004, p. 109).

Nesse cenário – multiplicação dos acervos, proliferação dos suportes materiais da informação, expansão dos interesses da pesquisa histórica em educação, complexidade museal –, o tema patrimônio

da educação escolar⁴ tem se incluído através da criação ou da reativação de memoriais, arquivos, museus de história da educação e escolares em diferentes partes do mundo.

A escola é uma instituição muito presente na vida das pessoas e dificilmente alguém lhe é indiferente. Partindo do pressuposto geral da pouca atenção dada à preservação da história e à memória dessa instituição, seja como objeto da Museologia, seja pela História da Educação ou mesmo pelas próprias escolas é que se propôs como objeto de investigação os museus escolares como objeto das políticas e programas públicos vigentes.

Os estudos sobre os museus escolares em funcionamento e a herança educativa escolar são recentes e deparam com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, evidenciando a falta de consenso conceitual desses objetos e, ao mesmo tempo, revelando a consonância com o alargamento e a pluralização dos conceitos de patrimônio e museu vividos na contemporaneidade. Encontra-se uma diversidade de denominações, quase sempre coexistentes e algumas terminologias são utilizadas com maior frequência hoje em línguas anglo-saxônicas, germânicas e românicas. Constituído do desdobrar das inquietudes do patrimônio de vida cotidiana e da demanda de atuação urgente sobre o legado da história da educação escolar, esse processo enfrenta o desafio de ir criando um corpo discursivo científico próprio (CARRILLO et al., 2011).

O patrimônio e os museus, fruto da herança educativa escolar, emergem atualmente como uma nova tendência da historiografia educativa, ainda não constituindo campo de estudo da museologia e do patrimônio, salvo alguns trabalhos pontuais.

4 Há várias terminologias para designar o patrimônio da educação escolar, entre as quais: patrimônio histórico educativo, patrimônio educativo, patrimônio escolar, patrimônio do ensino.

2 MUSEU ESCOLAR

O termo museu escolar depara com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, dificultando a identificação de museus que, por seu objeto, funcionamento e estrutura, se caracterizam como tal. É um termo quase desconhecido da maioria da população brasileira na atualidade. Na museologia e patrimônio, o seu uso é bem recente e aparece em poucos documentos.

A experiência dos museus sobre educação escolar remonta às grandes exposições universais do século XIX, destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais, associando-se à formação dos professores e, em muitos casos, à construção dos sistemas educativos nacionais em diferentes partes do mundo e à aplicação do método pedagógico intuitivo ou lições de coisas. Esse método centrava-se na experimentação, dando as lições de forma mais prática e viva, constituiu-se numa das importantes inovações pedagógicas da escola na segunda metade do século XIX. O método, preconizado por grandes nomes como Locke, Condilac, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, Campe, Froebel, Diesterweg, foi tema dos mais diversos tipos de publicações, conferências e exposições da época.

Sob distintas denominações (“museu de educação”, “museu pedagógico”, “museu escolar”, “exposição escolar permanente”) surgiram na Europa e América centros que compreendiam por um lado uma biblioteca com obras de educação, legislação, documentos e, por outro, coleções de material de ensino e mobiliário escolar (LINARES, 2012. p. 55).

Entre os primeiros museus sobre educação escolar, destacaram-se os chamados museus pedagógicos e os museus escolares, fenômeno na segunda metade do século XIX e início do século XX. Os museus pedagógicos compreendem de uma parte, uma biblioteca de obras sobre educação, de legislação e administração escolar, assim como obras clássicas, propriamente ditas; de outra parte, de coleções de material de ensino e de mobiliário escolar (PELLISON, 1882, p. 1367 apud CARRILLO et al. 2011).

Ainda no século XIX, surgiram outras instituições museológicas sobre educação, tais como os museus pedagógicos universitários e os museus pedagógicos temáticos. A partir dos anos 1930, surgiram as Associações Patrimoniais e, nas duas últimas décadas do século XX, escolas e salas de aulas musealizadas e os museus virtuais de educação. Esses museus dedicam-se quase que exclusivamente à educação escolar e têm os processos de ensino e de aprendizagem como eixo fundamental de sua proposta museográfica. Todas essas instituições contam com diferentes denominações, em diferentes lugares e contextos.

A denominação museu escolar foi estabelecida a partir da publicação do “Dictionnaire de Pédagogie et d’Instruccion Primaire”, coordenado por Buisson na segunda metade do século XIX para diferenciar-se do museu pedagógico. De acordo com esse dicionário, os museus escolares constituíam de “uma coleção de objetos, uns naturais, outros fabricados, destinados a dar às crianças ideias precisas, exatas, sobre o que lhes rodeia” (PELLISON, 1882, p. 1377 apud CARRILLO et al., 2011). Os museus escolares constituíam-se de “coleções de objetos e documentos diversos expostos temporariamente ou permanentemente para ilustrar as matérias ensinadas ou formar o

gosto dos alunos” (FOLQUIÉ, 1976, p. 313 apud CARRILLO et al., 2011, p. 20).

Localizados, geralmente, nas escolas, os museus escolares eram constituídos por coleções de materiais didáticos para apoiar as aulas e possuíam coleções de flora, fauna e minerais de várias procedências, modelos para as aulas de anatomia, etc. Eram constituídos também de objetos para aplicação do método “Lições de coisas”. Parte do material era adquirida pelos próprios alunos e professores ou por compra a museus pedagógicos e outras instituições (LINARES, 2013). Como os demais museus, os museus escolares passaram por transformações ao longo do tempo e espaço.

Nos anos 1960 e 1970, a educação ganhou relevo e a massificação impôs transformações nos sistemas de ensino por toda a Europa. Esse cenário abriu espaço para a história da educação e consequente necessidade de preservação da herança educativa. Uma explosão de museus na Europa, procurando salvaguardar e mostrar os mais diversos conteúdos atingiu o campo educativo a partir dos anos 1980, destacando Alemanha, Holanda, Reino Unido, Áustria e França. A partir dos anos 1990, assistiu-se a um movimento de criação de museus escolares em Portugal e Espanha. “Foi um movimento que polarizou as necessidades de identidade social e de democratização cultural” (FELGUEIRAS, 2005, p. 97).

Sabe-se que o número de instituições museológicas dedicadas ao patrimônio da educação escolar na atualidade é crescente. Apesar das dificuldades de se obter cifras exatas do número dessa tipologia de museus, reconhece-se que a maioria se concentra nos países ocidentais, mais especificamente em países europeus – em torno de quatrocentos -, e que cerca de três quartos são instituições criadas ou recuperadas em alguns casos nas últimas três décadas (BERRIO, 2010).

Na América Latina, esse fenômeno de valorização do patrimônio histórico escolar também vem crescendo. No Brasil, a multiplicidade de iniciativas envolvendo o patrimônio educativo escolar – criação de museus e centros de documentação e memória, realização de encontros científicos, formação e iniciativas grupos de pesquisa – atestam o nascente interesse da temática no país. No entanto, as políticas de preservação desse patrimônio e o envolvimento de outros campos de atuação como a museologia ainda precisam avançar muito. Em mapeamento realizado por Alves (2016), cerca de 120 instituições em funcionamento foram identificadas no Brasil.

Predominantemente voltados para o ensino/finalidade de didática até os anos 1970, os novos museus escolares (re)surgem em sua maioria com nova formatação e função – preservação da memória da educação escolar. Pode-se dizer que esses dois fatores são preponderantes para a mutação dos museus escolares. Não se pode esquecer que alguns museus escolares de ciências criados no final do século XIX e no decorrer do século XX com finalidade de ensino sobreviveram às transformações educacionais e conseqüente em suas funções e compõem esse universo complexo dos chamados museus escolares. Também novos museus escolares de ciências e tecnologia surgiram a partir dos anos 1970. Pode-se dizer que esses museus revitalizados e/ou criados inserem na mudança de paradigmas sobre o processo ensino/aprendizagem vivenciados no período. A aprendizagem passa a ser pensada como um co-produto de uma ação e o museu como o modo de favorecer o aprender e a relação com o saber.

Relativamente jovens e sob diferentes denominações – “Museus da escola”, “Museu Pedagógico”, “Museus de História da Educação”, “Museus escolares” –, esses museus, cujas coleções centram-se em materiais de ensino e da pedagogia, surgem

motivados pela necessidade de documentar e interpretar a escola no passado para poder compreender o presente e projetar o futuro. Muitos mantiveram continuidade desde suas origens como museus pedagógicos, mas seus objetivos e funções transformaram-se ao longo do tempo (LINARES, 2012).

Witt e Possamai (2013) classificam os museus escolares mapeados em Porto Alegre no Rio Grande do Sul como históricos – memória da escola e preservação do patrimônio da educação escolar - e de ciências – coleções de botânica, mineralogia, etc. No mapeamento realizado por Alves (2016), além dos classificados por essas autoras identificaram-se museus escolares com outros tipos de coleções como de história local e outras.

Frente às transformações operadas na formatação e na função do museu escolar, como defini-lo na atualidade? Complexidade em suas formas e funções e indefinição terminológica estiveram e continuam presentes em sua história.

De acordo com DESVALÉES, MAIRESSE (2010, p. 632), museu escolar é “Categoria de museu desenvolvida pelas escolas, dentro de uma ótica pedagógica e notadamente no século XIX, no quadro de desenvolvimento do método “lições de coisas”.

[...] Os museus escolares encontrados nos nossos dias, são, entretanto, instituições que expõem a partir de uma coleção geralmente constituída a partir dos antigos museus pedagógicos ou escolares – o patrimônio das escolas (livros, quadros/tabelas,

boletins/kcomunicados, etc.) (DESVALÉES, MAIRESSE; 2010, p. 632, tradução nossa)⁵.

Barcellos (2013, p. 27) apresenta os museus escolares como curadores do ensino de ciências, projetos onde os alunos-curadores são desafiados a desenvolverem suas próprias questões, conduzirem suas pesquisas e construir um museu cujo fim não é o museu em si mesmo. “Trata-se de um meio, uma ferramenta, para realizar alfabetização científica através de um processo (inter)ativo, (re)construtivo, analítico, comunicativo, emocional e afetivo”.

Varine (2013) aponta os museus escolares como uma experiência singular e muito interessante por apresentar diferentes soluções na experiência atual da nova museologia como forma de adaptação do museu e da museologia às necessidades do desenvolvimento humano. Ancorada nesse autor, Alves (2016) apresentou a seguinte definição museu escolar.

Concebe-se o museu escolar aqui como um estabelecimento com funções museológicas, com uma estrutura especial, vinculado a uma instituição escolar de educação básica e ou de educação profissional, com função de recurso de ensino e/ou de preservação da memória da educação escolar e/ou outros temas. Ligado à atividade escolar, pode ser administrado pelos professores e outros membros da comunidade escolar, bem como por profissionais da área de Museologia e

5 “Catégorie de musées développés par les écoles, dans une optique pédagogique et notamment, au XIX siècle, dans le cadre du développement des leçons de chose. [...] Les musées de l'école, que l'on retrouve de nos jours, sont quant à eux des établissements qui exposent – à partir d'une collections parfois constituée par d'anciens musées pédagogiques ou scolaires – le patrimoine dès écoles (livres, tableaux, bulletins, etc.)” (DESVALÉES; MAIRESSE, 2010, p. 632).

outros. Além de atender ao público escolar, pode atender também ao público externo (ALVES, 2016, p. 2-3).

Pode-se dizer que a revitalização e a criação dos museus de ciências, tecnologias e outras coleções, além de afirmarem a escola como instituição central no processo educacional, buscam também reinventar a organização escolar, construindo uma nova legitimidade para esta. Ao se pensar os museus escolares na atualidade, pode se vislumbrar a possibilidade de pensar a escola a partir do não escolar, de deixá-la contaminar por tais práticas.

A maior parte das aprendizagens significativas realiza-se fora da escola, de modo informal, e será fecundo que a escola possa ser contaminada por essas práticas educativas que, hoje, nos aparecem como portadoras de futuro (CANÁRIO, 2008, p. 80).

As experiências de museus escolares ainda são pontuais no processo educacional brasileiro, bem como este recurso não é propagado como alternativa para inovar e facilitar a aprendizagem. Na sociedade atual, em que a educação integral é o paradigma que norteia as ações, a informática, como uma nova Tecnologia Educacional, apresenta-se como alternativa para inovar e facilitar a aprendizagem. Sabe-se que seu uso como recurso educacional está longe de efetivar, por razões que não cabem discutir neste trabalho.

Os museus escolares, especialmente os históricos, além de inseridos no alargamento dos campos da história da educação e dos museus, devem ser pensados também sob a ótica dos direitos culturais.

Metamorfoseados ou revitalizados, os novos museus escolares no Brasil surgiram da ação de comunidades nas quais estão inseridos,

com uma nova função ou com mais funções: guardiões do patrimônio histórico escolar, da história local, recurso de ensino, entre outras. Ao longo da história da educação, as pedagogias sempre buscaram e produziram materiais diversificados e coerentes com suas formulações. Vistos genericamente como um fenômeno específico da educação escolar, esses museus vêm extrapolando as funções de recurso de ensino e a comemoração e inserindo-se cada vez mais no campo do patrimônio e da Museologia.

3 MUSEU ESCOLAR: POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS VIGENTES NO BRASIL

Na museologia e patrimônio, o uso do termo museu escolar é bem recente e aparece em poucos documentos como “Bases para a Política Nacional de Museus”, elaborado em 2003. O estímulo e apoio à participação dos museus escolares e outras modalidades de museus alternativos na Política Nacional de Museus e gerenciamento do patrimônio cultural estão previstos nesse documento.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, p. 4).

Além do documento citado anteriormente, o estímulo à criação de museus escolares também apareceu em alguns casos pontuais como o “Programa Museu na Escola” da Secretaria de Educação do Paraná e Projeto de Lei 01-00490/2013, que institui a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo. O projeto apresentado pelo Vereador Laércio Benko (PHS), São Paulo, foi baseado no

projeto elaborado pelo aluno Bruno Garcia Belém do Colégio Conde Domingos, constante no Caderno de Projetos do Parlamento Jovem Paulistano 2012 da Câmara Municipal de São Paulo. De acordo com o projeto, o museu escolar deverá conter: documentos importantes da escola; fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola; lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram; trabalhos dos alunos; fotos e vídeos das formaturas. “A manutenção e organização do museu deverá ser feita com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações” (Projeto de Lei 01-00490/2013).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná lançou o Programa Museu da Escola visando estimular a implantação de Espaços de Memórias nas Escolas Estaduais da rede pública, com a finalidade da proteção do patrimônio histórico e preservação da memória da educação escolar paranaense. Participam desse programa as seguintes escolas: Acervo Arquitetura Escolar do Paraná, Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas – Palmeira, Colégio Estadual São José – Lapa, Colégio Estadual Moysés Lupion – Antonina, Colégio Estadual Regente Feijó - Ponta Grossa, Colégio Estadual Tiradentes - Curitiba, Grupo Escolar Jesuíno Marcondes – Palmeira, Grupo Escolar Manoel Eufrásio – Piraquara, Grupo Escolar Xavier da Silva – Curitiba, Instituto de Ed. do Paraná Prof. Erasmo Pilotto – Curitiba, Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes – Palmeira. As escolas estaduais enviarão seus acervos de valor histórico para o Arquivo Público do Paraná, para que recebam os cuidados especializados necessários. A proposta é que esses materiais sejam integrados ao Museu da Escola do Paraná. Também algumas escolas foram tombadas pela coordenadoria de patrimônio cultural. Ao que parece, os núcleos de memória nas escolas são apenas uma parte da ação de coleta de acervo para um museu central.

Os projetos citados acima se destacam pela iniciativa, mas mantêm essas tarefas de manutenção e de organização desses museus atrelados às responsabilidades das escolas e à formatação das coleções, em sua essência, estimulam o aspecto memorialístico da instituição. As escolas públicas brasileiras, por sua vez, enfrentam dificuldades financeiras e de pessoal para atendimento de qualidade.

Só recentemente a criação de museus escolares voltou a ser incentivada indireta e nacionalmente através do Programa “Mais Cultura nas Escolas” lançado em 2013. De acordo com Art. 2 da Resolução Nº 4, de 31 de Março de 2014, o Programa Mais Cultura nas Escolas é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Cultura e da Educação, tendo por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas.

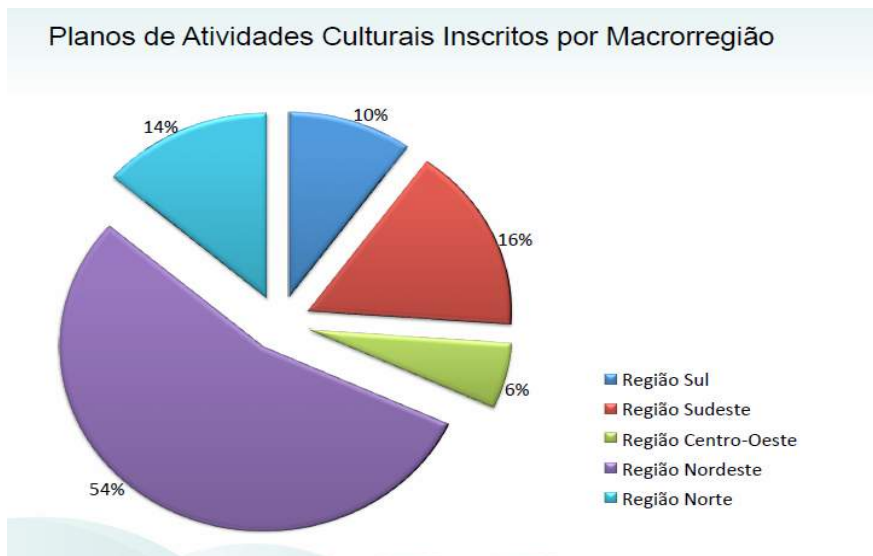
A Resolução Nº 4, de 31 de Março de 2014 dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) às escolas públicas que ofertam a educação básica, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do “*Mais Cultura nas Escolas*”, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. No Art. 4º, IX, a resolução apresenta a educação museal entre várias opções para elaboração dos Planos de Atividade Cultural da Escola e, dentro dela, os museus escolares. Nesse sentido, apresenta os museus escolares como espaços dialógicos que permitem a interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento ligadas à realidade escolar e ao seu entorno:

IX - educação museal: atividades de identificação, pesquisa, seleção, coleta, preservação, registro, exposição e divulgação de objetos, expressões culturais materiais e imateriais e de valorização do

meio-ambiente e dos saberes da comunidade, bem como a utilização de ferramentas educacionais para a interpretação e difusão do patrimônio cultural; práticas museais que possibilitam à comunidade escolar e territórios educativos experimentarem situações de ensino/aprendizagem relacionadas à fruição da memória e à **construção** da cidadania cultural; museus escolares como espaços dialógicos que permitem a interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento ligadas à realidade escolar e ao seu entorno (RESOLUÇÃO N° 4, DE 31 DE MARÇO DE 2014, grifo nosso).

De acordo com mapeamento inicial do “Mais Cultura nas Escolas”, com duas edições, a primeira em 2014 e a segunda em 2016, foram cinco mil projetos selecionados na primeira. Um aspecto interessante nos planos contemplados no programa em 2014 foi a distribuição por macrorregião. Destacou-se a inscrição de projetos na região nordeste e norte.

Gráfico 1: Mapeamento inicial de planos de atividades culturais inscritos por macrorregião

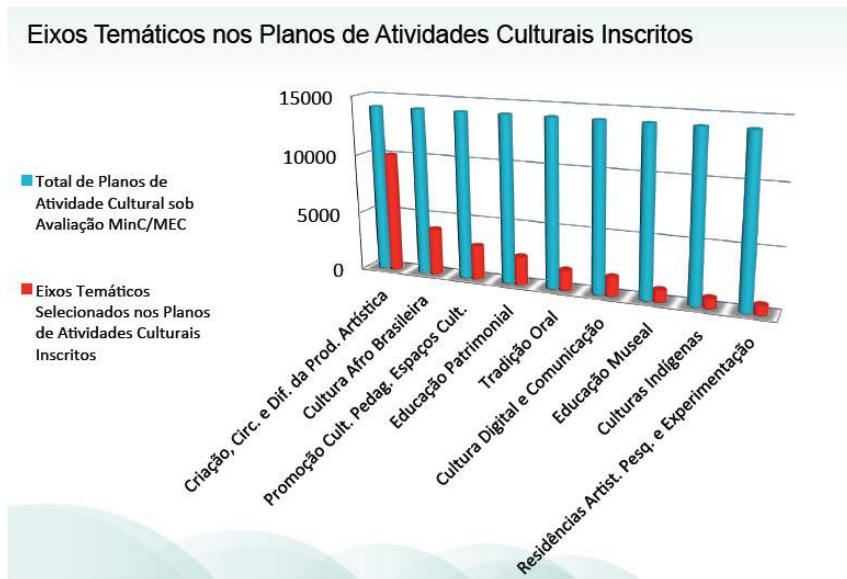


Fonte: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas> Acesso: 01/07/2017

A região norte apresentou números de planos inscritos bem próximo da região sudeste. A priorização de escolas com maior número de alunos inscritos no Programa “Bolsa Família” pode ser um fator que explica tais números.

Dentre estes a maioria dos planos contemplados na edição de 2014 foram de “Criação, circulação e difusão da produção artística”, seguido de “Cultura afro-brasileira”. Os de Educação Museal, nos quais se enquadram os museus escolares, apresentaram pequeno número de projetos contemplados. Os dados podem ser verificados na imagem a seguir.

Gráfico2: Mapeamento inicial de projetos selecionados na primeira edição do “Programa Mais Cultura nas Escolas”



Fonte: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas> Acesso: 01/07/2017

Também não há dados sistematizados sobre planos contemplando museus escolares nesse programa, bem como sobre a implementação de tais projetos. Embora solicitado junto à coordenação do programa, não foi obtida resposta até o fechamento deste estudo. Esses dados ainda carecem de sistematizações e investigações específicas no que se refere aos resultados.

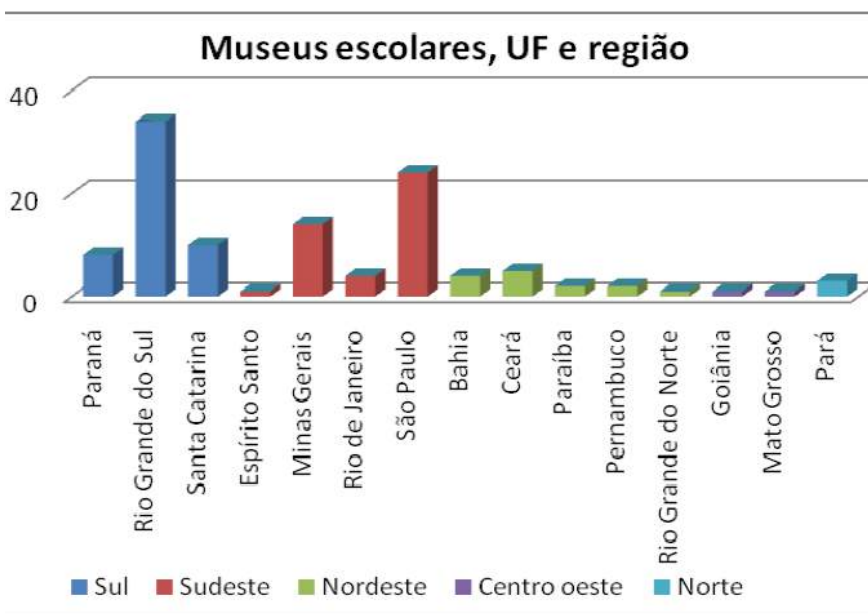
Além dos programas e políticas citadas é importante destacar a existência de museus escolares de natureza pública em funcionamento no Brasil. Não é uma tarefa simples identificar tais museus, uma vez que existem formas variadas de concepção, divulgação/apresentação e função dessa instituição pelas escolas. O Cadastro Nacional de Museus realizou um mapeamento em 2010 dos museus existentes no país e poucos museus escolares foram identificados no universo de

3.025 unidades museológicas. As secretarias estaduais de educação e outros órgãos específicos da educação também não possuem instrumentos específicos de cadastro dessa modalidade de museu em sua estrutura.

Apesar das dificuldades para se obter cifras sobre os museus escolares em funcionamento, o mapeamento realizado por Alves (2016) permite oferecer um panorama geral dos museus identificados e cadastrados em estruturas organizacionais que podem ser denominados como museus escolares.

Quanto aos museus escolares, foram identificadas 115 instituições em todo o país e, como os demais museus, sua distribuição quantitativa ocorre de forma desigual nas regiões e nos estados brasileiros. Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre unidade da federação e região foi de ,000, o que demonstra a existência de comprovação/relação científica entre essas duas variáveis. Como se pode observar no gráfico a seguir, a região sul concentra o maior número de instituições, seguida da região sudeste. As regiões norte e centro oeste também foram regiões com menores quantitativos.

Gráfico 3:- Museus escolares por unidades da federação e região



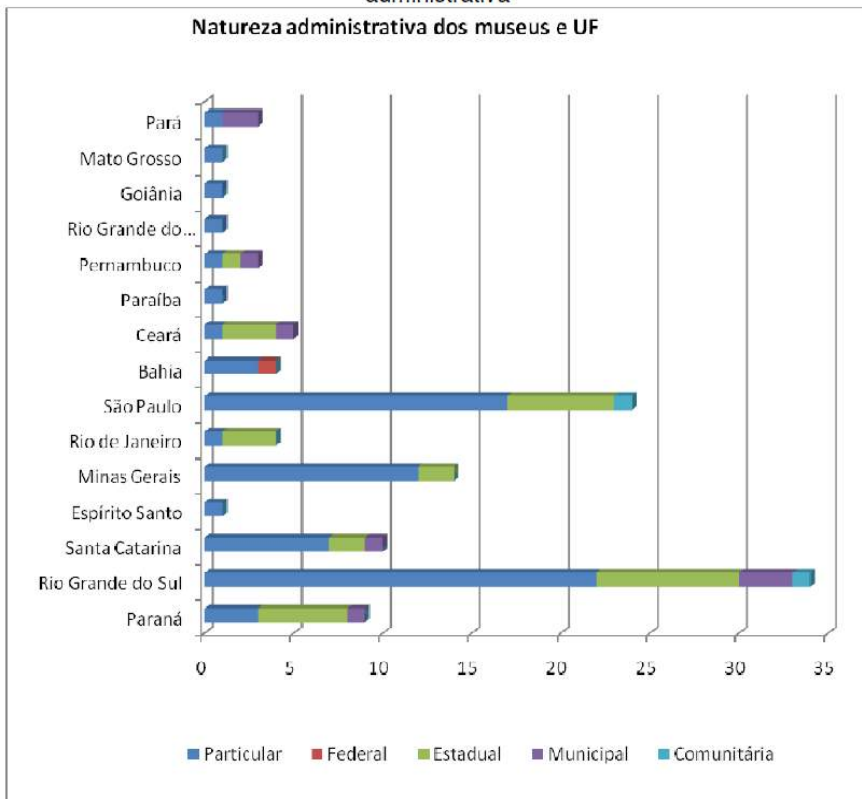
Fonte: ALVES, 2006, p. 146

Como se pode observar no gráfico 4, a natureza administrativa dos museus escolares é bem complexa, prevalecendo na totalidade o investimento privado. Quanto à rede de ensino público, esse tipo de instituição tem sido criada e/ou reativada em sua maioria em colégios centenários que, em determinados períodos, foram considerados centros de excelência do ensino. Entre os estados em que prevalece a natureza pública nos museus escolares estão os de Ceará, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e Paraná. Exceto este último, são estados com até 5 (cinco) instituições nessa modalidade.

A natureza administrativa dos museus escolares e suas respectivas instituições de ensino são reveladoras de um fazer social que requer condições especiais para fazer lembrar ou esquecer.

A natureza administrativa dos museus escolares e suas respectivas instituições de ensino são reveladoras de um fazer social que requer condições especiais para fazer lembrar ou esquecer.

Gráfico 4: Número de museus escolares em funcionamento no Brasil, segundo a natureza administrativa



Fonte: ALVES, 206, p. 155

É importante destacar aqui que tais museus mapeados não resultam dos programas e políticas publicadas analisadas neste estudo, surgiram da ação de comunidades nas quais estão inseridos, com uma nova função ou com mais funções: guardiões do patrimônio histórico escolar, da história local, recurso de ensino, entre outras.

Pensar um museu é pensar os seus dois conceitos - o museu tradicional e o museu evolutivo - que não são antinômicos, mas que marcam duas opções culturais distintas e, conseqüentemente, contribuições diferentes.

O museu tradicional, instituição permanente, contendo uma coleção de objetos, gerido por pessoal científico especializado dirigido ao público, abrigado em um ou vários edifícios adaptados para este uso, utilizando a linguagem da exposição.

O museu evolutivo, constituindo em um processo de longo prazo, sobre um território, para uma população, com patrimônio ancorado na cultura viva desta, utilizando a linguagem do objeto (VARINE, 2013, p. 201).

Ao propor analisar os museus escolares nas políticas e programas públicas, busca-se também compreender a escola como espaço de educação integral e o “museu evolutivo”, resultado de um longo processo e como patrimônio da cultura viva daquela comunidade escolar.

Ao pensar a criação de museus escolares, é preciso ainda identificar a instrumentalização do museu e qual o seu papel, o patrimônio utilizado, o público alvo, atores, parceiros dos museus entre outras questões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos museus de educação – museus pedagógicos e museus escolares - remonta ao século XIX, às grandes exposições destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado

pelas potências industriais e a implantação do método “Lições de Coisas” cujos princípios centravam-se na experimentação. No final do século XIX e início do século XX, esses museus ocuparam importante espaço, pelo menos teoricamente, no campo educacional. Perdendo significado com o declínio da escola normal, os museus de educação reaparecem e ou revitalizam no final do século XX num movimento de tendência mundial, sob várias denominações.

A criação de novos museus cujo objeto é a educação escolar, assim como a revitalização e a ressignificação dos já existentes, insere-se no contexto sociocultural do desejo de memória vivenciado no final do século XX e início do século XXI e no movimento de expansão nos campos de interesse sobre a educação escolar.

No Brasil, a musealização do patrimônio da educação escolar ainda é um movimento tímido, pouco discutido e teorizado. As pesquisas e discussões teóricas atêm-se aos museus enquadrados nas categorias de história da educação e no geral vinculados às universidades. Ainda são poucos os estudos e pesquisas cujo objeto são os museus surgidos no âmbito das escolas de educação básica.

O quantitativo desse formato de museu é bem pequeno se considerado o universo total de museus brasileiros. Levando-se em conta as instituições identificadas nesse processo de investigação, o percentual é de aproximadamente 3%.

A natureza administrativa dos museus escolares é bem diferente, prevalece o investimento privado. Com novas funções, os museus escolares incluem-se predominantemente no movimento das instituições de ensino particulares, sobretudo as confessionais, na preservação de sua memória. Quanto à rede de ensino público, esse

tipo de instituição tem sido criada e/ou reativada em sua maioria em colégios centenários que, em determinados períodos, foram considerados centros de excelência do ensino.

Nas políticas públicas, bem como nos debates acadêmicos da Museologia, o museu escolar é quase um desconhecido e não reconhecido. Embora apareça nas “Bases para a Política Nacional de Museus”, elaborado em 2003, o museu escolar não tem o mesmo reconhecimento dos museus tradicionais e do ecomuseu. Algumas propostas pontuais como o “Programa Museu na Escola” da Secretaria de Educação do Paraná e o Projeto de Lei 01-00490/2013, que institui a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo, têm estimulado a criação de museus escolares.

Destaca-se como política pública para a criação de museus escolares o incentivo indireto e nacional do Programa “Mais Cultura nas Escolas” lançado em 2013, iniciativa conjunta dos Ministérios da Cultura e da Educação e tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas. No entanto, não há dados sistematizados sobre planos contemplando museus escolares nesse programa, bem como sobre a implementação de tais projetos.

É importante destacar as ações surgidas no âmbito das próprias instituições públicas, fruto da ação de comunidades escolares com finalidades didáticas e ou de preservação da memória das respectivas escolas. Parte significativa destas instituições museológicas escolares foram criadas em datas comemorativas das escolas, por iniciativa de algumas lideranças internas e contou com doações da comunidade: ex-

professores, ex-diretores, ex-funcionários e ex-alunos, assim como dos profissionais e alunos atuantes à época da criação/organização.

Pensar as políticas públicas para a criação e o apoio aos museus escolares é também compreender a escola como espaço de educação integral e o museu como resultado de um longo processo e como patrimônio da cultura viva daquela comunidade escolar. É ainda concretizar o que Canário (2006) propõe para reinventar a organização escolar construindo uma nova legitimidade para esta: vislumbrar a possibilidade de pensar a escola a partir do não-escolar, de deixá-la contaminar por tais práticas.

O estágio atual de proposições de programas e políticas públicas para reconhecimento e valorização dos museus escolares como museus e do patrimônio educativo escolar sugere a necessidade de atenção e de inserção das atividades relacionadas à preservação desse patrimônio nos debates acadêmicos, na legislação brasileira, bem como levantamento cadastral de tais instituições e patrimônio.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Maria Siqueira. Museus Escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016. 297p. Orientador: Prof. Dr. Maria Amélia Gomes Souza Reis.

BARCELLOS, Guy Barros. Manual de implantação de Museus Escolares. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013.

BERRIO, Julio Ruiz. Los Museos de Educación y la Historia de la Educación. **BERRIO**, Julio Ruiz (Ed.). El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, PROJETO DE LEI N° 01-PL 01- 00490/2013 “Dispõe sobre a implantação de um museu em todas as escolas municipais” Disponível em <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2013/00/00/0H/UD/00000HUDU.PDF> Acesso: 12/07/2015

CANÁRIO, Rui. *A Escola Tem Futuro? Das Promessas Às Incertezas*. Porto Alegre: Artmed. 2006.

CARRILLO, Isabel. **COLLELDEMONT**, Eulàlia. **MARTÍ**, Jordi. **TORRENTS**, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica del patrimonio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011.

DESVALLÉS, André, **MAIRESSE**, François (Ed.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2010.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **SOARES**, Maria Leonor Barbosa. O projeto “Para um museu vivo da escola primária” – concepção e inventário. In **MENEZES**, Maria Cristina (org.) *Educação, Memória, História*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

_____. *Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa*. Pro-Posições. v. 16, n. I (46) -jan./abr. 2005.

LINARES, M^a Cristina: “Museos Pedagógicos - Museos Escolares - Museos de Historia de La Educación”. http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/educacion/programas/me/pdf/museos_pedagogicos_%20museos_escolares_museos_de_historia_de_educacion.pdf Acesso: 20/5/2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> Acesso: 14/04/2014

_____. Resolução N° 4, de 31 de Março de 2014 Acesso: 14/04/2014 https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=FNDE/MEC

_____. *Política Nacional de Museus Memória e Cidadania*, 2003, Brasília, DF Disponível https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf

_____. *Política Nacional de Museus Bases para a Política Nacional de Museus*, Brasília, DF Disponível <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf/f5c00b28-d460-4b5b-8342-2b547d2932d6> Acesso: 13/07/2015

O PROGRAMA MUSEU NA ESCOLA da Secretaria de Educação do Paraná Disponível em <http://www.museudafamilia.org.br/convite-colegios-e-escolas-pr-mais/> Acesso: 01/08/2014

PROJETO DE LEI 01-00490/2013. Disponível em www2.camara.sp.gov.br/projetos/2013/00/00/0H/.../00000HUDU.PDF

RESOLUÇÃO Nº 4, de 31 de Março de 2014 Disponível em <https://www.fnde.gov.br/.../UrlPublicasAction.php?...2014...> Acesso: 30/08/2014

VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012

WIT, Nara Beatriz. Ensino ou Memória? (In)visibilidade dos museus escolares em Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Curso de Museologia. Porto Alegre. 2013. Orientadora Zita Rosane Possamai.

Capítulo 2

ESTADO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA PRUDENCIANA CAJANGO: RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

*Fabiana Souza Andrade*²

1 Introdução

Na Idade Média as bibliotecas tinham por objetivo guardar e conservar as obras e seu conteúdo era limitado ao acesso por parte da realeza, dos nobres e do clero, sendo considerado um símbolo de poder e privilégio de poucos.

O processo para abertura de bibliotecas ao público em geral foi lento. Iniciou-se na Renascença, aproximadamente no ano de 1455, quando Johannes Gutenberg “inventou” a máquina de tipos móveis, o que reduziu o custo de livro, proporcionou o crescimento da produção e diminuiu seus custos (CHARTIER, 1999). Passou pelas iniciativas de proprietários de bibliotecas particulares que as abriram ao público e de livreiros que na busca pela divulgação de suas livrarias “[...] resolveram criar as chamadas ‘Salas de Leitura’ ou ‘Gabinetes de Leitura’, em 1761” (ARRUDA, 2000, p.5). Foi impulsionada no século XVIII, pela Revolução Industrial devido à necessidade de mão de obra alfabetizada,

1 Resultado das atividades desenvolvidas no projeto Um país se faz com homens e livros, iniciado e finalizado em 2014, composto pela bibliotecária Me. Fabiana Souza de Andrade, pela docente-bibliotecária Dra. Mariza Inês S. Pinheiro e os jornalistas Bel. João José Alencar e Esp. Wanderléia P. da Silva.

2 Fabiana Souza Andrade; Doutoranda do PPGS – UFSCar / Unemat. Biblioteconomista-Unemat; líder do Grupo de Pesquisa Poder, Fronteira, Estratificação e Memória (GPPFEM); fabianasouza@unemat.br

revitalizada pela Revolução Francesa (ARRUDA, 2000; BASTOS, 2010), mas só se concretizou no final do século XIX:

[...] somente as bibliotecas que surgiram na segunda metade do século XIX, nos países anglo-saxônicos, podem ser consideradas como sendo as primeiras bibliotecas verdadeiramente públicas, uma vez que foram criadas a partir das reivindicações do povo, ou seja, em conformidade com suas necessidades, cujas atividades voltavam-se para a comunidade em geral. (BASTOS, 2010, sem paginação).

A atual situação da biblioteca pública no Brasil é problemática. Elas passam por um momento histórico marcante e decisório para seu papel na sociedade, revendo aspectos relativos à sua missão, função e objetivos (AZEVEDO, 2012).

O primeiro e único até o momento, o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (doravante, BPMs) brasileiras realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra uma situação preocupante:

[...] em 2009, 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios. Em 13% dos casos, as BPMs ainda estão em fase de implantação ou reabertura e em 8% estão fechadas, extintas ou nunca existiram. Considerando aquelas que estão em funcionamento, são 2,67 bibliotecas por 100 mil habitantes no país.

Quase a metade possui computador com acesso à Internet (45%), mas somente 29% oferecem este serviço para o público. Os usuários frequentam o local quase duas vezes por semana e utilizam o equipamento preferencialmente para pesquisas escolares (65%). Quase todas as

bibliotecas funcionam de dia, de segunda à sexta (99%), algumas aos sábados (12%), poucas aos domingos (1%). No período noturno, somente 24% estão abertas aos usuários. Apenas 9% das BPMs oferecem serviços para deficientes visuais (audiolivros, livros em Braille etc.). No caso dos serviços especializados para surdos-mudos, deficientes mentais ou físicos, o índice cai para 6% das bibliotecas. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, 2010, sem paginação).

A quantidade de BPMs implantadas e em efetivo funcionamento são insuficientes, as dificuldades estruturais e de serviços são muitas e a falta de acessibilidade é gravíssima. Tudo isso representa um retrocesso social quando refletimos sobre o processo histórico da luta, lenta e gradativa, para que existisse um local público com disponibilidade de informação à comunidade em geral.

O Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas deixa claro os seguintes aspectos:

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e

serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. (IFLA; UNESCO, 1994, sem paginação).

A biblioteca pública tem um importante papel na vida do cidadão, nesse espaço ele pode aproximar-se do conhecimento registrado, ter acesso à informação e desenvolver uma visão crítica sobre tudo o que leu.

No caso da Biblioteca Pública Municipal Maria Prudenciana Cajango (doravante, BPMMP), além desse papel cabe à mesma constituir-se simbolicamente como o principal espaço cultural para a população da cidade de Alto Araguaia, uma vez que a cidade não conta com teatros e o cinema mais próximo fica em Mineiros-GO, distante 93 km.

Assim, a BPMMP além de toda contribuição já existente ligada a uma biblioteca pública, carrega em si a função de desenvolver a vida cultural da cidade de Alto Araguaia-MT, o que faz com que o funcionamento de seu espaço físico passe de uma função de relevância social para uma forma de inclusão sociocultural.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA PRUDENCIANA CAJANGO

Em 2014 a BPMMPMC funcionava em um prédio público com 174 m2 cedido pela Secretaria de Cultura do município de Alto Araguaia-MT que dista 421 km da capital.

Consta como data de inauguração em placa afixada na entrada, setembro de 1973, entretanto ao buscar o instrumento legal de sua criação encontrou-se apenas a Lei n 147/73 de 05 de julho de 1973 que dispõe sobre denominação da Biblioteca e convênio com o INL (Instituto Nacional do Livro).

Sendo que o Art. 4 fornece a seguinte redação: “Artigo 4 – O Sr. Prefeito Municipal fica autorizado a assinar convênio [...] para o fornecimento de livros e assistência técnica à Biblioteca criada por esta lei, propondo a inclusão no próximo orçamento de uma dotação [...]” (ALTO ARAGUAIA, 1973, p. 127, grifo nosso).

Com base na Lei n 147/73 e na placa de inauguração deduz-se que a biblioteca existe há mais de quarenta anos. Entretanto os registros existentes no local não possibilitam a contabilização imediata do acervo, pois apenas 2685 volumes estão registrados no livro tomo, sendo que aproximadamente mais uns 3000 volumes estariam registrados diretamente em um sistema informatizado, segundo informação fornecida em entrevista.

Os dados sobre os itens registrados no sistema não puderam ser determinados, pois o mesmo não está em funcionamento. Pelo mesmo fato não se conseguiu averiguar qual o sistema utilizado e se está de acordo com os padrões dos softwares de automação de biblioteca, apenas obteve-se a informação de que não se trata de software livre.

A IFLA e UNESCO (2001) recomendam quanto à relação de número de livros por habitante, alguns indicativos (Quadro 1).

Quadro 1 - Índice de aquisição da biblioteca pública

População (habitante)	Livros por pessoa/ano	Livros por cada 1.000 habitantes/ano
Menos de 25.000	0,25	250
Entre 25.000 y 50.000	0,225	225
Mais de 50.000	0,20	200

Fonte: IFLA; UNESCO (2001, p. 50, tradução nossa)

Desconsiderando-se o período de 1973-2001 (vinte e oito anos), ou seja, ano de inauguração da BPMMP (setembro/1973) até a data de publicação das diretrizes elaboradas pelas IFLA; UNESCO (2001) e considerando-se apenas o intervalo de 2002-2013 (onze anos) a unidade deveria ter um acervo de aproximadamente 41.506,00 volumes caso optasse por seguir as Diretrizes IFLA/UNESCO para El Desarrollo del Servicio de Bibliotecas Públicas (IFLA; UNESCO, 2001).

Quadro 2 - Progressão Estimativa de Aquisição de livros /ano para a BPMMPCC

Ano	Alto Araguaia-MT (população)	Livros por pessoa/ano (Menos de 25.000)	Estimativa de Aquisição anual
2002	11.545	0, 25	2886,25
2003	11.607	0, 25	2901,75
2004	11.738	0, 25	2934,50
2005	11.811	0, 25	2952,75
2006	11.883	0, 25	2970,75
2007	13.790	0, 25	3447,50
2008	14.324	0, 25	3581,00
2009	14.611	0, 25	3652,75
2010	15.644	0, 25	3911,00
2011	15.969	0, 25	3992,25
2012	16.284	0, 25	4071,00
2013	16.818	0, 25	4204,5
Total			41506,00

Fonte: Elaborada pela autora (2014) com base nos dados do IBGE: Contagem Populacional 2002-2009, Censo Demográfico 2010 e Contagem Populacional 2011-2013.

Percebe-se que durante os 41 anos de existência da BPMMPCC não houve um planejamento de desenvolvimento da coleção: a quantidade de acervo não cresceu, o que probabilisticamente deveria ter ocorrido, e o acervo não passou por desbastamento³ e descarte⁴, o que por consequência o caracteriza como desatualizado.

3 Desbastamento é o processo pelo qual se retiram do acervo títulos e/ou volumes seja para remanejá-los ou descartá-los (UNIRITTER, 2010).

4 “Descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras Instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço” (UNIRITTER, 2010, p.13). Fonte: UNIRITTER. Política de desenvolvimento de coleções. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/biblioteca/downloads/POLITICA_DE_COLECOES.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

O resultado identificado em Alto Araguaia-MT, infelizmente, reproduz a realidade da grande maioria das bibliotecas públicas brasileiras: 13% das bibliotecas públicas do país têm até 2000 volumes em seu acervo; 35% de todas as unidades do país têm acervo entre 2.001 e 5.000 volumes; 26% têm de 5.001 a 10.000 volumes e 25% têm mais de 10.000 volumes (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, 2010, sem paginação, grifo nosso).

Isso significa que alterar a situação araguiense é contribuir com uma mudança que refletirá no quadro geral do país, como bem nos relata Andrade (1957, p.8 apud ARAÚJO, 1985, p.112):

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas de nossa cultura, desde o de alfabetização até os da educação em nível de pós-doutoramento [...] mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional.

Entretanto, deve-se esclarecer que o ideal não é abarrotar as estantes com livros para que se alcance uma meta quantitativa de obras, pois isso seria apenas mascarar o problema. A solução passa pela ampliação quantitativa e qualitativa do acervo, a partir do estabelecimento e realização de ações que transformem a biblioteca em um espaço de acesso à informação de qualidade, seja ela no suporte papel ou digital, respeitando os interesses da comunidade. Ou seja, é resultante da implantação de uma Política de Seleção da Informação (PSI)⁵.

⁵ A PSI é uma atividade técnica científica especializada que tem por objetivo selecionar materiais informacionais para formar/desenvolver determinada coleção que atenda às necessidades específicas de um público também específico.

O diagnóstico verificou as instalações e estrutura física da biblioteca, conforme critérios apresentados na literatura biblioteconômica, a saber:

- (i) Ventilação, temperatura e defesa contra sinistros;
- (ii) Parte hidráulica e banheiros;
- (iii) Iluminação e parte elétrica;
- (iv) Teto e piso.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa com abordagem qualitativa por meio de observação direta, análise de imagens registradas (fotografia) e anotação de relatos orais coletados.

Vale ressaltar que o prédio em que a BPMMPCC está localizada atualmente não possui valor arquitetônico representativo de nenhum período histórico em específico, tendo apenas valor de uso ligado à sua estrutura e ao fato de abrigar uma biblioteca pública. Devido a este fato, o estudo resumiu-se a uma análise da preservação e conservação com caráter biblioteconômico deixando a metodologia de “mapeamento de danos” e “mapa de danos” para definir a situação (danos e indicações de reparo) a cargo de estudos futuros realizados por engenheiros e arquitetos.

Após a leitura das fotografias, executou-se a descrição, a identificação, a interpretação da situação da biblioteca. A observação também identificou o quantitativo do acervo material e se a biblioteca possuía políticas de preservação contra sinistros, uma vez que a mesma

se localiza próximo ao Rio Araguaia que apresenta um histórico de enchentes.

Além disso, propôs-se ações de preservação e conservação de documentos que podem ser adotadas na biblioteca.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de preservar e conservar os documentos alocados na biblioteca, faz-se necessário observar o espaço físico no qual o acervo está acondicionado.

4.1 Ventilação, temperatura e defesa contra sinistros

Através das sequências de imagens da Foto 1 visualiza-se que a ventilação é inadequada: as janelas não permitem circulação de ar na biblioteca; não há sistema de ar-condicionado; há apenas um ventilador para refrigerar o salão em que se localiza a área de armazenamento do acervo, o espaço de atendimento/ambiente de estudo em grupo e o corredor; o corredor e o palco mais ao final não apresentam entradas de ar.

Foto 1 - Ventilação



Fonte: Wanderléia Pereira (2014)

A Foto 1 (mosaico 4. Vista traseira da biblioteca) demonstra que a ventilação desta parte do prédio acontece por meio de duas janelas de banheiro. A biblioteca possui ainda dois ventiladores de teto, um na sala 2 e outro na 4. O ventilador da sala 4 não tem capacidade para ventilá-la, já que a mesma tem uma divisão interna feita por parede de gesso e o equipamento ventila apenas um dos ambientes.

No quesito prevenção contra sinistros (enchentes e incêndios) o espaço encontra-se completamente desprotegido. Localiza-se em uma região que já foi vitimada por enchentes (sua rua lateral é banhada pelo Rio Araguaia), não há sistema de prevenção contra incêndios ou extintores, não há sinalização e circuitos de saídas de emergência, não há dutos de ventilação que auxiliem em caso de propagação do fogo, as janelas estão emperradas e a parte elétrica apresenta problemas que podem vir a ocasionar sinistro (quanto a este último ver a subseção 3.4 Iluminação e parte elétrica).

4.2 Parte hidráulica e banheiros

Os banheiros necessitam de reformas e adequação às normalizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para atendimento de pessoas com deficiência (NBR 9050:2004).

A seqüência de imagens da Foto 2 apresenta o vaso sanitário danificado do banheiro feminino o que fez com que o mesmo fosse interditado; no banheiro masculino há um mictório inutilizado; existem ralos sem proteção contra a entrada de pragas⁶; existem tubulações que estão aparentes.

Foto 2 - Parte hidráulica e sanitários



Fonte: Wanderléia Pereira (2014)

⁶ Na planta baixa o local está descrito como sala 3, mas na realidade é um banheiro.

4.3 Iluminação e parte elétrica

Quanto à iluminação verifica-se na sequência de imagens apresentadas na Foto 3 que a quantidade de lâmpadas existentes no espaço de armazenamento do acervo é insuficiente para iluminá-lo, além disso, dos dois pontos para iluminação apenas um tem lâmpadas instaladas e que funcionam; o mesmo acontece com o espaço destinado ao atendimento e estudo em grupo o que prejudica a saúde visual de quem faz uso do espaço; há ambientes sem nenhuma lâmpada ou com instalações sem proteção o que pode ocasionar curto circuito, sendo estes em certos situações a causa inicial de sinistros. Por ter um perímetro muito longo (14,64 m) o corredor não tem nenhuma incidência de luz o que prejudica a luminosidade da biblioteca.

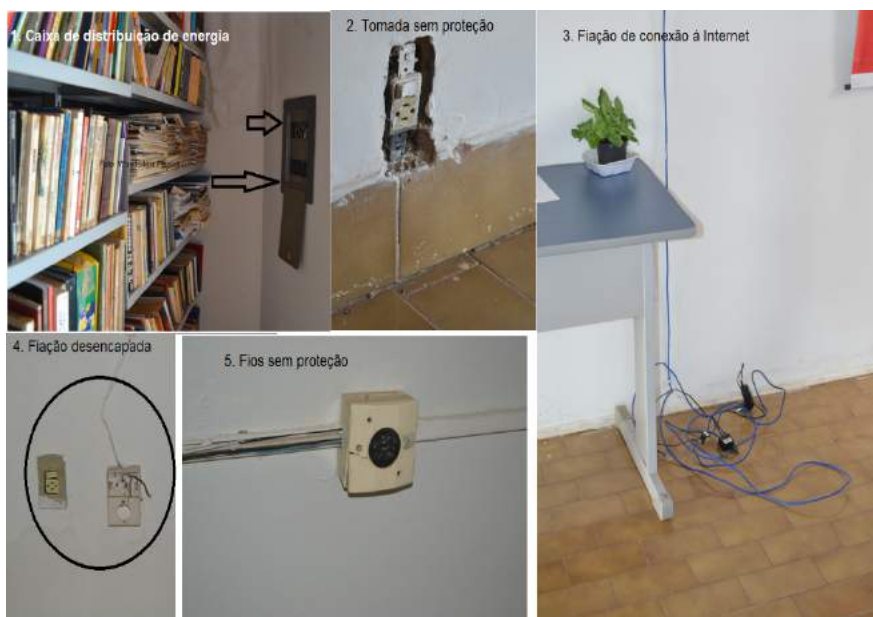
Foto 3 - Iluminação



Fonte: Wanderléia Pereira

Quanto à parte elétrica através das sequências de imagens da Foto 4 identifica-se que a caixa de distribuição de energia elétrica encontra-se muito próxima ao acervo e ao material que serve de cortina nas janelas, além disso a fiação da caixa está toda solta internamente; as tomadas estão sem proteção e algumas possuem fios desencapados; há fios de conexão à Internet sem isolador.

Foto 4 - Parte elétrica



Fonte: Wanderléia Pereira (2014)

4.4 Teto e piso

Quanto ao teto, observa-se na sequência de imagens da Foto 5 os seguintes pontos: apresenta danos em diversos locais o que pode vir a ocasionar acidente caso partes dele caiam sobre alguém. Além

disso, o material é de alta combustão (madeira) e de fácil proliferação de pragas (cupins).

Já quanto ao teto, o mesmo não é estável, apresenta leves trepidações e características que reduzem a mobilidade, o que pode ocasionar quedas, dificulta a locomoção de cadeiras de rodas e é um risco para pessoas com deficiência visual.

Foto 5 - Teto e piso



Fonte: Wanderléia Pereira (2014)

5 RECOMENDAÇÕES

Segundo Bernardino e Suaiden (2011, p.1):

[...] o lugar da biblioteca pública na sociedade, seu papel fomentador da leitura e da cultura e a relação intrínseca com a comunidade, gerando conhecimento e favorecendo a cidadania são aspectos apontados, respaldados pelos

ditames do Manifesto da UNESCO, que traz a biblioteca pública como porta de entrada para o conhecimento.

Após a observação das fotografias e diagnósticos apresentados nas subseções 3.1 Ventilação, temperatura e defesa contra sinistros, 3.2 Parte hidráulica e banheiros, 3.3 Iluminação e parte elétrica e 3.4 Teto e piso percebe-se a emergência das seguintes ações que podem contribuir para a preservação e conservação do acervo Biblioteca Pública Municipal Maria Prudenciana Cajango, conforme recomendações biblioteconômicas:

- Implantar um sistema de ventilação adequada que mantenha a temperatura em torno de 18 e 19 graus centígrados na área de armazenamento do acervo o que contribui para o aumento de sua útil, conservação e preservação. E em torno de 22 a 24 graus centígrados no espaço destinado aos usuários e recursos humanos com vistas ao seu conforto enquanto estiverem no local (FBN; CSNBP, 2000);
- Implantação de um sistema de segurança contra incêndio e um plano de ação do resgate do acervo em caso inundações ou incêndios, urgente. Pois além da biblioteca não apresentar defesa em caso de problemas nestas áreas, a situação se agrava com o fato de a cidade não possuir Corpo de Bombeiros que possa socorrê-la em uma emergência;
- Rever as entradas, portas dos banheiros, espaços entre as estantes e demais espaços físicos minimizando as barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência de acordo com exigências das normas vigentes da NBR 9050: 2004

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004);

- Rever todo o sistema de iluminação, efetivando um projeto que una economia financeira, segurança e iluminação adequada dos espaços. Na área destinada ao armazenamento do acervo, de preferência, verificar a viabilidade de instalação de sensores de iluminação que são acionados por movimento, o que faz com que não haja grande incidência de raios UV sobre as obras e proporcione diminuição no gasto de energia elétrica;

- Sugere-se o uso de persianas plásticas (cor clara) nas janelas para auxiliar na iluminação e ventilação dos espaços;

- Rever as cores do edifício e do teto, buscando as que melhor reflitam a luminosidade e proporcionem a sensação de aumento do espaço;

- Reforma do piso, janelas e portas;

- Sinalização e otimização do espaço e acervo;

- Reforma do teto que representa perigo para os usuários, estudo de altura e cores mais adequadas para o mesmo. Além de precauções contra possíveis goteiras e pragas;

- Rever espaços para acervo e balcão de atendimento ao público com vistas a diminuir ruídos que atrapalhem o uso da biblioteca.

- A realização da metodologia de “mapeamento de danos” e “mapa de danos” para definir a situação (danos e indicações de reparo) por engenheiros e arquitetos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do diagnóstico, identificou-se que a Biblioteca Pública Municipal Maria Prudenciana Cajango possui um pequeno acervo se considerado que ela foi fundada há mais de quarenta anos conforme a Lei n. 147/73 de 05 de julho de 1973, que dispõe sobre denominação da Biblioteca e convênio com o INL (Instituto Nacional do Livro).

Por meio das imagens fotográficas das instalações e estrutura física da biblioteca permitiu-se conhecer sua situação, características, identificar os aspectos que necessitam de melhorias e propor ações.

É sabido que somente através da educação a sociedade se modifica e evolui. Inserida em um contexto de socialização, a educação é um processo que envolve transmissão de informações, cultura, saberes e experiências. Assim, a biblioteca é o espaço que promove a formação, a partilha e a cidadania, o que as liga diretamente.

A reestruturação da Biblioteca Pública Municipal Maria Prudenciana Cajango é de extrema importância para a comunidade, pois ela precisa proporcionar um ambiente convidativo, aconchegante e com profissionais com perfis específicos a cada atividade estabelecida para que o aprender e o lazer possam se unir em prol da liberdade da imaginação e da construção do conhecimento.

A biblioteca é uma fonte de informação onde se encontram muitas respostas para as pesquisas e as reais necessidades informacionais,

além das viagens que as crianças fazem no mundo da imaginação através das leituras; sonhos que, muitas vezes, quando adultos, podem se tornar realidade.

Neste sentido que as ações propostas contribuem para a preservação e conservação do acervo da Biblioteca Pública Municipal Maria Prudenciana Cajango.

7 REFERÊNCIAS

ALTO ARAGUAIA. Lei municipal nº 147, de 05 de julho de 1973. Dispõe sobre denominação da biblioteca e convênio com o INL. In:_____. Livro de Leis 07: início 29/10/1970 – última Lei nº176/1974. p. 128-127.

ARRUDA, G. M. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Rio Grande do Sul. *Anais...* Rio Grande do Sul: PUCRS, 2000.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO do Ministério da Cultura. Brasil. Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. IN: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, Secretaria de Articulação Institucional e Ministério da Cultura. Brasil. Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Relatórios de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AZEVEDO, F. C. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.17, n.2, p.2-25 abr./jun. 2012.

BASTOS, G. G. Bibliotecas: uma reflexão história acerca da constituição dessas instituições. *Revista Linguagem*, São Carlos, Edição 17, 2010. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguagem/edicao17/art_bastos.php>. Acesso em: 05 jun. 2014.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011.

CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

IFLA; UNESCO. IFLA/UNESCO Public Library Manifesto, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifa.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em 05 jun. 2014.

_____. Directrices IFLA/UNESCO para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas, 2001. Disponível em: <<http://archive.ifa.org/VII/s8/news/pg01-s.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Capítulo 3

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

*Claudiana Cruz dos Anjos*⁷

1 Introdução

O presente artigo consiste em uma análise do Inventário de Bens Imóveis da Rede Ferroviária realizado pelo IPHAN⁸ – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Piauí, considerando-o como um documento importante sobre este patrimônio, cuja elaboração teve por finalidade identificar, conhecer e proteger seus bens em nome da preservação da memória ferroviária. É, portanto, produto de um determinado contexto, época e interesses institucional, social e político a serem apresentados ao longo do texto.

Interessa verificar em que medida este inventário contribui para o conhecimento do patrimônio ferroviário como objeto sistêmico, cuja seleção e preservação deve se dar através da apreensão adequada da natureza específica dos bens ferroviários estruturados em rede, de maneira a preservar aquilo que se constitui sua própria essência – sua sistemicidade e sua funcionalidade, conforme contribuição de Freire (2015, p.13) sobre o estudo desse patrimônio. Essa abordagem faz parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal

7 Claudiana Cruz dos Anjos; mestranda; Universidade Federal de Pernambuco; claudicruz06@hotmail.com.

8 Instituição de preservação do patrimônio cultural brasileiro criada em 1937 pelo Decreto Lei de nº 25.

de Pernambuco – UFPE, em que a investigação sobre o patrimônio ferroviário se dedica à sua dimensão funcional, compreendendo que há uma lógica funcional que articula suas estruturas e bens e expressa os valores deste patrimônio.

Neste artigo pode-se entender o inventário como fonte de um saber, capaz de propiciar análises e interpretações distintas sobre os bens culturais, possibilitando novas abordagens e a ampliação do conhecimento sobre os mesmos, bem como estratégias para sua preservação, o que justifica a longevidade de sua utilização.

Para chegar ao contexto que fomentou a realização do inventário dos bens ferroviários em todo o país fez-se um rápido panorama sobre como este instrumento fora assumindo um papel cada vez maior e mais relevante na preservação do patrimônio cultural no Brasil. No glossário disponibilizado pelo IPHAN em sua página eletrônica consta o verbete Inventário, de acordo com este:

Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. (MOTTA; REZENDE, 2016, p.1).

Destaca-se que desde sua criação em 1937, o IPHAN lança mão de inventários para o cumprimento de sua missão preservacionista, inicialmente voltado para os monumentos arquitetônicos e oriundos de iniciativas pontuais, ao longo do tempo fora incorporando outros

objetos à medida que a concepção de patrimônio se ampliava na instituição.

Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas, iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do nosso patrimônio cultural, ameaçado pelas reformas urbanas e por uma idéia simplista de modernização, luta que desembocaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares viriam à tona: inventariar, o que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história, e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras. Estas duas idéias, nascidas gêmeas, seguiram caminhos distintos. (AZEVEDO, 1987, p.82).

Esse comentário expressa bem como a prática da inventariação de bens de interesse de preservação foi adotada inicialmente em âmbito federal. De acordo com este autor a realização de inventários se confundiu com o tombamento, ou seja, foi aplicado somente a bens excepcionais, reduzindo-se, assim, a uma atividade limitada e dependente. Na década de 1970, em razão de uma nova agenda política e institucional vinculada ao turismo como um vetor importante de valorização do patrimônio e desenvolvimento regional e sob uma nova atitude preservacionista (inspirada nas recomendações internacionais para a realização de inventários)⁹, se dissemina a ideia de inventariar os bens culturais no Brasil.

Com a Constituição Federal de 1988, que prevê em seu art. 216 que o poder público, juntamente com a sociedade, deverá promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários

⁹ Refere-se também à ampliação da concepção de patrimônio pelo IPHAN em 1979 com a fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC.

[grifo nosso], registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988), o uso do inventário como instrumento autônomo de proteção, complementar ao tombamento, ganha espaço nas discussões, mas sem alcançar efetivamente a prática de produção de inventários que se mantém voltada para a identificação, documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais. Apesar disso, o art. 216 ao estabelecer que constitui patrimônio cultural brasileiro os bens¹⁰ de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL,1998) acabou por contribuir para seu aprimoramento. Para Lia Motta e Maria Beatriz,

O novo enfoque sobre o universo de bens a ser identificado e valorado vem se somar à abordagem baseada em valores artísticos e históricos, tradicionalmente utilizada no acautelamento dos bens de natureza material desde 1937. Assim, de uma só vez, a Constituição trouxe para a cena das práticas de preservação novos sujeitos, objetos e referências que devem estar presentes nos processos de identificação e de atribuição de valor aos bens como patrimônio cultural. Tais processos passaram assim a requerer procedimentos e metodologias de inventariação adequados à compreensão dos bens como detentores de referência cultural. (MOTTA; REZENDE, 2016, p.03).

10 I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Porta (2012) considera que o Instituto avançou de forma muito lenta em relação à renovação dos seus instrumentos de proteção. De acordo com a mesma, foi na década de 2000 que os princípios modernizadores estabelecidos pela Constituição de 1988 finalmente começaram a ser traduzidos em ação, trazendo diversas inovações para a política de preservação do patrimônio (PORTA, 2012, p.7).

Haveria, portanto, na ótica da instituição, uma nova perspectiva para os inventários, como uma ação de preservação enquanto registro e documentação e como instrumento de gestão, merecendo assim maiores investimentos. Apesar desse maior interesse, a referida perspectiva não inclui sua adoção como instrumento próprio de acautelamento, como preconizado na Constituição, mantendo-se a tradição quanto aos objetivos para sua aplicação, promover o conhecimento sobre os bens (de natureza diversa) para subsidiar sua proteção e gestão por meio do arcabouço legal existente, no caso: o Decreto Lei nº 25/37 que dispõe sobre o tombamento; a Lei nº 3.924/61 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; o Decreto nº 3551/2000 já informado; o Decreto nº 7.387/2010 que dispõe sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística; e a Lei nº 11.483/2007 que não consiste em uma legislação voltada para o patrimônio cultural como as demais, mas que acabou por determinar os parâmetros para a política de preservação do patrimônio ferroviário brasileiro. É nesse contexto que se insere o inventário dos bens ferroviários.

2 O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ

Com a liquidação e extinção da empresa responsável pela operação ferroviária no Brasil, a Rede Ferroviária Federal S/A -

RFFSA, por meio da Lei de 2007 supracitada, os bens não alienados até aquele momento passaram para a tutela do governo federal, e, por sua condição de propriedade da União foi estabelecido aos órgãos do governo federal responsabilidades quanto à destinação dos bens remanescentes desta atividade, o que atingiu o IPHAN. De acordo com o artigo 9º deste diploma legal¹¹, ao Instituto é atribuído o dever de receber e administrar os bens móveis e imóveis advindos da atividade ferroviária considerados significativos para a preservação de sua memória por seus valores artístico, histórico e cultural, e, portanto, zelar por sua guarda e manutenção. (BRASIL, 2007).

Com base nas páginas eletrônicas do IPHAN e do Ministério dos Transportes, e referências fornecidas por Cavalcanti, Carneiro e Giannecchini (2012), os dados apresentados em 2007 pela Inventariança¹² da extinta RFFSA davam conta de um acervo de aproximadamente: 52 mil bens imóveis, entre terrenos e edificações distribuídos em cerca de 28.190 quilômetros de extensão de ferrovias; além de cerca de 15 mil bens móveis¹³ classificados por esta empresa como de valor histórico, compreendendo uma parcela dos 34.000 bens móveis localizados nos

11 Este também prevê que no caso de bens operacionais, cuja propriedade pertence ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, o IPHAN deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário. A este Departamento cabe implementar a política de transportes rodoviário, aquaviário e ferroviário no Brasil.

12 Processo instituído pelo Ministério dos Transportes, para inventariar e listar os bens móveis, imóveis e acervo documental, as obrigações e direitos da RFFSA, e entre outras obrigações, definir os órgãos sucessores e suas atribuições em relação ao espólio que seria a eles transferido, conforme dispositivos legais específicos. Ver Santos (2015).

13 Compreende: material rodante (locomotivas de passageiros, carro-restaurante, vagões de carga, entre outros); acervo documental (bibliográfico, arquivístico, fotográfico, mapoteca, entre outros); acervo museológico (mobiliário, relógios, sinos, entre outros).

escritórios, almoxarifados, depósitos e pátios da recém extinta RFFSA, cujo número final permanece não contabilizado; e por fim, 31.400 metros lineares de acervo documental, 118.000 desenhos técnicos, 74.000 itens bibliográficos.

Em razão da vastidão desse acervo e das obrigações estabelecidas inaugura-se no IPHAN um novo momento em relação à conservação e proteção do patrimônio ferroviário, logo, questões importantes precisaram ser resolvidas pela instituição sobre: a propriedade dos bens, a adoção de um instrumento de proteção compatível a um acervo de grandes proporções e que cortava fronteiras físicas e administrativas, e a sua efetiva conservação. Para este órgão, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário instituída por meio da Portaria¹⁴ n° 407/10 constituiu-se nesse novo instrumento e em uma resposta a estas questões.

Com a Lei e a Portaria supracitadas, diferentemente do tombamento¹⁵, a seleção e reconhecimento dos bens ferroviários como patrimônio cultural passou a ser vinculada não só à identificação de seus valores culturais, mas, principalmente, à definição de sua destinação. Assim, a preservação dos bens ferroviários atrelada à reutilização é o que define a aplicabilidade desse novo instrumento sobre o patrimônio ferroviário, percepção de Santos (2015, p.65) compartilhada por esta pesquisadora. Na presente análise, esta vinculação à existência de interesse de uso quando da seleção dos bens ferroviários tem resultado em uma proteção parcial e que não compreende a lógica espacial e funcional da rede ferroviária, por voltar-se para os bens isolados ou com maior capacidade de requalificação, como as estações e pátios

14 Sobre o processo de discussão institucional que levou à Portaria ver Prochnow (2014).

15 Instrumento de proteção dos bens materiais instituído pelo Decreto Lei n° 25/37.

ferroviários, muitas vezes deixando à margem estruturas essenciais para compreensão da sua funcionalidade, a exemplo das edificações de função residencial. A produção do inventário dos bens ferroviários configura-se como um recurso para subsidiar essa política.

A exemplo dos países europeus pioneiros na preservação do patrimônio industrial, contexto em que se insere o ferroviário, o passo inicial para ampliação do conhecimento sobre o acervo da extinta RFFSA foi a realização de inventários. Desse modo, entre os anos de 2008 e 2009 fora realizado em todo o Brasil o Inventário dos Bens Imóveis da Rede Ferroviária pelo IPHAN por meio de suas superintendências. De forma geral, este inventário consistiu em uma pesquisa de caráter historiográfico e na identificação *in loco* da sua arquitetura e obras de arte de engenharia (pontes, pontilhões, túneis, caixas d'água, entre outros). Teve por objetivo a produção de informações sistematizadas sobre as características físicas do acervo remanescente da atividade ferroviária, com informações cadastrais e fotográficas; localização; além das condições de uso e conservação dos imóveis, de modo a promover sua documentação e a subsidiar o Instituto na seleção dos bens considerados significativos para preservação da memória ferroviária.

A partir da análise dos itens que compõem o referido procedimento de investigação e levantamento dos bens ferroviários, nota-se que as três questões apontadas acima, referentes à propriedade, dimensão e vastidão do acervo, e à sua efetiva conservação permearam a elaboração deste inventário pelo IPHAN. Conforme mencionado, além dos aspectos físicos, o inventário dos bens ferroviários também buscou identificar a situação dos imóveis quanto à sua condição de uso e ocupação, requisitos fundamentais para o cumprimento da Lei nº

11.483/2007, considerando as obrigações que a mesma estabeleceu ao IPHAN e a política de preservação definida por este órgão.

O inventário realizado pela superintendência do IPHAN no Piauí é objeto de interesse por considerar que o mesmo pode revelar muito sobre o acervo ferroviário desse estado e, principalmente, sobre sua preservação. Neste estado a ferrovia¹⁶ legou um acervo relativamente pequeno de bens imóveis, compreendido por edificações isoladas ou conjuntos arquitetônicos, equipamentos e supraestruturas vinculados à atividade operacional, como estações, armazéns, oficinas, pontes e caixa d'água; e edificações de caráter social, como vilas, residências e clubes. De acordo com o Manual de Incorporação e Destinação de Imóveis oriundos da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA são 224 registros de edificações e 265 de terrenos.

Devido a limitações financeiras e de pessoal, e sobremaneira, ao processo de maturação pelo IPHAN quanto à definição das informações e padrão que deveriam compor o inventário nacional dos bens ferroviários, no IPHAN/PI sua realização se deu através de duas ações. A primeira, em 2008, compreendeu uma pesquisa histórica e a identificação do acervo *in loco* a partir dos dados publicizados pela extinta RFFSA e sua Inventariança, o que possibilitou, não só um primeiro contato com bens localizados ao longo da malha ferroviária no estado, como também o conhecimento sobre sua organização espacial e administrativa.

16 A malha piauiense apresenta uma extensão de 523 km e é composta de três eixos ou linhas: Linha 01 - Teresina (capital) a Luís Correia (litoral do estado); Linha 02 - capital ao Estado do Ceará; e Linha 03, isolada das demais, de Paulistana a Acauã, sul do estado.

Para este inventário foi adotado um conjunto de fichas fornecido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, localizado na sede da instituição em Brasília, produzido especificamente para os bens ferroviários e encaminhado às superintendências para respectiva adoção. Tal inventário fora realizado por meio de contratação de empresa especializada no campo do patrimônio cultural, compunha o mesmo: Ficha 01 – Listagem geral; Ficha 02 – Ficha índice; Ficha 03 – Planilha tabulação de dados; Ficha 04 – Ficha síntese; Ficha 05 – Registro Fotográfico; Ficha 06 – Registro Gráfico; e um Relatório Síntese com a pesquisa histórica sobre a malha ferroviária do Piauí.

Um dos aspectos importantes dessa documentação é a presença de planilhas referentes à organização da malha ferroviária e disposição de seus bens imóveis em relação à linha/ramal, os municípios, e a identificação dos bens em conformidade com a tipologia ferroviária, sendo este o ponto de partida para o processo de cadastramento das informações (Listagem geral; Ficha índice; Planilha tabulação de dados).

Nesse primeiro momento, a ficha referente à identificação dos bens imóveis consistia quase que em um arrolamento, uma vez que se apresentava de forma bastante simplificada, contendo imagem do imóvel, itens referentes à caracterização tipológica, identificação e localização do imóvel, seu estado de conservação e preservação, e itens interessados nos usos pretéritos, atual e futuro do mesmo, sua proteção e valor cultural. Importante destacar esses últimos itens, pois na ficha deveria ser assinalada a existência ou não do valor cultural do imóvel e a proteção proposta para o mesmo.

Foto 1 - Ficha Individual do Inventário dos Bens Imóveis da Rede

 Patrimônio Ferroviário do Piauí		19ª
Linha: 0000		Linha: 1
		cód. 05.01.005.0
MUNICÍPIO:	Altos	
DENOMINAÇÃO:	Caixa D'água	
ENDEREÇO:	Rua José Olindo	
PROPRIETÁRIO:	Provavelmente CRN - Companhia Ferroviária do Nordeste.	
TIPOLOGIA:	Vernacular	VALOR CULTURAL* <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
FORMA CONJUNTO*:	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	POSSUI VIGILÂNCIA* <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
USO ORIGINAL:	Caixa D'água	USO ATUAL: Caixa D'água
EXISTE INTERESSE LOCAL NA UTILIZAÇÃO DO BEM*:	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
POSSUI BENS MÓVEIS, INTEGRADOS OU ACERVO ARQUEOLÓGICO*:	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
QUE TIPO*:		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	<input type="checkbox"/> bom <input checked="" type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> precário <input type="checkbox"/> em ruínas	
NÍVEL DE PRESERVAÇÃO:	<input type="checkbox"/> íntegro <input checked="" type="checkbox"/> modificado <input type="checkbox"/> totalmente alterado	
COORDENADAS GPS E OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:	ZONA ESTE NORTE ALTITUDE DATA 23M 781914.2 9443363.9 178.209 10/17/2008 PT 24 as 09h32min; Intervenção com novas instalações hidráulicas - canos.	
PROTEÇÃO EXISTENTE:	Não	PROTEÇÃO PROPOSTA: Não
		DATA: 06/01/2008
		TÉCNICO RESPONSÁVEL:



Fonte: Iphan, 2008.

Com a execução deste inventário verificou-se, não só no Piauí, mas também nos demais estados onde essa ação também se desenvolvia, que a atribuição de valor cultural apenas com base nos dados levantados se mostrava extremamente problemática. Que critérios deveriam nortear tal escolha? Quem devia fazê-la? Este segundo questionamento também permeou as discussões internas à instituição posto que os inventários estavam sendo realizados por terceiros (empresas contratadas) e não pelos técnicos da instituição. Tal situação levou a reajustes na condução do inventário, cabendo sempre ao IPHAN a manifestação quanto à identificação do valor cultural dos bens ferroviários, desse modo, este campo deveria permanecer vazio, cabendo à superintendência analisá-lo¹⁷. Além de um flagrante desconhecimento do patrimônio ferroviário e de suas especificidades,

¹⁷ Esta autora participou desses momentos de discussão por ocupar cargo de Chefe Técnica no IPHAN/PI entre 2005 e 2010.

a presença desse item na ficha (a ser respondido com sim ou não) demonstra também que o inventário foi elaborado, de fato, com o fim de atender às demandas legais, sendo o conhecimento do acervo e de sua condição de uso o caminho para atingir tal objetivo.

Embora este inventário possa ser caracterizado como um inventário nacional, não raro as superintendências promoveram alterações ou acréscimos às fichas elaboradas pelo Departamento, adaptando-as a seus interesses, condições locais e aos recursos financeiros disponíveis. No Piauí foi acrescida a ficha para o registro gráfico e a pesquisa histórica se restringiu aos acervos localizados no estado e aos disponibilizados na rede mundial de computadores, o que limitou o acesso às fontes primárias e a qualidade dessa pesquisa.

A segunda etapa¹⁸ do inventário no Piauí realizada no ano seguinte (2009) partiu dos dados já levantados, ampliou a identificação *in loco* dos bens remanescentes da rede e incorporou um novo conjunto de fichas de cadastramento dos imóveis também definido pelo DEPAM e compartilhado com as superintendências. Compreendia: Ficha 01- Listagem geral; Ficha 02 - Síntese da Linha; Ficha 03 - Ficha de Campo Individual para Bens Imóveis; Ficha 04 - Planilha de Tabulação de Dados, e; Ficha 05 - Ficha de registro fotográfico.

As alterações mais significativas se deram na ficha individual que passou a conter mais itens relacionados à caracterização física; manteve itens relativos aos usos e interesse de uso do mesmo, visto que estas informações continuavam pertinentes para a decisão institucional de valoração ou não do imóvel; mas alterou a forma de apresentação dessa manifestação. Esta deveria ser apresentada pelo IPHAN por

18 Também realizada por meio da contratação de empresa especializada.

meio do preenchimento de campos exclusivos para a instituição na Planilha de Tabulação de Dados. Ou seja, saía da ficha de campo, mas mantinha-se a idéia da decisão da superintendência sobre a valoração do imóvel por meio de um campo a assinalar com sim ou não. Tal solução ilustra o entendimento de Prochnow (2014) de que a Lei nº 11.483/07 visava atender a um patrimônio em massa e que o IPHAN, de algum modo, incorporou esta leitura em seus instrumentos de conhecimento e proteção, sem maiores questionamentos conceituais, além do desconhecimento dos atributos do patrimônio ferroviário que guardam seus valores. Desse modo, embora a política de preservação dos bens ferroviários estivesse se delineando com maior clareza na instituição nesse momento, culminando com a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário em 2010, os itens que compunha esse inventário já apontavam claramente os caminhos a serem trilhados pela mesma.

As fichas utilizadas nesta segunda etapa de trabalho foram elaboradas no bojo do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, no entanto, a partir da observação da organização das mesmas, em especial de suas planilhas iniciais, nota-se que há um rigor quanto à observância da lógica de implantação, identificação e seqüenciamento da malha ferroviária e de seus bens no território, preocupação presente desde o modelo anterior, caracterizando-se como um método ou procedimento para iniciar o processo de inventariação dos bens, o que pressupõe a colaboração de técnicos vinculados à extinta RFFSA ou Inventariança na elaboração do inventário. Essa colaboração talvez tenha sido mais determinante para a feição desse documento que propriamente a metodologia definida pelo SICG, que ainda se encontrava em construção e sobre o qual pairavam muitas dúvidas, de acordo com artigo de Martins e Rossignolo (2013) apresentado durante o fórum de Ouro Preto-MG.

Em 2012 os dados das duas ações supracitadas foram organizados em documentação única, recebendo pequenas complementações e atualizações referentes à correção ortográfica (sem alteração de conteúdo), unificação de dados, além da elaboração de um texto com a classificação tipológica dos bens inventariados. Entre as atualizações é importante destacar a reorganização da sequência dos bens imóveis em relação à malha, necessária em razão da unificação dos dados e feita com base em dados diretos da extinta RFFSA. Campos não preenchidos nos inventários anteriores permaneceram vazios e a planilha de Tabulação de Dados fora suprimida nessa nova organização.

Desse modo o inventário da rede ferroviária do Piauí passou a ser composto pelo seguinte conjunto de fichas - Listagem geral, Ficha com mapa do município e linha ferroviária; Ficha individual para bens imóveis, Ficha individual de registro fotográfico (imagens atualizadas), e Ficha individual de registro gráfico, mantendo o modelo de 2009 -, relatório contendo a análise tipológica dos bens imóveis e a síntese histórica, cujo teor constava na ficha Síntese da Linha. Tudo reunido em quatro volumes sob o título Inventário do Patrimônio Ferroviário do Piauí: bens imóveis.

Com essa sistematização, o acervo identificado e inventariado no Piauí perfaz um total de 179 edificações, equipamentos de apoio (poço, caixa d'água, subestação, casa de bomba) e obras de arte de engenharia (pontes e bueiros), localizados nas três linhas e um ramal que compõem sua malha ferroviária. Destaca-se que este número é maior, pois as vilas foram identificadas em uma única ficha, sendo possível conhecer o número de edificações que as compõe através dos campos de descrição da área/conjunto e através do código da RFFSA com a identificação de cada edificação. No entanto, esse último aparece em poucas fichas e na

descrição nem sempre é informada a quantidade de edificações, a ficha de registro fotográfico também auxilia nessa verificação.

Atualmente o inventário do patrimônio ferroviário conta com uma ficha específica no SICG, a M306 do módulo Cadastro, disponibilizada no sistema interno da página eletrônica do órgão. Embora esta tenha sofrido alterações quanto à organização e redistribuição dos dados, seu objetivo e o escopo geral dos itens se mantiveram fiel aos dos inventários anteriores.

Com o desenvolvimento do inventário ferroviário desde 2007, nota-se uma complexidade maior na sua realização. A versão atual e completa do mesmo possibilita uma melhor incorporação e articulação das informações relacionadas aos contextos históricos, econômicos e sociais em relação às primeiras experiências, aspectos importantes para a apreensão desse patrimônio e de seus valores.

3 ANÁLISE DO INVENTÁRIO DOS BENS IMÓVEIS DA REDE FERROVIÁRIA DO PIAUÍ

Explicitados o contexto institucional e legal que levaram à elaboração do inventário dos bens imóveis da rede ferroviária federal, as condições em que o mesmo fora executado pelo IPHAN-PI, por quem e para que, ou seja, suas origens, finalidades e objetivos, e ainda suas limitações, interessa, por fim, realizar a análise proposta.

Entende-se, inicialmente, que este documento se enquadra no rol dos inventários de conhecimento desenvolvidos pela instituição ao longo de sua existência e se apresenta como importante instrumento da política de preservação vigente. Essa avaliação se deve, particularmente, aos itens que compõem o inventário, definidos, como visto acima, para

subsidiar a ação institucional. Estes podem ser caracterizados em três tipos: o primeiro voltado para o conhecimento da malha ferroviária e das características físicas dos seus bens imóveis; o segundo, para o estado de conservação e preservação dos mesmos; e o terceiro, para os usos existentes e possíveis interessados nos bens inventariados. A análise a seguir explora como a organização do inventário e os itens referentes a cada um dos tipos identificados acima colaboram ou não para o conhecimento do patrimônio ferroviário e suas especificidades.

3.1 A malha ferroviária e seus bens imóveis

Um primeiro aspecto refere-se à organização do inventário, este é iniciado com os relatórios contendo a Síntese histórica, Análise tipológica e Listagem geral dos bens imóveis - Volume 01, seguido dos volumes que reúnem as informações sobre cada imóvel individualmente, com a seguinte sequência: Mapa do trecho da linha/ município correspondente, Ficha individual, Fichas de registro gráfico e fotográfico. Na ficha individual o imóvel é identificado pelo código gerado na Listagem geral, conforme fig.01. Parte-se, portanto, de informações gerais (voltadas para a identificação da malha) às específicas (características físicas, imagens e desenhos), esta organização possibilita uma apreensão da organização da atividade ferroviária quanto à definição da estrutura necessária para fazer funcionar esse sistema de transporte, como também auxilia na localização dos bens ao longo da malha implantada.

Foto 02 - Detalhe da Ficha – Listagem Geral

UF	CÓDIGO						KM		DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO
	LINHA Lxxx	RAMAL Rxxx	SUB- RAMAL Sxxx	MUNICÍPIO Mxxx	TIPO	NÚMERO DE ORDEM	REF. SÃO LUÍS. MA	REF. LUÍS CORREIA. PI		
PI	L01	R00	S00	M01	a	01	806,518	2,500	Estação	Luís Correia / Atalaia
PI	L01	R00	S00	M01	a	02	804,018	0,0	Estação	Luís Correia / Sede

Fonte: Iphan, 2012.

Com base na Listagem geral é possível perceber padrões na implantação dessa malha ferroviária, sendo recorrentes: o ponto de embarque/desembarque (estação ou parada) + moradia (vilas ou edificações isoladas) + equipamentos de apoio (casa de bomba, caixa d'água e poço), com pequenas variações nesse arranjo; a estação ou parada isoladas; e combinações dos pontos de embarque/desembarque + equipamentos ou moradias + equipamentos. Conjuntos mais complexos, compostos também por edificações para armazenagem, garagem, administração e manutenção foram implantados apenas nos centros urbanos de maior porte como: Teresina (capital), Parnaíba e Piripiri, todos na linha 01, e no entroncamento de linhas, na cidade Altos. Em Castelo do Piauí – linha 02 foi construído um clube para os ferroviários.

O grande número de estações e de vilas ferroviárias seguido pelas casas de bomba e caixas d'água (equipamentos de apoio) é bastante revelador das estruturas, organização espacial e equipamentos necessários para o funcionamento da atividade ferroviária no Piauí. Em levantamento quantitativo realizado por esta pesquisadora, foram identificadas 32 estações e 29 vilas, 32 caixas d'água e 18 casas de bomba sob os arranjos supracitados. A predominância das estações e vilas em relação às demais tipologias indica não só a movimentação e demanda existentes por embarques e desembarques, mas também a necessidade de manter trabalhadores próximos aos postos de trabalho, e que a maioria destes trabalhadores era de qualificação intermediária ou baixa na hierarquia ferroviária.

Em relação às características físicas reunidas na ficha individual, destacam-se os seguintes itens: localização em relação à malha ferroviária; tipo de bem de acordo com o uso original; data de

construção; identificação do imóvel conforme controle patrimonial pela antiga RFFSA; caracterização do imóvel com seis campos referentes à sua estrutura e materiais; condições de operação da linha/ramal e se o imóvel faz parte de conjunto ferroviário. Este conjunto de dados permite caracterizar as tipologias edíficas e sua hierarquia, e as características estilísticas da arquitetura ferroviária produzida no Piauí, inclusive quanto aos momentos distintos de implantação e ampliação da malha, podendo subsidiar outras análises interessantes sobre esta arquitetura, a exemplo da relação entre o estilo ferroviário e as fases pelas quais passou o sistema até sua desativação. O relatório com a análise tipológica dos bens imóveis (Volume 01) fora produzido a partir dos dados inventário e fornece uma síntese interessante sobre sua arquitetura, de acordo com o mesmo:

No Piauí, a produção desse o acervo não foi diferente. A rede ferroviária é marcada pelas categorias tipológicas evidenciadas na lógica estética da industrialização, desenvolvimento tecnológico, racionalização e mecanização das atividades produtivas, então difundidas em todos os complexos espalhados pelo Brasil. (IPHAN, 2012, s.p.)

Na pesquisa histórica que acompanha o inventário (Volume 01) consta um breve histórico de algumas cidades cortadas pela linha do trem. De acordo com o documento este fora organizado por “ordem cronológica e espacial da construção das linhas, para o conhecimento das características e especificidades locais, como uma aproximação dos territórios que foram diretamente influenciados, na sua história, economia e sociedade, pela passagem do trem.” (IPHAN, 2012, p. 44). Aparentemente haveria aí uma preocupação em estabelecer uma relação entre os municípios por onde a linha do trem passou, no

entanto, este breve histórico não aborda propriamente as influências da passagem do trem como anunciado, compreende apenas os dados administrativos, geográficos e históricos fornecidos pelo IBGE em 2007. As referências à ferrovia se limitam ao município criado em decorrência desta e às imagens que acompanham o texto. É, portanto, de qualidade questionável e não colabora para um maior conhecimento dos reflexos sociais e urbanos da rede no Piauí, claramente marcada por dois grandes momentos, o primeiro referente à sua implantação e funcionamento, e o segundo à sua desativação e abandono.

Quanto à relação entre os imóveis inventariados, é fundamental que o inventário possibilite essa apreensão, por meio do item que questiona se o mesmo faz parte de conjunto ferroviário (campo 19) associado ao campo de descrição do conjunto e área (26) e às demais fichas (registro gráfico e fotográfico) é possível fazer uma leitura parcial, apesar das lacunas no preenchimento de alguns destes campos, visto que a descrição é muito sucinta.

3.2 Estado de conservação e preservação dos bens imóveis

Os campos referentes ao estado de conservação e preservação dos bens imóveis, presentes na ficha individual, permitem duas análises importantes: a primeira sobre como este acervo chegou à atualidade, e a segunda sobre a seleção dos bens a compor a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário em nome da preservação da memória ferroviária. A partir destes dados é possível lançar luz sobre a trajetória da ferrovia e traçar um panorama do processo de desmonte de seus bens imóveis. De acordo com Telma de Barros Correia (2010), em seu estudo sobre o

processo de desmonte dos conjuntos residenciais vinculados à atividade fabril, este assume formas diversas:

Pode ser total ou parcial (atingindo apenas algumas áreas ou categorias de trabalhadores); pode ser progressivo ou rápido; pode implicar ou não na destruição física ou numa descaracterização ampla das construções; os equipamentos de uso coletivo podem ser terceirizados, repassados para o Estado, fechados ou terem os prédios que os abrigavam vendidos ou demolidos; as moradias podem ser vendidas, alugadas ou demolidas. (CORREIA, 2010, p. 7).

Esta caracterização é interessante e pode auxiliar no entendimento de como o lento processo de desativação e abandono da rede ferroviária do Piauí afetou e continua afetando seu acervo, levando a perdas materiais e, conseqüentemente, a uma maior dificuldade na apreensão desses bens como partes de um conjunto. Esta condição, por sua vez, tem uma relação direta com a política de preservação vigente, fundamentada na necessidade de encontrar um uso para os imóveis ferroviários. O inventário ao trazer esses dados permite essa avaliação. Da análise preliminar deste documento, verifica-se que grande parte das edificações se encontra em estado de conservação regular ou precário, o que dificulta a captação de parceiros para assumir juntamente com o IPHAN as responsabilidades sobre esse patrimônio.

A segunda análise parte do entendimento de que o estado de conservação (que considera os níveis de degradação dos materiais e sistema construtivo do imóvel) e o de preservação (que observa a permanência ou não dos elementos que o define como bem ferroviário), contidos no inventário, auxiliam o IPHAN na caracterização das condições de integridade e autenticidade desse acervo, aspectos

fundamentais para seleção dos bens a proteger. Desse modo, este conhecimento sobre a condição física dos bens inventariados configura-se como de grande relevância por influenciar a instituição quando de sua decisão sobre a inclusão ou não dos bens na referida Lista, para o que foram estabelecidos os seguintes critérios pela Portaria, art. 4º:

I - Que apresentem correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes;

II - Portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a partir de meados do século XIX até a década de 1970;

III - Cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou coletiva de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que devidamente justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico. (IPHAN, 2010).

O item estado de preservação, subsidiado e associado aos da caracterização física, torna-se, portanto, de suma importância para esta avaliação, em especial dos valores artístico, tecnológico ou científico destacados no item II da Portaria acima. Entretanto, ao se considerar a incapacidade financeira e de pessoal do IPHAN para reverter o quadro de contínua degradação dos imóveis ferroviários, as informações sobre o estado de conservação é que se colocam como determinantes para essa escolha.

A análise do estado de conservação em conjunto com o item referente ao interesse na utilização dos imóveis pode também oferecer uma avaliação prospectiva sobre a viabilidade da recuperação dos bens ferroviários no bojo da política de preservação vigente, o que toca especialmente as edificações de função residencial, bem como os equipamentos de apoio, hoje inservíveis.

3.3 Usos existentes e futuros para os bens inventariados

Quanto à terceira ordem de informações relacionadas à: existência de interesse local na utilização dos bens ferroviários com a identificação de usuário/posse/concessão atual ou de órgão/instituição com interesse, além da identificação de existência de vigilância, contidas na ficha individual, esta fornece subsídios sobre as condições de ocupação e interesse de uso dos bens no momento da realização do inventário. Nota-se que desde a primeira iniciativa voltada para o conhecimento dos bens ferroviários, em 2008, já se buscava identificar possíveis parceiros para a gestão dos imóveis. Esses itens são, portanto, de suma importância por alimentar a política preservacionista em curso.

Santos (2015), em sua análise do Inventário, verificou que o maior número de informações sobre manifestação de interesse de reutilização dos imóveis ferroviários recaía sobre os pontos de embarque e desembarque, mesmo quando estes compõem um conjunto, segundo a mesma somente as estações apresentavam melhores perspectivas de utilização futura. Por outro lado, observa-se que a indicação dos possíveis interessados no inventário restringiu-se às instituições, em nenhuma ficha consta os moradores ou ocupantes dos imóveis como possíveis interessados, mesmo se tratado de edificações de função residencial

e ocupadas. Ou seja, não se considerou o interesse destes moradores em permanecer no local ou em regularizar sua situação de ocupante ou posseiro de propriedade da União. Tal lacuna, ao mesmo tempo em que reflete a política de preservação vigente e um olhar institucional direcionado para a definição da destinação dos imóveis nos termos da Lei, revela o desconhecimento do potencial de recuperação dos bens ferroviários por meio da moradia. Nesse sentido o inventário peca ao não apresentar informações sobre esses ocupantes dos bens ferroviários.

Apesar das situações muito distintas quanto à regularidade da posse e estado de conservação, o inventário informa que boa parte das edificações residenciais continua em uso, ou seja, sua função se mantém mesmo com a obsolescência do sistema que levou à sua construção. A grande quantidade de edificações residenciais e a identificação no inventário de estações ocupadas para esta finalidade também apontam, pois, para um caminho pouco explorado. Tal constatação é de suma importância, pois demonstra o caráter limitado das informações desse item do inventário, não devendo o mesmo ser tomado isoladamente para mensurar um aparente desinteresse por esse patrimônio.

Desse modo, o aparente maior interesse pelas estações aliado ao direcionamento dado pela política de preservação dos bens ferroviários à resolução da destinação por meio de sua cessão a instituições acaba por estimular a invisibilidade de outras estruturas ferroviárias, cujas funções, ou não fazem mais sentido atualmente, como pontes, armazéns, caixa d'água; ou permanecem ativas, mas com o rompimento dos vínculos de trabalho e sociais que justificaram sua existência, seu uso se dá sem o devido acompanhamento e regularização dos órgãos envolvidos, caso das edificações residenciais, constituindo-se, assim, em grandes desafios para a preservação do patrimônio ferroviário. Conforme Freire,

Não restam dúvidas que as estações são relevantes como símbolo materializado das memórias individuais e coletivas, contudo, elas sozinhas não expressam a importância que as ferrovias exerceram no desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural de uma região ou de um País. (FREIRE, 2015, p.29).

A partir do inventário e das pesquisas pertinentes ao tema pode-se também vincular a permanência do uso residencial na rede ferroviária do Piauí à existência de laços sociais e de urbanidade, motivo pelo qual a maior parte das ocupações se daram na sede das cidades. Nas localidades onde a ferrovia não resultou na formação de núcleos urbanos a ruína se estabeleceu. Situação que ocorre mesmo na linha que permanece operacional, como a linha 02 que parte da capital piauiense, Teresina, e segue para o Estado do Ceará. Nesse sentido, o inventário ao não trazer informações sobre o contexto urbano e social em que o acervo ferroviário se insere, deixa de oferecer uma leitura mais completa desse patrimônio. O que se torna mais evidente ao observar os critérios previstos na Portaria para inclusão de bens móveis e imóveis na Lista, citados acima, os valores simbólicos vinculados à apropriação desses bens pela sociedade local não aparecem no inventário, esta somente é consultada para indicação de instituição interessada no uso e gestão dos bens, aspecto de caráter político.

4 CONCLUSÃO

Recuperando a contribuição de Motta e Rezende (2016), para as mesmas o objetivo dos inventários após a Constituição de 1988 é garantir o direito ao conhecimento e à identificação dos bens para permitir o discernimento sobre a sua proteção e promoção e

para a guarda dos dados e informações resultantes desses trabalhos. (MOTTA; REZENDE, 2016, p.33) Sob essa perspectiva, pode-se considerar, então, que o inventário dos bens ferroviários tem cumprido seu papel, pois, mostrou-se essencial para o conhecimento da vastidão, características e qualidades físicas do acervo ferroviário no Brasil e Piauí; e atende com grande eficiência a política em curso. Por outro lado, tomando como referência as noções sobre patrimônio industrial e a questão que norteou este texto, pode-se também avaliar que este inventário tem se mostrado insuficiente no que se refere à apreensão dos atributos definidores do patrimônio ferroviário.

Beatriz Kühl (1998), estudiosa do patrimônio industrial, no qual se insere o ferroviário, chama a atenção para o fato de que, além do inventário, também é importante conhecer a atividade industrial, identificar seu processo produtivo, etapas de implantação, sua linguagem arquitetônica, bem como as relações sociais e urbanas estabelecidas ao longo do tempo. De acordo com a mesma, tais aspectos compõem a identidade funcional de um bem ou conjunto industrial, e são fundamentais para a apreensão dos atributos e valores que deverão guiar sua conservação. Na análise realizada, nota-se que a identificação e apreensão desses atributos não foram objeto de maior atenção tanto na elaboração do inventário quanto na sua aplicação. Uma avaliação possível é a de que sua realização imediatamente após a publicação da Lei de 2007 acabou por refletir a pouca familiaridade da instituição e seus técnicos com esse patrimônio, e, fundamentalmente, uma preocupação com sua conservação.

Desse modo, quanto à abordagem apresentada no início desse texto sobre a dimensão funcional desse patrimônio, ao considerar que colaboram para a mesma, estruturas com funções diferenciadas,

organização espacial e relações de trabalho, todos voltados para o funcionamento do sistema, e essencialmente a articulação entre estes componentes, cujos vínculos sociais e urbanos e significados culturais estabelecidos ao longo do tempo são fundamentais, avalia-se que o inventário oferece uma leitura incompleta sobre o patrimônio ferroviário. O mesmo dá conta da sua configuração física, mas não alcança as relações de natureza social, urbana ou as relações técnicas e de trabalho que também contribuem para dar significado a seus bens.

Entretanto, a partir do conhecimento de seu processo de elaboração e aplicação no Piauí, entende-se que o mesmo não fora pensado para revelar os vínculos supracitados e, sim, para conhecer a vastidão do espólio ferroviário, cujo conhecimento de sua arquitetura fora o primeiro passo. Importa, portanto, dar continuidade ao inventário incorporando os demais atributos deste patrimônio, bem como, estendê-lo aos demais acervos ferroviários (bens móveis, documentos, desenhos técnicos), posto que estes também colaboram para o entendimento deste patrimônio e auxiliam na compreensão do mesmo como uma rede que cortou e constituiu territórios. A relação entre estes é outra abordagem possível a partir do acervo ferroviário.

Kühl (1998, p.310), ao tratar do patrimônio industrial, diz que o intuito é preservar esse legado em seu conjunto, através de uma política coerente e conseqüente e não apenas com atitudes isoladas, apesar de bastante louváveis, para se salvar edificações *in extremis*. Por todo o exposto, essa assertiva se aplica ao patrimônio ferroviário, e em certa medida, ao seu inventário, uma vez que este serve de instrumento para uma proteção parcial e que não dá conta da riqueza e qualidades desse patrimônio. Riqueza esta que ultrapassou fronteiras, construiu outras e estabeleceu vínculos econômicos, sociais e culturais em todos

os territórios cortados pela linha férrea. Essa perspectiva ampliada do patrimônio ferroviário, compreendendo-o como uma rede multiescalar, como defendido por Freire (2015), interessa como objeto de estudo e de preservação.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-87, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Lei nº 11.483, de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 05 de junho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de mai.2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em 01. 11. 2016.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Piauí. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM. Inventário do Patrimônio Ferroviário (instruções de preenchimento). Brasília, 2008.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Piauí. Inventário do Patrimônio Ferroviário do Piauí: bens imóveis. Teresina: IPHAN/PI, 2012.

CAVALCANTI NETO, J. R.; CARNEIRO, F. G.; GIANNECCHINI, A. C. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial. 2012.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In.: Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial. São Carlos, p.19-22, out. 2010. Disponível em: < http://www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barroos_Correia.pdf >. Acesso em: 11 jul. 2016.

FREIRE, Maria Emília Lopes. *Patrimônio Ferroviário: Por uma compreensão sistêmica de sua lógica funcional*, 2015. 96 f. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)*. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Página Patrimônio Material - SICG. Apresenta o Sistema integrado de conhecimento e gestão (SICG). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.o?id=14554&sigla>>. Acesso em: 06 de mar. 2017.

_____. Página sobre Patrimônio Ferroviário. Apresenta o Patrimônio Ferroviário. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>>. Acesso em: 01 de nov.2016

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria de Cultura, 1998.

MARTINS, Sandra Cristina Fernandes; ROSSIGNOLO, João Adriano. Fichas de Inventário: SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) do Iphan – Estudo de caso em Patrimônio Rural. São Paulo: digitAR, n°. 1, 2013, pp. 62-69.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

PROCHNOW, Lucas Neves. O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação, 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Ana Camila Moura dos. Conjunto Floriópolis: os desafios da patrimonialização dos bens remanescentes da extinta RFFSA no Piauí, 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

Capítulo 4

A QUANTAS ANDAM NOSSAS POLÍTICAS DE (DES) VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL EM CUIABÁ/MT?

Doriane Azevedo¹

Gabriela Silva Leite Guedes²

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O conjunto paisagístico, urbanístico e arquitetônico da área central de Cuiabá foi tombado no início dos anos de 1990, mas se verifica que, mesmo após esta primeira grande ação, transformações ao longo das últimas décadas impactaram em muito as características dessa Unidade de Paisagem – o Centro Antigo de Cuiabá.

Para nós, o Centro Antigo de Cuiabá abarca o Centro Tombado e os Setores do Entorno, como definidos por lei federal, mas vai além. Somamos a essas partes, porções adjuntas que se consolidaram até as décadas de 1970/80, evidenciando crescimento ou adensamento da cidade, sem (grande) ruptura com os principais fundamentos urbanísticos do núcleo inicial, que reconhecidamente são os da “cidade tradicional”, estruturando uma unidade.

Apoiados em De Luca e Santiago (2009), entendemos “Unidade de Paisagem” (UP) como parte de um território caracterizado por uma combinação específica de componentes paisagísticos e por dinâmicas reconhecíveis. Fica evidente que o Centro Antigo é uma dessas unidades, parte do Território de Cuiabá.

1 Arquiteta e Urbanista, Profª Drª, UFMT; doriane.azevedo@gmail.com;

2 Arquiteta e Urbanista; gabrielaslguedes@gmail.com

Na atualidade, ao observarmos a descaracterização da UP-Centro Antigo, seja de seus elementos isolados ou em conjunto, respondendo a dinâmicas urbanas incentivadas, e o (des)conhecimento do valor simbólico do Centro, questionamos o grau de valorização do patrimônio material impresso pelas políticas públicas que incidiram e incidem sobre essa porção do território.

Para embasar nossos questionamentos, baseamo-nos nos estudos de Alvin et al. (2010), que apresentam elementos de avaliações de políticas públicas, possibilitando verificar as perspectivas e graus de eficiência e eficácia das políticas, dos programas e projetos. Na exposição das políticas, tentaremos destacar momentos e alguns dos elementos de avaliação elencados, quais sejam: a) momento da “concepção/formação” – onde devemos nos atentar para observar critérios como “motivação”, “contexto”, “conceituação”, “objeto da política ou do programa”, “delimitação territorial/escalas”, “objetivos gerais”, “objetivos específicos”, “diretrizes de implementação”, “diretrizes de revisão”; b) momento da operacionalização – integram elementos como “metas”, “ações”, “prazos”, “dados e informações”, “sistemas de indicadores”, “articulações”, “recursos” -; c) momento da operação – se elementos como “legislação e normas”, “gestão”, e “participação da sociedade civil” estão contemplados e, por último, d) no momento de verificar os resultados, quando “eficiência”, “eficácia” e “efetividade” dever ser observados (ALVIN et al. 2010, p 136-137).

Para nós, várias das ações planejadas (algumas poucas iremos comentar neste artigo) das diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal), ao menos em discurso, destacaram como seus objetivos (principal ou secundários) a valorização do Patrimônio Material. Dentre algumas premissas que norteiam nossa exposição, a

primeira baseia-se exatamente na verificação do elemento de avaliação “Conceituação”, no momento da “Concepção/Formulação”, pois acreditamos que a compreensão equivocada sobre “o que”, ou “como” se valoriza a UP - Centro Antigo tem resultado em ações que levam a descaracterização desse patrimônio.

1.1 O que se defende, preserva, valoriza?

Para entender mais sobre a unidade de paisagem de Cuiabá, o objeto dessa discussão, valemo-nos de uma breve síntese sobre a estruturação do espaço urbano do núcleo inicial, e da percepção do Centro Antigo enquanto lugar simbólico, lugar da memória em um primeiro momento (ROMANCINI, 2005; BRANDÃO, 1997; FREIRE, 1997). Após, como uma das unidades de paisagem da macrozona urbana do município, objeto das Políticas Públicas – Planos, Programas ou meras intervenções pontuais. Entender o processo de estruturação do espaço de Cuiabá é nos aproximarmos dos fundamentos que consolidaram essa UP - Centro Antigo, patrimônio cultural cuja valorização defendemos.

Para De Lamonica Freire (1997), o processo de estruturação de Cuiabá pode ser verificado em ciclos, onde no primeiro ciclo denominado “da Mineração” (1722-1820), ocorreu a implantação de dois pólos de atração de crescimento da vila (Figura 1a) – “o da mina do Rosário [...] e o do Porto Geral, que fazia, através do rio Cuiabá, a ligação da vila com o restante da Colônia” (FREIRE, 1997, p. 2-44). No primeiro polo, no alto de uma colina, foi implantada a igreja do Rosário, à esquerda do Córrego da Prainha, cuja margem direita encontrava-se a maior mina da região, que deu início a formação da cidade (FREIRE,

1997, p. 2-40), e atualmente reconhecida como parte do Centro Tombado de Cuiabá, que expressa, por meio das configurações físicas consolidadas, o princípio da regularidade, fortemente aplicadas pela política urbanizadora portuguesa no período colonial, e caracteriza a UP-Centro Antigo de Cuiabá na atualidade.

1.2 O Princípio da Regularidade no Centro Antigo de Cuiabá

Reis Filho (1999) disserta que na política urbanizadora, as diretrizes urbanísticas pautavam-se no princípio da regularidade³, arranjos compositivos entre os elementos estruturadores do espaço. Assim, passa-se a evidenciar a importância dos edifícios públicos isolados, como também das construções comuns desde que em conjunto. Constituíam uma verdadeira tipologia urbanística e arquitetônica nos núcleos urbanos coloniais. Nas Vilas e Cidades das colônias portuguesas, havia a exigência e fiscalização da aplicação de normas urbanísticas que evidenciavam a intenção de um projeto de conjunto coletivamente aceito. O mesmo ocorreu em Cuiabá, após ser elevada à categoria de Vila por Portugal. As características, e caracterização desse conjunto urbanístico e arquitetônico mantiveram-se preservadas em Cuiabá até meados da década de 1950 (Figura 1 b e c), quando, na

3 A regularidade se pauta pela repetição de características – o alinhamento das vias que definem e são definidas pelas quadras, lotes e edifícios – os edifícios delimitando os lotes; as fachadas – fronteira entre os espaços público e privado, marcadas pelo ritmo das aberturas de portas e janelas, das alturas dos edifícios, coroadas pelas coberturas em duas águas, com beirais que se projetavam sobre as vias públicas. Mais tarde, beirais eliminados, e o telhado escondido pelas platibandas.

Capital começa a se discutir a “ideia de modernidade”⁴ na qual foram baseadas as intervenções a partir de 1950.

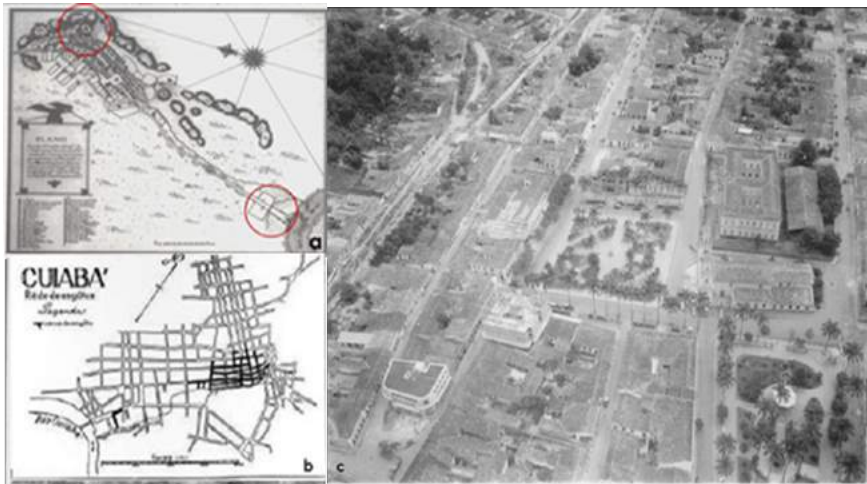
Em um segundo momento – o Ciclo da Administração Pública (1820-1940) –, a estruturação urbana de Cuiabá sofre intensas transformações: da consolidação da mancha urbana à implantação de serviços, como bonde por tração animal, rede telefônica e, entre 1930-40, as obras oficiais no período do Governo Getúlio Vargas. É o momento em que a mancha urbana ganha contornos mais nítidos e o repertório arquitetônico se enriquece e diversifica com a construção de edifícios públicos no largo do Palácio, no largo da Matriz e no caminho do Porto Geral, edificações públicas, de maior porte e maior apuro no acabamento (FREIRE, 1997:2-54).

Será a partir dos anos de 1960 que a nova paisagem urbana surgirá, consequência das aspirações de modernidade que imperavam na capital. “[...] Cuiabá passou (...) por mudanças muito significativas e essas intervenções [...] descaracterizavam a cidade [...]” (ROMANCINI, 2005) e marcam o Ciclo de Modernização (1940-1968), que rompe com a regularidade da Cidade Tradicional. É o momento em que o Governo do Estado executou as obras de canalização do córrego da Prainha e, sobre ele e suas margens, a criação da Avenida Ten. Cel. Duarte (1962). Esse se tornaria um dos grandes eixos viário de estruturação do espaço urbano, intensificando a fragmentação de porções do Centro Antigo. Embora formalmente Av. Ten. Cel. Duarte, os cuiabanos a denominam

4 Para uma parte da sociedade, a ideia de modernidade relacionava-se com a abertura de novos bairros a partir do vetor de expansão criado na década de 1940 - a Av. Getúlio Vargas, principalmente; mais tarde, a alteração da fisionomia da cidade, construção de edifícios novos, preferencialmente verticais, sobre a área consolidada do centro antigo.

Av. da Prainha, remetendo à memória, ainda presente, do (canalizado e tamponado) córrego.

Figura 1 - Cuiabá. 1a Planta do século XVIII, e os polos de atração do crescimento (circundados em vermelho, intervenção das autoras); 1b-, Planta da metade do século XX, em destaque o traçado do Centro Antigo. 1c, vista aérea evidenciam a regularidade do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico, aproximadamente anos 1950.



Fonte: Delson, 1997 (a); Acervos: Arquivo Público de Mato Grosso- APMT (b); Museu da Imagem e do Som – MISC/Cuiabá (c).

Mesmo que o ciclo anterior (o da Sedimentação Administrativa) também tenha imprimido transformações no espaço urbano, estas foram pautadas, em sua maioria, na inserção de novas intervenções contíguas ao existente; o ‘novo’ era acrescido ao ‘antigo’; e não destruindo o antigo, era um crescimento sem ruptura, tanto a nível espacial como simbólico (BRANDÃO, 1997:2-79), ao contrário do que ocorreu naquele presente (no Ciclo da Modernização), que clamava que o “tradicional” fosse desfeito pela “modernidade”, rompendo com a regularidade que caracterizava Cuiabá. Amadurece, então, o discurso da Preservação do Patrimônio (Edificado) como manifestação da resistência e valorização

da Cultura Cuiabana, movimento que se inicia fortemente em final de 1970.

Ao longo dos anos de 1980 muitos se indignavam com as condições do Centro Antigo, em um forte processo de descaracterização. Mas o estado de perplexidade sobre as mudanças na Cuiabá Antiga que conheciam ganha densidade com as manifestações, preocupações encabeçadas por grupos de arquitetos, entre outros profissionais, reunidos nas mais diferentes associações e instituições; instigaram a criação de “Comissão Técnica Municipal de Tombamento”, vereadores a propor projetos de leis instituindo “normas para demolição de edifícios e mudanças urbanísticas” no Centro Antigo e ainda, o tombamento provisório (BRANDÃO, 1997,3-139). Anos depois, o tombamento definitivo do Centro Histórico de Cuiabá, que para Claudio Conte:

Refere-se aos valores históricos e culturais presentes na área central da cidade, especialmente onde o arruamento da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá continua praticamente intacto, abrigando as diversas arquiteturas que, ao longo [...] da sua evolução urbana e cultural, convivem nessa estrutura urbana setecentista. Integrando e vivificando esse acervo, comparece o *modus vivendi* e *faciendi* cotidiano e tradicional dos cuiabanos – sua vida social e suas expressões de arte nos diversos campos como fundamento da permanência cultural (CONTE; FREIRE, 2005, p.14, grifo nosso).

Então, na década de 1990, o traçado urbanístico de origem colonial, reconhecido e delimitado pelo tombamento federal é suporte para o conjunto arquitetônico composto por edifícios de características coloniais e outros diferentes estilos, que marcam as transformações da sociedade ao longo de mais de dois séculos, em um conjunto harmônico,

até meados dos anos de 1950, momento em que a cidade começou a ser fortemente adaptada segundo o discurso de modernidade.

As vias, anteriormente dominadas por pedestres, passam a ser divididas em estreitas calçadas e leitos carroçáveis tomadas pelos automóveis; consolida-se a Av. da Prainha, como um limite que fragmenta o Centro Antigo, atualmente, evidenciada pela desarticulação entre “Centro Tombado” e “Setor Morro da Luz”, principalmente. Este, por sua vez, praticamente está velado pelos edifícios construídos a partir da década de 1960 ao longo de seu sopé; soma-se ainda, elementos complementares que não se integram à paisagem e causam tensão na UP-Centro Antigo, os mais diversos tipos de mobiliário urbano, postes, pergolados e os incontáveis metros de fiação aérea que agridem e escondem detalhes deste conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico. Na legislação municipal da década de 1980, e principalmente na de 1990, demarca-se a Zona de Interesse Histórico – ZIH, que pretende preservar as características do conjunto que resistiram as intervenções de demolições e construções ao longo das décadas anteriores, como podemos mostrar, parte desse mapeamento na Figura 2.

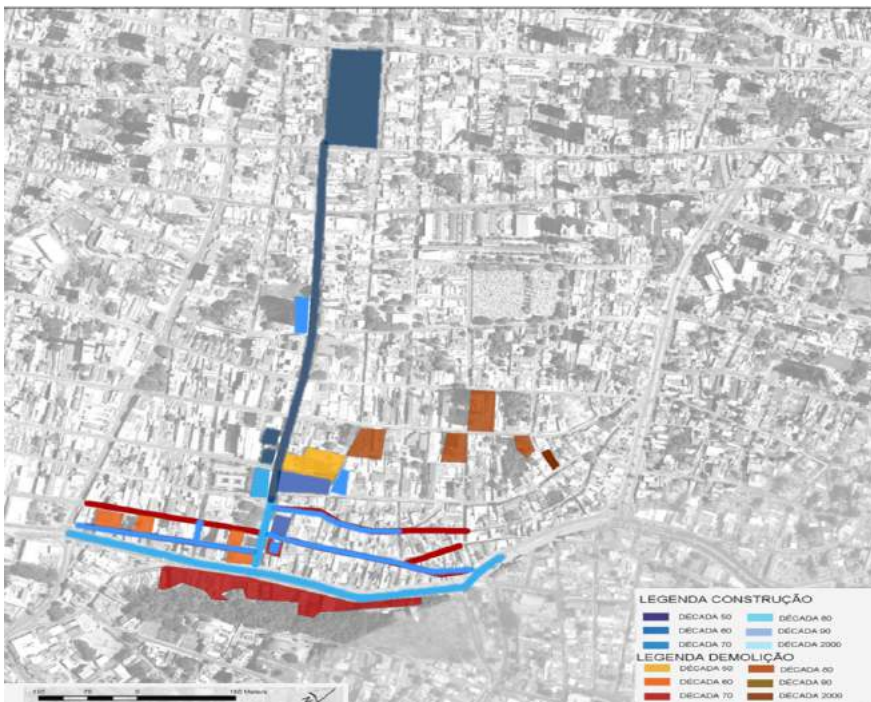
Na época, a postura adotada pela municipalidade coaduna com o que, mais tarde, Leonardo Benevolo (2006, p.72-73) recomendaria e chamaria de “um projeto alternativo de preservação do Centro Antigo, na Cidade Contemporânea”, que deveria sempre contemplar e complementar políticas voltadas para as diferentes áreas – o núcleo central, áreas de entorno imediato, mas também periférico, ou seja, não somente partes, mas o território na totalidade.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRIMEIRAS AVALIAÇÕES

O movimento que defendia a valorização e preservação do Centro Antigo, fortalecido na década de 1980-90, era muito maior, e defendia a valorização de Cuiabá. Pediram vez e voz na Câmara dos Vereadores, discutiram a cidade, estudaram as legislações e, como...

[...] proposta de solução para os problemas do planejamento de Cuiabá, [sugeriram] a criação de um Instituto de Planejamento Urbano para Cuiabá, um órgão que tivesse autonomia suficiente para planejar, abrangendo toda a área da chamada Grande Cuiabá (FREIRE, 1992, p. 25).

Figura 2: Mapeamento das Construções e Demolições por Década, a partir de 1950 (em processo de elaboração).



Fonte: Guedes, 2017.

2.1 Primeiras ações (combinadas): federal e municipal

Ações preliminares e proíficas para a criação do Sistema de Planejamento Urbano, com destaque ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU), no início dos anos 1990, destacavam que “algumas áreas da cidade [...] deviam ser objeto de particular atenção da administração municipal”, entre elas, o Centro da Cidade, com a previsão de um “plano de revitalização (sic) da área” e do Morro da Luz (D. Bosco), com a “implantação de projeto já existente, com a recuperação da vegetação do morro e sua transformação em área de lazer” (FREIRE, 1992, p. 36-37) e, ainda, o desenvolvimento de estudos que resultaram na elaboração do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, em 1997, com avanços consideráveis sobre ações de preservação do Centro Antigo, na ocasião, já tombado. Claudio Conte, responsável pelo Iphan Mato Grosso entre 1994 e 2011, seja como Diretor da Subregional e depois, primeiro Superintendente, registrava em sua obra em 2005:

Nos anos que se seguiram ao tombamento – vigente desde 1º de outubro de 1987, por meio de tombamento provisório da área, aprovado em definitivo pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 19 de agosto de 1988, e homologado pelo Ministério da Cultura em 4 de novembro de 1992 -, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) atuou no sentido de preservar o Centro Histórico de Cuiabá, criando mecanismos de controle das intervenções nos imóveis do conjunto urbano e de orientação ao público e aprofundando parceria com a Prefeitura Municipal, especialmente através do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU) e da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Smades), no trabalho de fiscalização.

Assumindo essa proteção legal como encargo de parceria, avançamos e estamos, hoje, à frente de um novo Plano Diretor, onde a preservação do patrimônio cultural ressurge como um direito da cidadania e um dever da administração pública municipal. A normatização de proteção do Centro Histórico de Cuiabá constitui-se um instrumento dentro do próprio Plano Diretor (CONTE, 2005, p. 17, grifo nosso).

2.2 Iphan e sua Instrução Normativa¹

Também em um esforço combinado de técnicos do Iphan/MT e Prefeitura Municipal de Cuiabá (PMC), a elaboração da Instrução Normativa em 1994, estabeleceu normas para a preservação do Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico, assegurando a proteção das características do conjunto, que para nós, refere-se ao princípio da regularidade da Cidade Tradicional, visto na combinação dos diferentes elementos (estruturadores e complementares) que compõem a paisagem. No entanto, tais características são fatores que não só compõem a paisagem cultural, como a ausência ou precariedade de algumas dessas características abalam o entendimento de conjunto.

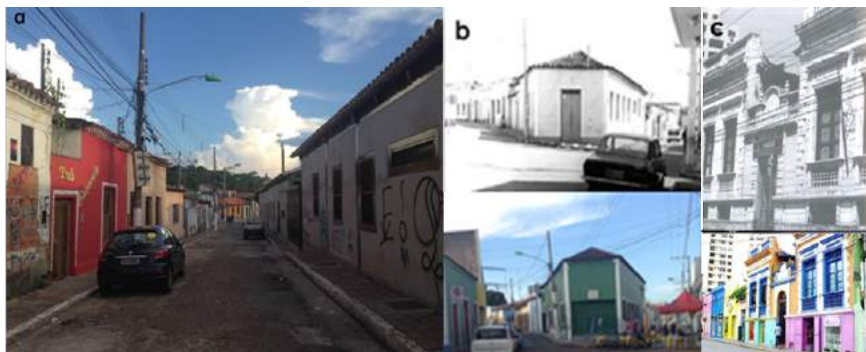
A Instrução Normativa do Iphan estabelece critérios de intervenção que deveriam preservar as características do conjunto (de um território definido), como o gabarito, volume das edificações, relação do traçado com a topografia, integridade visual das fachadas, entre outros. Entende-se aqui, que as diretrizes estabelecidas na normativa são para se alcançar um equilíbrio das características que fundam o conjunto

¹ Para embasar esta análise, foi consultada a Instrução normativa do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, de 1994, elaborada, na época, por técnicos da PMC e Iphan/MT.

com as intervenções pretendidas, para que estas não ocorram de forma agressiva, descaracterizando e, conseqüentemente, desvalorizando essa Unidade de Paisagem do Patrimônio Cultural Material de Cuiabá.

A aplicação das orientações da Instrução Normativa, por mais de 20 anos, evidenciam que há fragilidades no momento da sua concepção, ou ainda na análise técnica, acompanhamento e fiscalização, pois orientaram intervenções que resultam em pastiches, “*copiando*” as características coloniais, apenas, e não evidenciando a relação entre os elementos estruturadores, em sua maioria do período colonial, mas também de outros momentos históricos, que dialogam com a regularidade do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico, típico da cidade tradicional. Às vezes, a exigência de aplicação de certos detalhes edilícios, em detrimento de outros (relação entre cheios e vazios das fachadas, das quadras, cores das unidades edilícias, entre outros), cada vez menos temos edifícios que preservam as características enquanto unidade e que sejam relevantes para o conjunto. A descaracterização dos edifícios enquanto unidade, fragmentando-os em partes leva, juntamente com outros fatores, à degradação do conjunto, no geral (ver Figura 3).

Figura 3. 3a, à direita, em estrutura metálica, reprodução das características coloniais em edifício recente. Antes e depois de edifícios: 3b vemos a alteração dos cheios e vazios e, 3c, acrescentasse ainda a fragmentação de unidade edilícia de porão alto, com aplicação de diferentes cores em suas porções.



Fonte: Guedes, 2017 (figuras “a”, “b” e “c” atuais); Figura “b” antiga, acervo MISC, s/d; s/a. Freire, 1997 (figura “c” antiga).

A descaracterização da área já tomou intensas proporções, impactando assim, a integração visual dos edifícios quanto sua tipologia, descaracterizou algumas quadras, imprimindo vazios com a perda de unidades edilícias (sem quaisquer menções à sua existência anterior), transformados em espaços livres públicos ou de acesso público, que não integravam o conjunto urbanístico até antes do tombamento. Evidencia-se a necessidade de (re)discussão da normativa, e das estruturas institucionais responsáveis pela orientação, acompanhamento e fiscalização na sua aplicação, a fim de revisar fragilidades, mas também valorização de seus pontos fortes.

2.3 Ações municipais e a preservação da Zona de Interesse Histórico - ZIH

Mas, se nos anos 1990 Cuiabá foi marcada pela criação e estruturação do sistema de planejamento e gestão municipal – IPDU, SMADES, CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano), a Lei de Uso e Ocupação do Solo – 044/1997 e sua complementar 103/2003, a segunda metade da década de 2000 é marcada pelo desmantelamento dessa estrutura institucional e, conseqüentemente, por políticas públicas desarticuladas e descontínuas. Dentre as questões urbanas emergentes, outras recorrentes permanecem, entre elas, a premente necessidade de valorização do Patrimônio Cultural Material, com destaque ao Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá.

Em Cuiabá o enfraquecimento do CMDU, reestruturado como Conselho de Desenvolvimento Estratégico (CMDE) a partir de 2007, completa extinção do IPDU em 2011, principal braço da estrutura de planejamento de desenvolvimento urbano, geraram problemas de toda ordem no território do município com o desmantelamento do sistema de planejamento e a dissociação inaceitável - a do binômio planejamento e gestão. Sob esse cenário, ganha palco propostas de ações pontuais, como projetos de intervenções urbanísticas, sem medir as conseqüências em um contexto maior. Foi o observado em Cuiabá desde 2007, o Centro Antigo deixa de ser lugar da memória (questão que pautou as discussões até seu tombamento, e após, nas primeiras ações de preservação), para se tornar objeto de projeto de lugar por meio do marketing político, contratando famoso escritório nacional para pensar propostas de intervenção para o Centro.

Posteriormente, sem sua estrutura de planejamento, a Prefeitura impôs uma versão revisada da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) que ocorreu em 2011 e vigorou até 2014, quando foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça Estadual após julgar procedentes as denúncias feitas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Mato Grosso (IAB/MT) e, posteriormente, Associações de Moradores. Exigiu-se um novo processo de revisão da LUOS, que ocorreu em 2015.

Esforços para ampliar as discussões para revisão da Lei e colaborar com o CMDE, responsável pela revisão, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e IAB/MT organizaram e coordenaram Oficinas Comunitárias, promovidas entre maio e junho de 2015 (AZEVEDO; CANAVARROS, 2015). Todavia, a Prefeitura atropelou o processo e elaborou minuta de Anteprojeto da Lei onde se observou a permanência de, ou a criação de novas, incoerências para o conjunto da macrozona urbana, entre eles, que prejudicavam a UP - Centro Antigo. Tentativas de evitar prejuízos maiores, técnicos de diferentes instituições², com base em seus estudos, pesquisas e no resultado das Oficinas Comunitárias, formularam proposições à LUOS que, entre diversos objetivos, indicavam a necessidade de (...)

Apontar as porções do Anteprojeto da LUOUS de Cuiabá que necessitam de ajustes e complementações para propiciar a melhor compreensão e aplicabilidade da legislação no que concerne às Zonas de Interesse Histórico – ZIHs; e buscar o aprimoramento dos processos de preservação e gestão dos sítios históricos urbanos

² Grupo de Pesquisa e Extensão - Estudos de Planejamento Urbano e Regional (ÉPURA/UFMT), Iphan - Superintendência Mato Grosso; IAB/MT e o Sindicato dos Arquitetos (Sindarq-MT).

protegidos situados na Macrozona [Urbana] de Cuiabá (AZEVEDO, 2015).

Na versão definitiva aprovada em novembro de 2015 não foram incorporadas essas contribuições elaboradas pelas instituições que analisavam Cuiabá em sua totalidade, destacando as reflexões referentes à ZIH e a ZAC (Zona da Área Central) – e que combinavam leituras comunitárias e técnicas.

Embora fossem muitos pontos a serem apresentados e debatidos, destacamos algumas passagens, comparando as proposições da 044/1997 e sua complementar 103/2003 e que foram revogadas e/ou alteradas pela LUOS 231/2011 e, posteriormente, a 389/2015. Tentaremos apresentar alguns dos impactos resultantes na Zona de Interesse Histórico e Zona da Área Central, que em nossa concepção, praticamente coincide com o recorte proposto para leitura do Centro Antigo.

2.4 As Leis de Uso e Ocupação do Solo em Cuiabá – de 1997 a 2015³

A LUOS 044/1997 e sua complementar 103/2003 foram elaboradas ao longo de processo de rica reflexão sobre o ordenamento do território de Cuiabá, sob a égide do IPDU e inúmeros colaboradores, entre eles o Iphan/MT, como registrou Cláudio Conte. Ao resgatarmos a Lei 103/2003, verificamos a atenta leitura sobre a estrutura urbanística

3 Para essa avaliação foram consultadas as seguintes Leis Municipais: 044/1997 (Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo - LUOS); Lei nº 103/2003 (regulamenta art. 48 da lei complementar nº 044/97 de uso e ocupação do solo urbano no município de Cuiabá); Lei Complementar 150/2007 (Plano Diretor Estratégico); Lei Complementar 231/2011 (LUOS) e Lei Complementar 389/ 2015 (LUOS).

do Centro Antigo, incluída na ZIH. Um exemplo pode ser o Art. 79, registrava que as exigências referentes às vagas de estacionamento em empreendimentos nas ZIH seriam estabelecidas pelos órgãos Federal e Municipal, responsáveis pelo Patrimônio.

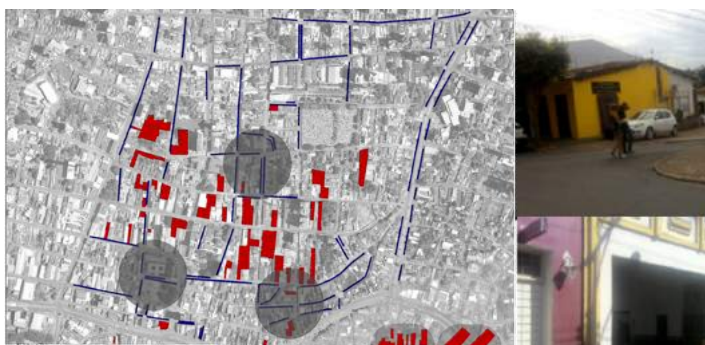
Afirmamos que o intenso tráfego de veículos no Centro Antigo é um dos maiores problemas a ser enfrentado. A 044/1997, em seu Art. 36, já previa que o Município concederia incentivos fiscais para as atividades de estacionamentos rotativos e edifícios garagens instalados na Zona de Área Central (ZAC), por meio de lei específica. Destacamos que, por definição, a Zona de Área Central, configura-se por função que polariza atividades diversas e que contemplam o principal Centro Comercial adjunto a área tombada e seu entorno, definidos pelo Iphan (Art. 17, item I). Entendemos que, com essas previsões, a ZAC desempenhava o papel de uma área de amortecimento e ainda suporte para algumas atividades incompatíveis com a estrutura física da ZIH, p. ex., edifícios garagens ou estacionamentos nos espaços livres públicos. Por consequência, poderia reduzir a circulação de automóveis privados e melhorar as condições de caminhabilidade e permanência de pedestres na ZIH.

Na revisão da Lei, 231/2011, a Subseção IV - Da Zona de Interesse Histórico – ZIH, em seu Art. 38 apresenta a seguinte redação:

Art. 38 Em Zona de Interesse Histórico será tolerado que as vagas de estacionamento definidas na presente lei, estejam a uma distância máxima de 500m (quinhentos metros) da edificação, sendo comprovado por documento devidamente registrado em cartório, quando se tratar de atividades e empreendimentos classificados na categoria Compatível ou Baixo Impacto (CUIABÁ, 2011, grifo nosso).

Se, a todo o momento, discutia-se a incompatibilidade entre certos objetos, em demasiado número, com a estrutura urbana das Zonas de Interesse Histórico – destacando o crescente fluxo/permanência de automóveis –, a exigência de que as vagas de estacionamento estivessem a uma distância máxima de 500m, exerce a mesma pressão ao conjunto urbanístico e arquitetônico se exigisse que estas vagas fossem alocadas juntamente aos lotes, pois estes não proibem (novos) estacionamentos na ZIH. Como consequência, vimos aumentados o número de edifícios transformados em estacionamento na ZIH, com a descaracterização ou perda total do edifício antigo. Atualmente, o lugar antes ocupado pelos “casarões”, são meras coberturas, partes de fachadas que no interior do lote, abriga a atividade de estacionamento, desestruturando o conjunto tombado, como demonstramos na Figura 4.

Figura 4: Estacionamentos no Centro Antigo. À esquerda, mapeamento dos estacionamentos gratuitos no espaço livre público (linhas azuis) e nos espaços livres e/ou edificados privados (polígonos vermelhos – interior dos lotes). Para implantação de estacionamento, vemos descaracterização da quadra (direita, alto), e da fachada e interior do edifício (direita, abaixo).



Fonte: Guedes, 2017.

Do mesmo modo, visando medidas que beneficiariam o Centro Histórico, sua reabilitação e ampliação da qualidade da paisagem urbana, Artigos 37 e 45 da Lei 044/1997 estabeleciam que as concessionárias

(energia elétrica e telecomunicações), deveriam apresentar projeto e cronograma para substituição da rede aérea por rede subterrânea, prazo máximo de 05 anos para execução, para a ZAC e ZIH 1, ainda não tinha sido cumprida até 2010. Na Lei 231/2011 e mesmo em sua revisão em 2015, a obrigação das concessionárias foi excluída. Se variável tempo para substituição da rede subterrânea não foi atendida na primeira lei, a discussão sobre manter a obrigatoriedade das concessionárias nem mesmo foi aventada. É fato que concessionárias, construtoras, etc., preferem as instalações aéreas pelo baixo custo de instalação, mas cabe a nós sociedade, em toda a sua heterogeneidade, exigir a discussão sobre a alta interferência desses elementos na paisagem, na UP-Centro Antigo, e como enfrentá-los.

Embora a LUOS da década de 1990, e sua complementar em 2003, apresentasse maior clareza sobre as características do Centro Tombado no momento da “Conceituação”, o mesmo não podemos afirmar no momento da “Operacionalização” e seus elementos “metas, prazos e indicadores”, que evidenciam que poucas ou nenhuma das ações foram realizadas, pelos mais diferentes fatores. Todavia, o curto período em que vigorou a Lei 231/2011, conseguiu aumentar a descaracterização do patrimônio cultural material a partir de diferentes situações, mas que neste artigo destacamos apenas a implantação de estacionamentos no interior dos edifícios, alterando-os em parte ou totalmente.

2.5 Ações do Governo Estadual: intervenções urbanísticas

No âmbito do Governo do Estado, a proposta de candidatar Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol

foi aceita, e a matriz de responsabilidade com a FIFA começou a ser elaborada e implementada, destacando a implantação do Modal de Transporte Público de média/alta capacidade (atualmente Veículo Leve sobre Trilho), em dois eixos viários estruturadores, entre eles, toda a extensão da Av. da Prainha.

E nas proximidades da Colina do Rosário, para viabilizar a linha do VLT e a manutenção do mesmo número de pistas de rolamento existentes, está prevista uma descaracterização da topografia com os cortes na lateral e frente do Morro da Luz, embora a Normativa do Iphan preveja a alteração da topografia apenas para recuperar feições anteriores, na área tombada, acredita-se que os limites entre essa e setores de entorno não são cobertas, mas deveriam ser debatidas pelo grau do impacto gerado.

Este é um dos exemplos de ações desarticuladas entre as diferentes esferas governamentais que atuam sobre o Centro Antigo de Cuiabá – Iphan/MT, Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Quando avaliamos elementos como “legislação e normas”, “gestão” e, principalmente “participação da sociedade civil”, percebemos que são imensas as falhas no momento de concepção/formulação e operação das ações do Governo do Estado, ações essas que se mostram intensamente impactantes na descaracterização da UP-Centro Antigo.

2.6 A recente parceria entre Iphan e Prefeitura de Cuiabá – o golpe da gestão municipal

Em 2010, o Centro Tombado de Cuiabá se tornou objeto das propostas do PAC-Cidades Históricas, o Iphan - Superintendência Mato Grosso contratou, acompanhou e fiscalizou consultoria que idealizou a

realização de Oficinas Técnicas e Comunitárias, cujos resultados foram consubstanciados no Plano de Ação, um esforço de síntese de proposta voltada à Reabilitação do Centro Antigo de Cuiabá.

O Plano de Ação, apresentado no final de 2012, foi o documento que embasou a formalização da parceria com a Prefeitura de Cuiabá, para implementação das propostas. Entre o fim de uma gestão municipal e início de outra, a troca de Prefeitos em 2013 marca mais um período de mudança na condução das ações políticas, pautada apenas nos desejos do Gestor Municipal da época. As questões do Centro Antigo foram restritas a intervenções físicas em 14 pontos no Centro Tombado e alguns Setores de Entorno – entre Edifícios Públicos e Espaços Livres Públicos (Figura 5).

O “Plano de Reabilitação” apresentado pelo Iphan/MT e pactuado com a Prefeitura de Cuiabá, na gestão anterior, foi praticamente ignorado e transformado em “Projetos de Requalificação” propostos pela Prefeitura Municipal ao Ministério da Cultura, em 2013, aprovados e contemplados com recursos na ordem de R\$ 10 milhões. Mais uma vez, restringem-se os recursos para projetos (questionáveis) de restauro (e ampliações) de edifícios, em sua maioria, públicos, mas propostas para recuperar a maioria dos edifícios em estado precário (ver Figura 5b) nem ao menos reduzirá a descaracterização do conjunto urbanístico e paisagístico. Perde-se na valorização do conjunto e fica claro que, posteriormente, na avaliação do critério eficiência no momento “Resultado”, será pífia a relação entre recursos empregados e resultados obtidos.

Figura 5 – Centro Antigo. À esquerda, Mapa de estado de conservação: mascara laranja – nosso recorte da UP-Centro Antigo; em tons de azul, estado de conservação dos edifícios: azul claro – bom; azul médio - médio e; azul escuro – ruim; 5b – direita -, Mapa de Intervenções PAC-CH Cuiabá.



Fonte: Guedes, 2017.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO: MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS

Entende-se que a Unidade de Paisagem - Centro Antigo se consolidou, ao longo de mais de dois séculos, em um conjunto urbanístico de origens coloniais, mesclando vários estilos arquitetônicos, mas se estruturam a partir dos princípios da regularidade, que caracteriza a Cidade Tradicional. Ainda mantém um rico conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico, digno de políticas adequadas de valorização e que devem incorporar princípios, possíveis de serem avaliados em diferentes momentos, desde a concepção até os resultados. A UP-Centro Antigo não é um território oficialmente aceito, mas esse estudo o evidencia como um recorte razoável na leitura dos princípios de regularidade desse conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico, entendimento que pode auxiliar na valorização desse rico Patrimônio Cultural.

No que trata das políticas de valorização do patrimônio cultural (material), vimos, ao longo do trabalho, que as ações das gestões municipal, estadual e federal acabam por impactar e causar prejuízos no que corresponde a Paisagem Cultural a partir dessa unidade. Mas, se as Instituições Federal e Municipal exploraram este potencial de Cuiabá, levando-a a ser um dos núcleos antigos contempladas pelo PAC – Cidades Históricas questionou-se qual entendimento desse Patrimônio embasou a formulação das ações em curso, e o quanto realçaram as peculiaridades ou salientaram as fragilidades dessa unidade de paisagem.

Percebe-se que no momento da “Concepção” do PAC-Cidades Históricas Cuiabá, as diretrizes previram a participação popular, mas no momento da operação, isto não se efetivou, uma vez que ao invés de seguir a proposta inicialmente elaborada como decorrência das Oficinas conduzidas pelo Iphan/MT- Ministério da Cultura, consubstanciado em um Plano de Ações, foi efetivado o que queria o Prefeito à frente da Gestão Municipal (2013-2016) – obras pontuais que pudessem ser concluídas durante o mandato, embora ainda estejam em execução em 2017.

As ações do Governo do Estado, não apenas, mas desde a década de 1960, tem em sua concepção uma equivocada “Ideia de Modernidade”, em contraponto à valorização dos atributos da Cidade Tradicional, mesmo que descaracterize totalmente esta Unidade de Paisagem. No momento operação, muitas vezes não se segue os preceitos estabelecidos pelos instrumentos legais, mostrando-se vulnerável quanto à efetividade das ações no sentido de “relação entre consecução dos objetivos e resultados alcançados”.

A breve apresentação evidenciou que, na última década, a falta de integração entre a gestão municipal, estadual e federal, a própria

fragilidade institucional (política, econômica e técnico-administrativa) vem resultando em políticas que prejudicam ainda mais a unidade de paisagem – Centro Antigo, como a falta de compatibilização entre as legislações urbanísticas – LUOS e Normativa Iphan/MT. Mesmo tendo apontado certa limitação da própria instrução, na condução das intervenções no Patrimônio Material, que deve ser objeto de revisão, a falta de observação dessa normativa na definição de planos, programas e projetos têm acentuado ainda mais a descaracterização do Centro Antigo. Todas as ações, de todos os entes governamentais, têm conduzido à descaracterização (da regularidade) do conjunto que passa pela descaracterização dos elementos estruturadores, isolados ou em conjunto, uma vez que se perdem características que são intrínsecas a sua formação, afetando a percepção visual deste lugar.

Afinal, a quantas andam as nossas políticas de valorização desse patrimônio material? Em tempos festivos, visando à comemoração da Cuiabá 300 anos, os muitos discursos de glorificação da cultura da terra não se materializam nas políticas públicas de valorização do patrimônio cultural material, por exemplo, o Centro Antigo. A breve análise realizada evidencia grande consternação e, também, a premência da avaliação – isenta-, das políticas públicas elaboradas e implementadas em todos os seus momentos: Concepção/Formulação, Operação, Operacionalização e Resultados. Essas avaliações devem ocorrer em sua totalidade, em busca do aprimoramento do planejamento e da gestão, com a devida participação da sociedade, todos responsáveis pela elaboração e avaliação dessas (e de todas as) políticas, para assim, termos a esperança de alcançarmos resultados satisfatórios voltados à efetiva valorização do Patrimônio Cultural (Material) da Cuiabá 300 anos.

4 REFERÊNCIAS

ALVIM, A. T. B.; CASTRO, L. G. R. (org.). Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackenziepesquisa: Romano Editora, 2010.

AZEVEDO, D.; CANAVARROS, A. F. A. Oficinas de Leitura Comunitária nas Regiões Administrativas de Cuiabá/MT: Contribuições para Elaboração de Anteprojeto da Lei de Uso, Ocupação e Urbanização do Solo do Município de Cuiabá /MT: Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA/UFMT: Instituto dos Arquitetos e Urbanistas - Departamento de Mato - IAB/MT. Junho, 2015. Relatório Síntese.

AZEVEDO, D. (Coord.) Diagnóstico e Proposições para Revisão e Criação Instrumentos Urbanísticos para Anteprojeto da Lei de Uso, Ocupação e Urbanização do Solo do Município de Cuiabá /MT: Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA/UFMT: Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência Mato Grosso – Iphan/MT; Instituto dos Arquitetos e Urbanistas - Departamento de Mato Grosso - IAB/MT: Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Mato Grosso - SINDARQ/MT. Julho, 2015.

BENEVOLO, L. O Arquiteto e a Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BRANDÃO, L. A Catedral e a Cidade: uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

CONTE C. Q.; FREIRE, M. V. D. Centro Histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

DE LUCA, V. G.; SANTIAGO, A. G. Avaliação do caráter da paisagem: Abordagens Europeias. Paisagem e Ambiente: Ensaios nº 36 – São Paulo, 2015. 46 p.

DELSON, R. M. Novas Vilas para o Brasil Colônia Planejamento espacial e social no séc. XVIII. 1 ed. Brasília: Edições Alva, 1997.

FREIRE, J. D. L. Por uma poética popular da arquitetura cuiabana. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

_____. Cuiabá nosso bem coletivo. Cuiabá: Edições UFMT 1992.

Capítulo 5

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UM ENCONTRO ENTRE A SOCIEDADE E OS ÓRGÃOS DE TUTELA

Ana Maria Barbedo Marques¹

Elisabete Edelvita Chaves da Silva²

Fernando dos Santos Mendes³

Joana Marques Gutierrez⁴

1 Introdução

Ao longo da história o conceito de cultura tem sido ampliado (Gonçalves, 2007), e isto certamente tem acarretado em uma mudança na maneira de cuidar da herança cultural transmitida por nossos ancestrais. No Brasil o conceito de cultura é utilizado sob diversos enfoques, porém Bahia e Medeiros (2016, p.132) destacam que:

[...] o que há em comum entre todas as abordagens atuais de cultura é a compreensão de que ela é estruturada a partir de símbolos desenvolvidos pelos integrantes de cada realidade cultural, que todo ser humano atua na sua produção e que é precisamente este dado que possibilita a existência de uma diversidade cultural.

1 Mestre em Arquitetura; Departamento de Patrimônio Histórico/FIOCRUZ; e-mail: ana-maria.marques@fiocruz.br/anabmarquesfiocruz@gmail.com

2 Mestre em Museologia e Patrimônio; Departamento de Patrimônio Histórico/FIOCRUZ; e-mail: elisabete.silva@fiocruz.br/elisabeteedelvita@gmail.com

3 Mestrando em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde; Departamento de Patrimônio Histórico/FIOCRUZ; e-mail: fernando.mendes@fiocruz.br

4 Advogada; e-mail: joanagutierrez@gmail.com

Em paralelo se observam esforços por parte do poder público e da sociedade para o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro, sua proteção, valorização e divulgação. É o caso da criação e da implementação dos diferentes instrumentos legais e regulamentares, dos incentivos econômico-financeiros e o do próprio desenvolvimento científico e tecnológico. As diversas políticas nacionais e regionais têm auxiliado na ordenação, integração e no estímulo à preservação da memória da sociedade e construção de sua identidade.

Neste sentido, destaca-se também a participação da sociedade na seleção e apropriação dos seus bens culturais e manutenção do patrimônio imaterial, por meio de grupos culturais, agremiações, religiões e outros grupos, e também iniciativas particulares com vistas à conservação da herança familiar, o que tem corroborado na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

2 INSTRUMENTOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Embora este artigo tenha foco no patrimônio cultural material, especificamente, o patrimônio edificado e seus bens integrados, é importante descrever alguns desses instrumentos de forma mais abrangente e, na maneira do possível, cronologicamente. Não é intuito descrever toda a regulamentação, mas sim trazer alguns documentos que podem colaborar para um embasamento daquilo que este artigo apresenta como proposta.

Podemos considerar que o termo preservação representa um conceito genérico e amplo e que nele, segundo Rabello (2009, p. 19) “podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação”. A

autora explica ainda que existem variadas formas legais de preservação e que “a par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado [...] que têm como consequência a preservação da memória” (RABELLO, 2009, p. 19).

Assim, inúmeros são os instrumentos legais e regulamentares com o objetivo da preservação do patrimônio cultural brasileiro dentro de sua maior abrangência. Certamente, um marco importante nesta área foi a publicação do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, reconhecido como a Lei do Tombamento uma vez que instrui este ato administrativo. Seu Art. 1º considera que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Este decreto se mantém em vigor, com alguns artigos alterados ou revogados, e continua sendo um dos atos legislativos mais importante e utilizado no que se refere à proteção e tutela de bens culturais materiais.

O tombamento tem o objetivo de proteção dos bens culturais, da conservação do bem material, móvel e imóvel, público ou privado, individual ou em conjunto, trazendo ao bem a chancela legal de tombamento provisório, quando iniciado e notificado, e definitivo após as obras serem inscritas nos Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes e o das Artes Aplicadas. A prática do tombamento pode ainda ser executada no âmbito de competência a nível federal, estadual ou municipal, podendo inclusive que a mesmo bem seja inscrito em mais do que um nível.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 incluiu novos entendimentos relativos ao conceito de patrimônio cultural, à responsabilidade de sua preservação, ao exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura e garantiu a movimentação para a criação de diversos mecanismos importantes na preservação do patrimônio cultural e sua gestão. Em seu Art. 216 (BRASIL, 1988) a constituição aponta o que constitui este patrimônio brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Uma mudança que podemos entender nas palavras de Aguiar (1987 apud RABELLO, 2009, p. 91) quando descreve essa nova interpretação:

Entender o conceito de “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural” significa

compreender que o valor de um bem transcende em muito o seu valor histórico comprovado ou reconhecido oficialmente, ou as suas possíveis qualidades artísticas. É compreender que este bem é parte de um conjunto maior de bens e valores que envolvem processos múltiplos e diferenciados de apropriação, recriação e representação construídos e reconhecidos culturalmente e, aí sim, histórica e cotidianamente, portanto anterior à própria concepção e produção daquele bem.

Nesta percepção de um patrimônio plural, advindo de atores de diferentes interesses e sinuosas geografias é que foi promulgado o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, com efeitos similares ao do tombamento, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Mais uma legislação necessária para o cumprimento da constituição. Segundo o decreto o registro se fará nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares e, ainda, considera a possibilidade de abrir outros livros para bens culturais de natureza imaterial que não se enquadrem nos descritos anteriormente.

A Emenda Constitucional nº 48 de 2005 teve um impacto importante no quadro da gestão da cultura nacional, quando acrescentou o § 3º ao art. 215 instituindo o Plano Nacional de Cultura – PNC. Este inciso expressa que o plano será estabelecido por lei, terá duração plurianual e visa o desenvolvimento cultural do País e a integração das ações do poder público. O PNC com duração de 10 anos foi regulamentado pela Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010 que também criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. O plano é constituído por princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas para orientar o poder público no desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais.

Outra contribuição no aparato legal foi a Emenda Constitucional nº 71 de 2012 que acrescentou o art. 216-A para instituir o Sistema Nacional de Cultura - SNC, outro instrumento importante na integração e gestão do patrimônio cultural. Da mesma forma que no PNC o artigo da constituição dispõe que a regulamentação do SNC deverá ser feita por lei federal, ainda em tramitação. O SNC é o instrumento principal para tornar a gestão pública de cultura mais eficaz, planejada e participativa. Ter este sistema institucionalizado e implementado em 100% das Unidades da Federação e 60% dos municípios é a primeira, das 53 metas, do Plano Nacional de Cultura. Dados de 03/08/2017 disponíveis na plataforma digital do sistema mostram que 100% dos estados e DF e 43,4% de municípios brasileiros estão inscritos no SNC.

A quinta meta do PNC propõe a implantação em 100% das unidades da Federação e em 60% dos municípios de um outro instrumento, trata-se do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Tem o objetivo de implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando a otimização de recursos humanos e financeiros na sua proteção. Atua também no desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio que regule princípios e regras na coordenação das ações entre cidades, estados e governo federal. Trata-se, portanto de mais um instrumento de gestão de forma a facilitar a interação entre o poder público e a própria sociedade.

Outras metas do Plano Nacional de Cultura relacionadas diretamente ao patrimônio cultural são as metas 3, 4 e 6. Os últimos dados do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, de dezembro de 2015, informam que todos os estados têm legislação de patrimônio aprovadas, que era a perspectiva até o ano de 2020 e, nove têm Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio ou similar. Apresenta ainda

que 1.516 municípios têm legislação de patrimônio aprovadas, sendo a perspectiva da meta para o ano de 2020 de um total de 3.339. O sistema aponta ainda que 1.043 municípios têm Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio ou similar.

Por fim trazemos a Portaria nº 420 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

É a partir deste panorama, de incentivos à gestão integrada da cultura e em particular do patrimônio cultural, que se pretende identificar algumas possibilidades na ampliação de outros instrumentos diretamente associados à legalização de ações de conservação dos bens edificados e integrados.

3 A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz é uma instituição pública de ciência e tecnologia em saúde, vinculada ao Ministério da Saúde. Foi criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal, no Rio de Janeiro, com a função primeira de fabricar soros e vacinas contra diversas pestes que assolavam o mundo e em particular o Brasil. Seu patrono, o médico sanitariano Oswaldo Cruz, foi um dos tantos nomes reconhecidos na ciência da saúde que passaram nesta instituição, assim como o médico e cientista Carlos Chagas. Ao longo de sua história a Fiocruz constituiu, reuniu e conservou importante acervo relacionado ao patrimônio cultural das ciências e da saúde.

3.1 A Casa de Oswaldo Cruz

A Casa de Oswaldo Cruz – COC, uma das unidades técnico-científicas da Fiocruz, foi criada em 1986 e desde então tem sido responsável pela preservação, valorização e divulgação dos acervos da instituição que se encontram sob sua guarda: arquitetônico, urbanístico e arqueológico; arquivístico; bibliográfico e museológico. Tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino, registro, documentação, conservação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil.

Entre seus diversos projetos e ações realizados assinala-se um documento importante, finalizado no ano de 2013, a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Este documento foi construído em conjunto por um grupo de trabalho com representações das áreas responsáveis pela preservação dos acervos culturais. Contem princípios, diretrizes e orientações que regem as atividades de gestão e preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz. A política ainda especifica os acervos aos quais se aplica, define objetivos e aponta responsabilidades. Este por certo é um instrumento importante para o desenvolvimento do trabalho de preservação dos acervos e registra “a experiência acumulada e o amadurecimento da unidade no que tange seus processos de trabalho e instrumentos de gestão e de planejamento institucional” (Fiocruz/CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p. 6).

3.2 O Departamento de Patrimônio Histórico

Após a criação da COC se estruturou nesta unidade o Departamento de Patrimônio Histórico – DPH, que há mais de 25

anos vem se dedicando à preservação e conservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e arqueológico da fundação. Agrega, atualmente, três áreas: de conservação e restauração; de educação patrimonial e de estudos em arquitetura da saúde, tornando-se assim com uma atuação bastante abrangente.

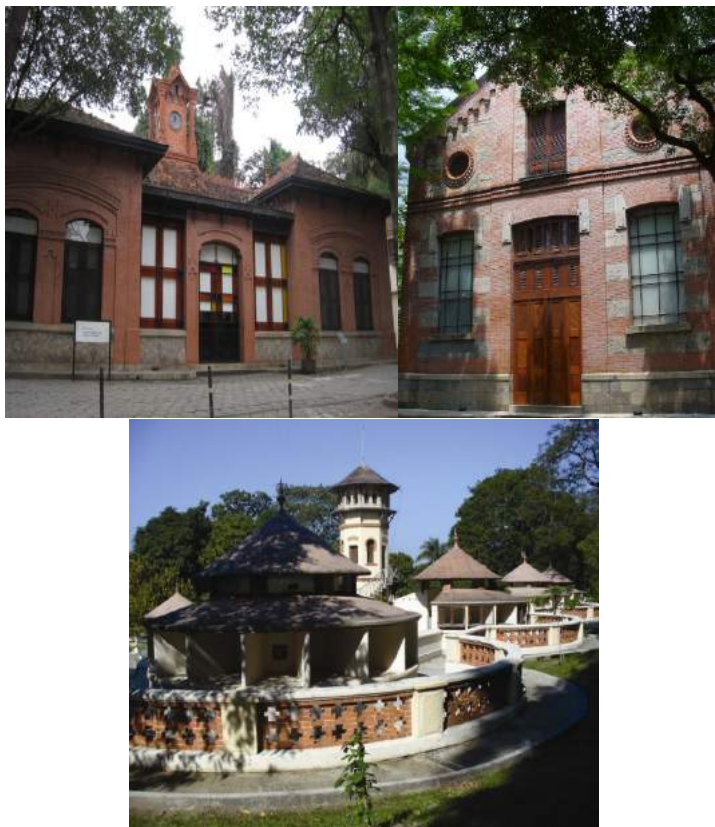
Figura 1 – Vista aérea do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico, 2017. Imagem realizada pelo departamento em vôo de drone utilizado para o monitoramento das edificações. Em primeiro plano o Pavilhão Mourisco.

Entre o patrimônio edificado destaca-se o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), figuras 1 e 2, composto por diversas edificações, algumas delas com tombamento federal. Sua formação remonta às primeiras décadas do século XX, quando foram erguidas as primeiras edificações em estilo eclético. Fazem parte desse grupo inicial, o Pavilhão Mourisco, a Cavalaria, o Pavilhão do Relógio (antigo Pavilhão da Peste), o Pombal entre outros.

Figura 2 – Vista de algumas edificações do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico. Da esquerda para a direita: Pavilhão do Relógio, Cavalaria e Pombal.

Há também o grupo de edificações erigidas entre as décadas de 1940 e 1950, no qual se destacam o Pavilhão Arthur Neiva e o Pavilhão Carlos Augusto da Silva. Ambos possuem tombamento estadual e o painel de azulejos de autoria de Burle Marx instalado no Pavilhão Arthur Neiva possui tombamento individual a nível municipal. Além destes a instituição abriga outras edificações de valor cultural que contam que guardam sua história e memória.

O Departamento de Patrimônio Histórico gere a conservação deste patrimônio estabelecendo o diálogo entre os autores envolvidos na guarda e na utilização dos espaços. Estes são os mais diversos, tais como: trabalhadores em geral, administradores, responsáveis pela conservação, público e visitantes, empresas terceirizadas da área da conservação e manutenção, usuários em geral, órgãos de tutela e outros. E neste sentido, gerir constitui-se exatamente no estabelecimento de diálogo com os diversos atores para que as ações propostas sejam resultado do pensamento desta coletividade.

4 A CONSERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS MATERIAIS

Uma vez instituída a tutela legalmente, segundo Rabello (2009, p. 76) esta “cria para o cidadão, automaticamente, um direito público subjetivo de ver protegido o bem que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional”, passa a ser um bem de interesse da coletividade, mas que, com certeza, não será conservado apenas pela condição de tutelado. Estão certamente mais suscetíveis à destruição e desaparecimento os que não têm esta proteção, contudo são conservados, muitas vezes, pelo simples fato do sentimento de pertencimento. É, portanto, visível o consenso de que a sociedade é fundamental na salvaguarda de seu patrimônio cultural, e que exerce esse papel quando o reconhece e compreende seus valores, funções e significados.

Entretanto, os bens culturais dependendo da função que possuem, muitas vezes são alvo de diferentes entendimentos no que tange às práticas de conservação e restauração. Elege-se o objeto como um bem cultural e este é selecionado pelos valores que possui,

ou seja, pelos valores que lhe são atribuídos, em uma determinada temporalidade, pois seus valores podem ser requalificados. Estes valores devem ser considerados nas intervenções, e como afirma Viñas (2003), estas podem potencializar uma função e limitar outra.

A gestão da conservação do patrimônio cultural deve primar por uma relação dialética, na qual os atores possam por meio da negociação, o consenso e o diálogo, galgarem uma gestão integrada, que objetive atender o maior número de pessoas. Para tanto fica claro, como reconhece Viñas (2003), a subjetividade que lhe é inerente.

É visível que a conservação dos bens materiais, e entenda-se aqui o termo conservar como as ações sobre a matéria para perpetuá-la, não se dará apenas pela condição de um tombamento, mas por um esforço coletivo e complexo, interligando o Estado, as instituições, a sociedade de forma geral e, em particular, os que diretamente trabalham com a conservação e preservação destes bens.

4.1 O trabalho de conservação no âmbito do Departamento de Patrimônio Histórico

A atuação do DPH não se restringe somente a ações destinadas à conservação do patrimônio legalmente protegido pelo tombamento, avança sempre que possível por outros bens considerados de interesse para a preservação, e assim os trata na mesma medida. Uma forma de contribuir para a manutenção, seja da memória da saúde pública no Brasil seja da história desta Fiocruz.

Desde a sua criação, o Departamento de Patrimônio Histórico, vem trabalhando em ações de conservação cotidiana no patrimônio edificado e a partir de 2008 há uma intensificação

em relação às premissas da conservação preventiva e integrada. Estas ações de conservação, manutenção e restauro preestabelecida na política de preservação de acervos da COC, sempre foram pautadas pela pesquisa prévia, pela execução de mapeamento de danos para associar a causa-efeito, pela mínima intervenção, e por ações prudentes e acordadas entre os atores e especialistas do DPH. Assim, cada ação, seja ela de conservação preventiva, curativa e, em último caso, de restauro, busca se alicerçar nas atuais teorias, materiais aplicados e procedimentos de atuação. Este departamento reúne, assim, a experiência de um trabalho bastante consolidado no que concerne à prática da conservação e restauração.

São inúmeros os estudos e pesquisas realizados que trazem para o departamento um bom conhecimento dos bens edificados e integrados que compõem o seu objeto de trabalho. Sempre enfrentando desafios, como não podia deixar de ser, busca ultrapassá-los trabalhando em melhorias e inovações, capacitando profissionais da área, figura 3, fazendo parcerias, estudando e se aprofundando nos problemas mais diversos para a melhor compreensão desse patrimônio. O DPH conta ainda com o auxílio de uma empresa terceirizada para a execução da manutenção e conservação dos prédios que estão sob sua responsabilidade.

Figura 3 – Curso de práticas de conservação e restauração do patrimônio cultural arquitetônico e testes em materiais no canteiro de conservação/manutenção.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.

Os tipos de serviços executados para a sua conservação contínua e preventiva são numerosos, figuras 4 e 5, assim como os materiais que compõem os objetos de trabalho.

Figura 4 – Serviços de conservação.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.

Figura 5 – Oficina no canteiro dos serviços de conservação.



Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.

4.2 O encontro da sociedade e os órgãos de proteção

A conservação do patrimônio cultural exige de seus gestores, um constante exercício frente à diversidade de possibilidades de decisões projetuais que implicam na preservação. Polissemia, subjetividade, permanência e mudança são questões intrínsecas à gestão da conservação de um patrimônio tão diverso e complexo.

Dos instrumentos legais existentes para a aprovação de intervenções, a Portaria nº 420 (IPHAN, 2010) “dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno”. Contudo entende-se a real necessidade de se discutir possíveis diretrizes e mecanismos, que possam auxiliar

na prévia aprovação por parte dos órgãos de fiscalização quando se trata de ações que envolvem a prática da conservação preventiva e contínua. Como o próprio nome indica, são atividades constantes e que pretendem se antecipar aos problemas e prever a realização dos serviços de maneira programada e no tempo certo, prevenindo danos aos bens e não comprometendo o andamento das atividades cotidianas nas edificações e nos sítios. Isto significa que o mesmo tipo de intervenção pode ser repetido diversas vezes utilizando as mesmas teorias e práticas, contudo de forma diferente já que cada caso é um caso.

Sabedores dos valores que os bens culturais do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos possuem e da missão da Fiocruz na preservação do patrimônio humano e cultural brasileiro entendemos a oportunidade que nos é oferecida nesta preservação e na possível contribuição interna e além muros, colaborando, ainda, para a multidisciplinariedade tão necessária quando se trata do patrimônio cultural. É importante manter estas iniciativas como mais uma das formas de expandir a cooperação na conservação do patrimônio cultural material junto aos órgãos responsáveis.

A oportunidade da aproximação da sociedade civil vai ao encontro do que o Decreto-lei nº25/1937 (BRASIL, 1937) propõe em seu artigo 25 que dita que:

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Já Santos¹ (IPHAN, 2012, p. 7), em sua palestra no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado na cidade de Ouro Preto em 2009, fala sobre o panorama da então atual política do Iphan no que dizia respeito à prática do diálogo e da parceria como premissa de trabalho:

Revela, ainda, a abertura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o desafio de um trabalho inovador, no sentido de fugir das amarras burocráticas da análise de projetos e aprovação de plantas, para alcançar uma rotina produtiva com um sedutor viés sociocultural.

Este Fórum fez parte da construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – SNPC, já comentado no item 2 deste artigo, que desde 2007 o Iphan empreendia esforços para a sua construção. Movimento importante e precursor para incentivar também a interligação entre os diversos órgãos da administração pública como é objetivo do SNPC e que as palavras de Sant’Ana² (IPHAN, 2012, p. 12) traduzem:

Isso é, de fato, o que deve acontecer num sistema, num regime republicano e federativo. Se não houver essa coordenação de ação, esse pacto e esse compartilhamento de atribuições e responsabilidade, fica difícil atuar de maneira efetiva, seja na preservação ou na promoção e na proteção do patrimônio histórico, seja nos outros campos de responsabilidade da política de cultura, nas artes, enfim, no respeito e na promoção da diversidade cultural.

1 Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, prefeito de Ouro Preto e presidente da Associação Brasileira de Cidades Históricas em 2009.

2 Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, ano 2009.

Em sua palestra, dizia que o fórum era mais uma oportunidade de encontro entre as diversas instâncias na articulação para avançar de forma mais efetiva na direção ao diálogo e na construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

Baseados nas perspectivas que o aparato jurídico e regulamentar possa trazer, no esforço das instituições e seus profissionais na construção dessa regulamentação e sua implementação, conforme apresentado, no trabalho realizado internamente no departamento e buscando fortalecer as parcerias no que diz respeito à interação da sociedade civil e profissional com os órgãos de tutela, destaca-se a importância de estabelecer diretrizes para alcançar eficácia e eficiência nas ações da conservação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar movimentos que possibilitem alcançar um patamar mais interativo na relação entre os diversos setores no que diz respeito à gestão da conservação do patrimônio cultural nacional é imprescindível à preservação deste patrimônio.

Ao mesmo tempo indaga-se como se poderia construir efetivamente instrumentos eficientes para aprovar as ações de conservação contínua, que a um primeiro olhar não se enquadrariam na Portaria nº 420 (IPHAN, 2010), já mencionada.

Gerar integração criando um sistema composto por plataformas digitais integradas entre o Iphan, os órgãos de patrimônio estaduais, municipais e a sociedade civil. Além do compartilhamento do conhecimento e, conseqüentemente maior participação dos envolvidos

poderá gerar um maior entendimento das práticas por parte dos atores, com resultados que alcancem as expectativas dos diversos interessados.

É preciso trabalhar de maneira integrada e prever que a execução da manutenção e conservação devem ser práticas que espelhem o entendimento comum, que também contribuirá na conformidade dos entendimentos, do planejamento e da gestão.

E para isso é importante construir instrumentos para a legalização das ações de conservação de bens materiais executados de forma multidisciplinar por profissionais capacitados, instrumentos estes que devem ser revistos com uma determinada periodicidade.

6 REFERÊNCIAS

BAHIA, Carolina Medeiros; **MEDEIROS**, Heloísa Gomes. Proteção do Patrimônio Cultural Ambiental Brasileiro: Os Instrumentos do Sistema Nacional de Cultura e os Direitos Autorais. In: Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, Curitiba, v.2, n.2, p. 132-155, Jul/Dez. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/decretolei_25_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei N° 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 48, de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Lei n° 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 71, de 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: 1ª Edição. IPHAN, 2007.

IPHAN. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. Brasília: Iphan, 2012.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo et al. Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->. Acesso em: 10 de jul. 2017.

SISTEMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

RABELLO, Sonia. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SANTOS, Antonio Miranda dos. Opinião – Patrimônio Cultural: Preservação e Proteção. Portal CT, da Redação: 20 de mar. de 2009. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/n13774>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TOLEDO, Benedito Lima de. Preservação de bens culturais. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo. v.52, 216p. jan. /dez. 1994.

VIÑAS, Salvador Munôs. Teoria Contemporânea de la Restauración. Madrid: Editorial Madrid, 2003.

Capítulo 6

MOURARIA: DA EXCLUSÃO AO PROJETO URBANO DE MEMÓRIA SOCIOCULTURAL

Sara Belém¹

1 Introdução

Fadigas (2015, p. 28) menciona que “as relações de poder e a forma de o exercer representam o conjunto nuclear das matérias que dizem respeito à definição das políticas públicas e à organização do Estado”.

O território da Mouraria, em Lisboa, apresenta características de gênese urbana com o elemento segregação socioespacial como denominador forte. Conforme refere Marcuse (2004, p. 24):

Segregação (segregation) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e de manutenção de um gueto.

Trata-se de um processo de dominação - ideológica, social, política e cultural bastante desigual -, refletido no espaço urbano e no acesso a inúmeros recursos: bens de consumo, segurança, educação, trabalho, transporte, lazer e saúde. Com isso, há a criação e promoção de diferentes signos no imaginário socioespacial, seja de lugares,

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Presbiteriana Mackenzie; e-mail: s.belem.arq@gmail.com

indivíduos ou até mesmo ações (MACHADO, 2009 *apud* FERRO, 2012).

Em termos específicos, a respeito da Mouraria, a autora Marluci Menezes (2005, p. 71) menciona que:

O bairro sempre se caracterizou pela sua pobreza e precariedade habitacional, atraindo ao longo da sua história, sobretudo, segmentos da população com dificuldades socioeconômicas. Tais características ficariam particularmente evidenciadas a partir do século XV, com a crescente tendência da cidade voltar-se para o rio, e com o aumento da população da cidade em função de movimentos migratórios oriundos das zonas rurais do País. [...] A partir do século XVIII e até meados do século XX, assistiu-se a um vertiginoso aumento populacional da cidade, pelo que bairros como Alfama e Mouraria atingiram as suas capacidades de ocupação e, em decorrência da sua precariedade socioeconômica e funcional passaram, juntamente com outros bairros, a ser conhecidos como os bairros pobres da cidade. (Cordeiro, 1997).

A autora Menezes (2005, p. 73) desenvolve o raciocínio ao falar o seguinte sobre o território:

A Mouraria do presente pode ser descrita pela vivência de rua, as roupas estendidas nas janelas e pátios, as crianças a brincar, os edifícios históricos e degradados, as conversas à soleira da porta ou à janela, os homens a conversar nas esquinas, largos e travessas, as sardinhas a assar em braseiros colocados na rua; como também pela a procissão, pelos arraiais dos Santos Populares e a marcha popular. Mas o presente do bairro pode também ser descrito através de um conjunto de territórios e dinâmicas que, para além de conjugarem os elementos mais características da sua população

e mesmo do seu espaço físico, lida com novos e outros estilos de vida que não se explicam somente pelo fenómeno de gentrificação, nem pela heterogeneidade das classes populares, mas também por fenómenos de cariz étnico. Um mundo em que o fado, as severas e os marialvas, as tascas, as peixeiras, os operários, os (i)migrantes, os visitantes, os desempregados e os reformados coexistem com as lojas e mercearias chinesas, os cabeleiros luso-africanos, os bazares indianos, a Associação Comercial China Town, o gang dos telemóveis, os toxicodependentes, os sem-abrigo.

É importante ressaltar o seguinte: quando a “*mão*” do poder público estimula a segregação social e aparta o acesso aos mais amplos serviços básicos, questões ligadas à venda e consumo de substâncias ilícitas são, inúmeras vezes, mencionadas como problemáticas existentes em territórios com tais características.

Como tal, este artigo iniciará uma breve revisão a respeito de um dos tipos de segregação socioespacial – a gentrificação –, seguindo-se o estudo das intervenções urbanísticas levadas a cabo na Mouraria (Quadro de Referência Estratégica Nacional da Mouraria (QREN) e o Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM). O que torna paradigmática a transformação urbana deste bairro lisboeta é o fato de ter sido empreendida pelo poder público, diferentemente de outras intervenções entregues ao setor privado, embora articuladas pelo Estado.

2 GENTRIFICAÇÃO: ANÁLISE CONCEITUAL

Tendo como base o autor Neil Smith (2006), a gentrificação *clássica* articula-se da seguinte forma: investimentos primários e esporádicos feitos por uma classe média-baixa, em centros urbanos, históricos ou não,

atraída pela infraestrutura e baixo preço imobiliário local; posteriormente, entra em jogo a participação de investimentos privados, com planos de incentivos públicos e uma administração municipal dinâmica, atraindo a instalação de uma nova classe média emergente; e, por fim, há a inserção de todo o território *gentrificado* e dos seus tecidos adjacentes no mercado globalizado, onde o consumismo cultural e de lazer modificam simbolicamente o espaço urbano inicial. Todo este processo envolve os mais variados vetores de crescimento da cidade, gerando alcances físicos metropolitanos e até mesmo intraurbanos.

Um exemplo clássico do que foi mencionado anteriormente corresponde às áreas onde são implementados grandes projetos urbanos pontuais, com um viés cultural ou esportivo, que recorrem a um “city marketing” para atrair o mercado financeiro global. Como isso, especuladores imobiliários e proprietários de terra fomentam o encarecimento do tecido urbano e suas áreas de influência, pressionando, de forma direta ou indireta, comunidades carentes a venderem as suas casas, o que impulsiona um processo de desapropriação e gentrificação.

Contudo, existem opiniões controversas em relação à aceitação de modelos norte-americanos ou europeus genéricos, bem como a sua aplicabilidade em cenários tão distintos e longínquos, como é o caso do espaço geográfico brasileiro. Assim sendo, devem ser levados em conta os padrões locais preexistentes, interagindo com pressões advindas do mercado global, principalmente, os ciclos do capital financeiro mundial, o que “pode alterar o processo temporal e espacialmente” (SIQUEIRA, 2014, p. 392).

A mesma autora explica que este tipo de fenômeno global pode ser identificado localmente por meio de três dimensões fundamentais: a primeira delas é a produção de um espaço gentrificável, isto é, a diferença

entre a extração de mais-valias obtidas com os usos atuais do espaço e o potencial de lucro de mais-valia por meio da mudança de usos e usuários, tendo-se em consideração o contexto das políticas neoliberais, do urbanismo competitivo e da valorização de determinadas atividades (setor de comércio e serviço de ponta); a segunda dimensão refere-se à elitização socioespacial, com a expulsão de grupos vulneráveis, encontrando-se o grupo imigrante mais conectado à imagem idealizada e preconizada pelo atual desenvolvimento urbano. Toda esta articulação é legitimada por amplos fatores: desde o desvio de recursos de políticas sociais, passando pela subida do preço de aluguéis e propriedades, bem como a ocorrência de “[...] transformações na vida local em efeitos multiplicadores que também podem levar à expulsão, como a mudança de vizinhos, aumento do tráfego de veículos e verticalização de lotes adjacentes” (MARCUSE, 1986 apud SIQUEIRA, 2014, p. 400-401).

Por fim, a autora refere como última dimensão a transformação da paisagem construída, modificada para participar dos moldes simbólicos globais e alavancada pelos “investimentos em infraestrutura urbana, renovações, novas construções e usos” (SIQUEIRA, 2014, p. 401).

Dessa forma, o processo assume diferentes nuances dependendo das condições de cada local, inclusive numa mesma cidade, revelando um caráter totalmente heterogêneo. Na verdade, o que diferencia a gentrificação é o desenrolar dos papéis dos diferentes atores: mercado imobiliário e sua influência na política e nos limites institucionais; organizações locais; interesses privados; e, sem dúvida, a participação do Estado.

3 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL: MOURARIA

Durante o período de 2007 a 2013, um quadro para a implementação de “políticas comunitárias de coesão económica e social” é estabelecido no território português, constituindo-se o Quadro de Referência Estratégica Nacional, do qual o QREN Mouraria faz parte, graças aos fundos da União Europeia (FERRO, 2012, p. 39).

Segundo a Câmara Municipal de Lisboa (CML), em informações dadas no seu portal eletrónico, tem-se como objetivos deste programa de ação (QREN Mouraria) a requalificação do espaço público, [...] no percurso de atravessamento longitudinal do bairro, entre os largos Adelino Amaro da Costa e do Intendente e espaços adjacentes”, além de uma valorização do património histórico edificado, sociocultural, turístico e identitário, por meio de uma “[...] sinalética direcional e de identificação dos diversos edifícios de valor patrimonial e dos espaços públicos mais relevantes.”

O Plano de Ação do QREN Mouraria foi aprovado em agosto de 2009 e teve um prazo de três anos para a realização das suas etapas: um ano para a submissão das candidaturas das operações e dois anos para que fossem finalizadas as obras e atividades. Todavia, apenas o cronograma da primeira parte foi respeitado, uma vez que as obras começaram em setembro de 2011, tendo o começo das mesmas sido celebrado com dois espetáculos de ópera, isto é, um no Largo do Intendente e outro no Largo da Achada, além de um espetáculo de fado no Largo da Severa. Até a data da publicação deste artigo, as obras ainda não estavam concluídas (FERRO, 2012; ESTEVENS, 2017).

Vários foram os atores participantes do QREN, como distintos estágios de envolvimento. Sem dúvida, o investimento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) foi uma importante

ferramenta propulsora do plano, articulada à participação do poder público.

Vale referir que todo este trabalho esteve organizado em um Protocolo de Parceria Local, formado pelos seguintes parceiros: Associação Casa da Achada – Centro Mário Dionísio (CMD); Associação Renovar a Mouraria (ARM); Associação de Turismo de Lisboa – “Visitors and Convention Bureau” (ATL); Câmara Municipal de Lisboa (CML), por meio do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária (GABIP – Mouraria), responsável por coordenar diferentes projetos e planos na área de estudo, tendo sido extinto em dezembro de 2014; Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), também desativada no mesmo período do GABIP; e, por fim, o Instituto da Droga e Toxicod dependência (IDT).

A requalificação do espaço público foi tida como prioridade, visando a “criação de espaços exteriores de qualidade, multifuncionais, com soluções conceptuais adequadas ao tecido histórico – urbanístico e patrimonial da Mouraria e atentas às necessidades da população residente” (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2017), sendo o foco primário as intervenções em ruas, largos, praças e sua respectiva acessibilidade e mobilidade:

Rua das Farinhas, Rua Marquês Ponte de Lima, Rua da Guia, Rua do Capelão, Rua de João de Outeiro, Rua de Bemformoso, Largo Adelino Amaro da Costa, o Largo dos Trigueiros, o Largo da Achada, o Largo da Rosa, o Largo João de Outeiro, o Largo da Severa, Largo do Intendente e Praça Martim Moniz (só numa fase sucessiva). (FERRO, 2012, p. 43)

Figura 01 - Imagem do Largo do Intendente, após a intervenção urbana.



Fonte: Autora, 2017.

Além de tudo o que foi exposto, o plano previa igualmente uma ação articulada à Redução de “Riscos e Minimização de Dano” de toxicod dependência. No fundo, procurava-se diminuir os “comportamentos de riscos associados ao consumo de drogas; aumentar o nível de proximidade dos indivíduos às estruturas de suporte às suas problemáticas; e aumentar o nível de rastreio de doenças sexualmente transmissíveis e/ou tuberculose” (ESTEVENS, 2017, p. 195).

É possível notar-se, na fala usada para legitimar as transformações urbanas, a “[...] atenção sobre o discurso do Fado e os seus lugares de representação, sobre o passado mourisco e a sua herança arquitectónica, sobre o fenómeno da imigração e da convivência intercultural, promovendo a identidade do bairro e exportando-a” (FERRO, 2012, p. 46).

O objetivo maior da criação do plano foi a requalificação do espaço público, visando uma abertura dinâmica e acessível do mesmo à

população residente, bem como a sua apropriação e estima. Já em termos exógenos, o turismo funcionaria como uma política de promoção e abertura do bairro à cidade e aos demais cidadãos residentes ou não, pelo estabelecimento de diretrizes temáticas bem claras, como é o caso do “Corredor Intercultural”, com visitas guiadas ao patrimônio histórico, entre a rua dos Cavaleiros e a rua do Bemformoso, além da realização do festival multicultural *“Há Mundos na Mouraria!”*, o que reforça a interação entre os hábitos culturais de comunidades não portuguesas com os comércios ligados à gastronomia, atuantes no território.

De acordo com o Plano de Ação informado pela CML, este foi organizado em cinco eixos operativos, distribuídos de forma a configurar “dois eixos estruturantes e três eixos instrumentais”. Os primeiros estão relacionados às “novas oportunidades de mudança e de desenvolvimento” do bairro, entre elas a criação de um Centro de Inovação da Mouraria (CIM). Já os instrumentais, articulam-se a premissas integradoras de valores de identidade, memória e tradição: a criação de equipamentos de uso social e a promoção do patrimônio cultural e histórico da Mouraria.

Tabela 01 – Eixos de Ação do QREN Mouraria.

EIXOS ESTRUTURANTES – DESENCADEADORES DE NOVAS OPORTUNIDADES DE MUDANÇA E DE DESENVOLVIMENTO
Operação 1: Requalificação do espaço público e do ambiente urbano (CML)
Ação 1.1 – Requalificação do Espaço Público
Ação 1.2 – Melhoria de Acessibilidade e Mobilidade
Ação 1.3 – Sinalética
Ação 1.4 – Estrutura de Gestão e Manutenção do Espaço Público
Operação 2: Refuncionalização e reabilitação do Quarteirão dos Lagares para criação do Centro de Inovação da Mouraria (CML)

Fonte: Adaptado da CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2012.

Tabela 02 – Eixos de Ação do QREN Mouraria.

EIXOS INSTRUMENTAIS – INTEGRADORES DOS VALORES DE IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRADIÇÃO
Operação 3: Valoração das Artes e dos Ofícios
Ação 3.1 – Extensão das Instalações da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço em edifício no Largo dos Trigueiros (CML)
Ação 3.2 – Extensão das Instalações da Junta de Freguesia do Socorro em edifício na Rua da Guia (ação que ficou por realizar)
Ação 3.3 – Residências Universitárias (ação que ficou por realizar)
Ação 3.4 – Sítio do Fado na Casa da Severa (CML)
Ação 3.5 – Ações de Redução de Riscos e de Minimização de Danos de Toxicodependência (<i>IN-Mouraria</i> – projeto atualmente apoiado pela Junta de Freguesia Sta. Maria Maior)
Ação 3.6 – Conhecimento e Criatividade (IDT)
Ação 3.7 – Publicação Gastronomia da Mouraria (ARM) (caráter pontual e sem articulação com a Cozinha Popular da Mouraria)
Operação 4: Valorização Sócio – Cultural e Turística
Ação 4.1 – Restauro de Troço da Cerca Fernandina (CML)
Ação 4.2 – Reabilitação da Igreja de São Lourenço (CML)
Ação 4.3 – Corredor Intercultural (CML) (caráter pontual)
Ação 4.4 – Festival Multicultural “ <i>Há Mundos na Mouraria</i> ” (ARM) (caráter pontual)
Ação 4.5 – Percurso Turístico – Cultural (ATL) (ação realizada e em funcionamento)
Ação 4.6 – Visitas Guiadas ao Patrimônio Histórico e Cultural da Mouraria (ARM) (ação realizada e em funcionamento)
Ação 4.7 – Publicação História da Mouraria em banda desenhada (ARM) (ação realizada)
Ação 4.8 – Edição em CD de música com referencia à Mouraria (ARM) (ação realizada)
Ação 4.9 – Jornal Bimestral sobre a Mouraria “ <i>Rosa Maria</i> ” (ARM) (ação realizada e em funcionamento)
Operação 5: Plano de Divulgação e Comunicação do Programa de Ação (CML)

Fonte: Adaptado da CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2012.

Em termos de divisão administrativa, segundo o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (1997), o bairro repartia-se por sete juntas de freguesia: Anjos, Graça, Sé, Santa Justa, São Tiago, Socorro e São Cristóvão e São Lourenço (JFSCSL). Após a fusão de freguesias no novo mapa administrativo de Lisboa (lei 56/2012 de 8 de novembro) a Mouraria ficou distribuída por três freguesias: Arroios, São Vicente e Santa Maria Maior, esta última bastante atuante e estimada por parte dos moradores do bairro (ESTEVENNS, 2017).

As reabilitações do património histórico e cultural, bem como a reestruturação de lugares de importância na gestão e suporte social, compreenderam os seguintes pontos: reabilitação a Igreja de São Lourenço, articulada às ações do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU); a reestruturação da Cerca Fernandina, para que respondesse “ao principal requisito das Parcerias para a Regeneração Urbana – Centros Históricos, que obrigava à intervenção em monumentos nacionais, permitindo configurar esse centro como um polo de atração turística”; a renovação da Praça Martim Moniz; a edificação da Casa da Severa, como casa de fado; a recuperação do Quarteirão dos Lagares, com a instalação do Centro de Inovação da Mouraria (CIM); equipamento social no Largo do Trigueiros e na Rua da Guia, para atividades com jovens e idosos; parque sênior e infantil na Rua do Capelão; reabilitação de diferentes edifícios de habitação para um total de 36 apartamentos; e, por fim, a adaptação do Antigo Mercado do Chão do Loureiro para silo automóvel e supermercado (FERRO, 2012; ESTEVENNS, 2017).

De acordo com a CML (2012), no que tange à promoção turística do território, o Percorso Turístico – Cultural assumiu grande importância:

A operação de Requalificação do Espaço Público da Mouraria, no eixo de atravessamento longitudinal do bairro entre os largos Adelino Amaro da Costa e do Intendente, um dos eixos estruturantes do bairro, é a operação de maior visibilidade e a iniciativa mais indutora de novos comportamentos, não só em termos de convivialidade pública como também de reabilitação do edificado e de introdução de novas atividades. O valor do património histórico - arquitetónico localizado neste eixo, que integra imóveis classificados como Monumento Nacional e como Imóvel de Interesse Público e outros integrados na Carta Municipal do Património, vai permitir a divulgação deste atravessamento através da criação do Percurso Turístico-Cultural, a divulgar através de vários meios.

Com o intuito de reforçar a apropriação do espaço público, quer atraindo pessoas externas ao bairro, promovendo uma nova imagem do local, quer melhorando as condições existentes para os residentes, a mobilidade e acessibilidade assumem um papel importante.

Por meio dessa ação, há todo um trabalho em reverter a estigmatização histórica do local, reconfigurando a relação que a cidade e a população têm com o mesmo.

O orçamento do QREN para estas obras foi de cerca de sete milhões de euros, além do dinheiro vindo do FEDER, tendo sido um pouco mais de um ano o tempo estipulado para a realização das intervenções, mas que foi bem além disso. Um importante dado que visou fortalecer a confiança necessária na mudança imagética do local foi a transferência do gabinete do então Presidente da CML, António Costa, para o Largo do Intendente. Contudo, em março de 2014, este anunciou que ia voltar para o seu gabinete nos Paços do Concelho.

Figura 02 - Mapa sem escala que ilustra as intervenções realizadas no território correspondente ao QREN Mouraria.

MAPA DE INTERVENÇÕES DO PROJETO QREN BASEADO NA DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO DA MOURARIA



Fonte: Adaptado de “Jornal Rosa Maria” (2011) apud Ferro (2012, p. 17), Associação Renovar a Mouraria, 2011.

A intervenção no Quarteirão dos Lagares, localizado no centro do bairro, fez parte da estratégia de criação de estruturas identitárias e de referência urbana criadas para o bairro da Mouraria, por meio da reabilitação de um conjunto de relevante valor patrimonial, visando a sua valorização.

Segundo dados da Câmara Municipal de Lisboa (2012):

Esta valorização passa pela manutenção das características tipológicas (a organização das dependências em torno do pátio, dimensões e proporções dessas dependências e sua interligação e as comunicações horizontais e verticais), morfológicas (alçados que constituem frentes urbanas, contribuindo

para a unidade do tecido urbano onde se insere o quarteirão) e construtivas (técnica de taipa).

No mesmo, foi instalado o Centro de Inovação da Mouraria (CIM), tendo sido idealizado como “um edifício multifuncional com gestão e agenda condicionadas ao princípio da promoção e instalação de atividades inovadoras, preferencialmente de carácter económico, cultural e social” (CML, 2012).

O mesmo funciona como incubadora de projetos das indústrias culturais e criativas, permitindo o uso do seu espaço, após candidatura e seleção, mediante o pagamento de uma taxa mensal. A questão colocada é que a função que inicialmente lhe foi atribuída, isto é, ser o espaço físico de encontro dos movimentos sociais da Mouraria e um palco de criação de ideias transformadoras voltadas para o bairro, ficou de lado, tendo em conta a presença de projetos estrangeiros e de outros locais da cidade na incubadora.

Figura 03 - Centro de Inovação da Mouraria. Imagem que mostra um dos acessos ao pátio e às salas do subsolo do CIM, bem como o espaço de acesso ao local que funciona como galeria de exposições.



Fonte: Autora, 2017.

4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (PDCM)

A base apontada por Ferro (2012), a respeito das premissas de um desenvolvimento social integrado, está relacionada ao fato de que a liberdade e a cidadania plena só são possíveis de serem atingidas com o desenvolvimento integral dos indivíduos e das suas respectivas comunidades. O desenvolvimento político, econômico, social e cultural deverá ter o combate à exclusão social e a promoção da qualidade de vida como prioridades.

Não colocando em xeque a riqueza cultural e diversificada da Mouraria, os diagnósticos sociais há muito que apontavam ser este um território composto por vulnerabilidades sociais: grupos em situação de risco, pobreza ou exclusão social, inclusive, em termos de habitação; prostituição; toxicodependência; população envelhecida; degradação urbana e do espaço público; além de baixos índices de qualidade de vida e insegurança na utilização do espaço público devido à violência urbana (FERRO, 2012, p. 48).

Surge assim a necessidade de estabelecer um plano que tivesse uma base horizontal e que dialogasse com os anseios da comunidade, visando a identificação dos problemas mais urgentes, por meio da colaboração populacional para a resolução deles, dando seguimento às ações renovação urbanística já colocadas em prática pelo QREN Mouraria.

Como declara Nuno Franco (2011) apud Ferro (2012), o PDCM é uma encomenda do Presidente António Costa, atual Primeiro Ministro de Portugal, mas na altura presidente da CML. Financiado, sobretudo, pela verba obtida no Orçamento Participativo (OP) (2011-2012), por meio da proposta “Há vida na Mouraria”, apresentada por Sónia Barradas (uma cidadã lisboeta que apresentou o seu projeto ao OP), contou com um orçamento de 1 milhão de euros. O projeto apresentado inicialmente ao concurso do OP foi acolhido pelo coordenador do GABIP (ESTEVENS, 2017).

Como tal, o programa desenvolveu-se em várias etapas: estas envolviam o contato com as entidades e instituições (associações locais, religiosas e administrativas, como é o caso das juntas de freguesias) e um diagnóstico urbanístico e social – para delimitar as vulnerabilidades e questões do território –; estipulação de objetivos; seguido de metodologias de ação e dos projetos que já decorriam na Mouraria; e, por fim, a identificação das principais forças e fraquezas sociais, bem como dos eixos basilares de intervenção, estratégias e público alvo das ações.

Em suma, conforme refere o autor, este tinha “estratégias precisas e modelos de intervenção, um grupo definido de parceiros e uma série de projectos para actuar, um financiamento e uma data para acabar” (FERRO, 2012, p. 51).

Um fato curioso, decorrente desta experiência foi a constatação - à semelhança do que acontece em outros bairros brasileiros com dinâmicas internas articuladas a fenômenos de segregação socioespacial -, de que diversas organizações da sociedade civil que atuam no local, não conheciam o trabalho uma das outras.

4.1 Fase I: Entidades e Visões

No primeiro momento, houve um trabalho de partilha de informações sobre os conhecimentos e competências de cada entidade existente no bairro. Um esforço para perceber as intenções de cada um no programa e como este seria rebatido na Mouraria, “[...] na tentativa de não deixar a descoberto nenhum assunto relativo ao contexto social do bairro” (FERRO, 2012, p. 52).

Por meio do relatório final do PDCM apud Ferro (2012, p. 53), foram estabelecidos dez pontos de ação resultantes desses encontros com as instituições e entidades sociais:

A autonomia e a liberdade (de escolha) das pessoas e das comunidades;

Assumir uma perspectiva safety e não security na promoção da segurança na Mouraria (i.e. adoptar uma estratégia de promoção da segurança assente no uso colectivo do espaço público, descentralizada e assente nos cidadãos, e não em forças de seguranças e na repressão);

Promover o acesso a equipamentos e reconhecer as actuais respostas no terreno e não tanto promover a proliferação de novas respostas (redundantes);

A participação / processo de desenvolvimento “de-baixo-para-cima”;

A adopção de modelos de intervenção holísticos, integrados, globais;

As parcerias e a optimização dos recursos disponíveis;

A possibilidade de uso do espaço público de forma acessível e criativa;

A especificidade/adaptação das respostas face aos diferentes problemas e públicos-alvo e a sua eficácia no combate à exclusão social e à pobreza;

A diversidade;

A inovação e o empreendedorismo social nas respostas aos desafios sociais.

4.2 Fase II: Coleta dos dados e Avaliação

Após a primeira fase, seguiu-se para o diagnóstico social da Mouraria, visando identificar as principais vulnerabilidades do bairro, por meio da elaboração de dados e informações sobre este, além da identificação dos recursos e projetos já existentes no território, tanto de ordem material, humana e financeira (FERRO, 2012). Como a divisão administrativa do território da Mouraria competia, naquela época, a cinco autarquias diferentes (leia-se múltiplos atores), várias informações (em determinados assuntos até escassas) e contradições foram colhidas e analisadas, dada a dinâmica e complexidade social existente.

Ferro (2012, p. 54) refere que “começou-se em primeiro lugar a recensear a população do bairro e o número de habitantes que beneficiavam de prestações sociais”. Uma vez que metade do território da Mouraria fica sob a administração da Junta de Freguesia do Socorro, considerou-se totalmente os dados advindos da mesma. Contudo, freguesias como a dos Anjos, hoje denominada Arroios, cuja porção no território da Mouraria é pequena (esquina da Rua de Bemformoso e o Largo do Intendente), foram consideradas com cautela as informações coletadas. Outra questão é o fato da Junta de Freguesia da Graça, na qual uma parte da Mouraria está inserida, não ter nenhum representante por conta das divergências políticas entre o presidente da CML à época e o presidente da junta em questão.

Como síntese dos dados que constam no relatório final do PDCM (2012) apud Estevens (2017, p. 201-202), tem-se:

Do trabalho realizado resultou um diagnóstico social, onde foram apontados como principais necessidades/problemas do bairro: a degradação do espaço habitacional e do espaço público, considerando existir um elevado número de fogos devolutos; a recolha de lixo seletiva ser insuficiente, o incumprimento dos horários de deposição

de lixo e a falta de locais com contentores; a insuficiente consulta e envolvimento da população no planeamento da reabilitação urbana em curso; a ausência de serviços de proximidade com respostas dirigidas aos grupos sociais mais vulneráveis; a má imagem do bairro, o sentimento de insegurança e a falta de policiamento; a dificuldade de acesso à habitação na Mouraria devido ao aumento das rendas; o isolamento dos idosos, a ausência de respostas na área da saúde e dificuldades de mobilidade; o desinteresse pela escola de jovens e a ausência de respostas de emprego e formação; a identidade da Mouraria em mudança devido à presença de várias culturas imigrantes; os lugares de estacionamento insuficientes e parques demasiados caros; ausência de equipamentos e espaços de lazer para crianças, jovens e idosos; e a falta de mobiliário urbano para usufruto do espaço público e problemas de acessibilidade. (PDCM, 2012).

4.3 Fase III: SWOT

A terceira fase caracterizou-se pela força trabalho denominada SWOT (Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats), isto é, identificação das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças existentes no território. Uma vez sinalizadas, estas permitem um planeamento estratégico para a elaboração de um projeto. Contudo, a análise, muitas vezes, tem variantes de interpretação já que, por vezes, pontos de força podem representar potenciais fraquezas dada a vulnerabilidade, segregação social e heterogeneidade da Mouraria.

Tanto o público-alvo quanto os eixos e diretrizes de atuação foram estabelecidos baseado nas linhas prioritárias que os parceiros do

PDCM identificaram como mais urgentes, originando assim seis linhas de orientação estratégica e três eixos de intervenção prioritária.

Estevens (2017, p. 202), baseada nas informações apresentadas pelo relatório final, menciona que:

Perante este diagnóstico, identificaram-se linhas de atuação principais: o combate à especulação imobiliária e a promoção de bolsas de arrendamento social; o incentivo a projetos de reabilitação de baixo custo com base num urbanismo de proximidade; a promoção da participação cívica e do associativismo de base local; o aumento da oferta lúdica e cultural de forma integrada; a criação de novos equipamentos no bairro e serviços de apoio aos grupos sociais mais vulneráveis; a melhoria da integração das comunidades imigrantes e a promoção da mediação intercultural; a melhoria das acessibilidades e mobilidade no bairro; a melhoria da limpeza do espaço público; o incremento da qualidade de vida e da imagem da Mouraria; as novas ocupações do espaço público, com introdução de mobiliário urbano e novos espaços verdes; o combate ao desemprego e ao abandono escolar, com projetos de formação e empreendedorismo; e a valorização da identidade histórica e cultural da Mouraria a a promoção do turismo cultural. (idem).

Além do mais, foi estabelecida pela comissão de parceiros um entendimento do que seria a Missão, a Visão e os Valores do PDCM, levando sempre em conta que o quadro de mudanças nas condições e práticas sociais não poderão ser a curto prazo:

Foram pensados os projetos considerados de maior relevo para o bairro, considerando quatro eixos: 1) dinamização do tecido económico e promoção das qualificações, emprego e empreendedorismo;

2) melhoria da qualidade de vida dos seniores e a promoção do envelhecimento ativo; 3) acesso ao emprego, saúde e cidadania de grupos especialmente vulneráveis (trabalhadores(as) do sexo, utilizadores de droga e sem-abrigo); 4) o fado. (ESTEVENS, 2017, p. 202).

Em termos de cronologia para a implementação dos objetivos, há dois períodos distintos: um articulado à renovação urbanística de Lisboa, prevista para os próximos dez anos; e outro a médio prazo, associado ao QREN Mouraria, visando a finalização das obras e equipamentos físicos para estabelecimento das interações sociais, bem como os planos cívicos e sociais, realçando a complementaridade dos dois planos.

Conforme refere Estevens (2017, p. 204-205), no que concerne ao panorama atual de todas as intervenções, apresenta-se o seguinte ponto:

Durante este período foram muitos os projetos e agentes que apareceram na Mouraria. A sua intenção era participar no processo de transformação da imagem do bairro trazendo-lhe um melhor ambiente social, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Contudo, estes processos não são simples e desencadeiam dinâmicas paralelas que podem levar a ideia inicial para outro caminho. A falta de uma estratégia que promovesse o direito à cidade, ficou visível na Mouraria. Foi-se assistindo ao aumento do interesse pelo bairro, trazendo-lhe um dinamismo que não existia, deixando, porém, muitos dos seus problemas sociais, económicos, urbanos ou políticos fechados dentro das casas dos seus habitantes ou permanecendo à vista de todos em algumas das suas ruas.

Sem dúvida as intervenções no espaço público do bairro (pelo QREN) foram pertinentes, bem como a capacidade de articular

e desenvolver o capital social da Mouraria. Além disso, o fato de o poder público ter chamado para a si a transformação urbana e não ter entregue por completo às mãos do mercado imobiliário, tornou o caso lisboeta objeto de estudo em inúmeros países. Contudo, a gentrificação se faz presente, articulada a uma abertura nacional para investimentos estrangeiros no setor da habitação. A falta de continuidade das políticas sociais, empreendidas pelo PDCM, com a mudança de gestão, também acarretou na persistência de diversos problemas estruturais do bairro.

5 CONCLUSÃO

Como conclusão tangível de políticas e intervenções públicas, no contexto europeu, pode-se referir que o Estado, muitas vezes, recorre à adoção de medidas econômicas neoliberais – constatadas, inclusive, na promoção turística local –, o que acaba por criar e permitir ações gentrificadoras, uma vez que qualquer intervenção no espaço público encarece o preço da terra.

Os resultados concretos dos dois planos apresentados só serão constatados a longo prazo. Contudo, fica claro que um sentimento de maior autoestima da população, a promoção de uma identidade criada e valorizada do que seria a Mouraria, além de um aumento da utilização e fruição do espaço público, com sua abertura para a população interna e externa, foram alcançados.

A grande questão centra-se ao redor deste ponto: para quem se destina o turismo cultural? Lisboa está a passar por uma intensa visibilidade turística o que levou ao encarecimento das habitações no centro histórico, graças aos alojamentos locais. A Mouraria não é um território isento do risco de especulação turística e imobiliária, haja

visto o recente caso de intenção de desapropriar um edifício residencial na Rua dos Lagares.

No fundo, o capital social é a grande chave que o bairro tem para resistir às fortes pressões de um processo de gentrificação, reivindicando a luta por um real direito à cidade e de construção de um patrimônio cultural efetivo. O patrimônio da vida, do cotidiano.

6 REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. aiMouraria. Disponível em: <<http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/ha-vida-na-mouraria.html>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ESTEVENS, Ana. A Cidade Neoliberal: conflito e arte em Lisboa e em Barcelona. Lisboa: Deriva, 2017.

FADIGAS, L. Urbanismo e Território: as políticas públicas. Lisboa: Sílabo, 2015.

FERRO, G. Re-inventar um bairro: análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria. Setembro 2012. 121 (Mestrado em Antropologia Aplicada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. Espaço & Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, 24-33, jan/jul 2004.

MENEZES, Marlucci. Patrimônio Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma Breve visita à Mouraria. CIDADES – Comunidades e Territórios, n. 11, 67-83, dez 2005.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. Cadernos Metrópole, São Paulo, v.16, n. 32, 395-415, nov 2014.

SMITH, Neil. A gentrificação: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 59-87, 2006.

Capítulo 7

PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA PAULISTA DO SÉCULO XIX E DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: CASO DAS MORADIAS URBANAS DE SÃO CARLOS - SP

Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci¹

1 Introdução

A preservação do patrimônio cultural é uma questão complexa, que exige uma ação integrada ao planejamento urbano e uma busca por “soluções a partir de esforços e contribuições multidisciplinares”, como afirma Rufinoni (2013, p. 210-211). Ainda que se referindo mais especificamente aos sítios industriais, alerta para a imposição de que estes espaços urbanos devem suscitar uma “busca por procedimentos e adequações que, de posse dos pressupostos teóricos amplamente debatidos, nos permitam conduzir soluções apropriadas e originais em diferentes situações [...]”, mas que lamentavelmente, o que tem prevalecido é a “valorização dos sítios históricos a partir da contrapartida econômica”. Kühl (2008, p. 282) busca em Brandi a argumentação para afirmar a importância de garantir mecanismos que assegurem o direito à preservação como forma de alcançar as transformações necessárias em uma sociedade.

É preciso assegurar o direito à história e à memória — e seu extraordinário poder como propulsora de transformações — como uma necessidade humana e social, que implica o “imperativo moral” [Brandi,

¹ Professora Doutora; Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP; mariacs@sc.usp.br

2004, p.31] pela preservação. Preservar significa permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, atuais e pretéritos, existam e convivam [...] (KÜHL, 2008, p. 282)

Acreditamos que esse direito à história e à memória passa necessariamente pela possibilidade de conhecimento, pela possibilidade de valor atribuído ao objeto, ao documento. Poderia ser somente valor arquitetônico? Concordamos com Meneses, em conferência de abertura proferida no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, em que afirma ser necessário tratar o “patrimônio unificadamente, sem distinguir as categorias de material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc.” E quando declara que “atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo” [do patrimônio]. Então, valor seria a questão central, que demanda a necessidade de reflexão adequada, e para isso ele discorre detalhadamente dos componentes do valor cultural: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos, éticos e ainda acrescenta a dimensão econômica do bem cultural, sem acreditar que haja antagonismos entre valor cultural e valor econômico. Reconhecendo a complexidade da atividade no campo do patrimônio cultural, Meneses afirma ainda tratar-se de “uma arena de conflito, de confronto — de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político... a coisa comum, o interesse público.” (MENESES, 2009, p. 32-38).

2 CONHECENDO O OBJETO DE PESQUISA

São Carlos está localizada no interior paulista, a cerca de 230 quilômetros da capital, e teve seu crescimento e expansão urbana atrelados ao avanço da franja cafeeira, ocorrido em grande parte do século XIX e primeiras décadas do século XX, graças ao avanço da ferrovia, que permitiu a importação de materiais e de imigrantes, e a consolidação de novos modos de vida, de saber-fazer. O poder econômico e político de grandes proprietários de terras na região de São Carlos estabeleceu condições ideais para o florescimento de novas relações urbanas e de novas arquiteturas em terras distantes dos grandes centros, em que prevaleceram as manifestações ecléticas, notadamente nas últimas décadas do século XIX fortemente marcadas pelo repertório clássico, mas, logo depois, já nas primeiras décadas do século XX, percebemos a coexistência com o *art-nouveau*, o *art and crafts* e os estilos da vertente nacionalista — neocolonial e missões (BORTOLUCCI, 1991).

É essa produção, particularmente no que se refere à moradia urbana, aos 62 exemplares, estudada por Bortolucci (1991) em sua tese de doutorado, que se constitui o objeto de pesquisa escolhido para estabelecer as análises que interessam neste artigo. Mantivemos os mesmos critérios de classificação em quatro categorias — moradias da elite cafeeira (11 edificações); moradia popular (15 edificações); residências da classe média (14 edificações); moradias do Pós-Primeira Guerra (22 edificações) —, para facilitar tanto a atualização dos dados pertinentes às análises quanto a própria elaboração das análises.

Na categoria moradias da elite cafeeira (FIGURA 1) estão sendo tratadas as residências da classe mais abastada da cidade, os antigos

fazendeiros de café. Foram construídas nas duas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX:

deveriam ser uma demonstração do prestígio e do poder que seus proprietários desfrutavam não somente na sociedade local. Talvez por isso tenha havido a preferência pelas linhas clássicas... Eram construções grandes, em geral assobradadas, erguidas no alinhamento das esquinas de imensos lotes. As quadras próximas à igreja foram as preferidas por esses fazendeiros. É natural que, à sofisticação plástica, tenha correspondido uma maior complexidade programática e uma maior liberdade de agenciamento interno. (BORTOLUCCI, 1991, p. 226)

A categoria moradia popular (FIGURA 2), inclui as residências construídas antes e depois da instalação da ferrovia na cidade (1884) pelo fato de que as mudanças entre um momento e outro foram de “pouca profundidade”. Antes e depois, prevaleceram

os volumes prismáticos, construídos em lotes estreitos e no alinhamento da calçada [...] Provavelmente em função da legislação, foi frequente a substituição dos beirais pela platibanda, quase sempre apenas na fachada principal, mesmo quando a casa não era geminada. As janelas de abrir envidraçadas foram usadas, mas as de guilhotina resistiram por muito tempo [...] O banheiro era sempre nos fundos [junto à cozinha]. Mas houve casos que, ainda se espelhando na tradição de latrina isolada no quintal, continuaram também com o banheiro isolado. Outros executaram reformas para trazê-lo para dentro da casa.... a mudança mais relevante, entre os dois momentos da moradia popular, foi a transferência do acesso principal da fachada frontal para uma das laterais, formando um corredor descoberto que, somente nos casos

mais requintados, haveria o alpendre cobrindo este acesso lateral. (BORTOLUCCI, 1991, p. 256-257)

Essa categoria de residências da classe média (FIGURA 3)

foi dada àquelas moradias construídas no início do século XX até o advento da Primeira Guerra Mundial, cujos proprietários podiam ser fazendeiros, não dedicados exclusivamente à cafeicultura, e imigrantes, enriquecidos no exercício das atividades urbanas. [...] foram executadas: no alinhamento da calçada, mas com afastamentos laterais; com pequenos afastamentos frontais; e completamente soltas no lote. A disposição interna dos ambientes ficou entre aquelas mais vinculadas à arquitetura tradicional, adotando o corredor ladeado de quartos, e as que apresentaram mais liberdade no agenciamento dos cômodos, permitindo que os quartos pudessem abrir diretamente para as salas de visita e jantar. A novidade deste período foi o aparecimento do gabinete, ou do escritório. A cozinha e o banheiro, quase sempre, continuaram juntos [...] O aparecimento da copa levou a sala de jantar mais perto da sala de visitas. Foi muito frequente o uso do pequeno alpendre, definindo o acesso principal, quase sempre de estrutura de ferro e telhas de vidro [...] (BORTOLUCCI, 290)

A categoria moradias do Pós-Primeira Guerra (1914-1918) (FIGURA 4) se refere a um período marcado por diversas dificuldades e com

a interrupção da importação de materiais de construção forçou à implantação de novas soluções, que pudessem dispensar a dependência europeia, registrada na produção eclética de até então [...] Em geral, os telhados foram mais movimentados e cobertos com telhas francesas. Foi muito utilizado o beiral, forrado de estuque

ou não, até mesmo naquelas moradias que foram executadas ainda no alinhamento da calçada. As paredes externas de tijolo à vista também foram usadas. As jardineiras sob as janelas, as faixas de argamassa com relevos ornamentais e outras variações de ornatos, foram muito comuns nas fachadas destas residências. Entretanto, um complemento indispensável foi o alpendre, aplicado de formas variadas (pequeno ou mais longo, com telhado independente ou não etc.), mas sempre contornado por elementos vazados em meia-lua, balaústres e outros, e precedido por uma escada de poucos degraus, devido à existência do porão. [...] O corredor central foi completamente esquecido e generalizou-se a ideia da sala-praça, não havendo qualquer tentativa de separação ostensiva entre zonas. O binômio banheiro-cozinha foi mantido e só foi quebrado nas construções assobradadas. Neste período, se afirmou definitivamente a copa, que já havia sido introduzida no programa da habitação. Foi a partir deste período que se vulgarizou o uso da edícula no fundo do quintal [...] Mas, até esta época, ainda era muito comum a utilização do ‘porão habitável’, como dependência de empregados, ou mesmo de um quarto ao lado da cozinha. O gabinete, ou escritório, continuou a ser usado, mas apareceram soluções diferentes para sua localização, certamente atendendo a necessidades particulares dos proprietários. Houve também a existência de um pequeno hall de entrada (onde, às vezes, era localizada a escada de acesso ao pavimento superior), mesmo quando havia alpendre. (BORTOLUCCI, 1991, p. 323-324)

Para alcançar nosso objetivo de avaliar o processo de transformações que acontece no centro antigo da cidade, notadamente a partir dos anos 1980, nos utilizamos desse valioso repertório de moradias. Os levantamentos de Bortolucci foram justamente realizados nos últimos anos da década de 1980 e nossas atualizações de dados sobre esse material ocorreu entre 2016-2017.

Figura 1 - Exemplos de moradias da elite cafeeira.



De cima para baixo: Rua Episcopal 1393 (restaurada, sem uso); Rua Treze de Maio 2056 (restaurada, sem uso); Rua Conde do Pinhal, 2025 (conservada, sem uso); Rua 9 de julho 1567 (demolida). Fonte: acervo da autora, 1985-1986.

Figura 2 - Exemplos de moradia popular.



De cima para baixo: Rua Sete de Setembro 2340 (demolida); Avenida Dr. Carlos Botelho 1732 (demolida); Rua Bento Carlos 129 (conservada, em uso); Rua Padre Teixeira 2540 (demolida). Fonte: acervo da autora, 1985-1986.

Figura 3 - Exemplos de residências da classe média.



De cima para baixo: Rua São Joaquim 1545 (demolida); Rua Treze de maio 1702 (restaurada, em uso); Rua Episcopal 1347 (demolida); Rua José Bonifácio 700 (conservada, em uso). Fonte: acervo da autora, 1985-1986.

Figura 4 - Exemplos de moradias do pós-primeira guerra.



De cima para baixo: Rua Rui Barbosa 1286 (conservada, em uso); Avenida Dr. Carlos Botelho 1768 (adaptada p/ uso atual); Rua Marechal Deodoro 1833 (conservada, em uso); Avenida São Carlos 1589 (demolida). Fonte: acervo da autora, 1985-1986.

Elaboramos uma tabela com a lista das 62 edificações (das quais 16 são mostradas nas Figuras 1 a 4), contendo duas colunas uma para identificação (endereço com nome do logradouro e número da edificação); outra para indicar o estado atual: restaurada, em uso; restaurada, sem uso; conservada, em uso; conservada, sem uso; adaptada para uso atual; demolida; abandonada, sem uso.

A edificação identificada como restaurada, significa que foi submetida a uma intervenção criteriosa e que foi preservada a sua integridade. Nos casos das edificações identificadas como conservada, queremos avaliar, além do fato dela ter sobrevivido, também, como ocorreu esse processo de conservação, qual o grau de proximidade à feição original? Que tipo de reformas ou acréscimos foram mais constantes? Os exemplares identificados como adaptada para uso atual se referem àqueles que sofreram forte alteração e/ou descaracterização em relação à feição original em função de um indicativo de novo uso. Ainda nos interessou avaliar, dentre as moradias existentes – restauradas, conservadas, adaptadas para uso atual –, quais as que ainda mantinham o uso de residência? Quais as que são de uso comercial ou serviços? No caso das que foram demolidas, qual a situação depois da demolição? Surgiu outra residência no mesmo lugar? Ou prédio de apartamentos? Ou algo relacionado a comércio e serviços? Ou ainda um estacionamento? A classificação de abandonada se refere às edificações que por alguma razão estão sem usufruir de qualquer medida de conservação ou manutenção. Para o preenchimento de todos os dados necessários, nos valemos da consulta à tese de Bortolucci, da pesquisa in loco e do acesso ao Google Maps - Street View.

3 AS PERDAS IRREPARÁVEIS

Ainda que São Carlos disponha da atuação de órgão de proteção do patrimônio em instância local, a Fundação Pró-Memória de São Carlos¹, criada em 1993, com a finalidade de preservar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Município de São Carlos, e também possua alguns edifícios da área central tombados ou em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, que é o órgão de instância estadual, o processo de transformações urbanas, que acarreta destruição e perdas significativas no conjunto arquitetônico que marca a cidade do período cafeeiro e do início da industrialização no município, tem se mantido desde os anos 1980 sem dar mostras de arrefecimento. Desse modo, este artigo expõe a precariedade do quadro de preservação do patrimônio do centro antigo da cidade de São Carlos.

A constatação mais alarmante que este levantamento de dados, atualizando informações sobre as 62 edificações urbanas de São Carlos da tese de Bortolucci (1991), nos evidenciou é o alto grau de demolições. Deste número apenas 39 sobrevivem e 23 foram demolidas. Parte das casas que conseguiu sobreviver até os dias de hoje conserva suas características originais - são 32; algumas até passaram por restauro criterioso - são três; outra parte - são 13 - passou por pequenas adaptações que não comprometeram o edifício mas que poderiam ter sido evitadas mediante aplicação de uma legislação preservacionista pertinente: verificamos, em casos de edificações com recuos, a retirada de muros e gradis originais para obter vagas para estacionamento; ou a realização de pinturas extravagantes e tratamento de comunicação visual naquelas que passaram a uso comercial ou de serviços. As edificações que foram descaracterizadas, sofrendo intervenções que alteraram fortemente a

volumetria sem demonstrar considerações relativas ao aspecto original, foram identificadas como adaptada para uso atual - são sete.

Foi significativo também o resultado encontrado em relação à manutenção do uso residencial. Das que sobreviveram, 10 permanecem sendo residências e é interessante ressaltar como foi esse comportamento em relação às demolições: encontramos três casos de nova construção residencial unifamiliar e quatro casos de edifícios de apartamentos. Em relação à mudança de uso, encontramos, nas que sobreviveram, 21 casos de uso comercial ou serviços e, no lugar das edificações demolidas, registramos 12 casos de novas edificações para uso de comércio e serviços. Ainda nos casos de demolições, foram encontrados quatro terrenos atualmente utilizados como estacionamento. Enquanto que a situação de ausência de uso foi observada em oito casos das edificações sobreviventes. Constatamos apenas um caso de edificação sem uso e em completo abandono nesse elenco de 62 edificações. Entretanto, podemos afirmar pelo conhecimento que temos da área central da cidade que, infelizmente, não se trata de um caso isolado. Esse esvaziamento do centro, principalmente em relação ao uso residencial tem sido observado já há algumas décadas em São Carlos, notadamente porque os proprietários atuais, por problemas de herança, ou alegando uma necessidade de maior conforto e segurança, estão preferindo os condomínios em novas áreas urbanizadas nas periferias elegantes da cidade, ou os novos prédios de apartamentos construídos nas áreas centrais, exatamente onde antes havia uma antiga moradia. Desse modo, nas atuais condições, esse tipo de transformação urbana parece inevitável...

Devido à forma de controle na obtenção dos dados, é possível estabelecer algumas comparações entre as diversas categorias.

Percebemos, por exemplo, que o índice de preservação nas moradias da elite cafeeira é o mais alto em relação às demais categorias — das 11 casas existentes nos anos oitenta, oito sobrevivem—, apesar de ser alto também o índice de desocupação - quatro estão desocupadas e quatro atendem a uso de comércio e serviços. Na categoria moradia popular, o que se destaca é o alto índice de demolições: das 15 edificações existentes nos anos de 1980, apenas cinco sobrevivem e apenas três ainda são residências. Esse aspecto da manutenção do uso residencial também foi baixo nas moradias do pós-primeira guerra: dos 17 exemplares que sobreviveram (nos anos de 1980 eram 22 exemplares), apenas cinco continuam mantendo o uso residencial.

No sentido de evidenciar o estado de proteção legal da área central da cidade, vamos destacar alguns dados oficiais no que se refere às três instâncias – nacional, estadual e municipal – e realizar um paralelo com o elenco das edificações da pesquisa. São Carlos tem apenas um tombamento executado pelo IPHAN em 1987 e que está localizado na área rural: é a Fazenda Pinhal. O CONDEPHAAT tem processos de tombamento já executados e em andamento. Dos seis tombamentos concluídos, apenas um se trata de uma antiga residência, é o chamado Palacete Conde do Pinhal, localizado à rua Conde do Pinhal, 2025, atualmente desocupado e sem uso, que está identificado em nosso artigo como uma das moradias da elite cafeeira. As demais edificações tombadas são dois edifícios escolares – Grupo Escolar Paulino Carlos e Instituto de Educação Doutor Álvaro Guião – e três fazendas – Fazenda Pinhal, Fazenda Santa Maria do Monjolinho e Fazenda Santa Eudóxia. Dos sete processos de tombamento em andamento no CONDEPHAAT, constatamos que dois também são moradias da elite cafeeira: Palacete Bento Carlos, localizado à rua Treze de Maio, 2056 (desocupado e sem uso) e Palacete Visconde da

Cunha Bueno, localizado à rua treze de Maio, 2319 (onde funciona a Sociedade São Vicente de Paulo).

Os demais, que estão em processo de tombamento, são edifícios: de uso institucional desde a origem, como a Estação Ferroviária, o Edifício Euclides da Cunha (antigo Fórum e Cadeia e hoje Câmara Municipal) e o Grupo Escolar Eugênio Franco; o antigo prédio da Societá Dante Alighieri (que atualmente pertence à USP) e a praça Coronel Paulino Carlos, antigo Jardim Público. Ainda não há tombamento municipal de edificações nesta área central da cidade, embora desde 2006 a Lei Municipal Nº 13.864, que “dispõe sobre a Política de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental do Município de São Carlos, e dá outras providências”, reconheça a “poligonal de interesse histórico”, na qual estão inscritos os “imóveis de interesse histórico” que podem obter como benefícios descontos de até 100% no valor do IPTU, submetendo-se para isso a uma análise técnica realizada pela Fundação Pró-Memória de São Carlos. Nesta relação de “imóveis de interesse histórico” constam os edifícios urbanos tombados e em fase de tombamento pelo CONDEPHAAT e, também, as edificações identificadas pela Fundação Pró-Memória como “edifícios que guardam suas características arquitetônicas originais”, perfazendo no momento um total de 115 imóveis. Nesse conjunto de 115 edifícios, encontramos 17 que também estão na lista de 62 antigas moradias analisadas no presente artigo, distribuídas da seguinte forma: oito nas moradias da elite cafeeira, ou seja, todas que conseguiram sobreviver nessa categoria; nenhuma na categoria de moradia popular; entre as residências da classe média, são quatro; e na categoria de moradias do pós-primeira guerra são cinco apenas.

4 CONCLUSÃO

Lamentavelmente, retomando Meneses (2009), Rufinoni (2013) e Kühn (2008), verificamos que a possibilidade de tratar o patrimônio cultural de forma integrada ao planejamento urbano e privilegiando a dimensão política, não partidária, mas no sentido de prevalecer o interesse público, ainda é uma perspectiva de abordagem utópica diante da realidade vista no contexto da cidade de São Carlos. Prevalecem atitudes individualistas, distantes dos interesses do cidadão, do direito à história, à memória e à preservação do patrimônio cultural local, que impedem a concretização de ações preservacionistas mais efetivas, ainda que disponham da atuação de órgãos de proteção do patrimônio nas diversas instâncias, especialmente local. As descaracterizações, demolições e perdas que estão acontecendo e continuarão acontecendo no centro antigo da cidade representam danos irreparáveis ao patrimônio cultural paulista.

5 REFERÊNCIAS

BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 1991.

BRANDI, Cesari. Teoria da restauração. Cotia, Ateliê Editorial, 2004.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>>. Acesso em: 02 set. 2017.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. Disponível em: <<http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia, Ateliê Editorial, 2008.

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. O Campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. IPHAN: Ouro Preto. v. 1, p.25-39, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso 15/08/2017

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo, FAP-UNIFESP:EDUSP, 2013.

Capítulo 8

VIVÊNCIAS PATRIMONIAIS: MULTIPLICANDO CONHECIMENTOS

Daniel Silva Campos¹

Amelia Hirata²

Lúcia de Fátima Lobato Ferreira³

1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo o IPHAN (2016),

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

Ainda de acordo com o IPHAN (2016), são diretrizes da educação patrimonial:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

1 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Superintendência de Mato Grosso – IPHAN-MT.

2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Superintendência de Mato Grosso – IPHAN-MT.

3 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Superintendência de Mato Grosso – IPHAN-MT.

II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;

III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;

IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;

VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;

VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;

VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Compreende-se que ter acesso às informações sobre o bem cultural ou como se deu o processo de patrimonialização só tem sentido a partir do momento em que conseguimos compreender a existência desse bem e aprender a sentir seu sentido social. As propostas educativas

devem ser responsáveis em operar uma mudança de olhar a partir do processo de reflexão.

Como explica Moraes (2006, p. 5):

[...] a Educação Patrimonial em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Consequentemente, gera a responsabilidade na busca, na valorização e preservação do Patrimônio.

Aprofundando-se nesta conjuntura, Silva(2014) esclarece que o modo como cada sociedade entende sua cultura possibilita que os patrimônios históricos e artísticos de cada nação sejam os mais variados, como igrejas, palácios, fontes, pinturas, artesanatos, e os caracterizados como patrimônios imateriais, como músicas, lendas e saberes diversos, por exemplo. Essa heterogeneidade de bens também pertence a linguagens distintas e cumprem funções diferenciadas na vida da sociedade à qual pertencem. Assim eles adquirem, enquanto patrimônio, um valor simbólico, pois há uma motivação de base cultural para sua construção. A partir desta função de simbolizar um povo soberano, se desenvolvem os principais valores atribuídos aos bens patrimoniais: o histórico e o artístico, com isso o patrimônio adquire, definitivamente, o sentido de herança cultural nacional.

É dentro desse contexto de apreensão, associação e pertencimento que se enquadra o evento denominado Vivências Patrimoniais. Entender e viver o que acontece no centro histórico pode ser realizado por meio de um diálogo com a população local sobre os trabalhos desenvolvidos pela área técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso. A ação tem como objetivo valorizar e despertar o sentimento de pertencimento e a

afetividade da população para com os bens do núcleo histórico tombado. Trata-se de um convite para conhecer o casario tombado nos seus aspectos físicos e históricos. A equipe coordenada pelo IPHAN apresentou durante o evento conteúdo expositivo acerca dos diversos tipos de patrimônio culturais existentes no país, em especial, o arqueológico, o imaterial e o edificado, que possuem exemplares no estado.

Ainda no que tange à educação patrimonial, o ponto central das ações de educação não é o patrimônio, mas o indivíduo que atua em sua conservação e preservação. A formação dos indivíduos contribui para a construção de sua cidadania, sua autonomia.

Considera-se que o valor não é descoberto, por exemplo, apenas a partir do trabalho de educação patrimonial, mas sim atribuído pelos grupos sociais. O patrimônio não possui o valor tão somente em si, eles são construídos historicamente. Deste modo, a formação e a democratização do conhecimento são os aspectos mais importantes do curso vivências.

É dada à comunidade local o acesso ao conhecimento dos seus bens, sejam eles patrimoniais ou bens culturais. Através da troca de conhecimento, da democratização das informações, abre-se espaço para que não surjam apenas apreciadores do patrimônio, mas agentes sociais de preservação.

Sobre o intercâmbio de informações, Ferreira et al (2015) explica que:

O minicurso propõe realizar uma atividade de promoção de instantes de proximidade entre os participantes e o bem, estimular a produção de

conhecimento, reencontro, reescrita da história da sua cidade e, inspirar e fomentar a realização de outras atividades de Educação Patrimonial, buscando a ampliação de espaços para que os participantes possam intercambiar suas impressões sobre o lugar e colaborar na ampliação das discussões sobre a patrimonialização do Centro Histórico de Cuiabá.

A definição de patrimônio histórico por Choay (2001) contribui para o entendimento e amplitude da representatividade sobre o patrimônio:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras – primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11)

Nessa forma ampla e diversa de entendimento sobre o patrimônio, a preservação patrimonial deve associar integralidade e diversidade cultural, como também, a participação ativa da comunidade, basear-se na ideia de ações educativas que propiciem a construção afetiva entre a comunidade e o bem cultural e interatividades e diálogo entre os vários setores da sociedade.

Tratar o bem patrimonial sem a dimensão da cidade e dos aspectos que envolvem as problemáticas vividas pelos seus moradores pode ser uma forma de colocar a educação num campo neutro. Limita os indivíduos à formação de opiniões ao invés de favorecer a descoberta de suas relações com o mundo histórico-cultural.

2 AS VIVÊNCIAS

As Vivências Patrimoniais são minicursos idealizados e realizados pela Unidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso – IPHAN-MT, desde meados de 2015. O objetivo do evento é levar à comunidade, informações acerca do patrimônio cultural do Estado, das atividades desenvolvidas pela superintendência do IPHAN nos municípios com bens protegidos pela União. Trata-se de uma ação local, que envolve várias parcerias em ações não orçamentárias.

A despeito de as duas primeiras edições envolverem apenas equipe técnica do IPHAN-MT, a terceira edição, realizada em março de 2016, contou com a participação do Instituto Federal do Estado de Mato Grosso – IFMT e profissionais liberais que abordaram assuntos correlatos à temática do patrimônio histórico.

O IPHAN-MT apresentou estudos de casos de obras emblemáticas de bens tombados na capital mato-grossense contemplados no programa de aceleração de crescimento – PAC, na sua vertente voltado aos bens históricos, sob proteção da União.

Os profissionais convidados apresentaram exposição sobre impermeabilização – conceitos e técnicas utilizadas no mercado e uso de bens históricos como habitação de interesse social. Ambos assuntos bastantes sensíveis e caros aos profissionais que atuam e prezam pelo antigo núcleo de formação da cidade.

O público alvo, desta vez, foi formado por professores e estudantes dos cursos de arquitetura e urbanismo, turismo e construção de edifícios.

Os estudos de casos apresentados pelo IPHAN-MT referem-se às intervenções nos casarios contemplados pelo programa PAC Cidades Históricas, do qual o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá foi uma das 44 cidades contempladas no país. Especificamente, dois casarões foram objetos de estudos nesta edição, um que abrigará uma creche e outro que será posto policial e farmácia. A programação contou ainda, com as apresentações gerais sobre o patrimônio arqueológico, imaterial e o edificado, em especial, os bens tombados no estado de Mato Grosso.

Para apresentar as atividades, um roteiro de visitação ao centro histórico de Cuiabá que vislumbra a evolução urbana da cidade contada através de exemplares remanescentes do casario dos séculos XVIII, XIX e XX e dos espaços públicos foi apresentado aos participantes.

Ao total, participaram do evento, majoritariamente, professores e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Coronel Octayde Jorge da Silva, da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT, da UNIVAG Centro Universitário e de Turismo do estado.

A divulgação e a inscrição do evento foram realizadas virtualmente. Para tanto, foi disponibilizada às instituições interessadas, um endereço eletrônico – vinculado a um e-mail criado exclusivamente para o evento – pelo qual o participante fazia sua inscrição e recebia a confirmação de sua inscrição. O número de inscritos foi satisfatório e o formulário de inscrição foi retirado do ar antes do tempo previsto.

3 PAC CIDADES HISTÓRICAS E O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ/MT

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC teve início em 2007, quando o governo federal, sob coordenação do Ministério do Planejamento planejou e promoveu obras de infraestrutura social, urbana, energética e logística no país.

Segundo o IPHAN (2013):

Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Coube ao Instituto, a concepção do Programa atualmente em fase de implementação em cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, contando ainda com apoio técnico da Caixa e de estados da federação.

É no bojo desse programa que as intervenções no casario protegido pela União estão sendo trabalhados pelo IPHAN na capital mato-grossense.

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá, popularmente conhecido como centro histórico é formado por ruas estreitas e tortuosas que acompanham a topografia local. São ruas, casas, igrejas, prédios e praças que compõem a paisagem central da cidade.

O conjunto tombado forma uma poligonal que compreende uma área de 13,10 hectares, aproximadamente 400 imóveis na área tombada e cerca de 600 nas áreas de entorno.

Segundo Conte de Freire (2006), o centro de Cuiabá passa por uma série de demolições e descaracterizações, tudo em virtude do posicionamento contrário ao tombamento da Administração Pública Municipal alegando que isto atrapalhava o “*progresso*” e o “*desenvolvimento*” da cidade.

A população cuiabana estava traumatizada pela perda de prédios históricos e representativos, como a demolição da antiga catedral em 1968 e do Palácio Alencastro, antiga sede do governo estadual.

Superada a fase de perdas, e os momentos heroicos do IPHAN que também resultaram no tombamento do núcleo urbano antigo de Cuiabá, poucas grandes intervenções aconteceram no centro histórico.

O PAC Cidades históricas é uma das grandes intervenções no conjunto, passados quase trinta anos desde o seu tombamento provisório. Daí a expectativa gerada em torno do programa e as transformações esperadas pela população.

Ainda que as ações somem recuperação de nove casarões públicos ou de uso público e cinco requalificações de espaços urbanos sejam bem-vindas e bem vistas pela população, a região central ainda carece de ações contínuas, sobretudo, no campo da educação patrimonial, de forma a fortalecer a ligação da população com a sua história.

Durante o evento foram visitados dois casarões contemplados pelo programa em Cuiabá. São eles: Casa Procon, localizado na Rua Pedro Celestino, nº 106 e o Casarão da Rua Pedro Celestino, nº 155, esquina com a Rua Campo Grande, ambas no centro histórico de Cuiabá.

Dos dois casarões apresentados nessa edição do evento, pouco se sabe acerca da sua história. Um deles, o casarão da Rua Pedro

Celestino, nº 155, também é bem tombado pelo Governo do Estado, portanto, encontra-se sob proteção dos dois entes.

Conforme a Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, a Assembleia Provincial de Mato Grosso está

Localizada no Centro Histórico de Cuiabá à Rua Pedro Celestino esquina com a Rua Campo Grande, é um dos marcos da história matogrossense. Com a sua construção datada de 1.776. Construído com a finalidade de armazenar materiais bélicos, chamado de Armazém Geral, foi transformado em 1835 na sede da primeira Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso que funcionou por mais de um século, de 1.835 a 1.937. Sua importância também é ressaltada porque a 28 de agosto de 1835, foi ali aprovada a lei que declarou oficialmente, Cuiabá, Capital da Província de Mato Grosso, treze anos após a Independência do Brasil. Nesse imóvel também funcionou o Tribunal Eleitoral, Delegacia de Polícia do Estado, Delegacia de Polícia Federal e o Sistema Nacional de Emprego-SINE e o Cartório Eleitoral (50ª Zona).

Neste casarão, os maiores serviços foram o de demolição e refazimento de cobertura e de forro, além da recuperação dos painéis antigos existentes no interior do bem. A recomposição da fachada possibilitada pela remoção dos elementos estranhos ao bem, tais como as esquadrias metálicas e sua substituição por novos elementos de madeira. O piso, em ladrilhos hidráulicos remanescentes foram mantidos. A visualização da execução dos serviços pelos profissionais e futuros profissionais é um fator fundamental para a percepção das alternativas viáveis quando se trata de recuperar bens históricos.

O segundo bem visitado é conhecido como o Casarão do Procon, assim denominado, porque deveria receber o serviço de proteção ao consumidor no município, o que de fato nunca ocorreu. O imóvel pertencia a um servidor público, que quando faleceu não deixou herdeiros diretos, indo o bem para patrimônio do Município. No Programa, o imóvel abrigará uma farmácia e um posto da polícia militar.

No início dos serviços, algumas peculiaridades vieram à tona. Debaixo de uma espessa camada de piso e contra piso, descobriu-se os ladrilhos hidráulicos que cobriam o chão. Os fechamentos revestidos de argamassa de cimento escondiam paredes de adobe, de taipa e de blocos cerâmicos. Mais adiante, sob uma camada de concreto, descobriu-se um poço revestido de pedra canga, num dos ambientes utilizados por uma loja de revelação de filmes fotográficos. A cobertura escorada deixa à mostra o madeiramento do telhado, com peças de madeira roliças e infestadas de cupins. A riqueza de detalhes dessas descobertas torna essa intervenção objeto de olhares curiosos por parte dos visitantes.

A visita *in loco* busca aproximar os participantes da realidade da obra e das inúmeras possibilidades técnicas e de uso, considerando que os imóveis estudados foram residências e as novas propostas apresentam o uso comercial ou de serviços, conforme a necessidade local.

4 RESULTADOS OBTIDOS

Nos dois dias do evento, participaram aproximadamente cinquenta pessoas, entre estudantes e profissionais. Por se tratar de um evento novo e destinado a um público restrito, dado o caráter multiplicador e não orçamentário, os resultados têm sido satisfatórios, tendo em vista o aumento da procura por parte das universidades e as possibilidades

de apresentar à comunidade, além da história do conjunto tombado, as intervenções em andamento, uma espécie de aula com oficina a céu aberto. A Unidade do IPHAN em Mato Grosso tem recebido pedidos de novos eventos nos moldes das Vivências, pois trata-se de uma ação isolada, devido à carência de realizações com o mesmo enfoque. Das avaliações realizadas pelos participantes, muitos observam que o evento seria mais significativo se realizado inteiramente dentro da obra, diferentemente da metodologia aplicada, que abrange aulas expositivas e conceituais em auditório e posterior visita ao local da intervenção.

5 CONCLUSÃO

A continuidade do minicurso “Vivências patrimoniais: da teoria à prática” reforça o campo de atuação da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso, pois mantém o diálogo com os atores que atuarão no conjunto protegido. A parceria com as universidades de demais instituições de ensino permite socializar conhecimentos, estabelecer novas perspectivas de multiplicação de conhecimento e de afetividades. Assim, o patrimônio histórico passa a ser um dos elos entre o indivíduo e a memória, a identidade e a cultura coletivas.

Quando se trata de patrimônio se torna quase impossível a não associação com as questões de memória, de identidade e de cultura. Pudemos observar tal questão nos casarios centenários das ruas visitadas, já que estes conceitos estão sempre atrelados, de alguma forma, às edificações e alamedas tortuosas. Mas para além destes conceitos, um merece ser evidenciado, mesmo que não apareça diretamente nas obras, o patrimônio imaterial, as questões dos saberes e dos modos de vida cuiabanos, pois são eles a alma da cidade.

6 REFERÊNCIAS

CONTE, C. Q.; FREIRE, M. V. De L. Centro Histórico de Cuiabá Patrimônio do Brasil. Cuiabá, Entrelinhas, 2006.

FERREIRA, L. F. L. et al. Vivências Patrimoniais: da teoria à prática. In: 7º Seminário Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Belo Horizonte, de 10 a 12 de junho de 2015

PAC Cidades Históricas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

MALTÊZ, C.R. et al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

MORAES, A. P. Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.lages.sc.gov.br/suacidadesuacasa/material/artigo_1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *Monumentos históricos.* Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/museum>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

SILVA, D. J. Arquitetura escrita de Lina Bo Bardi: um discurso patrimonial construído entre palavras, projetos e vivências. Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto – Goiânia, 2014.

Capítulo 9

ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MATO GROSSO PARA OS ACADÊMICOS DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNEMAT

Nadine Martins Carvalho¹

Vivien Leigh Dorileo Ourique Ourique²

Graciene Verdécio Gusmão³

Cislene Silva Linck⁴

1 Introdução

Objetivamos, neste trabalho, apresentar um projeto de pesquisa, o qual será desenvolvido na disciplina de Produção de Texto e Leitura ministrada pela professora Mestra Graciene Verdécio de Gusmão, do curso de Arquitetura e urbanismo, da Universidade do Estado de Mato Grosso, câmpus de Barra do Bugres. Assim, este trabalho será desenvolvido no intento de saber qual a importância atribuída pela comunidade acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Mato Grosso, câmpus de Barra do Bugres, aos patrimônios históricos do Estado, com vistas a despertar na mesma

1 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Barra do Bugres/MT; nadine_carvalho04@hotmail.com

2 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Barra do Bugres/MT; vivienourique98@gmail.com

3 Docente mestra de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Barra do Bugres/MT; graciene.verdecio.gusmao@gmail.com

4 Docente graduada de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Barra do Bugres/MT; chiquitabacanacis@hotmail.com.

a conscientização do valor dos patrimônios, bem como as memórias que eles emanam.

Partimos do pressuposto que a integração entre os alunos e os patrimônios históricos estaduais precisam ser incentivados para que as lembranças e histórias do passado não sejam esquecidas; mas que possam estar presentes na sociedade atual de uma forma que dialoguem com o entorno em que estão inseridas, sem deixar o seu significado tão valioso para trás.

Portanto, o presente artigo busca propor alternativas que possam contribuir para o entendimento do que são patrimônios históricos e qual é sua importância para a sociedade, propondo, deste modo, visitas aos locais relevantes para a história do Estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Cartas Patrimoniais

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2017), cartas Patrimoniais são documentos que servem como base teórica mundial, existem 48 documentos, para que os países adotem métodos adequados referente a diversos assuntos, entre eles a preservação do patrimônio.

A primeira carta é a de Atenas de 1931. O desdobramento deste ofício exhibe primeiramente um interesse sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, científico, pertencentes a diversas nações, admitindo que cada país crie métodos de preservação necessária.

Devido ao momento modernista da época, é assegurado também o uso de concreto armado nos patrimônios, porém tal uso não deve alterar o aspecto do edifício:

Eles aprovam o emprego adequado de todos os recursos da técnica moderna e especialmente, do cimento armado. Especificam, porém, que esses meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade, a fim de não alterar o aspecto e o caráter do edifício a ser restaurado. (CARTA DE ATENAS, 1931, p.2).

Outro ponto importante é a citação da importância da educação a respeito da preservação dos monumentos, visto que, neste momento, é indicado que os educadores despertem nos alunos um interesse pela preservação, inibindo desta forma o ato de vandalismo contra o objeto histórico:

Emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar o monumento, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda civilização. (CARTA DE ATENAS, 1931, p.4).

A Carta de Atenas de 1933 traz conclusões sobre os problemas urbanísticos (IPHAN, 2017), porém no tópico “Patrimônio Histórico da Cidade” afirma-se que as cidades são um acontecimento contínuo, e preservar os testemunhos arquitetônicos ao longo dos anos é uma forma de transmitir a história e cultura daquele local (CARTA DE ATENAS, 1933, p.25).

A Carta de Veneza de 1964 é um complemento a Carta de Atenas de 1931, pois, ela irá trazer assunto sobre conservação e restauro de monumentos e sítios, enfatizando novamente a importância da

preservação dos monumentos como um testemunho vivo das tradições passadas, tendo a humanidade a responsabilidade de preservá-la e transmiti-la em sua plenitude de autenticidade (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1).

A Carta Restauro de 1972 exhibe instruções sobre o restauro em obras de arte, sejam arqueológicos, arquitetônicos, pinturas e esculturas. Apresentando também instruções sobre os centros históricos, tendo o restauro neste caso o dever de garantir os valores que caracterizam o conjunto, abrangendo a conservação do conjunto urbanístico (CARTA DE RESTAURO, 1972, p.16).

Por fim, vale citar a Recomendação Paris de 1964, neste documento é discorrido a importância da preservação da Cultural Tradicional Popular, sendo um conjunto de característica de um grupo, representando sua identidade cultural e social, uma vez que, cada povo tem direito sobre sua cultura. Sendo, ela expressada através da língua, literatura, música, dança, rituais, mitologia, arquitetura, costumes, artesanato, entre outras expressões de arte (RECOMENDAÇÃO PARIS, 1964, p.1 e 4).

Portanto, pode se notar a preocupação em relação à preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural, sendo eles de grande importância para a humanidade. Visto que são representantes da identidade cultural de um povo, devido ao fato de serem testemunhos vivos da história de cada país, estado e cidade.

2.2 Patrimônio Cultural

Segundo Funari e Pelegrini, (2006) patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se refere aos antigos romanos, que significa tudo que pertence ao pai, sendo de valor aristocrático e privado. Somente a partir do final do século XVIII, com o advento dos Estados Nacionais que a noção de patrimônio como algo coletivo, definidor de um determinado grupo social e nação passa a existir. Cria-se então leis, normas e órgãos visando proteger este bem, como é o caso no Brasil do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, antigo SPHAN, originado ainda na década de 1930, cujo intuito é identificar, catalogar, preservar, restaurar, conservar e fiscalizar os itens patrimoniais. Para Canani (2005), o conceito de patrimônio está relacionado historicamente com a ideia de herança, de algo sagrado, passado de geração em geração.

Inicialmente denominado pelo Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 como Patrimônio Histórico e Artístico, passou a ser definido como Patrimônio Cultural Brasileiro e teve seu conceito ampliado pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, passando a ser definido como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Assim, no intuito de auxiliar o alcance aos bens nacionais e aproximar os cidadãos, o IPHAN dividiu conceito de patrimônio em quatro grupos: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio da Humanidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2014).

Deste modo, Patrimônio Arquitetônico se insere no grupo de Patrimônio Material e é constituído por monumentos, edifícios, sítios arqueológicos, dentre outros, que possuem significado cultural (GHIRARDELLO; SPISSO; FARIA, 2008).

2.3 Tombamento

A palavra tombamento tem origem portuguesa e é caracterizado por ser uma ferramenta jurídica criada com a intenção de impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos (RABELLO, 2015, p.2-3).

Segundo Lemos (1981), o tombamento é um modo de assegurar a memória para geração futuras, pois, o bem tombado, apesar de continuar em posse do dono do imóvel, não pode ser destruído e qualquer intervenção precisa ser analisada por órgãos competentes.

O IPHAN é responsável por cuidar e definir o que deve ou não ser tombado a nível federal sendo instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O ato de tombamento também pode ser feito em âmbito estadual através da Secretaria de Estado de Cultura, em Mato Grosso assegurado com a implementação da Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976 que busca defender o patrimônio histórico e artístico do Estado, a nível municipal pela Secretaria de Cultura e até mesmo em escala mundial através do ICOMOS/UNESCO.

2.4 Patrimônio Cultural de Mato Grosso

De acordo com Mendes (2012), a atual região de Mato Grosso era, pelo Tratado de Tordesilhas, território espanhol, foram eles os primeiros exploradores do local. Pedro Aleixo Garcia comandou a primeira excursão pela região por volta de 1525, onde encontrou muito ouro e prata. Os espanhóis passaram a tentar estabelecer núcleos, no entanto, as vilas não se consolidaram e foram abandonadas. As riquezas proporcionadas pelo Império Inca eram mais chamativas economicamente. Por volta de 1680, as bandeiras paulistas, com intuito de procurar riquezas para a coroa portuguesa, expulsaram os jesuítas que estavam a mando espanhol e se instalaram em um acampamento chamado São Gonçalo, na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó, em pouco tempo encontraram minas de ouro, chamando a atenção do governo português.

Para assegurar e consolidar a posse do novo território, a coroa portuguesa tomou algumas providências, a primeira delas foi a criação da prelazia do Cuiabá em 6 de dezembro de 1745, pelo papa Bento XIV (MENDES, 2012, p.25).

A segunda foi a criação da capitania de Mato Grosso por Carta Régia de 9 de maio de 1748, assinada por D. João V. A terceira foi fundação de uma vila-capital, a responsabilidade ficou a cargo de Antônio Rolim de Moura que somente em 19 de março de 1752 fundou Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada no vale do Guaporé, região estratégica dentro do território da capitania. Por último, o governo português negociou com a Espanha a posse do território mato-grossense, assim, em 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, que deu ao Brasil uma configuração territorial semelhante à atual (MENDES, 2012, p.29).

Ainda de acordo Mendes (2012), além de Vila Bela e o que hoje é conhecido como Cuiabá, outras regiões se destacaram naquele período, entre elas: Vila Maria do Paraguay (hoje Cáceres) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Alto Paraguai Diamantino (atual Diamantino). A primeira foi fundada com o intuito de assegurar a navegação pelo rio Paraguai e a proteção dos povoados que davam acesso à Vila Bela e ao núcleo de Cuiabá e a segunda surgiu com o descobrimento de diamantes.

Observa-se assim que Mato Grosso possui uma rica história, desde o período colonial até os tempos atuais. As cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres, Cuiabá e Diamantino principalmente, abrigam construções e marcos importantes em esfera federal, notando isso, o IPHAN resolveu tomba alguns patrimônios, tais como: a Igreja de Santana do Sacramento, em Chapada dos Guimarães no ano de 1957, as ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade e o Palácio dos Capitães Generais, em Vila Bela da Santíssima Trindade no ano de 1988, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá em 1993 e o conjunto urbanístico e paisagístico de Cáceres em 2010, em âmbito estadual são 102 bens materiais distribuídos em 33 municípios do Estado (IPHAN, 2017).

2.5 Patrimônio Cultural de Cuiabá

Entre 1673 e 1682, os bandeirantes Manuel Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, subiram o Rio Cuiabá, onde acamparam. No início, essas expedições eram atrás de índios, porém, em 1719, no Arraial de São Gonçalo, encontraram ouro nas margens do rio, neste primeiro Arraial, Pascoal Moreira Cabral foi estabelecido como guarda-

mor. Cuiabá foi fundada oficialmente em 08 de abril de 1719, sendo em 01 de janeiro 1727, elevada à categoria de vila, em 17 de setembro de 1818 à categoria de cidade e só em 28 de agosto de 1835 que passa a ser a capital do Mato Grosso (IBGE, 2017).

De acordo com Freire (1997), Cuiabá é marcada por três grandes ciclos: da mineração, da sedimentação administrativa e da modernidade. O primeiro, de 1722 a 1820, foi marcado pela mineração do ouro, tendo nessa época uma arquitetura de estilo bandeirante, marcada pelas casas construídas nos limites dos terrenos uma ao lado da outra, tendo como principais materiais pau-a-pique, taipa e o adobe. O segundo ciclo da sedimentação administrativa, ocorreu de 1820 a 1968 e ficou caracterizado pelas ações políticas e pelas obras oficiais, neste momento a cidade de Cuiabá começa a ganhar um traçado mais nítido, maior repertório de arquitetura e implantações de serviços urbanos. O último ciclo, da modernidade, sucedeu-se em 1968, influenciado pela construção de Brasília, se iniciou uma política de integração da região centro oeste, surgindo também uma preocupação com a habitação social devido ao crescimento urbano da cidade.

Infelizmente, nesta época muitas construções antigas foram destruídas para trazer à capital um ar de modernidade, entre essas construções estava a Igreja Matriz. Para Aline Figueiredo a derrubada dos palácios Alencastro (1959), a destruição da Catedral (1968) e do Jardim Alencastro foram atos drásticos de desrespeito ao passado (FREIRE, 1997, p.130).

Deste modo, pode-se notar que Cuiabá teve momentos distintos em sua história, sendo que cada momento marcou a cidade de uma forma diferente, incluindo na arquitetura do local. Sendo assim, Cuiabá possui uma gama de patrimônios tombados a nível estadual de grande

importância para a cidade e também para a história do Estado, são eles: Residência dos Governantes, Grande Hotel, Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso, Palácio da Justiça, Cine Teatro, Liceu Cuiabano, Casa Dom Aquino, Cadeia Pública, Arsenal de Guerra, Assembleia Legislativa Provincial, Chafariz do Mundéu, Pórtico do Cemitério Nossa Senhora da Piedade, Grupo Escolar Senador Azevedo, Mercado do Peixe, Fachada Principal da Santa Casa de Misericórdia, Ponte de Ferro do Rio Coxipó, Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, Igreja de São Gonçalo, IOMAT, Thesouro do Estado, Palácio Episcopal, Seminário da Conceição e Palácio da Instrução (SOUZA, 2002).

2.6 Importância da Preservação

O patrimônio, de acordo com Canclini (1997, p.59), expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam. Preservar, conservar e até difundi-lo é assegurar os valores que este possui para os cidadãos:

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. (GHIRARDELLO; SPISSO; FARIA, 2008, p.15).

No entanto, para que haja essa mobilização, é necessário conhecer e reconhecer o pertencimento desses bens, pois, quanto maior essa ligação, mais estará preservado. Segundo Coli (1995, p.117), os objetos artísticos encontram-se intimamente ligados aos contextos culturais: eles nutrem a cultura, mas também são nutridos por ela e só adquirem razão de ser nessa relação dialética, só podem ser apreendidos a partir dela. O patrimônio enquanto uma representação também artística traz consigo elementos culturais que só serão reconhecidos se salvaguardados.

Porém, quando um determinado grupo de pessoas não se sente identificado com algum item, a probabilidade de criar antipatia e indiferença quanto à preservação, aumenta, por isso a necessidade de aproximar a população e os elementos patrimoniais que os rodeiam (ZANIRATO, 2009).

Sendo de grande importância esclarecer a população sobre a importância da preservação, uma vez que todo monumento nacional está implicitamente voltado a cumprir uma função social, além disso, é questão de patriotismo preservar os patrimônios e o saber brasileiro, valorizando os conhecimentos destes bens (LEMOS, 1981).

2.7 Interação entre o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Mato Grosso de Barra do Bugres e os Patrimônios Culturais próximos a região

No Brasil, somente a partir do ano de 1996 começaram a ser inseridas disciplinas associadas ao restauro e preservação nas matrizes dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Prevendo os desafios do século XXI, foi elaborado em Portugal no ano de 2004

uma carta de princípios sobre o ensino e a necessidade de trabalhar a arquitetura e o urbanismo conjuntamente, alguns pontos importantes como a restauração e preservação dos recursos naturais e culturais, foram citados. Ainda assim, o anseio pelo novo por parte dos estudantes e da sociedade como um todo implica em achá-lo superior ao que foi feito no passado, evidenciando o desprezo por edificações históricas. É função das universidades aproximar e ressaltar o quão importante é preservar a história e a memória dos patrimônios arquitetônicos (GATTERMANN, 2012).

O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), localizado no município de Barra do Bugres, possui em sua matriz curricular conteúdo teórico destinado à Estética e História da arte, História da Arquitetura 1, História da Arquitetura 2, História da Arquitetura Brasileira 1, História da Arquitetura Brasileira 2 e Restauo e Conservação, nota-se pelas ementas de tais disciplinas, o desejo da instituição e docentes em aproximar os discentes aos patrimônios históricos do Estado, ofertando conteúdos que os promovam, entretanto, é possível observar que o conteúdo prático, ou seja, as visitas técnicas ficam a critério do professor de cada disciplina e tais visitas são dependentes de tempo, distância e orçamento para que aconteçam. É importante para a formação dos graduandos leva-los de encontro aos itens patrimoniais, ampliar as ementas oficializando as visitas técnicas como conteúdo destas ou tendo em mente as limitações da universidade, ao menos promover um encontro entre os discentes e personagens dos lugares que contam um pouco a história de Mato Grosso, pessoas que vivem e entendem a importância dos patrimônios para as cidades, capazes de transparecer o sentimento de pertencimento que possuem e que, com isso, possam contagiar os alunos.

3 LOCAIS PROPOSTOS

Os patrimônios propostos possuem uma importância para a história do Estado, sendo assim, agregarão um conhecimento em relação à construção de Mato Grosso e sua capital Cuiabá, partindo do pressuposto da valorização de tais:

Residência dos Governantes: Tombada como Patrimônio Cultural Estadual Edificado, bem cultural isolado, em 09-01-84, pela portaria de Tombamento 53/83 (SOUZA, 2002). Faz parte das obras oficiais do governo do presidente Getúlio Vargas, sendo que neste período de ditadura existia uma ideia de passar a capital do Mato Grosso para Campo Grande, devido à falta de estrutura de Cuiabá, porém como a Capital foi presenteada com as “*obras oficiais*”, se teve a estrutura necessária para a formação administrativa e colocou fim ao movimento Mudancista, sul mato-grossense. Tendo um estilo de característica Art-Decó e Neo-colonial, sendo projetada por Humberto Kaulino.

Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: Tombada como Patrimônio Cultural Estadual Edificado, em 04-11-87, pela portaria de tombamento 76/87 (SOUZA, 2002). É considerada a igreja mais antiga de Cuiabá, sendo um dos marcos da fundação da cidade, construída em torno de 1730, tendo características da arquitetura colonial brasileira com seu interior barroca-rococó.

Cine Teatro: Tombado como Patrimônio Cultural Estadual Edificado, bem cultural isolado, em 10-09-84, portaria de tombamento 31/84 (SOUZA, 2002). Representa um marco da vida sociocultural cuiabana, sendo uma das primeiras construções em concreto armado, sendo inaugurado em 13 de maio de 1942, projetado pelo arquiteto Humberto Kaulino.

Casa Dom Aquino: Tombado como Patrimônio Estadual Edificado, bem cultural isolado, em 24-07-97, pela Portaria de Tombamento 08/97 (SOUZA, 2002), conhecida como a Casa predestinada por ter sido o local de nascimento de Joaquim Murtinho (político, engenheiro e médico, precursor da Medicina Homeopática no Brasil) e Dom Francisco de Aquino Correa (bispo, arcebispo, governador de província, escritor e poeta), sendo construída em 1842, seguindo uma arquitetura colonial, construída em adobe em formato de “U”, sendo localizado hoje o Museu de pré-história.

No entanto, não só Cuiabá abriga construções históricas e relevantes, outras cidades como Cáceres, Diamantino e Vila Bela da Santíssima Trindade, também possuem patrimônios notáveis e marcantes na história do Estado, porém, diferentemente da capital, tais cidades se encontram mais distantes do câmpus, o que dificulta a locomoção dos alunos pela falta de estrutura e recursos por parte da instituição. Para isso, a proposta é, ao invés de leva-los aos locais, fosse possível trazer representantes da comunidade que pudessem transmitir e explicar a importância de tais patrimônios para a cidade e como eles são vistos e relacionados com a história do local em que se encontram.

4 METODOLOGIA

Este estudo qualitativo, será desenvolvido com acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Barra do Bugres, por meio de um questionário que será aplicado para os mesmos.

A pesquisa empregará, também, um corpus de referência, a partir da realização de um exaustivo levantamento bibliográfico, usando

os meios disponíveis, com o propósito de mapear as referências básicas e essenciais para a realização desta pesquisa. Cumpre destacar que este corpus já está sendo coletado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico mato-grossense é rico em história, porém, só receberá seu real valor quando apropriado pela sociedade, para isso, é necessário que haja uma educação patrimonial. Neste sentido, pode-se concluir que o artigo vem de encontro a este pensamento, incentivando os graduandos em arquitetura e urbanismo e toda comunidade acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) a promover visitas aos locais e encontro com personagens capazes de transparecer o significado que estes bens possuem, pois, é de suma importância que esses futuros profissionais compreendam a relevância dos patrimônios, para que possam valorizá-los, preservando e repassando para as gerações que virão.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

CANCLINI, N. G. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) El patrimonio nacional de México. México: FCE, CONACULTA, pp. 57-86, 1997, p. 59.

CANANI, A. S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, a. 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. Disponível em: <http://nau.paginas.ufsc.br/files/2010/09/Canani_UnB.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2017.

CARTA DE ATENAS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em: 10jul. 2017

CARTA DE RESTAURO. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>> Acesso em: 10jul. 2017.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 10 jul. de 2017.

COLI, J. *O que é arte.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1997. 131 p.

FREIRE, J. de L. Por uma poética popular da arquitetura. Cuiabá: EdUFMT, 1997. 338 p.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. de C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 72 p. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/28420988/patrimonio-historico-e-cultural>> Acesso em: 22 maio 2017.

GATTERMANN, L. S. da S. Patrimônio arquitetônico: a importância da formação do profissional arquiteto. Revista de Arquitetura da IMED, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 46-58, jan/jun 2012. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/view/378/309>> Acesso em: 20 maio 2017.

GHIRARDELLO, N.; SPISSO, B.; FARIA, G. G. M. (Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico); Patrimônio Histórico: Como e Porque Preservar? Bauru, SP, 2008. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf> Acesso em: 15 maio 2017.

IBGE. Mato Grosso, Cuiabá, Histórico. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=510340>> Acesso: 07 jul. 2017.

IPHAN. História – Cuiabá (MT). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1474/>> Acesso: 07 jul. 2017.

Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Cuiabá (MT). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1475/>> Acesso: 23 jul. 2017.

LEMOS, C. A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 115 p.

MENDES, M. A. História e geografia de Mato Grosso. 4ª ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2012. 354 p.

RABELLO, S. O tombamento. In: **REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.).** Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). ISBN 978-85-7334- 279-6. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2017

SOUZA, H. L. de. Bens tombados em nível estadual em Cuiabá. 2002. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória (UNESP), São Paulo, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: < <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/521>> Acesso em: 10 maio 2017

Capítulo 10

CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CÁCERES-MT: TOMBAMENTO, NORMATIZAÇÃO E CONFLITOS

Dilma Lourença da Costa¹

1 Introdução

A vida nas cidades tem se mostrado, nos últimos tempos, desafiadora, sobretudo diante da diversidade de conflitos sócio-territoriais que permeiam a vida em sociedade, visto que a cidade é o lugar onde a luta diária, da maioria da população, acontece, seja por moradia, por saúde, educação, ou por outros direitos que fazem a vida na cidade possível.

Dentre os conflitos sócio-territoriais urbanos há os que resultam da disputa por consumo do espaço pelas diferentes classes sociais, motivadas pelos agentes capitalistas promotores do uso e ocupação do solo urbano. Este fato evidencia que o espaço ganha novas características e importância no mundo globalizado e os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros (SANTOS, 2000, p. 79), revelando, neste caso, o desafio da luta diária pela vida na cidade.

Destacamos que o conflito é entendido como uma manifestação da vida coletiva, ou seja, o conflito é resultante das interações vividas coletivamente. Simmel (1983) entende o conflito como uma sociação e,

¹ Professora efetiva na Universidade do Estado de Mato Grosso; doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSCAR; costad@unemat.br.

em sua compreensão, o conflito é unificador, pois o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (SIMMEL, 1983, p. 122).

Evidentemente há uma diversidade de conflitos permeando a vida urbana, porém o que nos interessa, nesta reflexão, é o que está associado ao tombamento de Patrimônio Cultural, uma vez que, as queixas e as reclamações de moradores de cidades grandes e pequenas em relação às limitações impostas pelo tombamento de bens imóveis exigem atenção permanente no tocante a essas decisões e à sua implementação (VELHO, 2006, p. 241).

Contudo, sabemos que o tombamento não é uma particularidade da cidade de Cáceres, a cidade alvo deste estudo, visto que o Brasil é um país rico em monumentos históricos e cidades tombadas, ou seja, os conflitos que resultam do tombamento de patrimônio cultural no país não são recentes e tampouco uma exclusividade do país.

Sobre esta questão, Velho (2006, p. 244) afirma:

Na realidade, aqui estamos nos defrontando com um problema que não é só brasileiro, mas que extrapola as nossas fronteiras, aparecendo como uma questão mundial. Efetivamente, é a partir da temática mais geral das sociedades de massas, ligada ao desenvolvimento do capitalismo, da urbanização, da tecnologia, do transporte, dos meios de comunicação em geral, da mídia etc., que podemos compreender tais processos. Nessa realidade, coloca-se o desafio intelectual e político de como lidar com a memória social e com o patrimônio cultural.

Compreender os conflitos e desafios, e como a sociedade se comporta no espaço urbano, tem sido papel de vários estudiosos nas mais diferentes áreas do conhecimento, dentre eles sociólogos e geógrafos. A dialética que envolve os estudos sobre os temas sociedade, espaço e conflitos urbanos, cidades, capitalismo e modernidade, tem cada vez mais aproximado estas duas ciências e, no campo de estudo entre ambas, considerando as suas especificidades, os referidos temas têm sido convergentes. A ênfase nesta construção se deve à minha área de formação inicial, Geografia, e atualmente de doutorado, Sociologia.

Este debate será ampliado na tese e na literatura internacional: o diálogo para a construção do corpo teórico perpassará por vários autores (ROBERT PARK, 1967; CASTELLS, HENRY LEFEBVRE, DAVID HARVEY, GIDDENS, 1989; NORBERT ELIAS, BOURDEAU – para tratar os conflitos e a violência simbólica); na literatura nacional: Spósito, Santos, Ana Fani, Milton Santos, Roberto Lobato Correa, e outros.

Em nossa compreensão não é possível falar de conflitos sócio-territoriais sem abordar o Estado e o seu papel, diverso e complexo, na mediação dos conflitos, sem abordar Marx e Weber, ou seja, entendemos ser necessário refletir sobre o Estado e seu papel na dominação e alienação da sociedade, discussão que permeará a tese com profundidade. Já numa perspectiva contemporânea, Foucault, em sua obra em defesa da sociedade, ajudará a compreender as relações de poder e o poder de dominação do Estado moderno.

No que se refere ao Patrimônio Cultural e tombamento percorreremos, na tese, outros caminhos teóricos e, certamente, outras áreas do conhecimento, tal como a História, Antropologia, Arquitetura e Direito, entre outras, a exemplo de Bourdieu (2007) - A Distinção:

crítica social do julgamento - para falar da cultura; Castells (2000) - para falar do Poder da Identidade; Elias, N. (1994) - O Processo Civilizador - para discutir Civilização e Cultura; Zanirato (2009) - Definição de Patrimônio; e Rabello, Sonia (2009) - para tratar do Estado na preservação dos bens culturais e tombamento, e outros.

O tombamento de patrimônio cultural no Brasil é, segundo Rabello (2015, p. 2):

o instrumento jurídico criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25 como uma forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro. O conceito de patrimônio cultural se viu significativamente ampliado na Constituição de 1988, a qual recepcionou o tombamento como uma espécie de forma de proteção dentre as várias do gênero preservação. Também foi por força da Constituição de 1988 que o Decreto-lei nº 25 tornou-se norma geral nacional sobre tombamento, a ser aplicada pelos três entes federativos.

Para tratar os temas Patrimônio e tombamento na pesquisa, definimos como recorte sócio-espacial de investigação o Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT. O interesse está na compreensão da dinâmica atual dos conflitos sócio-territoriais existentes neste espaço, sobretudo, os que emergem do ato do tombamento nacional.

No entanto, destacamos que, neste texto, o esforço está em apresentar um breve panorama relacionado aos desafios encontrados no processo de criação da normatização do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres. Os argumentos aqui apresentados resultam das incursões iniciais no campo empírico. Por este motivo, o breve panorama não se refere à extensão ou densidade dos desafios, mas à fase inicial da pesquisa. Assim, descrevemos algumas narrativas

tecendo uma análise crítica do cenário que encontramos em Cáceres, no presente momento da pesquisa, que teve início com a entrada no Doutorado em Sociologia no ano de 2016 a 2019, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR.

O conteúdo desta discussão resulta da participação no encontro realizado pelo IPHAN entre os dias 30/11 a 01/12/2016, em parceria com a UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso e UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, e com apoio da Prefeitura Municipal de Cáceres; porém, ilustraremos com a narrativa de um morador e proprietário de imóvel, cujo diálogo ocorreu informalmente. Ele não está efetivamente na área tombada, mas, por se tratar de um imóvel germinado e localizado na área de entorno, afirma sofrer com a ausência de normas e com a impossibilidade de fazer modificações.

Vale salientar que o tombamento realizado pelo IPHAN tem a finalidade de preservar o patrimônio cristalizado no espaço, a fim de manter viva a cultura e a identidade de um povo, ou seja, para conhecimento e contemplação das gerações presentes e futuras. No entanto, no Brasil o tombamento é regulado por uma legislação da primeira metade do séc. XX, o instrumento jurídico criado por lei federal, o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937) que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, conforme Artigo a seguir:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu

excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...].

A própria lei tem suscitado muitos questionamentos, no caso especificamente da cidade de Cáceres, e a preocupação central, por parte de alguns proprietários de imóvel no centro histórico, se refere ao tempo de criação da lei e a necessidade de uma lei que reflita a realidade da sociedade contemporânea. Um dos elementos chave do conflito tem como reflexo o que menciona o Decreto Lei nº 25/1937 no artigo seguinte:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Ocorre que o tombamento, seja ele cultural ou natural, é sempre alvo de muitos conflitos entre a sociedade contemporânea em todo o território nacional; um dos agravantes está no tombamento de bens privados, visto que o tombamento tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos (RABELLO, 2015, p. 2).

O ato do tombamento também impõe a necessidade de criar regras que orientam as ações que por ventura venham a ser implementadas no bem tombado, em cada cidade histórica. Independente de quem fizer as alterações ou adequações, é necessário seguir as orientações nacionais, a exemplo da Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010) que, dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de

intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

A normatização, embora deva ser construída a partir das características históricas, culturais e geográficas de cada lugar histórico, respeitando as particularidades da cidade, deve ser orientada pela legislação nacional vigente e, segundo Diogo (Coordenadora Geral de Bens Imóveis DEPAM/IPHAN, s/d), deve:

Conciliar o desenvolvimento socioeconômico à preservação do patrimônio cultural;

Definir critérios e diretrizes claras para as intervenções nas áreas tombadas, permitindo seu desenvolvimento sem comprometer a proteção dos valores que levaram ao seu tombamento.

Atuar de forma propositiva, visando a qualificação das áreas protegidas, aliada à preservação do patrimônio cultural;

Conciliar os aspectos da dinâmica urbana e os anseios da população.

Não diferente de Centros Históricos de outras cidades do país, o Centro Histórico de Cáceres é composto por casarões antigos, remanescentes do “período colonial e do período imperial brasileiro”, o que resultou em diferentes estilos arquitetônicos (Ata da 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2010, p. 14), a exemplo do que mencionamos a seguir:

Cáceres tornou-se um dos principais portos e centros econômicos da região - se refletiu na arquitetura e no traçado urbano da cidade. Casarões imponentes foram erguidos, sucessivamente, no

centro urbano, constituindo-se em verdadeiro registro histórico daqueles dias gloriosos dos períodos colonial e imperial brasileiro. Nos dias que correm, esses casarões ainda demarcam o centro da cidade e se destacam pelos seus estados de conservação, constituindo um conjunto arquitetônico de diferentes estilos: colonial, art déco ou mesmo contemporâneo.

Estes, somados às outras riquezas presentes no centro histórico, formam o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cáceres, tombado pelo IPHAN no ano de 2010. Embora os casarões antigos sejam predominantes, é possível identificar a presença de edifícios contemporâneos, formando um verdadeiro contraste, não somente na fachada dos edifícios, mas na diversidade dos conflitos, o que reforça a necessidade da normatização, já em discussão desde a efetivação do tombamento.

Ressaltamos que alguns elementos já identificados, ainda que embrionários, possibilitam afirmar que, em Cáceres, os conflitos que emergem do ato do tombamento nacional também têm forte relação com a estrutura fundiária irregular da cidade. O que faz da mediação desses conflitos um grande desafio, seja para a Gestão Pública Municipal, seja para o Estado ou para o IPHAN, assim como para os demais agentes que representam, defendem ou militam em defesa do patrimônio tombado e, em grande medida, para os proprietários de imóvel no centro histórico tombado.

2 NARRATIVAS E REFLEXÕES SOBRE O ENCONTRO COM O IPHAN: NORMATIZAÇÃO EM FOCO

Muito embora o que se espera do tombamento de patrimônio cultural seja a conservação especialmente por meio da implementação de políticas públicas, de forma que contribua para a sua preservação, o que ainda inquieta, sobretudo, os proprietários de imóvel no centro histórico tombado em Cáceres, é que o tombamento realizado em 2010 ainda não conseguiu avanços na construção da normatização.

O desafio não perpassa apenas pelo campo do esclarecimento sobre a real importância do tombamento, embora se entenda que isso seja necessário e urgente, visto que um processo de educação patrimonial contribuiria não somente para divulgação do tombamento, mas para que a população de fato se apropriasse da história e da cultura local.

A população esclarecida, a exemplo da dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer (1985, p. 8), desencanta-se do mundo, e libertam-se do medo de uma natureza desconhecida, à qual atribuem poderes ocultos para explicar o seu desamparo em face dela, resultando num processo de racionalização. O que, segundo os autores não é um processo simples, uma vez que o conhecimento realizado pela dominação da natureza conduz o homem à assimilação dos processos de conhecimento e controle aos processos naturais, resultando paradoxalmente na naturalização do homem civilizado que, embora sem perder de vista o seu potencial crítico e emancipador, poderá resultar na desilusão do otimismo.

Esta desilusão em Cáceres tem sido frequente. O pano de fundo que justifica em grande medida esta desilusão está na ausência da normatização, e a responsabilidade por infinitas razões tem sido

atribuída ao tombamento nacional, ainda que outros poderes também sejam responsáveis.

A inexistência de uma normatização local é vista pelos proprietários de imóvel no centro histórico tombado como uma barreira que impede possíveis ações que desejam realizar no imóvel, para diversos fins, especialmente o de morar em um lugar confortável com sua família. Reforçamos que isso tem se revelado como um aspecto negativo e atribuído unicamente ao IPHAN, a exemplo da fala a seguir:

os proprietários enfrentam dificuldades com o Tombamento realizado pelo IPHAN, pois este legisla sobre o Brasil, e até o presente momento não apresentou uma legislação específica para Cáceres, sendo que esta tem imóveis que são espólio e que não podem ser mexidos. (Narrativa Proprietário na área de entorno do tombamento, 2016).

Esta narrativa revela a necessidade do diálogo frequente, não somente com os proprietários, como já afirmamos, mas com a população em geral, no sentido de esclarecer o papel de cada poder de legislar sobre as causas do tombamento, seja ele municipal, estadual ou nacional.

Ressaltamos que a lei nacional estabelece que cabe à União o poder de legislar sobre o patrimônio tombado; Rabello (2015, p. 5) afirma que:

O art. 24, nos incisos VII e VIII, estabeleceu a competência legislativa da União, para dispor sobre normas gerais de preservação do patrimônio cultural, e dos estados, para suplementarem a legislação federal (§2º do art.246).

O município também poderá legislar suplementarmente sobre o assunto, desde que

observadas as normas gerais federal e estadual. É o que diz o art. 30, inciso II da CF, quando dispõe que: “Compete aos Municípios: II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”.

Mas, é necessário que haja o empenho por parte do Poder Público Municipal para que isso se concretize. Uma vez que ele, em tese, é também parte interessada e tem, conforme legislação nacional, a prerrogativa de zelar pelo bem tombado.

No entanto, a Legislação impõe limites ao Município, conforme demonstra Rabello (2015, p. 5):

Vale ressaltar que os municípios poderão exercer a competência executiva de proteção do patrimônio cultural no âmbito do seu território tão somente baseados na norma nacional, no DL 25/37 e/ ou na norma de tombamento que seu estado houver aprovado, desde que preveja, no âmbito da administração municipal, qual o órgão competente para o exercício dessa competência e a forma de fazê-lo; ou seja, o procedimento administrativo no âmbito da administração pública municipal.

A resistência ao tombamento se deve, em muito, ao fato de que a decisão de preservar ou não o bem, através do tombamento, em muitos casos ocorre por meio de interesses públicos e não por interesses ou decisão do proprietário, o que não impede ou inviabiliza o tombamento, mas faz deste um ato imposto, e cabe ao proprietário a obrigatoriedade de cuidar da coisa tombada (RABELLO, 2015).

Vê-se, diante deste fato, que a normatização é necessária e, no nosso entendimento, fundamental que seja construída com a participação da sociedade local, sobretudo os proprietários de imóveis

da área tombada, uma vez que estes são parte diretamente interessada em possíveis ações de intervenção no imóvel, ou na sua venda.

No entanto, percebemos, no caso da cidade de Cáceres especificamente, que embora a normatização não tenha avançado, o movimento por parte do IPHAN para sua concretização vem ocorrendo desde 2011, um ano após o tombamento nacional ocorrido em 2010:

O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em conjunto com a prefeitura de Cáceres, realizará de hoje a quinta feira, 25 a 28, na sede da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (Sematur), a Oficina de Normatização de Áreas Tombadas. O encontro contara com a participação de 20 técnicos da instituição que atuam nas superintendências de Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso e do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DepamIphan) Dalmo Vieira e do Superintendente IPHAN em Mato Grosso, Claudio Quos Conte. [...]. Ainda durante o evento, será apresentado o estudo de caso Cáceres, recentemente reconhecido como patrimônio arquitetônico, cultural do Brasil como experiência de elaboração de normativas. (JORNAL OESTE, 2011).

O destaque, neste texto, está no último encontro, realizado entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2016, evento em que tivemos a oportunidade de participar. O encontro definido como o segundo diálogo, realizado em 2016, entre a população e um grupo formado por representantes do IPHAN, UFMT e UNEMAT, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cáceres, objetivando definir juntamente com a população local as diretrizes para a Normativa que

regulara o conjunto do patrimônio cultural de Cáceres tombado pelo IPHAN, e que também irá definir os critérios de intervenções.

O encontro contou, ao longo de dois dias, com várias atividades abertas à população, sendo que à noite ocorreu em forma de diálogo interativo, com a prioridade de debater a normatização.

Inicialmente a representante do IPHAN apresentou o papel do Instituto e todo o trabalho que o grupo vem desenvolvendo em Cáceres, justificando que o tombamento só ocorreu depois de muito estudo e pesquisa, possibilitando chegar na definição da poligonal (Figura 1), ou seja, na área de tombamento, também chamada de área de preservação, onde ações do IPHAN são mais restritivas e diretas (Relato Oral, 2016).

Figura 01 - Poligonal do tombamento e área de entorno, realizado pelo IPHAN em Cáceres-MT/2010



Fonte: ARRUDA, Renato Fonseca (2010).

A representante do IPHAN chamou a atenção, afirmando que os estudos em Cáceres estão possibilitando gerar uma infinidade

de informações e dados, e estes embasarão a criação da normativa (Relato Oral, 2016).

O debate foi seguido de uma atividade com mapas, para que os participantes definissem os limites entre o tombamento e a área de transição. O exercício serviu, na verdade, para demonstrar o quanto as pessoas não conhecem os limites do tombamento, o que nos leva a questionar se conhecem de fato o significado do tombamento, bem como, qual é a sua importância?

Na sequência, outra fala da representante da UFMT enfatiza a importância do tombamento em seu conjunto, dizendo que,

para o tombamento o importante é o conjunto e não a edificação isolada ou as que são mais exuberante e que é necessário definir parâmetros para a normatização que vai orientar possíveis interferências nas edificações no arruamento, na paisagem, até para desmistificar a ideia que se tem que o IPHAN, proibi tudo quando na verdade o que impede qualquer ação é a falta de uma normativa específica, haja vista que enquanto esta não existe o IPHAN utiliza uma legislação geral, o que vai gerar conflitos. Segundo a Luciana a normativa vai facilitar a vida e vai melhorar muito no sentido de que ela vai regular reformas, construções e até sobre demolições, vai regular as poluições visuais, disciplinar o uso de cores, enfim. (Relato Oral, 2016).

Durante a realização da atividade houve algumas intervenções da plateia; diga-se, de passagem, um número mínimo de pessoas participantes e que, nem de longe, representava a totalidade da população local ou, possivelmente, das pessoas diretamente afetadas pelo tombamento nacional e interessadas no tema.

Percebeu-se, durante o evento, que ainda há muita falta de informação quanto aos critérios do tombamento nacional, questão que ficou evidente quando alguém na plateia cobrou esclarecimentos a respeito e ainda ressaltou a necessidade de uma maior participação popular na construção das diretrizes da normativa (Relato Oral - plateia, 2016).

Vale ressaltar que este posicionamento foi esclarecido pela representante do IPHAN ao dizer que o convite foi extensivo a todos os proprietários no centro histórico ((Relato Oral, 2016), no entanto, era evidente que não havia nem uma representação. E, quanto aos critérios que deram origem ao tombamento, ela reforçou, partiram inicialmente da relação da paisagem histórica e natural, que incluiu a ilha e também a questão urbanística, o crescimento da cidade, as ruas; e acrescenta,

que as vezes as pessoas ficam pensando o tombamento muito em função da arquitetura, mas o tombamento federal vai além disso, são as ruas o traçado, a paisagem a história, então não é apenas uma edificação uma a uma, por isso eles reforçam, o termo conjunto do tombamento na esfera federal. Foram vários elementos que contribuíram para o tombamento. (Relato Oral - IPHAN, 2016).

Quanto ao interesse pelo tombamento, ressaltou ainda que o movimento partiu daqui mesmo de algumas pessoas que fizeram o inventário e apresentaram um Dossiê de Tombamento destacando algumas linhas e algumas edificações (Relato Oral, 2016).

Havia na plateia também uma funcionária da Prefeitura Municipal da cidade, que complementou a ideia do movimento fazendo referência aos tombamentos anteriores ao nacional.

Os primeiros levantamentos, tem início em 1982 e o movimento da origem ao primeiro tombamento realizado pelo Município. Alguns anos depois ocorre o segundo tombamento realizado pelo Estado no ano de 2002, mas houve na verdade um lapso temporal até 2002 os custos desse lapso para a cidade foi a perda de alguns imóveis, alguns casarões que foram danificando até a perda total. Isso na verdade motivou a sociedade e algumas instituições a lutar para não perder o que ainda era possível preservar, então tem início o movimento pelo reconhecimento do Patrimônio e tombamento oficial pelo IPHAN que vai ocorrer em 2010 o movimento lutava para salvar não apenas os casarões de uma perda total, mas todo o traçado urbano da área central, já que estes são o registro do período colonial evidenciado pelas ruas estreitas. (Relato Oral, 2016).

Havia indignação por parte das poucas pessoas presentes no evento, tendo em vista o esvaziamento da presença de proprietários de imóvel no centro histórico; isto reforça a ideia de que, em Cáceres, a população ainda não se apropriou do assunto, e a sensibilização, sobretudo das pessoas interessadas, está em nossa compreensão entre os desafios para a construção da normatização local. A fala da representante da UFMT reforça nossa afirmação anterior; ela solicita abertamente à plateia: alguém tem ideias de como mobilizar e sensibilizar as pessoas para a participação e construção da normativa? A proposta é unir e acatar ideias.

Convém salientar que, no bojo dos conflitos, está a relação direta entre gestão pública municipal e IPHAN, além, é claro, de proprietários de imóvel no centro histórico, sendo que estes, em muitos casos, estão pressionados pelo mercado imobiliário. Esta situação é refletida por Velho (2006, p. 241):

Registro, por exemplo, o conflito entre a política federal de patrimônio e os interesses políticos de prefeitos que, frequentemente apresentam projetos de intervenção urbana que contrariam as orientações da antiga SPHAN, atual IPHAN. Lembro-me de outros casos que ocorreram no período em que era membro do Conselho, quando prefeitos de cidades históricas mineiras desejavam e, em alguns casos, conseguiram erguer construções que feriam agudamente áreas tombadas em seu entorno, como estádios de esportes, praças com repuxos coloridos, estações rodoviárias, entre outros. Essas obras, com maior ou menos transparência, representavam aspirações e interesses de autoridades e grupos empresariais, contando, às vezes, com o conquistado apoio de parte da população.

Outra situação histórica na cidade, que contribui para o acirramento dos conflitos, está fortemente relacionada à não existência da lei de uso e ocupação do solo urbano, e de não se ter uma ação pública de regularização fundiária, agravada pela inexistência de normas e regulamentação de uso, reformas e manutenção dos bens, o que intensifica o conflito no processo de criação da normatização. A fala da representante da UFMT ilustra esta afirmação:

Por isso a normativa é importante, para regular por exemplo uma construção próxima de uma edificação antiga, o que é perfeitamente possível desde que esta tenha harmonia e valorize o prédio histórico, cuidando-se sempre dos três parâmetros que é altura alinhamento e volumetria além é claro do cuidado com o material a exemplo do uso excessivo de vidros e espelhos, aí não vai passar, não tem porque o IPHAN aprovar algo que prejudica o conjunto da cidade. (Relato Oral, 2016).

O tombamento nacional tem como objetivo a conservação de Patrimônios por seus valores culturais e a preservação de possíveis ameaças, que podem levar ao seu desaparecimento, sendo assim, protegê-lo significa preservar a cultura coletiva e a identidade do povo que lhe deu origem; Zanirato (2009, p. 137) afirma que o patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.

Isso demonstra o desafio atual e a emergência da criação da normatização, visto que a cidade vem perdendo, ao longo das últimas décadas, preciosos monumentos que fazem parte da memória cacerense, a exemplo da antiga e saudosa ponte branca, nas palavras de Mendes (1998, p. 25), um dos monumentos da cidade, que deve merecer o carinho dos cacerenses e constituir um dos cartões postais de Cáceres, sendo que ele não contava que este precioso monumento estava prestes a ruir. E, no dia 19 de maio de 1998, a ponte foi demolida, gerando revolta e indignação da população que, na ocasião, se mobilizou para tentar evitar a demolição, mas as forças da gestão municipal, naquele momento, foram mais fortes.

Observamos com isso que, ao tratar do patrimônio cultural tombado pelo IPHAN em Cáceres, um dos desafios está em mobilizar a sociedade e não apenas o indivíduo, para o respeito e a preservação do patrimônio, e esta não é uma tarefa tão simples. Principalmente quando o que predomina são os interesses econômicos, movidos pela constante pressão do mercado imobiliário e orientados, em muitos casos, por projetos estéticos da arquitetura moderna e/ou pós-moderna.

Não é nosso interesse aprofundar no longo debate que essa discussão sugere, mas, importa mencionar o que descreve Harvey (2008,

p. 84), em sua dialética sobre a arquitetura moderna e pós-moderna, quando menciona a ilustração 1.19 Richmond Riverside Panorama (Londres) de Quinlan Terry - que ilustra a tendência pós-moderna de reviver formas urbanas do passado – neste caso, o classicismo do século XVIII. Essas tendências, sem vestígios de ironia ou de parodia, criam simulacros difíceis de distinguir de versões bem restauradas do original. Ou seja, preservar um bem existente, que possui valores culturais coletivos, é evitar que o saudosismo de um passado mutilado, em um dado momento da história, seja emprenhado de interesses políticos para dar origem a uma réplica completamente desfigurada de simbologia; por este motivo a luta pela preservação do patrimônio cultural precisa ser uma luta coletiva, porque ela compete com os interesses e as forças capitalistas.

Canclini (1994, p. 97) menciona que:

o patrimônio cultural serve, assim, como recursos para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial a produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõe dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.

Essa ideia chama atenção, uma vez que estamos tratando de um centro histórico, cujo tombamento federal já é, por si, um elemento gerador de conflitos. E, no caso específico da cidade de Cáceres, estes são acirrados pela inexistência de uma normatização que respeite as características e especificidades locais. Corroborando com este acirramento a falta de recursos e apoio na aplicação de políticas públicas, somadas

ainda à falta de união entre os proprietários na luta pela preservação dos bens tombados, visto que a memória e a identidade, numa sociedade capitalista, estão sempre em segundo plano, e para os proprietários, em sua maioria, o prédio tombado não agrega valor de mercado ao imóvel e prefeririam que o mesmo fosse demolido para dar lugar a prédios modernos e de fácil comercialização.

Somada a esse problema está a irregularidade da estrutura fundiária da cidade, em que, no presente momento, foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal da cidade e a UNEMAT, para estudos e georreferenciamento, processo necessário para a regularização fundiária da cidade e para o planejamento urbano, e sobretudo para que os proprietários de imóvel em área tombada como patrimônio cultural possam legalizar escrituras dos imóveis. Convém salientar que este processo vem sendo acompanhado como parte fundamental da investigação para a construção da tese.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, embora o IPHAN tenha se empenhado na realização do tombamento e venha se empenhando na criação de uma normatização local, o seu maior desafio será o de ter, de fato, a população local como parceira em suas ações, visto que, no 2º encontro realizado, no ano de 2016, aqui relatado como o primeiro de que participamos, como já afirmamos, não havia a presença, sequer, de nenhum proprietário de imóvel na área de tombamento como patrimônio cultural. Isso evidencia o trabalho de sensibilização que é necessário fazer no sentido de ter os proprietários como parceiros nesta construção.

Por outro lado, observamos que não basta divulgar os encontros, é necessário primeiramente derrubar a barreira existente entre os proprietários e o IPHAN. Que seja pensada uma metodologia de mobilização para que o diálogo seja estabelecido. Esta é uma tarefa que deve ser assumida, em especial, pelas instituições locais e com a própria sociedade, visto que a construção de uma normativa, tão necessária e urgente, não será algo tão tranquilo. Trata-se de uma discussão que, por si, é conflitante.

Entendemos também ser necessário um trabalho sério de Educação Patrimonial para que a população tome conhecimento do que é o tombamento, da sua real importância e necessidade. Penso que isso possibilitará, não somente a compreensão, como a aceitação e possíveis ações para preservação do conjunto do patrimônio cultural tombado.

Muito além de novas configurações, acreditamos que é preciso ressignificar o Centro Histórico para o povo e incentivar o consumo do espaço, ou seja, reforçar seu papel como atrativo turístico e símbolo cultural. O desafio está em reunir forças e esforços para investir e preservar o patrimônio; ou buscamos esses esforços ou presenciaremos a predominância dos interesses do mercado sob a égide do capital, em detrimento da cultura, memória e identidade local.

4 REFERENCIAS

ADORNO, T. W.; e HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

DIOGO, E. C. C. IPHAN. PowerPoint. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/CMA/AP/AP20121108_Erica_Castilho_IPHAN.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IPHAN. Ata da 66ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2010__04__66a_reuniao_ordinaria__09_de_dezembro.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

JORNAL OESTE. IPHAN realiza a partir de hoje em Cáceres oficina de normatização para áreas tombadas, 2011. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MENDES, N. F. Memória Cacerense. Cuiabá: Carlini & Caniato, 1998.

RABELLO, S. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). ISBN 978-85-7334-279-6.

SANTOS, M. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, Evaristo. (Org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflitos. Mana, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a09v12n1.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Capítulo 11

RORAIMA: A TRÍPLICE FRONTEIRA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Graciete Guerra da Costa¹

1 Introdução

A busca de informações sobre a tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, no extremo Norte do País, algumas esquecidas da história da arquitetura, ajudará a esclarecer a geopolítica da Hileia. O texto privilegiará o arco arquitetado pelos portugueses.

Considerando o peso simbólico dessa localização na segurança colonial, o trabalho procurará pontuar os limites setentrionais das posses lusitanas e as dificuldades para defendê-las na tríplice fronteira no Norte do Brasil.

As fortalezas erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia ibérica, a favor de eficientes políticas de defesa.

Os portugueses enfrentaram a resistência da população indígena. Lutas, massacres e mortes dos verdadeiros donos da terra, presos pelas Tropas de Resgate compõem a memória do forte São Joaquim do Rio Branco (Boa Vista).

A abordagem sobre os religiosos e o seu poder de comunicação mostrará a influência da Igreja.

1 Universidade Federal de Roraima - UFRR. Pós-doutora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, Cep: 69310-000 Boa Vista / RR - E-mail: gracietegcosta@gmail.com; graciete.costa@ufrr.br

Por ordem cronológica o trabalho aborda a chegada dos portugueses na Amazônia, do Leste para Oeste, e do Sul para o Norte.

O texto apresenta três itens principais de desenvolvimento: o primeiro se concentrará em Roraima na A Tríplíce Fronteira no Extremo Norte do Brasil, o segundo abordará alguns tratados e fronteiras no Norte do Brasil; o último versará sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do forte São Joaquim do Rio Branco-RR.

2 RORAIMA: A TRÍPLICE FRONTEIRA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL

A cobiça europeia trouxe para a Amazônia sertanistas, colonos, religiosos, e militares de diferentes nacionalidades, na busca das Drogas do Sertão. Portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses subiam e desciam os rios distanciando-se léguas e léguas do litoral. Esse movimento desencadeou resistência contra o domínio e a ocupação das terras indígenas e a exploração da força de trabalho dos nativos. O domínio ultramarino de Portugal iniciou com um estabelecimento militar.

O domínio ultramarino de Portugal iniciou com um estabelecimento militar. Junto com os soldados, chegaram religiosos e comerciantes. As distâncias e a dificuldade de expansão na selva impuseram sacrifícios, que mesmo os conquistadores mais experientes se mostravam despreparados para enfrentar. O rio e a floresta, para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram as entidades modelares da cultura amazônica,

imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio histórico de ocupação².

Do século XVII ao século XX passaram pelas fronteiras no Norte do Brasil, nas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os jesuítas, esses últimos expulsos pelo Marquês de Pombal. O olhar voltado para o outro lado do Atlântico norteava a conquista por meio da cruz, logo apoiada pela espada³. A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigavam os ibéricos a ocupar e defender suas possessões na Amazônia.

Membros de ordens religiosas, dentre as mais tradicionais da Igreja Católica⁴, catequizaram índios ensinando a língua portuguesa. Traçaram táticas para a efetiva colonização amazônica.

A localização estratégica das fortificações amazônicas escolhida pelos portugueses coincidia com a fronteira Norte, e resultava dos conhecimentos marítimos adquiridos desde a Escola de Sagres, fundada em 1416. Foi um período de expansão da navegação marcado pela conquista da cidade de Ceuta em 1415. Depois, expedições portuguesas chegaram à Ilha da Madeira, em 1419, com o reconhecimento do Arquipélago dos Açores, em 1431.

A difusão dos Tratados de Arquitetura, como os de Alberti (1492), Filarete (1464), Di Giorgio (1500), Serlio (1537), Dürer (1554), Palladio (1556 e 1570), Serrão Pimentel (1680) – o primeiro em língua

2 COSTA, Graciete Guerra da e FILHO, Antônio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

3 PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

4 PROCÓPIO, Argemiro. Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

portuguesa, além de engenheiros italianos requisitados por Portugal e Espanha para desenhar fortificações, contribuíram para firmar esse modelo renascentista nas Américas, África e Ásia⁵.

As primeiras fortificações construídas pelos portugueses na fronteira no Norte do Brasil eram precárias. Em alguns lugares não havia pedra. Tal fato obrigou a construir vedações de estacas de madeira ou paliçadas de pau-a-pique, com torres de madeira e taipa nos vértices; eram algumas vezes reforçadas na base com terra batida, circundadas por fossos mais ou menos profundos⁶. A mão-de-obra⁷ era composta, sobretudo por índios descidos, ou seja, capturados em tropas de resgate e removidos de seus locais originais de habitação.

3 DE TORDESILHAS AO TRATADO DE SANTO IDEFONSO

Seria difícil explicar o contexto da tríplice fronteira no extremo Norte do Brasil sem a inserção dos tratados que a consolidaram. Inicialmente com o Tratado de Tordesilhas, a expansão comercial e marítima típica do mercantilismo tinha respaldo em fortificações, que eram as impressões digitais do colonialismo. O Oeste da linha de Tordesilhas era explorado pelos bandeirantes. Portugal garantiu a posse sobre as terras ocupadas ao longo dos séculos XVI e XVII.

5 MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

6 FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. “Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil”. *In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Rio de Janeiro, 2006, mapas.

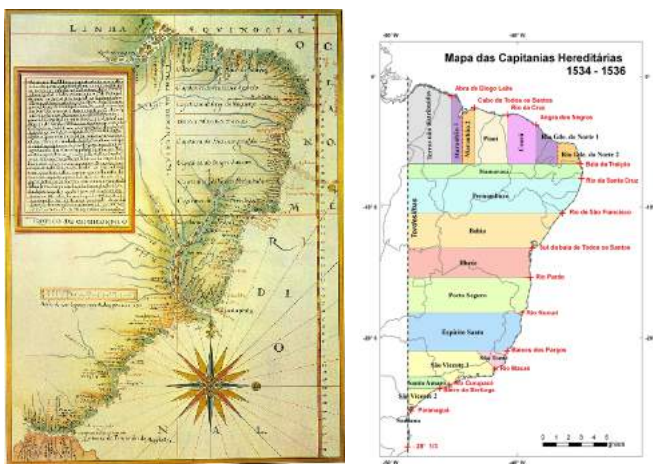
7 SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 19.

Os portugueses, preocupados em assegurar e expandir os limites de seus domínios nos confins da Amazônia sentiram necessidade de conhecer e levantar informações técnicas sobre as características físicas da região, sobretudo os da fronteira⁸.

A expansão desses limites nasceu com o Tratado ou Paz de Utrecht (1713 a 1715), isto é, o conjunto dos atos diplomáticos que possibilitou o fim da Guerra da Sucessão espanhola. A Coroa Portuguesa se beneficiou dos acordos firmados na cidade de Utrecht, Países Baixos, legitimando a ampliação que soldados, missionários e colonos da Coroa Lusitana haviam realizado.

Figura 1 - Mapa do Brasil, in Roteiro de Todos os Sinais..., c.1585, atribuído a Luís Teixeira, que consta do “Códice Quinhentista” da Biblioteca da Ajuda.

Figura 2 - Proposta de novo mapa das capitanias hereditárias, J. P. Cintra⁹, 2013.



Fonte - Projeto Resgate

8 COSTA, Graciete Guerra da e CINTRA, J. P. “Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica”. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Petrópolis – RJ, 2013.

9 CINTRA, J. P. “Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias”. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 11-45. Jul.- dez. 2013.

A defesa por meio das fortificações e a incorporação em definitivo da Amazônia, com limites na Barra do Oiapoque e a renúncia francesa de 1713, inibiram naquele momento pretensões estrangeiras sobre a margem norte do Rio Amazonas. Após abrir mão do Amapá, conhecido na época como parte das terras do Cabo Norte, restou a Paris a chamada Guiana Francesa, aos ingleses a Guiana e aos holandeses o Suriname. Portugueses e espanhóis permaneceram donos do maior quinhão amazônico ¹⁰.

A pedido de Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, rei de Portugal, e participante das negociações do Tratado de Madri, foi solicitado a José Gonçalves da Fonseca estudos cartográficos que resultaram no “Mapa do Rio Madeira, desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz, no rio Amazonas, em 1747”. Em 1750, ele desenhou a “Carta hidrográfica em que descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa [...]”.

O Tratado de Madri, de 1750, amparado pelo princípio jurídico *Uti Possidetis*, substituiu o de Tordesilhas, de 1494. Tal Tratado garantiu aos lusitanos espaços desbravados na Amazônia por Pedro Teixeira, em 1639¹¹.

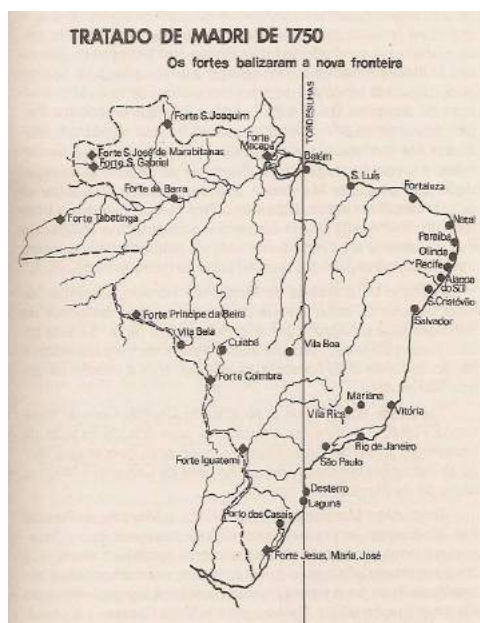
No mapa referente ao Tratado de Madri já estão assinalados os fortes que compõem o arco da nova fronteira Norte do Brasil.

Quando a corte em Paris, por pressão de Londres, desistiu das suas ditas terras, lucrou Portugal, tradicional aliado da Inglaterra.

10 HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I Época Colonial, Rio de Janeiro - São Paulo, Melhoramentos, 1977. p 37.

11 VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História Geral do Brasil. Tomo 4, São Paulo, Melhoramentos, 1975. p.13-15.

Figura 3 - MAPA DO TRATADO DE MADRI.



Fonte - Extraído de Meira Matos. Uma geopolítica Pan-Amazônica, 1980.

A assinatura do Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, com o estabelecimento de “novos limites” entre os domínios de Portugal e da Espanha no Novo Mundo notabilizou a importância do trabalho das “Comissões Demarcadoras dos Limites”. Eram compostas por engenheiros militares, cartógrafos, geógrafos, astrônomos, matemáticos, e desenhadores responsáveis pela escolha das “balizas naturais” da linha de demarcação no período de Tordesilhas. Nesse contexto, as fortificações ganharam um relevante papel na segurança continental referendado pela história.

O rei de Portugal, D. José, subiu ao trono em 31 de julho de 1750, vago pela morte de seu pai, D. João V. Sebastião José de Carvalho e Mello (Nobre e estadista português. Foi secretário do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerada, ainda hoje,

uma das figuras mais importantes e sagazes da História Portuguesa), o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, foi nomeado membro do Conselho do Rei, ministro de Estado e Inspetor-Geral do Real Erário. Aproveitou o ambiente político do Tratado de Madri para pôr em prática seu plano de transformação na estrutura da Amazônia Colonial Portuguesa. Os ideais iluministas do Marquês de Pombal fizeram dos engenheiros militares os principais agentes da Política de Defesa territorial no Séc. XVIII.

O Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1º de outubro de 1777 entre Portugal e Espanha, manteve os limites do Tratado de Madri, para as possessões das duas nações ibéricas, nos confins do Grão-Pará. Os aldeamentos e os postos militares de uma ou outra Coroa, surgidos fora dos limites acordados, deveriam trocar de mãos, nos conformes do Tratado de Madri.

4 SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO-RR (1775)

Coordenadas geográficas: 03° 02' 26" N 060° 29' 13" W

O Forte de São Joaquim do Rio Branco se localiza no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas¹². O local ideal para a construção seria entre os dois rios, mas o sítio físico sofria

12 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Tratado Histórico do Rio Branco, 1787. Códice 21, 2, 1 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. III, p. 25.

inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura.

Alguns autores indicam que o Forte São Joaquim se encontra inserido na fazenda São Marcos, mas essa informação é equivocada, tendo em vista que a citada propriedade está do outro lado do rio e sedia um serviço de proteção aos índios.

Figura 4 - Mapa de Roraima. Tem a localização do Forte de São Joaquim do Rio Branco e das posições espanholas construídas no Uriracoera. A missão do Pirara¹³ ficou em território inglês após a delimitação da fronteira.



Fonte - IPHAN. Forte São Joaquim do Rio Branco
PROCESSO N° 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

Por Provisão Régia datada de 14 de novembro de 1752, o rei D. José I determinou ao Governador e Capitão-Geral do Grão-Pará,

13 LYRA JUNIOR, Américo Alves de. O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República. Curitiba: Juruá, 2014.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que construiu um Forte à margem do Rio Branco, diz: ¹⁴

D. Joseph por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'além mar em África de Guiné, etc. Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça governador e capitão-general do Pará, que tendo-me sido presente que pelo rio Essequibe, tem passado alguns holandezes das terras de Suriname ao rio Branco, que pertence aos meus dominios, e commettido n'aquelas partes alguns disturbios: Fui servido ordenar por resolução de 23 de Outubro deste anno, tomada em consulta do meu conselho ultramarino, que sem dilatação alguma se edifique uma fortaleza nas margens do dito rio Branco, na paragem que considerareis ser mais propria, ouvidos primeiro os engenheiros que nomeares para este exame, e que esta fortaleza esteja sempre guarnecida com uma companhia do regimento do Macapá, a qual se mude annualmente. [...]. Theodosio de Cabelos Pereira a fez em Lisboa a quatorze de novembro de mil setecentos e cincoenta e dous. – O conselheiro Diogo Rangel de Almeida Castello-Branco, a fez escrever. – Thomé Joaquim da Costa Côte-Real. – Fernando Joseph Marques Bacalhão (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775; ALMADA, 1861, p. 657-658).

O Forte de São Joaquim do Rio Branco foi construído pelo alemão Felipe Frederico Sturm, em 1775, enviado para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Ele foi escolhido para essa missão porque antes expulsou espanhóis em Marabitanas. Portugal

14 MENDONÇA, M. C. de. A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 302.

pretendia ocupar a região do Rio Branco por meio da construção de uma fortificação e de povoados.

O forte com seu comandante e seus subordinados seria o instrumento da política portuguesa. Para tanto, os indígenas eram imprescindíveis, tanto na construção quanto na qualidade de exímios conhecedores da região.

Da mesma forma como procedeu em Marabitanas, em 1767, Felipe Sturm situou o Forte São Joaquim do Rio Branco, de forma retangular, no eixo de simetria da povoação. Em Marabitanas, no Rio Negro era quadrada. A escassez de materiais e mão-de-obra fez com que Sturm optasse por construir o forte em pedra. Na falta de cal para fazer a argamassa, utilizou barro na junção das pedras. A construção estilo Vauban ficou, por esse motivo, menos resistente.

O forte era pequeno, tinha cerca de 18 metros em seu lado maior, muralhas baixas (5,4 m) e um reparo. O espaço reservado aos canhões era estreito, de forma que somente canhões pequenos poderiam ser instalados¹⁵. Sturm pôde construir baluartes plenos na frente, na parte posterior foram feitos meio-baluartes.

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁶ durou quase dez anos (1783-1792), e está entre as importantes expedições no Século XVIII à Amazônia Brasileira. Ela descreveu as riquezas naturais e produziu como resultado registros históricos, mapas, plantas arquitetônicas, além de coletas de espécies, muitas ainda desconhecidas

15 IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

16 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

por mais de dois séculos. Na visita à região do Forte de São Joaquim do Rio Branco em 1786, elaborou iconografia, como o Prospecto da Fortaleza de São Joachim; Planta da Fortaleza de S. Joachim; Planta da Capela e Residência do Capelão do Forte de São Joachim. Os desenhos das plantas e das duas vistas do forte foram feitos por Antônio José Landi, arquiteto italiano de Bolonha, que veio ao Brasil em 1753, junto com Felipe Sturm, na Comissão Demarcadora de Limites.

O capitão Sturm morreu em setembro de 1778 e foi sepultado na parte externa do Forte São Joaquim, no terreno que servia de cemitério, fato lembrado por Ribeiro de Sampaio, quando afirmou que a obra havia sido edificada conforme o risco (desenho) do engenheiro, que “[...] que assistiu á ella quasi todo o tempo que durou a execução”¹⁷

Em maio de 1822, a guarnição reduziu-se a sete soldados. Quase dez anos depois, em 1831, Baena¹⁸ no Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, informou, que o forte era o mais bem conservado das fronteiras.

Sua figura é um paralelogramo, do qual um dos lados maiores está ao longo da margem, e tem quase no meio um reentrante, que não consente mais de uma peça de artilharia para flanquear o resto do mesmo lado; debaixo de idêntica disposição se acha o lado oposto. No pequeno lado, em que está a porta, ela apresenta uma cortina tendo no extremo dois meios baluartes, e o mesmo no lado oposto. O pavimento contém 16 canhoneiras, das quais só 10 cavalgadas de canhões dos calibres de

17 SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII. Rio de Janeiro, n° 18, 1850, p. 251.

18 BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2004.

6 libras até 1. Entre eles existem três pedreiros tomados aos espanhóis com o posto militar de São João Batista, e duas peças de bronze de 1 fundidas na cidade [de Belém] do Pará em 1763.

Em suma, o forte é imperfeito tanto no material como no sistema do polígono defensivo. Não é assim quanto ao sítio, sobre que está construído: ali o terreno não é sujeito a inundações, e o canal do [rio] Tacutú é mais navegável do que o rio Urariquera, o qual é crespo de cachoeiras, e portanto o forte defende os canais destes rios, pelos quais pode haver comunicação do rio Branco para as nações confinantes. Ele é a fortificação mais bem conservada das fronteiras.

O abastecimento do forte, muito isolado, era problema a ser enfrentado, bem como as relações com os indígenas. Para ter alimento era preciso habilidade com o gentio, e administração portuguesa ao expulsar e maltratar os indígenas, eliminava sua fonte de sustento. A solução encontrada foi a criação de fazendas de gado que alimentavam pessoas, aproveitando o capim dos lavrados da região.

O ambiente do Forte São Joaquim do Rio Branco se complicou quando forças militares e o Comissário de Fronteiras, Coronel João Henrique de Matos foram enviados para tratar com os ingleses.

Segundo João Henrique de Matos, em relatório citado por Arthur Reis, o Major de Artilharia Higino José Coelho iniciou melhorias no forte. Os trabalhos tiveram início em 18 de dezembro de 1842, apesar da falta de recursos e de mão-de-obra.¹⁹ Conforme Matos, recebiam ração diária, fardamento, mas o soldo atrasava anos.

¹⁹ MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: REIS, Arthur C. Ferreira. O Amazonas em 1845, Revista do IHGB, vol. 325, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1979. p. 165.

Adler Homero²⁰ informa que o Comissário de Fronteiras relatou que a tropa de Forte São Joaquim do Rio Branco tinha apenas um capitão de artilharia como comandante, e nove praças. Mais tarde as condições inóspitas, do clima e a pouca produtividade dos lavrados e das campinas favoreceram a deserção dos soldados.²¹

Lobo de Almada²², em sua obra sobre o Rio Branco, foi o primeiro a ter a iniciativa sobre criação de gado. Ele pensava sobre as potencialidades econômicas dos produtos naturais do modificado Vale do Rio Branco:

[...] estas fertes campinas [alto rio Branco], são cobertas de excellentes pastos para gado, sementeas de ilhas de matto que abrigariam o gado na força do calor mais intenso, regadas de igarapés que as fertilissima, com innumeraveis lagos, de que se tira quantidade de sal montanum, proprio a fazer mais saborosos os pastos; e por isso de mais nutrição para os gados.

Ribeiro de Sampaio e Lobo de Almada acreditavam que o gado bovino nos campos de Rio Branco poderia ser alternativa de comércio na Região. A carne de gado era mais rentável e proveitosa do que a de tartarugas, cujos ovos eram matéria-prima para manteiga, além de abastecer as missões do Rio Negro. É dele também a ideia de criação da fazenda da Coroa, depois denominada São Bento. Ela poderia fornecer carne seca para abastecer outras fortificações da Colônia. A fabricação

20 IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

21 MATOS, *op. cit.*

22 ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, nº 4, 1861, p. 617-683.

de solas de couro, diminuiria o preço do produto para os moradores da capitania, e sua exportação, talvez aumentassem os dízimos.

As Fazendas Reais localizaram-se nas terras firmes do Alto Rio Branco. Foram divididas em três áreas: uma a Oeste, entre o Rio Uraricoera e o Rio Branco, era a do Rei – registrada com o nome de “São Bento”, e as outras duas ficaram nas mãos de particulares na virada do século XVIII para o XIX. A fazenda São José foi instalada próxima ao Forte São Joaquim, era de propriedade de José Antonio Évora, um dos homens mais ricos do Rio Negro no final do século XVIII. A bancarrota da família Évora no Rio Negro levou seus bens a leilão, incluindo a fazenda no Rio Branco. Como não houvesse quem a arrematasse, o Estado a confiscou.

A fazenda São Marcos, localizada ao Norte entre o rio Uraricoera e o Tacutu, era de propriedade de Nicolau de Sá Sarmento, comandante do Forte São Joaquim. Sarmento foi, por longo tempo, o dirigente administrativo da Região.

Após a morte de Sarmento, sua herança foi incorporada aos bens da Coroa, por não haver herdeiros. Segundo Adler Homero, o Forte São Joaquim do Rio Branco foi abandonado no início da República, depois de uma grande cheia do rio, infestado pelas chamadas formigas de fogo. Parte das pedras de suas muralhas acabaram utilizadas nas construções pelos moradores, fato que destruiu grande parte de sua estrutura física. “A importância da região era tal que, inclusive, foi criada uma unidade especial para o local, um embrião dos futuros pelotões de fronteira, com três sargentos, 2 cabos e 31 soldados”.²³

23 DECRETO nº 15.235 de 31 de dezembro de 1921. Organiza o Exército ativo em tempo de paz. Foram criados pelotões idênticos nos locais dos antigos fortes da Amazônia: Tabatinga e Cucuí, bem como um na fronteira do Oiapoque.

No local do forte, passados 210 anos desde a fundação em 1775, o Governo Federal resolveu criar, em 1985, um novo Brasil na Amazônia Setentrional com a ajuda do Programa Calha Norte. Nesse contexto, o Forte São Joaquim do Rio Branco teve lembrado e saudada sua importância histórica ocupando vazios estratégicos.

Em Roraima, o Programa atende a quinze municípios, entre os quais Boa Vista e a região do Forte São Joaquim do Rio Branco. O Exército Brasileiro mantém a 1ª Brigada de Infantaria de Selva “Brigada Lobo D’Almada”, que abriga o 7º Batalhão de Infantaria de Selva “Batalhão Forte São Joaquim”, guarnição efetivada após a desativação definitiva do forte.

As suas ruínas encontram-se tombadas como Patrimônio Histórico desde 22 de abril de 2001.

Em visita realizada no início de março de 2015²⁴ a autora contou com o apoio do Exército Brasileiro, para chegar ao Forte São Joaquim do Rio Branco. A Superintendente Estadual do IPHAN de Roraima, Mônica Padilha, e sua equipe, também acompanhou a visita.

O Forte fica a 52 km de distância, ao norte de Boa Vista, por via terrestre; chega-se lá pela BR 401, entrando à esquerda no km 40 dessa rodovia, onde ainda se percorre uma estrada de terra de 6 km, até a Fazenda São João.

Há queixas de moradores, e até autoridades sobre restrições de entrada de pessoas na área do forte, o que confirma a opinião de que o guardião de fato do forte acaba sendo o proprietário da Fazenda São João, Sr. Pedro Calcário. O IPHAN e o Exército Brasileiro mantêm

²⁴ Visita realizada pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa, 1º a 3 de março de 2017 ao local do Forte São Joaquim do Rio Branco-RR.

relações amigáveis com o proprietário, que forneceu uma cópia da chave da porteira da fazenda, para que essas instituições possam chegar ao forte quando quiserem.

Na entrada encontra-se um pórtico, que fica na lateral do forte. Na época da construção do pórtico, o forte estava recoberto por vegetação e não era possível identificar qual era a parte que correspondia à entrada principal.

Figura 5 - Pórtico de entrada do Forte São Joaquim do Rio Branco, Roraima, RR.



Fonte: Graciete Guerra da Costa, março, 2017.

Ainda é possível ver partes das paredes laterais, com algumas partes em que o processo construtivo está preservado.

O Forte São Joaquim do Rio Branco está em ruínas, o tempo e a quantidade de terra acumulada favoreceram para que a floresta se encarregasse de encobrir e camuflar o forte. Árvores cresceram no

interior e fora dele. É necessário fazer limpezas no forte, para um trabalho de Arqueologia que identifique a comunidade que existiu em frente ao Forte. Por exemplo, a igreja, e outros elementos externos à fortificação. Segundo Ribeiro Sampaio²⁵, haveria um cemitério, e nele enterraram o Capitão Engenheiro alemão Felipe Sturm, no ano de 1778.

O nome do alemão Felipe Sturm está gravado na memória dos alunos das escolas de Boa Vista, que visitam ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC do Exército para aulas de história de Boa Vista. Na entrada existe um museu aberto, mas coberto, onde foi construída uma maquete do forte, a partir da iconografia feita por Codina (Desenhista e naturalista da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que passando pelo Forte São Joaquim captou a vista do Rio). A maquete é fiel, mostra o encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, a comunidade localizada à frente do forte e a cobertura (móvel) da praça central do quartel, para que se possa ver por dentro seu processo construtivo colonial.

Além da maquete do forte há também uma rua denominada Forte S. Joaquim, apesar do local ser uma fazenda particular, os moradores detêm conhecimentos e histórias do lugar. Não há dúvidas, que entre os fortes estudados, esse oferece condições para um imediato processo arqueológico, visando restauração.

25 SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII*. Rio de Janeiro, nº 18, 1850, p. 251.

4 CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade presente no trabalho da tríplice fronteira entre o Brasil, Venezuela e Guiana, no extremo Norte do País, autorizou recorrer às diversas áreas como: Relações Internacionais, História, à Geografia, Cartografia dos Limites, Geopolítica, Sociologia da conquista, religião e não somente à Arquitetura.

A tríplice fronteira é marcada por uma dualidade própria de uma zona híbrida de individuais e coletivas, que atrai e repele, de forças centrífugas e centrípetas, que se for mais bem observada naqueles pontos focais de interação representam tanto os limites do território brasileiro, quanto uma porta para uma reterritorialização internacional.

A entrada dos portugueses na Amazônia ocorreu do Leste para Oeste, pela calha do Rio Amazonas, e do Sul em direção ao Norte e ao Noroeste, partindo de São Paulo, em fins do século XVII.

O indígena foi vital para o colonizador no processo de desbravamento da fronteira. Seus atributos incluíam específicos conhecimentos das Drogas do Sertão. Eram exímios remadores e conhecedores das rotas fluviais. Donos de diferentes logísticas e estratégias, seus métodos eram primitivos, mas eficazes.

A complexidade sociocultural, geopolítica e da cartografia dos limites na convivência da fronteira desses três países, ganha outras interpretações quando inclui os povos indígenas no debate da construção do Patrimônio Cultural regional e transfronteiriços. A literatura etno-histórica indica os povos Karíb e Arawak como os principais troncos linguísticos, que reconhecem o território como pertencentes a seus ancestrais, sem identificar as marcas das fronteiras internacionais entre Brasil/Guyana/Venezuela na região do território de suas malocas.

Os padres batizavam e ensinavam a língua portuguesa. No trabalho de catequizar as tribos, embrenhavam-se pelas florestas e fundavam missões.

Os acordos e fronteiras no Norte do Brasil foram inseridos no texto, destacando-se dentre eles, o Tratado de Madri, que estabeleceu novos limites entre os domínios de Portugal e Espanha.

A caminhada dos povos entre trilhas, fluvial e terrestre, entre o interior do rio Branco e o litoral Amazônico caribenho se fortalece nas trocas socioculturais das fronteiras internacionais. Nesse sentido, valorizar e dar visibilidade ao Forte São Joaquim do Rio Branco-RR, representa um caminho importante para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural na Tríplice Fronteira Norte entre o Brasil/Guyana/Venezuela.

5 REFERÊNCIAS

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, nº 4, 1861.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, Joaquim Pereira de. Plano do Forte de S. Joaquim do Rio Branco, s.d. Mss. Biblioteca Nacional.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CINTRA, J. P. “Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias”. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 11-45. Jul.- dez. 2013.

COSTA, Graciete Guerra da e FILHO, Antônio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

COSTA, Graciete Guerra da. “Fortificações da Amazônia”. In: NAVIGATOR N° 20, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Graciete Guerra da. Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira. Tese de Pós-doutorado defendida na Universidade de Brasília, 2014.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. “Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2006, mapas.

HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I Época Colonial, Rio de Janeiro - São Paulo, Melhoramentos, 1977. p 37.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

LYRA JUNIOR, Américo Alves de. O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República. Curitiba: Juruá, 2014.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MORI, Victor Hugo; **LEMOS**, Carlos A. Cerqueira e **CASTRO**, Adler Homero F. de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).

PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. *Humanidades*, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

PROCÓPIO, Argemiro. *Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia*. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

REIS, Arthur César Ferreira. *Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII*. Rio de Janeiro, nº 18, 1850.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 19.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SANTOS, Paulo Ferreira, 1904-1988. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. Tomo 4, São Paulo, Melhoramentos, 1975. p.13-15.

VIANNA, Arthur. *As Fortificações da Amazônia*. *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo IV, 1905. Consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Loc. II, 459, 2, 26).

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: UFRR, 2007.

Capítulo 12

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE RORAIMA: O CASO DA CIDADE DE CARACARÁI

Graciete Guerra da Costa¹

Kelly Christina Ramos de Oliveira²

Leonardo Rocha de Oliveira³

1 Introdução

O município de Caracarái fica localizado no Estado de Roraima, na região Norte do Brasil. A região atravessou os séculos XVII e XVIII como lugar de cobiça e trouxe para a Amazônia sertanistas, colonos, religiosos, e militares de diferentes nacionalidades, na busca das Drogas do Sertão. Portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses subiam e desciam os rios distanciando-se léguas e léguas do litoral. Esse movimento desencadeou resistência contra o domínio e a ocupação das terras indígenas e a exploração da força de trabalho dos nativos. O declínio da economia gomífera, entre os anos 1920-40, por um lado, reduziu a pressão sobre as florestas e, por outro, isolou a região do contexto nacional e do capitalismo internacional, retornando

1 Universidade Federal de Roraima - UFRR. Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, CEP: 69310-000 Boa Vista / RR; e-mail: gracietegcosta@gmail.com; graciete.costa@ufr.br

2 Universidade Federal de Roraima - UFRR. Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, CEP: 69310-000 Boa Vista / RR; e-mail: kelly.oliveira@ufr.br

3 Universidade Federal de Roraima - UFRR. Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro Aeroporto, CEP: 69310-000 Boa Vista / RR; e-mail: rocha_lro@hotmail.com

à economia de subsistência, os produtos complementares à borracha passando a se constituir a base da economia regional.

Dessa forma, a extração de castanha, de ouro e a criação de gado bovino, concentradas principalmente no Pará, conheceram uma fase de expansão e atraíram as chamadas “frentes pioneiras agropecuárias e minerais”⁴ vindas espontaneamente do Nordeste, a partir de 1920-30. Em Roraima a criação de gado estava começando nas fazendas.

A partir de 1960 houve um deslocamento em massas de migrantes, principalmente nordestinos em direção a Amazônia, influenciadas principalmente por estratégias do governo federal, criada pelos governos civil e militar com a intenção de ocupar toda essa região. Segundo Becker, a Amazônia assumiu importante posição diante das prioridades econômicas e geopolíticas, além de ser considerada como uma solução para os problemas de tensão social do Nordeste.

Segundo Graciléia Santana Olívio Souza, em seu trabalho sobre o município de Caracaraí, “no ano de 1964, os militares dividiram os três territórios remanescentes entre as três armas: ao Exército coube governar Rondônia (ex-Guaporé); a Marinha coube o Amapá e a Roraima à Aeronáutica”. Ainda era território Federal do Rio Branco. Para a construção da BR-174, foi criado o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, que reiniciou a construção da BR-174, que liga Boa Vista a Manaus do foi concluída em 1977.

O texto apresenta três itens principais de desenvolvimento: o primeiro se concentrará no Porto de Caracaraí, o segundo abordará

4 OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

a presença do Arquiteto Sergio Bernardes em Roraima; o último versará sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da Arquitetura Moderna de Roraima.

2 O PORTO DE CARACARAÍ

A cobiça europeia trouxe para a Amazônia sertanistas, colonos, religiosos, e militares de diferentes nacionalidades, na busca das Drogas do Sertão. Portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses subiam e desciam os rios distanciando-se léguas e léguas do litoral. Esse movimento desencadeou resistência contra o domínio e a ocupação das terras indígenas e a exploração da força de trabalho dos nativos. O domínio ultramarino de Portugal iniciou com um estabelecimento militar.

Do século XVII ao século XX passaram pelas fronteiras no Norte do Brasil, nas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os jesuítas, esses últimos expulsos pelo Marquês de Pombal. O olhar voltado para o outro lado do Atlântico norteava a conquista por meio da cruz, logo apoiada pela espada⁵. A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigavam os ibéricos a ocupar e defender suas possessões na Amazônia.

Em 1943, o Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 criou o Território Federal do Rio Branco, que passou a ser composto pelos municípios de Catrimani e Boa Vista, e durou 21 anos. O território teve 15 governadores titulares e vários Secretários Gerais interinos.

5 PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

Em 1962, o Território Federal do Rio Branco passa a ser Território Federal de Roraima.

De acordo com Graciléia Santana Olívio Souza, em seu trabalho sobre o município de Caracará, antes de 1972 a área urbana de Caracará era de 10.120.00 m².

A Lei 25 de 5 de outubro de 1972, delimita a área da Sede do Patrimônio de Caracará e da outra providencias. Segundo essa lei,

§1º - a área constante deste artigo provém da medição de 4.400 metros lineares, partindo do córrego “AGEU” rumo ao Norte, até atingir o marco 2º (segundo) da estrada BR-174 e da margem do rio Branco em sentido Oeste até atingir a mata que secunda o campo, com 2.300 metros lineares.

§ 2º a área constante deste artigo será dividida em urbana e urbanizável.

No projeto do governo federal de 1973 estava inserido um moderno plano urbano para o município de Caracará, conforme destaca o Jornal Boa Vista de 06/10/1974, p. 05. Segundo a reportagem, “[...] o movimento de maquinas pesadas, ali desenvolvido pela empresa Irmão Prata Engenharia e Comercio, chega a ser empolgante.”

A nova Caracará hoje se localiza nos bairros, Santa Luzia, São Francisco e parte do Centro. A empresa Irmão Prata Engenharia e Comercio, trouxe uma forma diferenciada, conforme destaca o Jornal Boa Vista (06/10/1974, p. 5): “Moderníssima! Feita de módulos oitavados, amplas vias de circulação, praças funcionais, uma verdadeira cidade do futuro que, ali começa a corporificar-se”.

Cada módulo oitavado se trata de uma figura geométrica chamada de octógono, um formato novo de subdivisão de ruas, pois dentro de cada módulo divide-se ao meio na diagonal e vertical para a montagem de Ruas. O Governador Ramos Pereira e o ex-governador Hélio Campos, apresentaram a primeira planta ou projeto inicial de como seriam organizados esses módulos no município.

No ano de 1976 iniciam-se as obras da Praça do Centro Cívico, prédio da Prefeitura Municipal de Caracará em formato de decágono. Conforme publicação em *Contemporary Architects*, a Praça do Centro Cívico de Caracará foi projeto de Sergio Bernardes.

3 A PRESENÇA DO ARQUITETO SERGIO BERNARDES EM CARACARÁ

Sérgio Wladimir Bernardes nasceu em 9 de abril de 1919. Graduou-se em arquitetura, em 1948, pela Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) do Rio de Janeiro, considerado um dos maiores arquitetos da segunda geração de modernistas cariocas. Sergio Bernardes se prendia aos mínimos detalhes e partia sempre de uma sensação interna e pessoal, misturando influências, pontuando o minimalismo e o ângulo reto na concepção dos espaços. Sua linguagem arquitetônica pode ser entendida na racionalidade de Mies van der Rohe, diferentemente de seus colegas da capital carioca que possuíam relações estreitas com a tradição francesa de Le Corbusier.

É importante mencionar que no momento culminante da Arquitetura Moderna estava em andamento na Amazônia os Planos Desenvolvimentistas, que deviam ser implantados, além de visar uma prática ocupacional, tinham principalmente um caráter econômico

e geopolítico de integração. Como havia ausência de profissionais engenheiros e arquitetos na Região Amazônica esses planos do Governo Federal acabaram por se tornar os contratantes dos arquitetos modernistas, como foi o caso de Severiano Mário Porto, Oswaldo Bratke e Sergio Bernardes, este último, que é o objeto principal dessa especulação.

De acordo com Kikah Bernardes, Sergio Bernardes veio para Roraima em 1976, onde elaborou projetos para: Prefeitura de Caracarái, Praça Centro Cívico de Caracarái, Mercado Municipal de Caracarái, Rodoviária de Caracarái, Prefeitura Municipal de Boa Vista e Praça do centro Cívico de Boa Vista.

Dois aspectos são fundamentais para o entendimento da Arquitetura Moderna na Amazônia. O primeiro é a ausência de profissionais engenheiros e arquitetos. Do ponto de vista da construção civil, poucos arquitetos ou engenheiros projetaram para Roraima no período da Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes.

O segundo aspecto, de certa maneira relacionado ao primeiro, é a ausência de cursos de arquitetura em Roraima até a década de 2000. Havia na cidade alguns profissionais vindos de fora.

A ida de arquitetos formados pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro para outras cidades estimulou a difusão da arquitetura moderna brasileira. Sabe-se que pouquíssimos arquitetos passaram por Roraima. Hugo Segawa os denominou Arquitetos Peregrinos, Nômades e Migrantes, em referência à disseminação apontada, a qual potencializa, assim, que a arquitetura brasileira assumira certa feição regionalizada.

Figura 1 - Fachada do prédio da Prefeitura de Caracará, projeto do Arq. Sergio Bernardes.



Fonte - Graciete Guerra da Costa, 2017.

Sergio Bernardes tinha uma visão geopolítica, que se traduziu em uma proposta física, na qual os rios, interconectados como são, compunham ilhas que, em conjunto, formavam uma nova configuração territorial (Bernardes, 2016, p. 39).

Figura 2 - Vista interna do espelho d'água da Prefeitura de Caracará, projeto do Arq. Sergio Bernardes.



Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2017.

Figura 3 - Vista interna do prédio da Prefeitura de Caracaraí, projeto do Arq. Sergio Bernardes.



Fonte - Graciete Guerra da Costa, 2017.

A prefeitura municipal de Caracaraí, visitada pela equipe autora deste texto, está dentro de uma quadra em formato octogonal, porém o prédio foi construído em formato de um decágono, sua inauguração foi no ano de 1979.

Sérgio Wladimir Bernardes faleceu em 2002.

Figura 4 - Vista interna do prédio da Prefeitura de Caracaraí, projeto do Arq. Sergio Bernardes.



Fonte - Graciete Guerra da Costa, 2017.

4 CONCLUSÃO

As transformações territoriais mostradas no presente no trabalho pontuaram o município de Caracará, que além de sua grande importância para a circulação de produtos, animais e pessoas, se tornou Distrito de Caracará em 1934. A criação das vilas de seu domínio e o desenvolvimento urbano da sede, que teve maior desenvolvimento no período do pós-guerra.

A localização estratégica de Roraima contribui para o agravamento da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural numa fronteira de infraestrutura física e social diferente uma da outra com suas contrapartes na Venezuela e na Guayana, que com seu intenso fluxo migratório e imigratório acabam por estimular processos de perda e depredação desse patrimônio.

Desde 2015, o fluxo de imigrantes da zona fronteira Brasil/Venezuela vem se intensificando, com uma dinâmica mais complexa e bem menos linear, já que as cidades gêmeas de Santa Helena del Uairém e Pacaraima se tornaram pontos de saída e entrada com transbordamento de fatos negativos e vazamento populacional da Venezuela para o Brasil.

O mapeamento realizado pela Prefeitura de Boa Vista constata que 98% dos imigrantes da cidade são venezuelanos, e que de janeiro a maio de 2018 o número de registros aumentou 55% em relação à 2017.

Proceder a um estudo sobre a SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DE RORAIMA: o caso da cidade de Caracará ofereceu a oportunidade de pensar sobre o papel da arquitetura no Brasil. Trata-se, pois, de introduzir uma nova cultura de preservação de patrimônio em um mundo acostumado a práticas imediatistas e

destrutivas, durante anos testemunhados. O trabalho de construção dessa nova cultura depende de que maneira ele será conduzido. Sob esse aspecto, a cidade de Caracará nos apresenta originalidade das mais potentes, pois esse patrimônio ainda precisa ser inventariado e estudado, para poder ser salvaguardado.

Preservação e conservação são duas palavras que só estão sendo bem entendidas há muito pouco tempo. Na Arquitetura Moderna de Caracará somente agora com a implantação de projetos turísticos, hotéis de selva e parques ligados à conservação da fauna e da flora é que se começou lentamente a desenvolver o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de futuras gerações atenderem às suas.

5 REFERÊNCIAS

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território [1787]. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, nº 4, 1861.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. v. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

COSTA, Graciete Guerra da. “Fortificações da Amazônia”. In: NAVIGATOR Nº 20, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Graciete Guerra da. Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira. Tese de Pós-doutorado defendida na Universidade de Brasília, 2014.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).

PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p. 70-79.

PROCÓPIO, Argemiro. Destino amazônico: devastação nos oito países da Hileia. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p. 70-79.

REIS, Arthur César Ferreira. Roteiro histórico das fortificações no Amazonas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação geographica histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - Tomo XIII. Rio de Janeiro, nº 18, 1850.

SANTOS, Adair José. Roraima História Geral: Editora UFRR, 2010.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1999. São Paulo, Edusp, 1997.

SANTOS, Paulo Ferreira, 1904-1988. Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio, Abordagens e concepções sobre territórios. 3ª ed., São Paulo, 2013.

SEPLAM - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. Informações socioeconômicas do Município de Caracarái – RR, 2010.

SERGIO BERNADES. Doutrina de uma civilização tropical. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

SOUZA, Antônio Klinger da Silva. O Rio Branco no início do Século XX. Fronteiras do Tempo: Revistas de Estudos Amazônicos, v,1, nº2- dezembro de 2011. (p. 109-128).

SOUZA, Carla Monteiro. Migração e memória: (re)territorialização e inserção social entre gaúchos residentes em Roraima. n. 33, 2008, p. 105-120.

SOUZA, João Mendonça. A Manaus-Boa Vista. Editado pelo Governo do Território Federal de Roraima, Manaus-AM, 1977.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, 2011. (p. 107–121).

UFRR, Universidade Estadual de Roraima. 3º Encontro Regional Norte de História da Mídia. Boa Vista-RR, 2014.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: UFRR, 2007.

Capítulo 13

EDIFÍCIO DIEDERICHSEN: LIMITES DO TOMBAMENTO

Tatiana de Souza Gaspar¹

1 Introdução

Até o século XIX, as discussões sobre patrimônio debruçaram-se, principalmente, sobre a preservação de imponentes obras de grande importância histórica e qualidade arquitetônica, entendidos de maneira isolada. Ao longo do século XX outros valores foram gradativamente incorporados à noção de patrimônio, que passou a assumir uma conotação fundamentalmente cultural, reconhecendo a importância de seus “aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos” (KÜHL, 2011, p. 60). Nesse sentido, passa a importar não só a qualidade estética que a edificação possa ter, ou sua possível vinculação a eventos históricos importantes, como busca-se reconhecer sua conotação cultural como expressão e testemunho do fazer humano.

No Brasil, a temática da preservação do patrimônio ganhou relevância e passou a ser politicamente tratada a partir da segunda década do século XX (FONSECA, 1997), quando também começaram a ser institucionalizados diversos conselhos de proteção nas diferentes esferas administrativas. Sob a influência dos debates internacionais e revisões críticas das fundamentações teóricas ocorridos ao longo da centúria, a Constituição Federal de 1988 foi um importante documento relativo à ampliação da visão sobre o patrimônio brasileiro, anteriormente

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo, cursa doutorado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; tatiana.sgasp@gmail.com

constituído como bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico (BRASIL, 1937), e desde então denominado como Patrimônio Cultural, incorporando bens materiais e imateriais, “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, artigo 216, 1988). A constituição de 1989 do Estado de São Paulo absorveu e ratificou este conceito, atribuindo ao Poder Público, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, criado em 1968, as ações de pesquisa, identificação, proteção e valorização dos bens culturais importantes para a memória paulista.

No entanto, embora a visão sobre o campo temático e disciplinar da preservação tenha se alargado com a relativização da própria noção de cultura, que comporta valores simbólicos e memórias (KUHL, 2005), os instrumentos de proteção parecem ainda estar predominantemente voltados para a preservação de valores restritos aos aspectos artísticos e suas características formais, nem sempre se dedicando à análise aprofundada dos valores simbólicos que conformam a memória da edificação, estabelecida, por exemplo, a partir das relações de uso do edifício ao longo de sua história. No caso do Edifício Diederichsen, em Ribeirão Preto - SP, apesar da preservação das funções originais da edificação ter sido especificamente citada como um aspecto importante para a aprovação da abertura do processo de estudo de tombamento – sendo mencionada também em outras partes desse documento – sua resolução final volta-se principalmente para a proteção das fachadas externas, saguões, caixas de escadas e detalhes construtivos, sem garantir a preservação da organização funcional estabelecida por seu programa de usos.

Durante oitenta anos, o edifício Diederichsen tem mantido seu caráter multifuncional, abrigando no térreo estabelecimentos comerciais, salas comerciais para atendimento de variados serviços nos dois pavimentos superiores, apartamentos residenciais com diversas tipologias nos dois pavimentos seguintes, um hotel no sexto pavimento e, por fim, após a instalação de cobertura na laje do último pavimento, ampliou sua atividade cultural para o sétimo piso, além do cinema, no térreo, que desde a década de 1990 já não desempenha esta função e atualmente encontra-se fechado. Nesse sentido, o artigo examinará de maneira pormenorizada o estudo de tombamento do Edifício Diederichsen pelo CONDEPHAAT, a partir da justificativa apresentada pelo interessado e pareceres elaborados por membros do Conselho, até a redação final da resolução de tombamento. Discute-se, por fim, o possível reconhecimento dos múltiplos usos como um valor original do edifício, que confere parte de seu significado memorial e simbólico, além dos já reconhecidos valores documentais, históricos, artísticos e técnicos.

2 A SOLICITAÇÃO PARA ESTUDO DE TOMBAMENTO: JUSTIFICATIVAS DO INTERESSADO

O estudo de tombamento do Edifício Diederichsen foi solicitado ao CONDEPHAAT pelo provedor da Santa de Misericórdia de Ribeirão Preto² em novembro de 1998. Na carta de solicitação, o proprietário argumentou que o edifício já era protegido por aquele

² A Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto tornou-se herdeira do imóvel construído por Antonônio Diederichsen após o seu falecimento, em 1955.

Conselho desde 1982, pois encontrava-se na área envoltória de tombamento do Edifício do Teatro Pedro II³.

A solicitação foi acompanhada de texto de justificativa⁴, que se inicia com trechos extraídos do processo de tombamento do conjunto de imóveis que integram o denominado “Quarteirão Paulista” e a Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto⁵. Na sequência, comentou sobre a expansão da economia cafeeira no Estado de São Paulo até a década de 1920, o que teria permitido a consolidação de uma economia urbana que foi fundamental para a superação da crise da bolsa de Nova York, em 1929. Nesse cenário, destacou a atuação de Antônio Diederichsen, que “decide, frente à crise, diversificar e ampliar seus negócios” (CONDEPHAAT, 1998), citando alguns dos negócios do empresário em Ribeirão Preto, como um departamento para venda de Ford e uma oficina de automóveis, e a compra de terrenos, em 1934, para construção do Edifício Diederichsen.

O texto menciona a contratação de Antônio Terreri e Paschoal de Vicenzo como responsáveis pela construção do mesmo e, especialmente importante para discussão pretendida nesse trabalho, reproduz a publicação do jornal O Estado de São Paulo⁶, que descreve os usos do Edifício Diederichsen dois anos após a sua inauguração:

No coração da cidade, ergue-se o imponente Edifício Diederichsen de seis pavimentos, com frente de 140 metros para as ruas General Osorio, Álvares Cabral e São Sebastião. Nesse edifício, na

3 CONDEPHAAT, resolução n. 32 de 7 de maio de 1982.

4 Sem autoria informada.

5 CONDEPHAAT, processo n. 29840/92.

6 Jornal O Estado de São Paulo, n. 133, Ano IX, São Paulo, 1ª quinzena de abril de 1939.

parte térrea, está instalado o Cine São Paulo, com capacidade para 1.200 pessoas, o bar e restaurante Pinguim, e vários estabelecimento (11 lojas): farmácia, barbeiro, café (Única), casas de moda, etc. Pelos vários andares (1º e 2º) multiplicam-se escritórios (420 salas) comerciais, médicos, de advocacia, etc., afóra 46 apartamentos no 3º e 4º andares, sendo o 5º pavimento ocupado pelo Luxuoso Grande Hotel Gallucci, optimamente montado, com esmerado serviço, o melhor hotel do interior do Estado” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1939)

Complementando as informações sobre os usos do edifício, a justificativa prossegue fornecendo informações sobre a residência do locatário do hotel, no sexto pavimento, e a necessidade de fechamento do terraço panorâmico com instalação de cobertura. O texto ainda fez referência à implantação do edifício e seu sistema construtivo, com estrutura em concreto armado e fechamento de tijolos vazados (CONDEPHAAT, 1998), e valorização das fachadas, revestidas com material composto por “cimento, cal, areia e malacheta, barrado de mármore com dois metros de altura no térreo e aplicações em baixo relevo sobre as janelas do último andar” (Ibid.).

No que se refere à caracterização do estilo arquitetônico, detalhou as características das fachadas externas, relacionadas ao Art-Déco, pela “distribuição regular dos vão, da platibanda em recortes geométricos e simétricos, nos baixos relevos do último andar e nas linhas retas em relevo, que acentuam a verticalidade do conjunto” (Ibid.), enquanto internamente o estilo se faz presente no “ladrilho hidráulico, decorado das escadarias, na paginação de piso do ‘hall’ de entrada, nos vitrais e revestimento das paredes trabalhado em motivos

geométricos, como ondas de zig-zag e temas florais simplificadas” (Ibid.). Por fim, a justificativa concluiu que:

o estilo Art-Déco do Edifício Diederichsen é representativo do caminho em direção à arquitetura moderna da cidade, como também da disseminação da técnica construtiva do concreto armado a partir da década de 30 (Ibid.).

O histórico do Edifício Diederichsen apresentado pelo interessado foi elaborado pela arquiteta e urbanista Valéria Valadão, em julho de 1997, e descreveu detalhadamente os aspectos mencionados na justificativa. Ao comentar sobre a multifuncionalidade do edifício, a arquiteta especificou as funções em cada pavimento:

- Pavimento térreo: destinado ao comércio com 11 lojas, 1 restaurante (Pingüim), lanchonete (Café Única) e 1 cine-teatro (São Paulo);
- 1º e 2º pavimentos: com 420 salas destinadas a consultórios médicos, gabinetes odontológicos e a escritórios;
- 3º e 4º pavimentos: destinados a 23 apartamentos residenciais em cada andar, sendo que 8 deles compostos de 1 dormitório, hall, pequena cozinha e banheiro, e os outros 15 com 2 dormitórios, hall, cozinha e banheiro;
- 5º pavimento: compreende o Grande Hotel, com 8 apartamentos e 35 quartos, amplo salão de jantar, sala de visitas e hall.

- 6º pavimento: foi destinado a residência do locatário do hotel e vários terraços abertos, dos quais era possível ter uma vista panorâmica da cidade. (Ibid).

E relatou, que até aquele momento:

Basicamente não houve nenhuma alteração do programa original, mantendo-se a mesma utilização ao longo de sua existência. Térreo - lojas; primeiro e segundo andares escritórios; terceiro e quarto andares apartamentos residenciais; quinto andar - Grande Hotel. As mais recentes modificações dizem respeito às dependências do Cine São Paulo fisicamente não alteradas, mas hoje usadas por um Bingo; e o sexto andar, cuja cobertura feita para evitar infiltrações foi transformada em um espaço teatral, que vem resgatar dentre as múltiplas funções do edifício, um espaço cultural. (Ibid.).

Além da justificativa e do histórico, também foram anexadas à solicitação as seguintes cópias de documentos:

- Resolução de tombamento do Teatro Pedro II, com sua ficha de identificação, publicação no Diário Oficial e regulamentação de área envoltória;
- Projeto de Prevenção Contra Incêndio⁷, com plantas do pavimento térreo e mezaninos, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos, cobertura, fachada lateral e frontal, cortes AA e BB;

⁷ Com informação de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, na figura do provedor Luiz Albanex Neto, e autoria do engenheiro Cecílio Fráguas Júnior, sem data informada.

- Projeto arquitetônico do “*Prédio Diederichsen*”⁸, de 2 de dezembro de 1934, com fachada principal, duas fachadas laterais, corte longitudinal AB e transversal C.D, plantas do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos, com casa do zelador (Imagem 02);
- Escritura de doação feita por Antônio Diederichsen à Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto⁹, em 9 de junho de 1947.
- Certidão com cópia autêntica do registro de testamento de Antônio Diederichsen.
- Ata da assembleia geral extraordinária da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, de 12 de abril de 1947, informando sobre a doação do prédio e instalações do abrigo para tuberculosos “Anna Diederichsen”, por Antônio Diederichsen;
- Parte de ata da assembleia geral extraordinária da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, em 26 de junho de 1947, com deliberação sobre a administração do prédio e instalações do abrigo para tuberculosos “Anna Diederichsen”;
- Extrato de publicação intitulado: “A Santa Casa recupera a saúde do centro e a memória da cidade”, com apoio

8 Com informação de propriedade de Antônio Diederichsen e autoria do arquiteto Antonio Terrieri.

9 Livro de Notas n.109 do Tabelionato Bittencourt, Comarca Ribeirão Preto

da Companhia de Teatro Fora do Sério, ACIRP e Pinguim¹⁰ (Imagem 01);

- Cartaz da “Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multiplano de Ribeirão Preto”, intitulada: “A Santa Casa recupera a saúde do Centro e a memória da cidade”, com iniciativa da Santa Casa de Ribeirão Preto e apoio da companhia de Teatro Fora do Sério, ACIRP e Pinguim¹¹ (Imagem 01).

Imagem 01 - Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multiplano de Ribeirão Preto

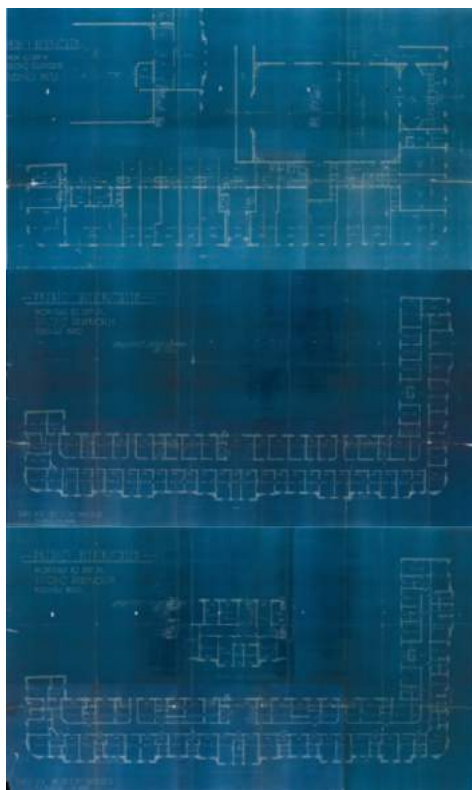


Fonte: CONDEPHAAT, 1998.

10 Sem data e demais informações de veiculação.

11 Sem data e demais informações de veiculação.

Imagem 02 - Plantas de aprovação do projeto arquitetônico do “Prédio Diederichsen”, em 1934.



Fonte: CONDEPHAAT, 1998.

3 PARECERES E RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO: O OLHAR TÉCNICO DO CONDEPHAAT

A solicitação enviada pelo interessado, proprietário do imóvel, foi encaminhada pelo Diretor Técnico do Setor Técnico de Conservação e Restauro (STCR) do CONDEPHAAT para a análise da historiadora Marly Tavares, em abril de 1998. Em maio do mesmo ano, a historiadora julgou como inquestionável a importância do edifício

para Ribeirão Preto e para a “representação da arquitetura moderna no estado de São Paulo” (CONDEPHAAT, 1998). Em seu texto, a historiadora ressaltou o interesse dos proprietários na conservação das características do imóvel e, sobre este aspecto, destacou o fato do Edifício Diederichsen continuar mantendo os mesmos usos originais. Também fez menção ao seu estilo Art-Déco e o relacionou com o momento histórico posterior à crise de 1929, considerando que o edifício “significou uma resposta de confiança nas possibilidades de recuperação da economia local e nacional e foi a manifestação material de uma linha de conduta empresarial moderna” (Ibid.). A historiadora ainda comentou sobre a integração do edifício com o entorno e bens já tombados pelo CONDEPHAAT, informando que desde o estudo de tombamento realizado para o Quarteirão Paulista, em 1992, a arquiteta e urbanista do CONDEPHAAT Sílvia Ferreira Santos Wolff já havia identificado a necessidade de desenvolvimento de estudos posteriores para o tombamento do Edifício. Por fim, considerou que o estudo de tombamento deveria ser aberto imediatamente.

Em agosto do referido ano, o então diretor do CONDEPHAAT encaminhou a documentação do interessado ao Conselheiro José de Souza Martins, professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). O professor também opinou favoravelmente à abertura do estudo de tombamento, reiterando os argumentos da historiadora e destacando, mais uma vez, o fato das funções do edifício permanecerem preservadas. Ainda em setembro de 1998, o colegiado deliberou a aprovação do parecer do Conselheiro Relator. A notificação de abertura do processo de estudo de tombamento foi comunicada pelo Diário Oficial do Estado em 17 de outubro de 1998, e informava que a deliberação de abertura do

processo já assegurava a preservação do bem até que a decisão final fosse tomada. Em 23 de dezembro de 1998 uma notificação de igual teor foi endereçada ao interessado, ao Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto, e ao então Prefeito Municipal, Luiz Roberto Jabali. No dia seguinte, em 29 de dezembro, o Presidente do CONDEPHAAT solicitou o prosseguimento dos estudos ao STCR.

No ano seguinte, em julho de 1999, os arquitetos e urbanistas Silvia Ferreira Santos Wolff e Victor Campos, juntamente com a historiadora Marly Rodrigues, acrescentaram algumas questões relativas à importância do tombamento, como a possibilidade de ampliação de exemplares das primeiras expressões da arquitetura moderna, anteriores à arquitetura racionalista, integrando-se aos tombamentos dos edifícios Saldanha Marinho e Instituto Biológico de São Paulo, também de estilo Art-Déco com tendências geométricas. Nesse sentido, destacaram a grande aceitação da estética art-déco na década de 1930, “inclusive em versões simplificadas e populares” (Ibid.). Importante ressaltar o trecho em que se referem à monumentalidade do edifício e, na sequência, sobre a importância de seu programa de usos também como representação de um momento de transformações econômicas e urbanas em Ribeirão Preto:

Este edifício se encaixa na linhagem dos grandes investimentos e deve ser entendido em sua monumentalidade na Ribeirão Preto de casario, então ainda baixo, e que, após a crise do café, começava a estabelecer sua nova vocação como cidade de serviços e comercial – setores representados no programa do prédio. (Ibid.)

Ainda sobre esse aspecto, os técnicos mencionaram o programa multifuncional do Edifício (com função residencial

mista, consultórios e hotel), e a presença do café Única e Choperia Pinguim, estabelecimentos comerciais “tradicionais e afetivamente muito significativos para a população loca” (Ibid.), e que tornavam a preservação do Diederichsen ainda mais interessante. Em relação à choperia Pinguim, consideraram que seu espaço interno deveria ser mencionado no tombamento, por se conservar intacto até aquele momento. Em relação à integração do edifício com seu entorno, destacaram a altura do prédio, um “‘arranha-céu’ no interior do estado” (Ibid.), sua implantação, e o que consideraram como um diálogo e, ao mesmo tempo, rejeição, entre a nova estética do Diederichsen (Ibid.) e o ecletismo do Quarteirão Paulista.

Os técnicos chamaram atenção para o fato do Edifício ser coetâneo à construção do Antigo Banco de São Paulo, “talvez o mais requintado exemplar de art decó na cidade” (Ibid.), e edifício sede do antigo Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, “marco da arquitetura moderna brasileira” (Ibid.). Segundo Wolff, Rodrigues e Campos, as reflexões sobre esses aspectos apontavam diversas possibilidades de análise do Edifício. Sobre a área envoltória, consideraram o fato do terreno estar localizado no centro da cidade - área consolidada e verticalizada no seu entorno imediato - indicando a coincidência com a área do Quarteirão Paulista e Praça XV, já analisada pelo Conselho. Por fim, os técnicos decidiram pelo parecer “quase integralmente favorável” (Ibid.) ao tombamento, embora não tenham especificado os motivos da não unanimidade.

Novamente, em agosto de 1999 o Conselheiro José de Souza Martins ratificou sua posição favorável ao tombamento do Edifício Diederichsen, propondo que a elaboração da minuta de

resolução de seu tombamento fosse determinada ao STCR. Em seu parecer, em dois momentos o professor referiu-se ao edifício como um documento, de “uma época da história brasileira (Ibid.) e como um bloco arquitetônico” (Ibid.). Ressaltou, também, que sua multifuncionalidade estava associada a uma “mentalidade moderna” do “desenvolvimento econômico e social” (Ibid.), como também era moderno pela atualidade do estilo. Assim, ainda em agosto o colegiado do Conselho novamente aprovou o parecer do Conselheiro Relator e deliberou que as diretrizes para área envoltória contassem na resolução de tombamento. A publicação no Diário Oficial do Estado ocorreu em 11 de setembro de 1999, e em outubro de 1999 a deliberação foi informada ao interessado, ao Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto, ao Prefeito Municipal, e à Pimentel Ribas Construções¹².

12 Em 28/09/1999, o diretor e engenheiro civil da Pimentel Ribas Construções Ltda., enviou um requerimento ao CONDEPHAAT, informando estar “restaurando o Edifício Antônio Diederichsen” e requerendo a “agilização o mais breve possível do processo n. 29840/92 de tombamento de patrimônio histórico, do Edifício Antônio Diederichsen “. Alegou estarem “impossibilitados de darmos entrada em processo no Fundo Nacional da Cultura, com o intuito de conseguirmos angariar fundos para a obra em questão”.

Imagem 03: vistas do Edifício Diederichsen em registro fotográfico da área envoltória do Edifício Diederichsen, em visita realizada em janeiro de 2001.



Fonte: CONDEPHAAT, 1998.

Após o parecer favorável ao tombamento, em 29 de outubro de 1999 o processo foi encaminhado ao STCR para elaboração da resolução de tombamento e regulamentação para intervenções na área envoltória. No relatório produzido em agosto de 2001, a arquiteta e urbanista Silvia Wolff mencionou o inventário da área envoltória do Quarteirão Paulista, produzido em 1993 e ainda não regulamentado, que por sua vez coincidiria com a área envoltória do Edifício Diederichsen,

delimitada por um raio de 300 metros. Por serem coincidentes, a arquiteta e urbanista então propôs que a primeira fosse regulamentada juntamente com a segunda. Na sequência, descreveu as características gerais das edificações presentes nesta região, tecendo considerações relativas ao inventário de 1993, comparativamente ao novo registro, em 2001 (Imagem 03). Nesse sentido, avaliou que o processo de verticalização, já iniciado em 1993, em 2001 parecia estar interrompido ou estagnado, e que a restrição imposta ao gabarito não acarretaria nenhum impacto à ocupação consolidada.

A relação entre os edifícios tombados e a Praça XV de Novembro e Carlos Gomes foi destacada por sua diversidade que, segundo a arquiteta e urbanista, são “remanescentes do período de consolidação do espaço central” e “dão sentido a esse lugar” (Ibid.). Ao concluir, Wolff recomendou à Prefeitura a preservação e incentivo à recuperação das edificações identificadas no inventário, além de chamar atenção para o excesso de publicidade, inclusive nos bens tombados, indicando a necessidade de controle de anúncios. A seguir, apresentou um Relatório Geral sobre Preservação em Ribeirão Preto¹³, com discussão sobre a formação e atuação do Conselho Estadual e Municipal, e relação de imóveis com potencial interesse à preservação – localizados nas áreas envoltórias dos bens tombados na área central de Ribeirão Preto (Quarteirão Paulista, Praça XV de Novembro e Edifício Diederichsen), com documentação fotográfica registrada em janeiro de 2001 (Imagem 03).

Também foram esboçadas as minutas para tombamento do Edifício Diederichsen, para regulamentação da área envoltória aos bens tombados da área central, com mapas, e de ofício à Prefeitura. A

13 Sem autoria identificada.

primeira apresentava alguns aspectos relevantes da edificação, como a importância de Antônio Diederichsen, especialmente no cenário pós crise de 1929, caracterizando o edifício como “expressão das atividades modernizadoras de seu construtor, do momento de transformação da cidade e da arquitetura art-decô” (Ibid.). Nesse sentido, considerou-se a contribuição do primeiro “arranha-céu” da cidade, com seis pavimentos, para a superação do ecletismo acadêmico e disseminação da “técnica construtiva em concreto armado” (Ibid.). Também foi exposto o caráter multifuncional da edificação (Imagem 04), “que desde seu início teve seu uso abrigando lojas, serviços, cinema, hotel, café Única e o famoso bar Pinguim, referência para Ribeirão Preto” (Ibid.). Assim, o primeiro esboço de minuta destacava os principais aspectos considerados pelos técnicos do CONDEPHAAT, mas decidia pelo tombamento da edificação apenas a partir de “suas fachadas externas, saguões, caixas de escada e demais elementos contemporâneos, inclusive nos estabelecimentos comerciais” (Ibid.).

O esboço de minuta para a área envoltória foi elaborado para o conjunto formado pelo Quarteirão Paulista, Praça XV e Edifício Diederichsen. Considerava-se a importância do significado histórico e urbanístico de suas localizações, no “coração da cidade” (Ibid.), e referia-se ao conceito de paisagem urbana para destacar a integração entre as edificações, que “emolduravam” a praça e deveriam manter “as características predominantes consideradas como significativas do período de existência destes bens” (Ibid.).

Imagem 04: Matéria divulgada pelo jornal A Cidade, em 05 de dezembro de 2004, com reprodução de notícia divulgada em 1935.



Fonte: CONDEPHAAT, 1998.

Em março de 2002 as minutas foram encaminhadas à Relatora Carlota Boto, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). A relatora foi favorável à proposta de resolução do tombamento e relatório de regulamentação da área envoltória, o que foi aprovado pelo Colegiado do Conselho em abril de 2002. No entanto, em julho de 2002 a assessora jurídica do Conselho posicionou-se contra a proposta de regulamentação da área envoltória, considerando, entre outros aspectos, que cada bem deveria ter sua regulamentação em processo específico.

Diante desta questão, iniciou-se o diálogo entre os técnicos no CONDEPHAAT e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, que discutiram alternativas para a regulamentação da área envoltória. Três anos depois, em maio de 2005 as minutas foram então encaminhadas ao Conselheiro Carlos Augusto M. Faggin, arquiteto e urbanista professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). O Conselheiro forneceu seu parecer a favor da aprovação

do tombamento e da regulamentação da área envoltória, com minuta de carta a ser encaminhada ao Conselho Municipal de Ribeirão, com recomendações de bens a serem preservados por políticas locais do município. Em junho do mesmo ano o Colegiado aprovou o parecer, sendo a minuta de resolução de tombamento encaminhada ao então Secretário de Cultura do Estado.

Assim, em agosto de 2005¹⁴ a resolução da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo com decisão sobre o tombamento do Edifício Diederichsen foi elaborada, com publicação no Diário Oficial do Estado em 01 de setembro de 2005. Dois meses depois, a Resolução foi informada ao novo provedor da Santa Casa de Ribeirão Preto, ao Prefeito Municipal, e ao Delegado Seccional de Polícia de Ribeirão Preto. Por fim, em 27 de novembro de 2009 o Edifício Diederichsen foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, com definição do caráter de tombamento como “Histórico, Arquitetônico”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise pormenorizada do estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, desde a solicitação feita por seu proprietário, passando pelos diversos relatórios técnicos do CONDEPHAAT, até a publicação da resolução final, evidencia o olhar de interessados e envolvidos pela preservação deste bem, claramente entendido como um documento histórico da cidade. A expressão arquitetônica da edificação, verticalizada, em estilo Art-Déco e com utilização da técnica construtiva em concreto armado, é considerada um reflexo do espírito

14 Resolução sc n.33 de 08 de agosto de 2005.

modernizador de seu construtor, o empresário Antônio Diederichsen, no período posterior à crise de 1929.

O interesse desse trabalho foi apreender, nas entrelinhas, as diversas referências feitas ao programa de usos do edifício, por vezes citado como representativo do período de transformações econômicas, culturais e urbanas que ocorriam na cidade durante as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a proposta de tombamento do Edifício Diederichsen, que assegura a proteção de apenas alguns de seus aspectos mais relevantes, acaba por fragmentar a percepção de sua história.

Embora diversos pareceres tenham identificado as amplas possibilidades de análise do edifício, desde a primeira minuta para tombamento do Edifício Diederichsen, até a sua resolução final, a preservação restringiu-se às fachadas externas, saguões, caixas de escadas e detalhes construtivos, desconsiderando diversos aspectos do Edifício apontados como relevantes durante o estudo. Chama atenção, por exemplo, a ausência de qualquer imagem da área interna da edificação, ou mesmo a descrição de seus ambientes voltados à habitação, salas comerciais, etc. – com exceção da cervejaria Pinguim e café Única, destacados como espaços que deveriam ser mencionados no tombamento. Nem mesmo os saguões ou caixas de escada, contemplados pelo tombamento, foram registrados.

Nesse sentido, pode-se dizer que a resolução final de tombamento não reflete todos os aspectos apontados pelos pareceres, nem tampouco é apresentada uma revisão sistemática sobre o quê, e o porquê, dos elementos definidos para a proteção. A “proteção de fachada”, que preserva a imagem simbólica expressa pelo estilo arquitetônico inovador – sua volumetria externa, elementos construtivos e decorativos – não assegura a unidade cognitiva que o edifício

representa também internamente, na conformação dos ambientes que abrigam as múltiplas funções ainda presentes na edificação.

Enquanto o estudo aprofundado para a regulamentação da área envoltória ressalta a grande importância conferida ao ambiente urbano, balizada pelo conceito de paisagem cultural, o tombamento da edificação parece não ter incorporado discussões mais atuais sobre a preservação da memória edificada além de seus aspectos materiais. Nesse sentido, também é importante refletirmos sobre a importância da conformação interna e múltiplos usos não só como aspectos que conferem autenticidade à edificação, mas que também geram um impacto direto na vida urbana central, uma vez que asseguram a presença e movimentação de pessoas diariamente, não só em horário comercial como também em período noturno e finais de semana.

Por fim, coloca-se como questão a possibilidade de ampliação da preservação do bem, a partir de uma revisão crítica de seu tombamento e análise aprofundada das relações de uso estabelecidas ao longo da história da edificação. A extensão e aprofundamento das discussões sobre os valores mais abrangentes que o edifício simboliza, poderiam ser apreendidos através de inventários participativos que, inclusive, dessem representatividade aos usuários do edifício, bem como à população interessada, para a qual este bem não é apenas uma forma arquitetônica, e sim um lugar, que abriga outros significados.

5 REFERÊNCIAS

ATIQUÉ, Fernando. Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther. São Carlos, Editora Rima, 2004.

BOITO, Camilo. Os restauradores. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução Beatriz Mugayar KUHL, Apresentação Giovanni Carbonara. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

CASTRO, Sonia R. O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CONDEPHAAT. Processo nº 37922/98. Estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, situado na rua Álvares Cabral, n. 469, Ribeirão Preto.

CONHDEPHAAT, Processo n. 29840/92. Estudo de tombamento do Quartirão Paulista e Praça XV de Novembro, Ribeirão Preto.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001.

_____. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Légis Summa, 1996.

CORREIA, Telma de Barros. Art déco e Indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Paulista, V. 16, N. 2, jul-dez 2008, pp.47-104.

_____. O Art Déco na arquitetura brasileira. In: *Revista UFG*, Ano XII nº 8, julho 2010, pp.14-18.

CURY, Isabelle. (org). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; Paiva, Magno de Souza. (Coord.). Direito a proteção do patrimônio cultural imóvel. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. In: *Espaço & Debates*, n. 37, 1994, p. 61-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, MinC, IPHAN, 1997.

GASPAR, Tatiana de Souza; **GARCIA**, Valéria Eugênia. Patrimônio moderno na capital do Café: caminhos para o reconhecimento do legado e o sentido de sua preservação. Anais do Congresso Ibero-Americano “Patrimônio, suas matérias e imatérias”. Lisboa: LNEC, 2016.

GASPAR, Tatiana de Souza. 100 anos do apartamento carioca. 2013, 230p. Dissertação (mestrado), Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

GASPARINI, Audrey. Tombamento o direito de construir. Belo Horizonte, Fórum.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Restauração Arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

KUHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê, FAPESP, 2009.

_____. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC, São Paulo, n. 1, p. 16-40, apr. 2006

_____. O ensino de temas de preservação na FAUUSP. Palestra conferida na Escola da Cidade, para o curso de pós-graduação Arquitetura, Educação e Sociedade. São Paulo, Fevereiro de 2017.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LEONARDO, Lais Fernandes. Um prédio, três cidades: a biografia urbana do edifício Diederichsen, Ribeirão Preto (1930-1990). Dissertação (mestrado), Centro de Ciências Exatas, Ambientas e de Tecnologias, Pontifícia Universidades Católica de Campinas, Campinas, 2013.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. In: *Revista CPC n.1*, n.1. novembro 2005/ abril 2006.

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

ROSA, Lilian Rodrigues de; **SILVA**, Adriana (orgs.). Paisagem Cultural do Café - Ribeirão Preto. São Paulo: IPCCIC-Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais / Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2013.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Tradução: Maria Lúcia Bressam Pinheiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. Revista PROJETO, n. 86. São Paulo: Projeto Editores, p. 59-63, 1986.

ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; **REGISTRO**, Tânia Registro. A preservação cultural em Ribeirão Preto. Revista Museu, v. 2005, p. 1-12, 2005.

SERRA, Daniela Campos de Abreu. A participação da sociedade civil organizada na gestão do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto: O CONPPAC/RP. Dissertação (mestrado), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o Patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Edusp, 2003.

SOARES, Inês Virginia Prado. Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens Culturais e Proteção Jurídica. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

SPHAN, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; **PRÓ-MEMÓRIA**, Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

SUNEGA, Renata Alves. Quarteirão Paulista: um conjunto harmônico de edifícios monumentais. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Verbete Restauração. Apresentação e Tradução, Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Capítulo 14

MEMÓRIA E IDENTIDADE: A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA DOCUMENTAL E DO CRUZAMENTO DE FONTES NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

*Ana Carolina Gleria Lima*¹
*Maria Angela P.C.S. Bortolucci*²

1 Introdução

Verificamos que uma parcela significativa da sociedade brasileira atualmente encontra-se destituída de consciência patrimonial, não se apropriando das referências culturais nacionais das quais fazemos parte. Paoli (1992, p. 26) aponta que essa ausência de noção de história pode ser caracterizada como falta de cidadania *em seu sentido pleno*.

Parece claro que uma sociedade onde se pensa que tudo pode ser destruído ou conservado, tem uma noção de história — passado e presente — completamente abstrata. Nestas condições, ela não é uma forma de reconhecimento, não é um chão de enraizamento, não se produz como referência com a qual se possa refletir sobre a experiência social. Isto aponta claramente para uma sociedade destituída de cidadania, em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivo. (PAOLI, 1992, p. 26).

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e-mail: anacarolinagleria@hotmail.com

2 Professora doutora no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e-mail: mariacsb@sc.usp.br

Para a reversão deste quadro o primeiro passo é a constituição de uma identidade cultural, levando em consideração a memória da população, a identificação da história local e sua valorização, sendo esses passos fundamentais para que haja a intenção de preservação dos exemplares arquitetônicos remanescentes do patrimônio material. A necessidade de medidas nesse sentido é eminente, no entanto, o caminho é complexo e de diferentes posicionamentos. Lemos (1981) e Oliveira (2008) escreveram sobre a importância do levantamento e do desenho como registro documental do patrimônio material, frequentemente ameaçado de desaparecimento pela ganância do setor imobiliário.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico, de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. (LEMOS, 1981, p. 29).

Um dos instrumentos importantes para a preservação da memória é o seu registro iconográfico, quer pelos métodos milenares, quer pelos processos e instrumentos mais recentes que a ciência e a técnica do nosso tempo nos trouxeram. Nesse caso, desaparecido o objeto que testemunha o nosso passado, a sua imagem pode substituir, embora parcialmente, a necessidade imanente à natureza humana de manter contato com o que se foi. Daí uma das várias utilidades das representações

cadastrais como forma de preservação da memória.
(OLIVEIRA, 2008, p. 13).

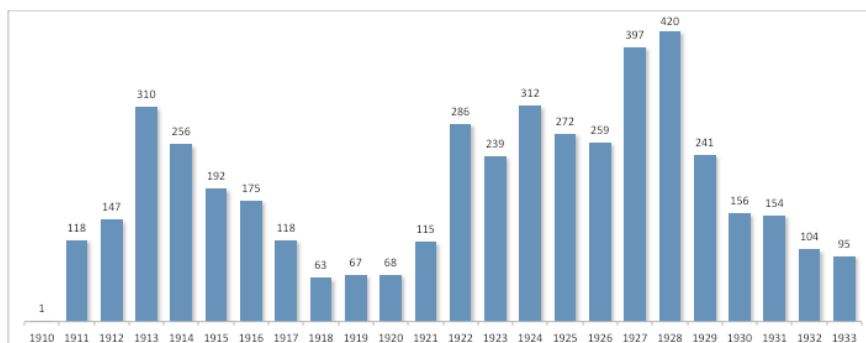
E a pesquisa documental de fonte primária, poderia ajudar nesse processo de constituição do patrimônio cultural? Acreditamos que sim, a pesquisa documental, em específico aquela que investiga os projetos arquitetônicos originais de edificações de valor histórico, como um instrumento para a identificação e preservação do patrimônio identificação ao ponto que remete à lembrança de muitos que participaram das entrevistas de história oral, e preservação por se tratar de uma forma preciosa de registro. Reconhecemos que estes projetos, por serem representações gráficas não podem substituir a vivência, e conexão da comunidade com a edificação condição necessária para o reconhecimento da identidade por parte da população mas enfatizamos a importância do levantamento uma vez que este, além de ser um registro iconográfico, aponta questões primordiais de registro, como autoria de projeto e autenticidade da obra, por exemplo.

Castriota (2011, p. 16) indica as fontes documentais como um novo caminho para a historiografia no campo da arquitetura, antes não valorizado, afirmando que, “como bem observa Ramón Gutierrez, somente nos últimos anos começou a existir uma consciência acabada sobre o valor documental desse tipo de arquivo em nosso continente.”

A presente discussão toma por base o levantamento em percurso do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), fundamentação da tese de doutorado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU /USP, intitulada “Estudo da arquitetura residencial através do acervo de Obras Particulares em Ribeirão Preto”, iniciada em 2016.

Como podemos observar no Gráfico 1, com o objetivo de estudar a arquitetura residencial urbana através do acervo de Obras Particulares do APHRP foi realizada pesquisa documental, entre os anos 1910 e 1933 totalizando o levantamento de 4.545 processos, contendo solicitação para construção, reforma ou ampliação de imóveis no perímetro urbano de propriedade particular. Os processos foram sistematizados através da formação de um banco de dados organizado por meio de critérios de análise, primeiramente quantitativos, que auxiliasse a pesquisa a responder aos questionamentos dos objetivos específicos. O primeiro critério de análise foi o uso dos processos aprovados, divididos nas categorias residencial; comercial; industrial; institucional; serviço; misto; depósito, barracão e garagem; e aqueles processos que não continham a identificação de uso nos cômodos, foram sistematizados como uso não identificado. Outras informações foram extraídas dos desenhos, como por exemplo, característica da implantação e tipologia programática das habitações. Esses dados estão sendo cruzados com eventos e acontecimentos históricos, econômicos e sociais na cidade e no panorama mundial, ao longo da pesquisa a fim de se estabelecer um paralelo entre a arquitetura produzida, e o contexto do período. No momento, a referida tese finaliza a sistematização dos dados quantitativos, desenvolve as análises qualitativas referentes às características arquitetônicas pertinentes aos objetivos da pesquisa e coleta as primeiras entrevistas visando o cruzamento de fontes para um levantamento histórico mais amplo e aprofundado.

Gráfico 1: Número de processos levantados por ano no APHRP entre 1910 e 1933, no desenvolvimento da pesquisa de doutorado à qual se vincula o presente artigo.



2 PERTENCIMENTO E A LACUNA HISTORIOGRÁFICA

2.1 A formação da Rede de Cooperação Identidades Culturais e o Inventário Nacional de Referências Culturais

Em circunstância anterior à referida tese em desenvolvimento, no ano de 2009, um grupo de técnicos da Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto foi questionado sobre a tradição cultural da cidade, e apesar de deterem conhecimentos abrangentes sobre a história da cultura do café, verificou-se que essas informações não estavam sistematizadas e nem adequadamente disponíveis à consulta pública. Reconheceu-se, então, a necessidade da realização de um levantamento de dados, cuja questão norteadora de pesquisa seria a compreensão da cidade de Ribeirão Preto como detentora de uma paisagem cultural ligada ao café; entendendo que o reconhecimento, divulgação e utilização do material dessa pesquisa poderia contribuir para a formação de uma identidade cultural da cidade e de seus habitantes. (SILVA; ROSA, 2012).

Foram necessários seis meses de trabalho para consolidar um formato viável de pesquisa, após o qual foi necessário dar andamento ao projeto, definindo sua metodologia e equipe. Para garantir o alto nível de qualidade da equipe, sem onerar demasiadamente os custos, e considerando-se que Ribeirão Preto é uma cidade intensamente universitária, foi proposto que se convidasse à participação na pesquisa grupos interessados de alunos e professores, formando assim a Rede de Cooperação Identidades Culturais. Esta ampliou-se e passou a se caracterizar como um colegiado multidisciplinar de pesquisadores oriundos tanto das universidades como de técnicos do poder público municipal (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto-Secretaria Municipal da Cultura) e federal (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), além de outras instituições e órgãos afins, objetivando realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais.

No sentido de responder aos questionamentos sobre a possibilidade de identificar na cidade de Ribeirão Preto a existência de uma paisagem cultural resultante da economia cafeeira entre finais do século XIX e início do século XX, o primeiro esforço do grupo foi a aplicação de um questionário à população em relação ao pertencimento e noção histórica da cidade. O primeiro diagnóstico, como mostra Silva e Rosa (2012, p. 15), apontou que era necessário atuar na propagação da história, objetivando a ampliação da relação de pertencimento da comunidade local.

Nesta lógica, uma das perguntas do questionário aplicado durante a pesquisa, em 2010, foi sobre a relação do café com o município e 89% responderam saber que Ribeirão Preto foi, no passado, o maior produtor de café do mundo, enquanto somente 50% sabiam que Santos Dumont tinha passado pela cidade, local onde

seu pai era um dos maiores produtores de café. (SILVA; ROSA, 2012, p. 10).

As atividades relacionadas ao Inventário Nacional de Referências Culturais em Ribeirão Preto foram interrompidas no ano de 2013 por motivo de descontinuidade política, deixando muitas frentes de pesquisa em aberto. O levantamento físico da localidade Centro, havia sido concluído, mas era imprescindível uma pesquisa documental a respeito daqueles remanescentes arquitetônicos. Assim, com a interrupção do Inventário e dispersão do grupo de pesquisadores, surgiu a compreensão da demanda e da necessidade de dar sequência aos trabalhos, nos despertando o interesse em desenvolver a referida tese sobre as fontes documentais primárias, em específico no setor de Aprovação de Obras Particulares, no sentido de dar continuidade à caminhada pela busca do conhecimento da história, memória e identidade da cidade de Ribeirão Preto.

3 CONCEITOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Segundo Menezes (1992, p. 10-11) a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências, no entanto, afirma que esta se reorganiza constantemente, estando sujeita à heterogeneidade da memória individual, e da coletividade. Pollak (1992, p. 201-202), por sua vez, remete à Maurice Halbwachs para apontar que mesmo parecendo ser uma questão individual a memória deve ser necessariamente entendida como “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”.

Pollak (1992, p. 203-205) acrescenta duas análises que se relacionam diretamente com as preocupações desta discussão, a questão da seleção da memória, uma vez que nem tudo fica registrado pelas nossas lembranças, e o fato da memória ser um “fenômeno construído”. Sendo assim, o autor relaciona a memória diretamente ao sentimento de identidade, este entendido como pertencimento ao grupo social, onde ambos valores atuam em disputa por parte dos conflitos sociais e intergrupais.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, p. 204).

4 HISTÓRIA ORAL, DOCUMENTO E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DE NOVAS NARRATIVAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte. (BURKE, 1992, p. 13).

Assim como a seleção do que nossa memória considera importante e válido, o documento nem sempre nos apresenta uma verdade única e absoluta. Por ser um registro oficial, este, não nos mostra o que está à margem da legislação, por exemplo. No caso da pesquisa habitacional, localizamos apenas projetos aprovadas pela prefeitura, excluindo os cortiços e casas de cômodos, no entanto isso

não significa que elas não existiam naquele período, significa que foram construídas à margem da legislação. A pesquisa documental também tem um limite de veracidade de representação da cidade, e há que se considerar, como nos lembra Farge (2009, p. 35) que “o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real”, nos chamando à atenção, assim como Burke (1992, p. 13) para a importância do cruzamento de fontes.

E como os caminhos da pesquisa, voltados à historiografia da arquitetura nos levaram à constatação da importância da pesquisa documental, e do cruzamento de fontes, para constituição do patrimônio cultural? Embora não seja o objetivo principal, a referida tese futuramente poderá embasar iniciativas de preservação do patrimônio cultural. A pesquisa documental mapeou dentro do universo de pouco mais de quatro mil processos, 3.275 solicitações para a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso residencial e misto e este primeiro esforço nos permitiu um vasto estudo da cidade, suas tipologias e quais eram as formas de morar mais frequentes na cidade, nos auxiliando a construir uma narrativa abrangente. Foi, então, a partir da iniciativa de se realizar as primeiras entrevistas que nos atentamos para a eloquência das reações dos entrevistados ao mostrarmos os projetos levantados no APHRP. Os entrevistados trazem para as conversas, memórias e histórias relacionadas aos locais apontados, à relação das edificações com o cotidiano, com a cidade daquele tempo, e com as práticas de construção do período, nos mostrando o significado para a memória e para o sentimento de pertencimento que aquelas edificações cotidianas têm para a população.

Meihy (1994) alega que a história oral já se firmou como metodologia historiográfica, tendo como contribuição fundamental trazer para o atual debate o uso de entrevistas como fonte historiográfica, sendo primordial a análise e a contextualização dos depoimentos de

maneira a se distinguir de simples captação de testemunhos. Sendo assim, o cruzamento da fonte documental, os projetos arquitetônicos levantados no APHRP, aliado à memória oral através das entrevistas, nos mostram diferentes experiências de vida e, por conseguinte, diferentes percepções da cidade, auxiliando a fortalecer as identidades locais e a percepção do patrimônio cultural de maneira ampla e plural.

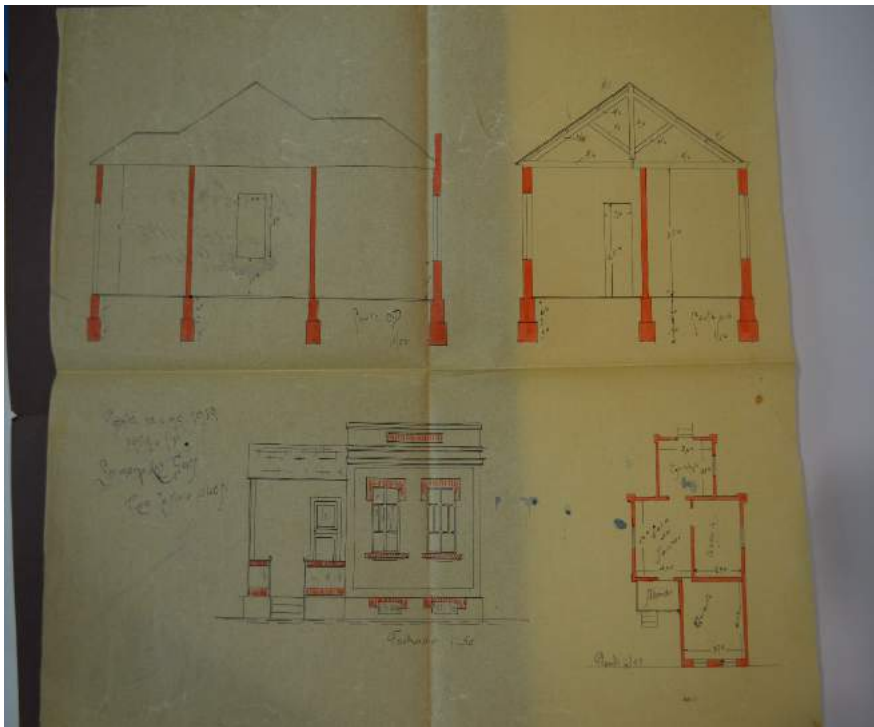
Outro ponto a se considerar quando se trabalha com fontes documentais é que o documento, além de retratar apenas cidade legalizada, retrata ainda, um único momento dessas edificações, nesse caso, o momento de projeto, que pode ser diferente do modo como a edificação foi construída, ou como se encontra nos dias de hoje, ou até projetos de edificações não construídas. Por exemplo, em entrevista com Aracy Gatz de Azevedo, ela explica que a planta da casa localizada na rua Castro Alves, onde ela morou, foi construída conforme a planta aprovada, sem banheiro no corpo da edificação, no entanto, com o passar dos anos foi realizada uma reforma e acrescentado um banheiro dentro da casa. Ela revela que havia um banheiro fora da casa, e que, como podemos observar na Figura 1, não consta no desenho do projeto aprovado.

Neta de imigrantes alemães, Aracy morou com a avó Albertina Gatz quando era criança na casa construída pelo tio Germano Gatz, também imigrante que veio para trabalhar em Campinas, mas se estabeleceu como operário da fábrica da Antarctica em Ribeirão Preto, e posteriormente como chefe da estação da Companhia Mogiana, em 1940. O depoimento que retratou brevemente, e ainda que de maneira parcial devido ao avançar da idade, a trajetória dos imigrantes da família, Aracy forneceu um documento do tio Germano Gatz, sua carteira de registro de trabalhador da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (Figura 2). Esse gesto nos permitiu realizar o cruzamento de duas

fontes documentais e a memória oral, enriquecendo nossa pesquisa ao trazer vida àqueles personagens que viveram de fato em edificações cujos projetos pudemos levantar no APHRP.

Ao mostrar para a entrevistada a planta da casa da rua Castro Alves aprovada para a construção em 1927, ela reconheceu a construção, a fachada da casa, sua configuração, a existência de um alpendre frontal, e se lembrou que a Vila Tibério, naquela época, era muito ocupada - tinha todo o quarteirão cheio, e que a rua já tinha calçamento. Em entrevista com seu marido, Benedicto de Azevedo, ele lembra que o mesmo não acontecia nos Campos Elíseos, quando se mudaram para o bairro em 1953.

Figura 1: Casa na rua Castro Alves s/n de propriedade de Germano Gatz.



Fonte: Processo nº 193 de 1927 do Acervo APHRP.

Figura 2: Carteira de trabalhador da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, de Augusto Gatz, registrado como Germano Gatz no documento.



Fonte: Fornecido por Aracy Gatz de Azevedo.

Benedicto, hoje com 95 anos, é migrante da cidade de Jacaré e mostra um forte pertencimento em relação à cidade de Ribeirão, pois chegou em 1949 com 27 anos. Em seu depoimento, além da vivência da cidade e a descrição de algumas casas que ele construiu para fonte de renda, podemos registrar as práticas de construção no período. O feirante aposentado conta que em 1960 construiu uma vila com quatro casas na rua Antônio Milena, e que o desenho foi feito pelo projetista Aristides Stefanelli, no entanto, foi assinado pelo engenheiro Jorge Fagnani de Mattos. Segundo ele, “na época o Aristides Stefanelli, como chamava... era o desenhista oficial dos pobres”, mas afirma que pela ausência de titulação recorriam à assinatura de Jorge Fagnani para a aprovação oficial.

O Aristides todo mundo que ia construir ia pedir opinião, e pedia que ele fizesse o desenho. Estudasse um desenho, daí levava para o Jorge Fagnani de Mattos. O Jorge Fagnani era o engenheiro popular, que todo mundo procurava

ele. Ele assinava a planta e acompanhava a obra mas não tinha participação nenhuma no desenho. E os pedreiros acompanhavam o desenho para levantar a construção. (AZEVEDO, 2017)

Aqui afirmamos mais uma vez a necessidade de cruzamento de dados, uma vez que ao listar os profissionais que atuavam na cidade apenas pelos processos aprovados, corremos o risco de excluir profissionais importantes e populares, como parece ser o caso de Aristides Stefanelli. Acredita-se que essa prática passou a acontecer na cidade entre as décadas de 1930-50, devido o embate profissional entre os profissionais titulados, e aqueles licenciados pela Prefeitura Municipal, que nos são revelados por uma série de documentos levantados no APHRP, na pasta referente ao Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia de Ribeirão Preto (CREA). Mesmo estando fora do recorte temporal consideramos relevante a inserção dessa reflexão na pesquisa, uma vez que essa disputa por espaço profissional pode ter acontecido nos anos anteriores também. A documentação do ano de 1951, por exemplo, nos mostra que o CREA cancelou a licença de alguns profissionais licenciados, que aparecem como responsáveis nos levantamentos da referida pesquisa desde 1930, como o caso de José Dompietro, Joaquim Gervasio dos Santos, Alexandre Setti e Nicolau Terreri.

O aposentado lembrou de outros nomes que constam nos nossos levantamentos oficiais, como Thomaz Terreri, Alexandre Setti e Cícero Martins Brandão, afirmando que o último era engenheiro da prefeitura e que os construtores daquela época não atuavam apenas no Campos Elíseos, onde moravam, mas em toda a cidade porque, segundo ele, “Ribeirão era pequeno e não cabia muita gente então o engenheiro que fazia aqui, fazia ali”. Porém, quando questionado

sobre os engenheiros com titulação, ele responde: “Não tinha tantos engenheiros como tem hoje”.

Sobre a cidade, além da ausência de calçamento Benedicto afirma que na década de 1950 a infraestrutura era muito precária, sendo os moradores responsáveis pela construção dos sistemas de água e esgoto, e retrata o fornecimento desses serviços como escasso.

Daí eu fui morar na Avenida Saudade 1912. Era tudo terra, não tinha nada. A água era escassa, a luz era escassa, porque o serviço de água e esgoto era péssimo. Eu praticamente que, construí não, fiz a água chegar até na minha casa mas só tinha cano, a água era pouco. Era uma quadra após o cemitério, o calçamento chegava até o fim do cemitério. (AZEVEDO, 2017)

A casa que se refere, ficava a apenas uma quadra do cemitério da saudade, onde acabava o calçamento, e tinha quatro cômodos: sala, dois quartos e a cozinha, o que ele chama de “vagãozinho” em referência à organização espacial da casa, com os cômodos em sequência e sem a presença de corredores de circulação. O banheiro era construído fora do corpo da edificação, e sua implantação se assemelha a muitas das casas construídas no período, como ele descreve: “entrava do lado. Não tinha entrada para carro, era vamos dizer, um lugar onde era jardim, para fazer jardim, mas não tinha nada. Era tudo cimentado”.

Foi possível, através das entrevistas, notar qual a experiência de vivência presente na memória dos moradores mais antigos, como Aracy e Benedicto. O maior número de processos registrados durante o levantamento realizado no APHRP se refere a imóveis localizados em ruas da área central da cidade, como a rua Prudente de Moraes e a rua Saldanha Marinho, ambas com mais de 100 processos de construção,

ampliação ou reforma de imóveis com uso residencial ou misto no período. É muito comum, também, que nas pesquisas as questões referentes à área central apareçam com maior destaque, no entanto, os entrevistados retratam os bairros onde viviam com maior precisão, como a Vila Tibério e os Campos Elíseos, e quando questionados sobre o centro da cidade, mostraram não ter vivência daquela área: “no centro eu não sei, não me lembro”. Essa complementação de informações nos mostra mais uma vez a importância da memória e da vivência da cidade na constituição do patrimônio cultural mais democrático e a amplificação dos limites geográficos de estudo.

Acreditamos que esses fragmentos de trajetórias de vida de pessoas comuns e do cotidiano, através do cruzamento das fontes documentais com o resultado das entrevistas, poderá nos levar a novas narrativas, abrindo possibilidades de discussões menos centralizadas nos grandes feitos, nas imponentes edificações públicas, nas grandes obras emblemáticas. A casa da rua Castro Alves não foi assinada por nenhum engenheiro titulado e não representa uma inovação arquitetônica, mas retrata a forma de morar de uma parcela da sociedade em um determinado período da história da cidade, e o depoimento a respeito do banheiro nos mostra ainda como aquela sociedade estava em constante mudança, incorporando as inovações técnicas de maneira tão tardia, em comparação com palacetes construídos nas áreas elegantes da cidade com a presença de sanitários no corpo da edificação ainda na década de 20, discurso já conhecido e consolidado.

Este exercício de incluir as várias narrativas de uma época, através da pesquisa documental e do cruzamento de fontes, vai de acordo com a definição que temos hoje de patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no

Artigo 216 da Constituição, que enfatiza a importância deste patrimônio ser composto por bens de natureza material e imaterial, e de representar diversos grupos da nossa sociedade.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (Portal IPHAN, acesso 2017).

Sabe-se que essa definição do Iphan, embora seja do ano de 1988 ainda esteja caminhando de forma lenta e gradual, e vemos na comunidade acadêmica e no poder público a constante retomada de esforços nesse sentido, e que tem colhido bons frutos desse novo debate, como ressalva Abreu e Chagas (2009, p. 14-15):

Assim, parece-nos justo afirmar que se processa uma revolução silenciosa, quando segmentos da sociedade civil, detentores de saberes tradicionais e locais, associados a profissionais no interior do aparelho de Estado, e possuidores de saber específicos, colocam em marcha um novo conceito de patrimônio cultural. [...] observa-se, no entanto, que, gradualmente, as grandes narrativas nacionais e épicas deixam de exercer a primazia de outrora, quando alicerçaram as práticas discursivas dos grandes museus, para entrarem em cenas novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica. (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 14-15)

Hoje, na cidade de Ribeirão Preto, a única casa reconhecida como bem cultural pelo órgão estadual é a Casa da Caramuru (antigo Solar Vila Lobos), tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), no ano de 1988³. O Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de Ribeirão Preto (Conppac) tem na lista de bens imóveis de tombamento as casas: Palacete Joaquim Firmino, Solar Francisco Murdocco, Palacete Jorge Lobato, Palacete Albino de Camargo Neto, Palacete Camilo de Mattos e o Antigo Solar Vila Lobos⁴, todas casas de camadas de alto poder aquisitivo e localizadas no centro da cidade. Das 3.275 edificações de uso residencial ou misto que a referida tese sistematizou entre os anos de 1910 e 1933, apenas 40 exemplares são palacetes e 74 casas tem a tipologia programática de alto padrão⁵, ou seja, somam apenas 3% das casas aprovadas para construção no período. Esse número nos mostra, que as casas consideradas patrimônio hoje não representam de forma ampla a população, uma vez que a maior parte das edificações da cidade são caracterizadas como casas populares⁶, e nos alerta para o fato do patrimônio ainda ser discutido de maneira a não incluir símbolos importantes e representativos de todas as camadas sociais, embora seja inegável o início de uma movimentação no sentido contrário, como vemos com Abreu e Chagas (2009, p. 14-15).

Esse artigo, portanto, se faz presente nesse sentido, em defesa ao nosso patrimônio cultural de modo amplo e democrático, da afirmação

3 Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 285, p. 73, 08/06/1989.

4 Respectivamente Tombo nº 0006, 0008, 0009, 0014, 0015 e 0018.

5 Programa contendo além dos dormitórios, sanitários e cozinha, 2 salas, escritório/gabinete e copa. Outra característica é a existência da despensa, quarto de empregada, e eventualmente edículas de serviço nos fundos.

6 Frequentemente com o programa sala, cozinha, banheiro e dormitórios.

da necessidade da pesquisa documental e do cruzamento de fontes. Afirmamos a importância da construção de novas narrativas, levando em consideração a pluralidade das formas de moradia do início do século, afinal de contas, estamos pensando o patrimônio cultural para quem?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da experiência realizada para a tese em desenvolvimento, a pesquisa documental mapeou dentro do universo de pouco mais de quatro mil processos, 3.275 solicitações para a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso residencial e misto, nos permitindo afirmar a importância do cruzamento de fontes na constituição do patrimônio cultural, e contribuindo para o campo da preservação e do fortalecimento das identidades culturais.

Foram utilizados os conceitos teóricos de memória e identidade de Menezes e Pollack (1992) aplicados praticamente através do cruzamento de fontes entre a pesquisa documental no APHRP, e a história oral, por meio das entrevistas, como indicado por Meihy (1994), a fim de retratar a riqueza do sentimento de pertencimento dos moradores com as edificações construídas e com a cidade.

Através da pesquisa documental foi possível um levantamento amplo, no sentido de mapear quais foram as tipologias mais frequentes de edificações residenciais, e onde estavam situadas essas casas na cidade. E através das entrevistas conseguimos um retrato da vivência nessas casas, na cidade, bem como identificar alguns dos hábitos domésticos e construtivos do período, complementando assim a construção de uma nova narrativa, que valoriza a noção de patrimônio cultural abrangente e democrático.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; **CHAGAS**, M. (org.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BURKE, Peter (org.). A escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Arquitetura e documentação. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011. In: **CASTRIOTA**, Leonardo Barci. Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.

LEMOS, Carlos A.C. O que é patrimônio histórico. Coleção Primeiros Passos, V. 51. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. Cadernos CERU, São Paulo, v. 5, n.2, p. 52-60, 1994.

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.34, p.9-24, 1992.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. IN: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

PORTAL IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SILVA, Adriana; **ROSA**, Lilian R. De Oliveira (orgs.). Patrimônio cultural do café, da terra vermelha. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Acervo de Obras Particulares

ENTREVISTAS

Aracy Gatz de Azevedo, Ribeirão Preto, 20 de abril de 2017.

Benedicto de Azevedo, Ribeirão Preto, 20 de abril de 2017.

Capítulo 15

ESTUDO DA FOTOGRAMETRIA DIGITAL NA DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE LAGUNA

Douglas Emerson Deicke Heidtmann Júnior¹

Melina Monks da Silveira²

Gabriela Linhares da Silva³

Karoline Broering dos Santos⁴

1 Introdução

O centro histórico de Laguna conta com um conjunto edificado de diferentes períodos e linguagens arquitetônicas, principalmente coloniais, ecléticas e art déco. Essa paisagem urbana singular deve ser compreendida como de grande importância para a identidade da cidade, e para sua preservação é necessário ser documentada para que posteriormente possa ser utilizada em projetos de restauração, intervenções e manutenções. No entanto, encontram-se dificuldades para a realização destes projetos quando a documentação apresenta falhas ocasionadas pela inexistência e insuficiência de dados e pela falta de atualização das informações.

1 Doutor, professor, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: douglasemerson@gmail.com

2 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: melimonks@gmail.com

3 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: gabils.arq93@gmail.com

4 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
email: karolbroering@gmail.com

Atualmente, o método empregado em Laguna para a realização de qualquer documentação é o chamado método tradicional, ou medição direta (feito à trena, manualmente), que acarreta desafios para os estudantes e profissionais de arquitetura na elaboração de levantamentos do patrimônio edificado. Isto ocorre devido à complexidade de algumas edificações, à impossibilidade de acessar partes da mesma e ao longo período e considerável número de integrantes necessários para sua realização. Em algumas edificações, onde o acesso é comprometido, ou em casos de estruturas com probabilidade de desmoronamento ou contaminação, o levantamento obtido torna-se incompleto e impreciso. Tem-se então a necessidade de retornar ao local no decorrer do levantamento para a obtenção de outros dados que vieram a ser indispensáveis, havendo muitas situações onde se revela impossível obtê-los.

A Fotogrametria Digital é a ciência e tecnologia que permite efetuar medições a partir de fotografias, além da obtenção de vários tipos de informações, como geometria, dimensões, cores e texturas, aliando fidedignidade, precisão, velocidade, flexibilidade e baixo custo (KUO, 2010). Este método de restituição digital vem se mostrando de extrema eficácia para a documentação do patrimônio edificado, trazendo um processo de levantamento mais seguro e eficiente, além de uma maior variedade de resultados gráficos que vão desde desenhos ortogonais a modelos tridimensionais texturizados.

O processo de levantamento tem por objetivo representar com precisão os elementos significativos que se mostrarem indispensáveis e necessários para a caracterização e reconhecimento da edificação (GROETELAARS, 2004). Este trabalho aborda o uso do método de restituição fotogramétrica para o auxílio no levantamento de edificações

de interesse histórico e cultural na cidade de Laguna, empregando-se dos conhecimentos obtidos no Laboratório de Fotogrametria Arquetônica da Universidade de Valladolid e dos recursos disponíveis.

Para este estudo, utiliza-se da análise de um levantamento feito com a fotogrametria digital, bem como a comparação de resultados obtidos por ambos os métodos, tradicional e fotogramétrico, a fim de comprovar as vantagens do emprego de novas técnicas e metodologias no processo de obtenção de dados gráficos. É importante ressaltar que a fotogrametria não exclui ou substitui por completo os métodos de levantamento diretos, tendo como objetivo facilitar o processo de toma de dados e medições e gerar melhores resultados.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada foi dividida em cinco partes, que consistem em Revisão Bibliográfica, Análise e Planejamento, Levantamento Fotogramétrico, Documentação Gráfica e Análise dos Resultados. A primeira se dá pela análise teórica e documental sobre os temas imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho, com bases nacionais e internacionais. A realização da análise e planejamento compreende a análise da edificação a ser levantada e seu entorno imediato, de maneira a identificar qual técnica fotogramétrica deve ser empregada e formular o planejamento adequado das tomadas fotográficas. A etapa de levantamento formula-se pela aquisição de dados e imagens, incluindo a tomada fotográfica da edificação e o levantamento de medidas de referência. Quanto à documentação gráfica, esta se forma pelo processamento dos dados obtidos, que englobam a correção das imagens obtidas, a vetorização das mesmas

e a formulação de desenhos e documentos de registro. A última etapa, consistente na análise dos resultados obtidos após todo o processo, relata as dificuldades encontradas e expõe como a fotogrametria pode auxiliar no levantamento e na preservação do patrimônio edificado de Laguna.

3 FOTOGRAMETRIA

A área da fotogrametria possui diversas ramificações, podendo ser classificada quanto à posição em que a câmera está instalada (terrestre ou aérea) e quanto à tecnologia (analógica, analítica e digital), além de novas terminologias que vêm surgindo com o decorrer do tempo e o aumento de estudos feitos acerca deste tema (SILVA, 2015). Segundo Bastian (2015, p. 25), “a fotogrametria é, comprovadamente, uma das principais ferramentas utilizadas em levantamentos e documentações de monumentos históricos”, e sua utilização é extremamente comum em vários países, sendo ensinada nas universidades e amplamente utilizada por profissionais da área. Seu uso na arquitetura tem se tornado cada vez mais frequente, mostrando-se uma importante ferramenta para a documentação do patrimônio edificado, devido à grande variedade de produtos gráficos que podem ser obtidos, além da qualidade fotorrealista que permite a formulação de um registro com riqueza de detalhes.

Este método trabalha com a relação e proporção entre imagem e objeto estabelecidos, de onde é possível extrair informações do objeto a partir da fotografia (GROETELLARS, 2004). Seu emprego em levantamentos técnicos tem se mostrado extremamente eficiente, tornando o processo mais rápido, fácil e flexível, garantindo resultados

precisos e trazendo mais segurança aos profissionais da área. Trata-se de um processo que pode ser facilmente estudado e ensinado para estudantes da área de arquitetura e urbanismo, resultando em profissionais mais capacitados.

4 MONORESTITUIÇÃO

Segundo Silva (2015, apud HEIPKE, 2001), o conceito de Sistema Fotogramétrico Digital, que integra fotogrametria digital com ciências da computação, incluindo o processamento de imagens e reconhecimento de padrões, vem crescendo e ofertando uma gama de possibilidades de se trabalhar com imagens fotográficas, tendo métodos adequados para cada tipo de edificação para que se tenha um levantamento adequado e completo. Um dos métodos é o da Monorestituição Digital, adotado neste trabalho, que consiste na restituição de objetos através de uma única fotografia (GROETELAARS, 2008), aqui escolhido por se tratar de uma edificação que apresenta obstáculos em seu entorno imediato, impossibilitando a toma correta de fotografias para a geração de um modelo tridimensional adequado e de uma ortofachada precisa.

O método da monorestituição foi utilizado para o levantamento de ornamentos, esquadrias e outros detalhes, como partes inacessíveis da edificação e para descobrir a altura da mesma. Todas as fotografias obtidas apresentaram pequenas distorções mesmo depois de tratadas, devido aos diversos elementos que compõem a fachada. O processo de retificação ao qual foram submetidas, que consiste na transformação de imagens de superfícies planas que se encontram perspectivadas na fotografia em projeções ortogonais, realoca os pixels da imagem, transformando-a em outra. Para este processo é necessário ter, no

mínimo, quatro pontos de medidas reais conhecidas para a marcação de um plano de referência.

No entanto, é comum que partes fora do polígono demarcado, bem como elementos de profundidade, permaneçam distorcidos. Para que se possa obter um resultado mais preciso, é necessário fazer o método de monorestituição por partes, retificando e vetorizando fotos de diversos elementos separadamente e juntando-os posteriormente, a fim conseguir um desenho final fidedigno. A calibração da câmera utilizada no levantamento e a verificação das medidas nas imagens retificadas se torna parte imprescindível de todo o processo.

5 ANÁLISE E PLANEJAMENTO

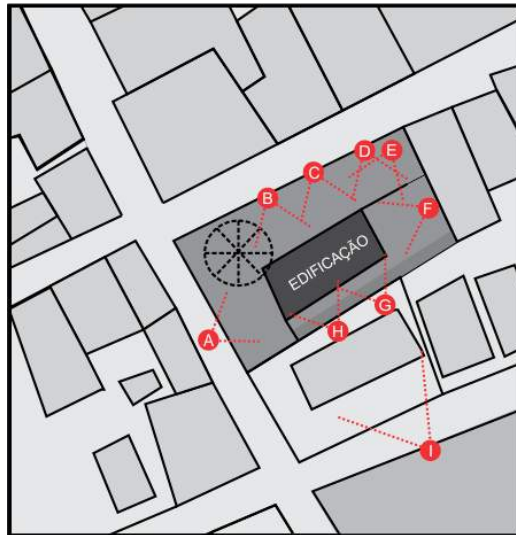
Para que se possa executar o levantamento fotográfico de forma correta, é preciso fazer uma análise prévia da edificação e de seu entorno, podendo assim eleger qual método fotogramétrico é o mais adequado para a particular situação. A quantidade, qualidade e precisão das informações estão diretamente ligadas à toma de fotos e à resolução das imagens (GROETELAARS, 2008). Para a obtenção de um melhor resultado, é de extrema importância planejar o levantamento.

A edificação a ser levantada neste trabalho encontra-se no centro histórico da cidade de Laguna, retrata características Art Deco e abriga parte da Prefeitura Municipal. Possui edificações em seu entorno imediato, apresentando pouco espaço para realizar a tomada fotográfica com a distância necessária entre cada ponto. Constatou-se também a presença de uma árvore de grande porte que obstrui a visão de uma esquina do edifício, além de postes, fiações e o fluxo constante

de veículos. A própria topografia do local, aliada às edificações vizinhas, traz dificuldades para o levantamento de uma das fachadas.

Dada a análise do local e escolhido o método da monorestituição a partir de várias fotografias, foram selecionados pontos específicos para a etapa fotográfica (Figura 1) buscando registrar os elementos a serem desenhados, sempre tomando as fotografias próximas ao eixo ortogonal da fachada. Alguns dos pontos escolhidos foram em edificações próximas localizadas em níveis mais altos (pontos G, H e I), possibilitando imagens mais planas. O modelo de câmera escolhido foi o Canon EOS 1200D com resolução de 18 megapixels. Foram selecionadas trenas manuais e a laser para coletar medidas de referência necessárias para o processo de retificação.

Figura 1 – Marcação dos pontos de tomada fotográfica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

6 LEVANTAMENTO FOTOGRAMÉTRICO

Esta etapa consiste no trabalho de campo, que inclui a execução da tomada fotográfica previamente planejada e o levantamento manual de medidas de referência. É importante neste processo registrar todas as partes possíveis da edificação, como vistas completas das fachadas, ornamentos, esquadrias, topografia e todos os detalhes que se fizerem necessários. Quanto maior for o número de fotografias, menor será a necessidade de retornar ao local, fator importante em casos onde o acesso à edificação é dificultoso ou restrito, além de economizar tempo que pode ser redirecionado para etapas projetuais. Também se devem considerar outros fatores para uma melhor qualidade do levantamento, como o climático, já que dias com muita insolação prejudicam as imagens devido às sombras produzidas na edificação. O uso do tripé para garantir maior precisão nas fotografias revela-se igualmente importante.

Por se tratar de um método que trabalha com fotografias individuais, não se considerou neste processo a relação da distância entre os pontos de tomada fotográfica nem a proporção da distância entre o objeto e a câmera, uma vez que não há espaço suficiente no entorno do edifício para que as fotos sejam tomadas nas distâncias necessárias, além de obstáculos que impediam a visão completa das fachadas. Portanto, fotografaram-se apenas as partes necessárias, considerando os ângulos mais adequados para o processo de retificação, tendo sempre a preocupação de obter fotos ortogonais em relação ao centro do objeto.

Para o levantamento das medidas de referência necessárias, utilizou-se uma trena manual e uma trena laser. Por meio de croquis e anotações, foram levantadas as medidas de algumas esquadrias e partes do edifício onde era possível efetuar a medição com os equipamentos

disponíveis. Também foi medido o comprimento de duas fachadas, para que posteriormente pudesse ser descoberta, por meio da fotogrametria, a altura da edificação.

7 DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

A documentação arquitetônica é entendida como o processo sistemático de aquisição, tratamento, indexação, armazenamento, recuperação, disponibilização e divulgação de dados e informações, gráficas e não gráficas, sobre as edificações e os sítios onde estão inseridas, para os mais variados usos (AMORIM, 2007). Os procedimentos envolvidos na documentação arquitetônica passam a ter um papel mais relevante e adquire novos modos com a evolução da tecnologia.

Para o desenvolvimento da documentação gráfica, utilizou-se do material obtido no levantamento fotogramétrico e das anotações e medidas obtidas manualmente, e, assim, foi possível efetuar a correção das imagens. Esta etapa se dá, primeiramente, pela calibração da câmera utilizada, a fim de que sejam corrigidas as distorções proporcionadas pela própria lente do equipamento. Para isso, utilizou-se o software ASRix 2.0, onde pode ser feita a calibração e salvamento das configurações da mesma, sendo depois aplicadas diretamente na retificação, feita no mesmo software.

As fotografias obtidas no levantamento foram importadas uma a uma no software mencionado anteriormente, já com os padrões de calibração definidos. Foi então feito o tratamento de cada imagem, individualmente, marcando as medidas de referência levantadas. Para que a retificação ocorra de forma correta, é preciso marcar, no mínimo, quatro pontos conhecidos (Figura 2).

Figura 2– Processo de retificação no *software ASRix 2.0*.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

A retificação ocorre por meio da realocação dos pixels da imagem, tendo como base os pontos referenciados marcados. Este processo acontece corretamente apenas dentro do polígono formado pelos pontos, continuando o entorno distorcido. Algumas partes da imagem que apresentam profundidade, decorrente da perspectiva, continuarão a exibi-la, uma vez que o software trabalha apenas com o remapeamento, não gerando partes inexistentes na imagem original. Deve-se, portanto, estar atento ao processo de vetorização, considerando as falhas causadas pela profundidade, desenhando apenas as partes de interesse e, sempre que possível, conferindo as medidas de referência com o modelo gerado. O processo descrito foi repetido para todas as imagens que se fizeram necessárias para o desenho completo da edificação.

Após a correção das imagens, as mesmas foram importadas para o software Autodesk AutoCAD 2015, para a etapa de vetorização. Deste modo, foi possível obter o desenho detalhado e preciso de cada imagem, além de medidas de elementos que não puderam ser medidos

manualmente. Os problemas decorrentes da profundidade das imagens podem ser resolvidos nesta etapa (Figura 3).

Figura 3 – Processo de vetorização e produto final obtido.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Para determinar a altura da edificação, foi utilizado o software SketchUP 2015, onde, através do comando “*adaptar à foto*”, foi possível definir os eixos da fotografia perspectivada e obter um modelo retificado e em escala, devido à inserção das medidas horizontais obtidas manualmente (Figura 4). Para este processo, foi utilizada uma foto mais antiga da edificação, já que esta não apresentava alguns dos obstáculos que impedem a visão adequada atualmente. Depois de feita a correção, vetorização e junção de todas as imagens, foi possível obter o desenho completo e minucioso de todas as fachadas, principalmente da frontal, que apresentava maior complexidade no levantamento.

Figura 4 – Processo de retificação adaptada no *software SketchUP 2015*.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

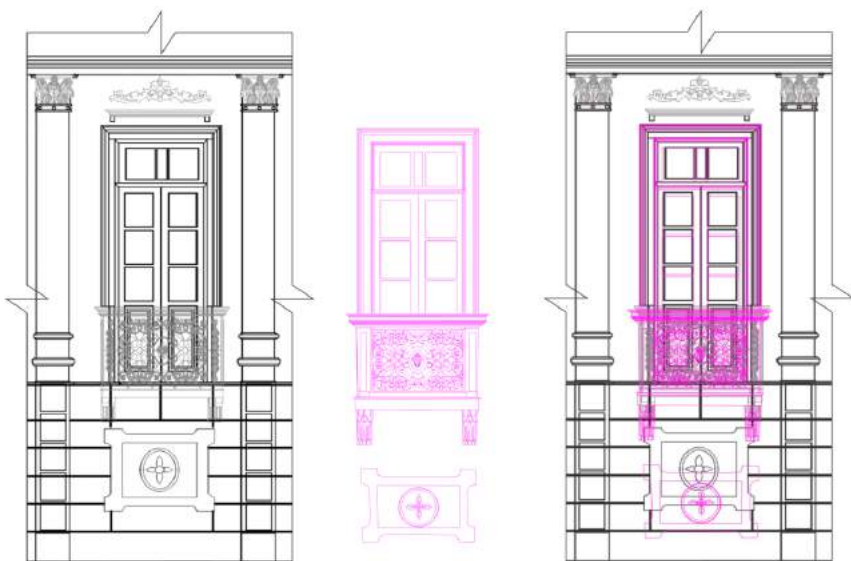
8 COMPARAÇÃO DE MÉTODOS

A fim de se confirmar a precisão de um levantamento feito pelo método fotogramétrico e as vantagens e desvantagens do mesmo em relação ao método tradicional, foi feita a sobreposição de desenhos obtidos por ambos os métodos. Para este estudo, foi escolhida uma edificação mais complexa, de linguagem eclética, com a presença de diversos ornamentos, para melhor verificar a precisão dos detalhes.

O primeiro desenho foi elaborado por uma equipe de estudantes da Universidade do Estado de Santa Catarina, utilizando o método tradicional. No levantamento optou-se pelo uso de trenas manuais, croquis de observação e fotografias, sendo esta última utilizada apenas para observação, sem aplicação do método fotogramétrico ou qualquer correção das imagens. O segundo desenho, elaborado neste trabalho, utilizou-se do método fotogramétrico descrito anteriormente, passando por todas as etapas de levantamento de imagens, calibração da câmera, correção e vetorização das fotografias.

Para o processo de comparação, selecionou-se uma área da fachada e sobrepôs-se os dois desenhos (Figura 5). O método tradicional manual foi representado por linhas pretas, enquanto o método fotogramétrico foi representado por linhas rosas. A sobreposição das imagens mostrou, de maneira evidente, a diferença do resultado obtido por cada método, sendo o que se utilizou da fotogrametria mais detalhado e fidedigno.

Figura 5 - Desenhos obtidos pelo levantamento a mão (linha preta) e pela fotogrametria (linha rosa).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

9 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foram apresentados métodos alternativos para levantamentos de edificações de interesse histórico cultural, utilizando-se de fotografias como recurso. A partir dos processos desenvolvidos, pode-se observar que a utilização das ferramentas de registro, medição e interpretação de imagens fotográficas

no processo de projeto possibilitará uma gama muito maior de acertos nas decisões de como restaurar as edificações de interesse histórico cultural, além da obtenção de uma documentação fidedigna, completa e com riqueza de detalhes.

Além da fotogrametria digital apresentar vantagens como o processo simplificado de obtenção de formas e medidas com a utilização de equipamentos de baixo custo e redução do tempo de trabalho de campo, a mesma possibilita uma variedade muito maior de resultados gráficos, trazendo detalhes como cores e texturas. A partir deste método podem ser gerados não somente desenhos bidimensionais, mas também maquetes e modelos tridimensionais e ortofachadas.

Faz-se necessário conhecer as tecnologias disponíveis e como elas podem auxiliar no processo de levantamento e registro do patrimônio edificado. A fotogrametria digital, ainda que pouco utilizada e estudada no Brasil, vem se mostrando uma ferramenta promissora, melhorando o processo e resultado dos levantamentos, assim como a forma de registrar e documentar o patrimônio.

10 REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. Documenting Architectural Heritage in Bahia – Brazil, Using Digital Technologies. In: XXI International CIPA Symposium, Athens, 2007.

BASTIAN, Andrea. Métodos e técnicas de baixo custo para levantamento métrico de sítios históricos. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GROETELAARS, N.J. Um estudo da fotogrametria digital na documentação de formas arquitetônicas e urbanas. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GROETELAARS, N. J. AMORIM, Arivaldo. A fotogrametria digital na documentação do patrimônio arquitetônico. Anais FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.2, n. 2, maio/a g o. 2008.

KUO, Vanessa. AMORIM, Arivaldo. Levantamento fotogramétrico de edificações: principais limitações encontradas na modelagem geométrica da igreja do monte, em cachoeira – BA, Seminário Nacional sobre documentação do Patrimônio Arquitetônico com o uso de Tecnologias Digitais, Salvador, 2010.

SILVA, Daniel. Evolução da Fotogrametria no Brasil. Revista Brasileira de Geomática, Pato Branco, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, v.3, n. 2, p. 081-96, jul./dez. 2015.

Capítulo 16

O USO DO SIG NA PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE UMA CIDADE NO SUL DO BRASIL

Douglas Emerson Deicke Heidtmann Júnior¹

Douglas Jacob Feger²

Márcio Flávio Ramos Moreira³

Vinicius Nunes Gonzaga⁴

1 Introdução

Sistemas de Informação Geográfica (SIG) podem ser importantes ferramentas computacionais para auxiliar na preservação de centros históricos, uma vez que permitem adicionar diferentes camadas de informação a uma base cartográfica. Os dados coletados através de levantamento de campo ou bases de dados de instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, são inseridos em plataforma SIG e filtrados para o desenvolvimento de mapas temáticos e a realização de diversas análises que podem resultar em gráficos e diagramas. Essas informações possibilitam ao usuário lidar com diferentes evidências encontradas na região estudada. No caso de áreas de interesse histórico e cultural, esse material pode ser usado

1 Doutor, professor, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: douglasemerson@gmail.com

2 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: douglasjacobf@gmail.com

3 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: asb15mra@student.lu.se

4 Estudante de graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, Brasil;
e-mail: viniciusnunesgonzaga@hotmail.com

como guia para monitoramento, planejamento, gestão e pesquisas que abordem a sua preservação.

De acordo com Julião (2004) os SIG podem compor um sistema mais vasto de gestão, análise e divulgação de informação, utilizada por todos os colaboradores sempre que a sua linguagem prove ser a mais adequada para analisar, decidir e comunicar. Com a combinação do uso de uma metodologia específica e o desenvolvimento de desenhos vetoriais em 2D num *software* SIG livre os resultados podem ser gerados em um tempo otimizado e de maneira acessível.

Segundo Fernandes et. Al. (2014) apenas alguns países europeus, uns escassos cinco da seleção dos dezessete analisados a nível mundial, incluindo o Japão e o Peru, disponibilizam publicamente a tecnologia SIG e o modelo de dados usado para o património cultural. Portugal junta-se à Alemanha, Grécia, Itália e República Eslovaca no grupo mais avançado. Este estudo analisa o caso de Laguna, uma cidade que contém um relevante centro histórico para o sul do Brasil, e explora o SIG como uma ferramenta para a solução de problemas no planejamento urbano, aperfeiçoando a qualidade do planejamento urbano por parte dos governos municipais e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Este artigo objetiva analisar o estado de conservação das edificações presentes dentro do perímetro da poligonal de tombamento de Laguna e identificar tendências baseadas no uso e na linguagem arquitetônica da área protegida. Também almeja mostrar como o poder público e o IPHAN podem utilizar o SIG como uma opção eficaz e barata para o gerenciamento do centro histórico.

2 RELEVÂNCIA DO CENTRO HISTÓRICO DE LAGUNA

Localizada na costa sul do Brasil, Laguna foi fundada por colonizadores oriundos de Portugal como uma vila, localizada entre a baía da Lagoa de Santo Antônio e o morro (Morro da Glória), em 29 de julho de 1676. Essas barreiras naturais foram a paisagem perfeita para o desenvolvimento da vila graças a proteção que elas garantiam. Sua configuração representa um tipo de implantação incomum em outros centros históricos brasileiros, pois possui duas praças principais que dividiam simbolicamente os poderes político e religioso. A Igreja Católica localizada no alinhamento da Praça Vidal Ramos continua sendo um edifício importante para a cidade. A antiga Casa de Câmara e Cadeia se localiza na Praça de Anita e hoje funciona como um museu.

O conjunto urbano, a paisagem e os bens arquitetônicos representam um valor que pertence à identidade coletiva de sua população e justificam o reconhecimento de Laguna como um patrimônio nacional pelo IPHAN. Dentro da poligonal (Figura 1) existe uma variedade de exemplares de linguagens arquitetônicas que marcaram diferentes momentos da história Brasileira, como Luso-brasileira, Eclética, Art Déco, Californiana, Moderna, Neoclássica e Contemporânea. Ao todo são 726 edificações com usos como residencial, comercial e institucional.

Figura 1: Poligonal de tombamento de Laguna.



Fonte: Desenvolvido pelos autores no QGIS, 2017.

A área foi tombada como conjunto urbano em 25 de Abril de 1985, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e, em 23 de Dezembro de 1985, no Livro do Tombo Histórico pelo IPHAN, com o intuito de garantir a proteção do valor histórico do centro da cidade, como afirmou Franco (1995, p.16):

Recomenda-se assim o tombamento do centro histórico de Laguna em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, pelo cais junto à Lagoa de Santo Antônio e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas, que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo

urbano original, acervo delimitado pelo perímetro apresentado.

Apesar das leis de proteção, a paisagem edificada sofre com a deterioração e a descaracterização de suas características, uma vez que as edificações pertencem a diferentes períodos da história; foram construídas em um ambiente exposto à maresia, umidade e outros agentes naturais; e, em muitos casos, não recebem manutenção adequada ou passam por reformas irregulares.

3 METODOLOGIA

A metodologia consistiu em cinco estágios: Revisão bibliográfica, pesquisa de campo, computação de dados, análise de dados e produção de mapas e tabelas. Os lotes e as edificações foram desenhados no programa computacional QGIS, tendo como base, o levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Estado de Santa Catarina, em 2010, disponível gratuitamente pela plataforma online SIGSC.

A pesquisa de campo na área da Poligonal de Tombamento aconteceu no período de setembro a novembro de 2016. Usando um mapa impresso contendo toda a área da poligonal, um formulário de levantamento e avaliação e uma câmera fotográfica, a equipe de pesquisadores fez a avaliação das fachadas de cada uma das 726 edificações a partir do ponto de vista do pedestre. O processo envolveu: o levantamento de informações relacionadas ao estado de conservação, uso, linguagem arquitetônica, danos, entre outros dados relacionados às edificações; marcação e numeração da edificação levantada no mapa impresso; identificação de falsos-históricos; identificação de

descaracterizações da linguagem arquitetônica; e tomada de fotografias das fachadas voltadas para as vias públicas.

Para a avaliação do estado de conservação das edificações foi utilizada uma simplificação do Método Multicritérios de Apoio à Decisão, aplicado em Calcutá (DUTTA; HUSAIN, 2009), para adequar aos objetivos deste estudo. Porém, enquanto no caso de Calcutá foi julgada a importância arquitetônica de cada edificação considerando valor histórico, valor arquitetônico, valor sociocultural, sinais de deterioração, acessibilidade, integridade, opinião pública, reação local e usabilidade, este artigo focou em avaliar as superfícies das edificações da perspectiva da rua, dividindo as análises em quatro elementos: Superfícies ou paredes, ornamentos, esquadrias e telhado. Cada elemento recebeu uma nota para a sua conservação sendo 0 para ruim ou baixa, 0,5 para média e 1 para boa ou alta. Isso permitiu avaliar de maneira mais ampla a conservação do patrimônio edificado por todo o centro histórico, usando parâmetros mais racionais.

Além disso, no intuito de minimizar a subjetividade e gerar uma avaliação mais precisa, foram considerados diferentes pesos para cada elemento, levando em conta sua relevância para a percepção do estado de conservação e considerando a dificuldade ou facilidade de acesso visual a cada elemento. Sendo assim, foi definido que as superfícies e ornamentos teriam o peso de 35% cada na nota final, uma vez os danos ficam mais aparentes nesses elementos; às esquadrias foi atribuído o peso de 20% por serem o elemento de mais fácil manutenção e/ou substituição, na maioria dos casos; e para a cobertura foi atribuído o peso de 10%, já que grande parte das edificações recebeu nota máxima na avaliação deste elemento, uma vez que platibandas e a própria altura das edificações impossibilitaram uma avaliação adequada pela equipe.

Desta forma, foi possível evitar que edificações com o mesmo estado de conservação fossem pontuadas de forma diferente. As notas finais foram convertidas em uma escala qualitativa que representa o estado de conservação, obedecendo as seguintes fórmulas:

$$NF = 0,35 \times (S+O) + 0,20 \times E + 0,10 \times C$$

NF = Nota Final	NF ≤ 0,25 - Muito Ruim
S = Nota das superfícies	0,26 ≤ NF ≤ 0,50 - Ruim
O = Nota dos ornamentos	0,51 ≤ NF ≤ 0,75 - Regular
E = Nota das esquadrias	0,76 ≤ NF ≤ 0,99 - Bom
C = Nota da cobertura	NF = 1,00 - Muito Bom

Por fim, com todos os dados coletados, a equipe inseriu as informações em uma planilha do Excel que foi importada para o QGIS. A planilha foi associada a uma camada vetorial contendo polígonos que representam a vista superior de cada uma das edificações da poligonal de tombamento. Assim, cada polígono correspondente a uma edificação passou a conter todos os dados levantados da mesma. O programa foi escolhido com o intuito de analisar se ferramentas gratuitas de SIG são eficazes para esse tipo de monitoramento.

4 RESULTADOS

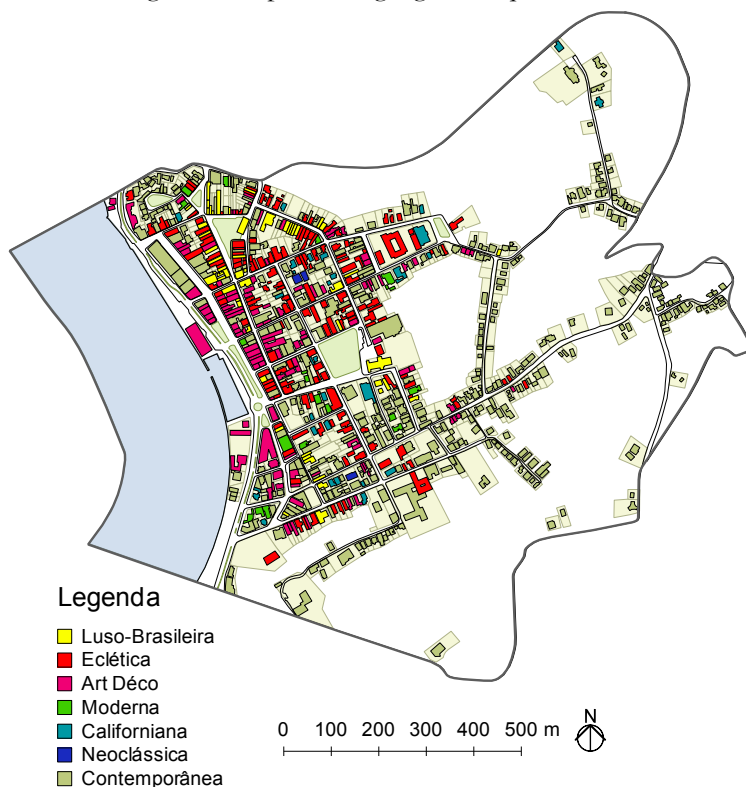
A partir de filtragens feitas no próprio QGIS, foi possível identificar e quantificar as principais características da área. Os mapas de linguagens arquitetônicas e uso do solo foram gerados para contextualizar o centro histórico de Laguna. Todas as porcentagens foram baseadas num total de 726 edificações.

Em termos de conservação a maioria das edificações está classificada como Muito Bom, correspondendo um total de 41,32% de todas as edificações, seguido de 34,15% de edificações em Bom estado, 13,63% em estado Regular, 5,37% em estado Ruim, 1,23% em estado Muito Ruim e um total de 4,26% que corresponde ao montante de edificações que está Em Construção, Em Restauro ou Em Ruínas, e que por essas razões não poderiam ser avaliadas na escala de Muito Ruim à Muito Bom.

Os dados coletados por meio do QGIS permitem contabilizar o número de edificações que estão em estado de arruinamento, construção e restauro. Existem 11 edificações em construção (1,51%), 9 edificações em estado de arruinamento (1,23%) e 11 edificações que estão em processo de restauração (1,51%).

A partir da filtragem de informações no QGIS, pode-se quantificar as porcentagens de exemplares de cada linguagem arquitetônica (Figura 2). Desta forma, constatou-se que: 6,8% das edificações são Luso-Brasileiras, 19,8% são Ecléticas, 3,6% são Californianas, 0,3% é Neoclássica, 14,6% são Art Déco, 2,3% são Modernas e 52,6% são Contemporâneas. A maioria das edificações contemporâneas estão localizadas próximas das regiões de morro ou nas bordas da poligonal, enquanto as Luso-brasileiras e Ecléticas estão mais concentradas na área central, onde se deram as primeiras ocupações, principalmente, próximas às duas praças. É importante ressaltar que muitas das edificações Ecléticas eram, originalmente, Luso-Brasileiras e passaram por reformas na época em que o ecletismo se popularizou no Brasil. Já as edificações Art Déco se localizam, principalmente, na margem da lagoa, em área aterrada.

Figura 2: Mapa de Linguagens Arquitetônicas

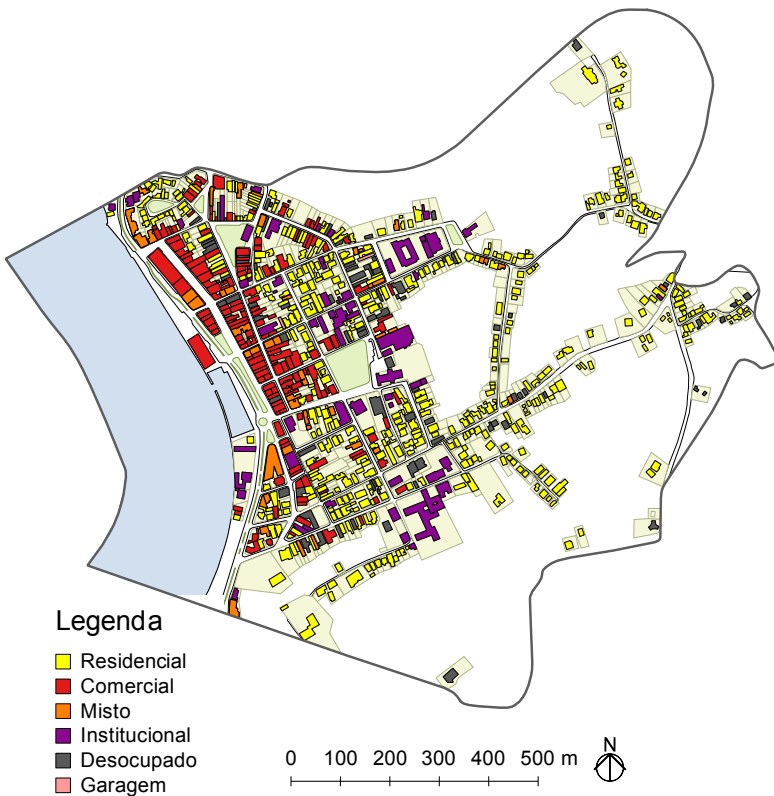


Fonte: Gerado pelos autores no QGIS, 2016.

Através do trabalho de campo foi possível identificar seis diferentes usos no centro histórico (Figura 3). O uso residencial foi o que teve o número mais significativo, com 386 edificações (53.17%) espalhadas nas áreas centrais e na porção leste da área, mais concentradas na região do morro e não muito presente próximo da lagoa. O segundo uso mais comum com um total de 157 edificações (21, 63%) é o comercial, que inclui não apenas lojas e bares, mas também serviços como escritórios e clínicas, este é mais concentrado nas proximidades das margens da lagoa. Há um total de 83 edificações que estão sem uso e somam 11,43% do total, as mesmas estão espalhadas pela região

da mesma maneira que os demais usos; existem 44 edificações de uso misto (6,06%); 53 edificações institucionais, que incluem ONGs, bancos, igrejas, o hospital e outros serviços públicos (7,30%); e apenas 3 edificações que são garagens (0,41%).

Figura 3: Mapa de Uso do Solo.



Fonte: Gerado pelos autores no QGIS, 2016.

Há dois problemas relacionados à linguagem arquitetônica e que são muito comuns na configuração da área: Falso Histórico e Descaracterização Arquitetônica.

Falso histórico vem a ser a edificação que foi construída na contemporaneidade, porém sua linguagem é mimetizada ou falsificada

para parecer com uma edificação antiga que possua interesse histórico. O total desses exemplares corresponde à 18 edificações (2.47%).

A descaracterização arquitetônica, por sua vez, está presente em 24,65% do total de edificações e ocorre quando alguma linguagem de interesse histórico perde sua originalidade por meio de mudanças nas fachadas ou telhado, mas especialmente em alterações aditivas ou subtrativas de ornamentos, aberturas, ou materiais de superfície, que são ocasionadas em reformas irregulares, sem a supervisão de um arquiteto.

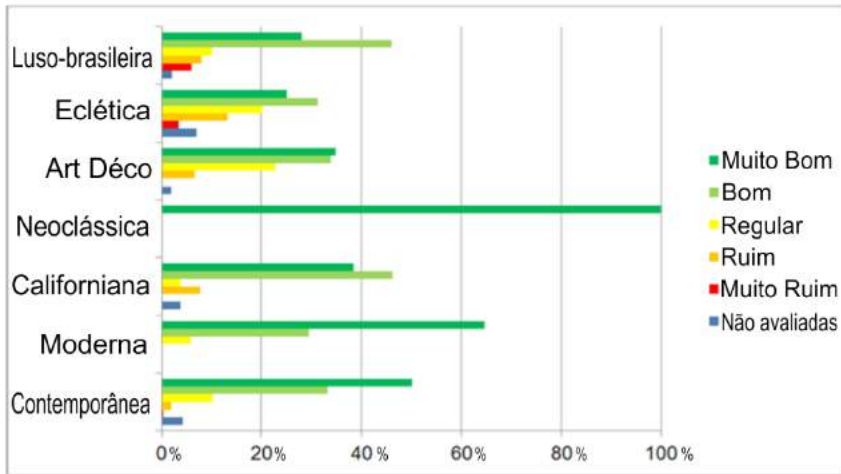
5 ANÁLISES

O programa permite a análise de dados através da seleção de feições (polígonos georreferenciados) por valor de atributo, o que ajuda na visualização e interpretação da informação sem a necessidade de gerar mapas. Através dessa seleção de feições, pode-se cruzar informações e analisá-las para produzir diagramas para estudar como diferentes atributos se relacionam. Por exemplo, pode-se cruzar as informações referentes a Uso do Solo e Número de Pavimentos e, assim, analisar quantas são as residências de um pavimento, os comércios de dois pavimentos e assim por diante. Logo, pode-se buscar os motivos por trás dessas relações, os riscos, as vantagens, desvantagens, consequências, entre outros. Quando aplicados à análises que influenciam diretamente no patrimônio edificado, esses estudos podem direcionar as ações do poder municipal e do IPHAN, afim de melhorar o gerenciamento e planejamento da preservação patrimonial.

Depois do desenvolvimento de mapas foi possível produzir gráficos para avaliar os diferentes tipos de informação e quantificar o

número de edificações em diferentes estados de conservação, baseado na linguagem arquitetônica e no uso, além de ser possível mostrar

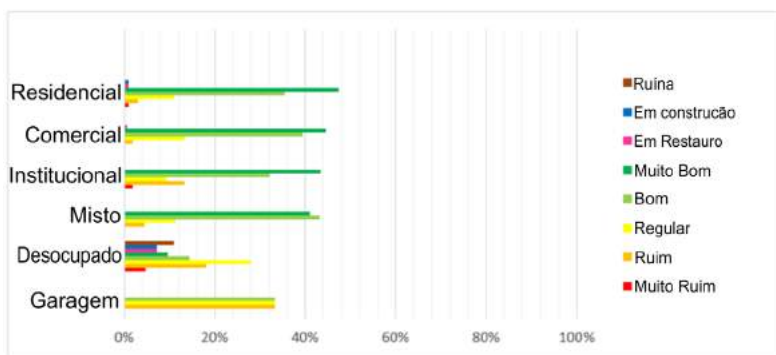
Figura 4: Gráfico de porcentagem do Estado de Conservação por Linguagem Arquitetônica.



Fonte: Gerado pelos autores, 2016.

A partir da análise do gráfico da Figura 4, foi identificado que a maioria das edificações foram classificadas como Muito Bom ou Bom, independente da linguagem arquitetônica. Também há um número considerável de edificações em estado de conservação Regular, principalmente nas linguagens Art Déco e Eclética com cerca de 20% do total de seus exemplares. Um pequeno número foi classificado como Ruim e Muito Ruim, sendo mais recorrente entre as edificações Luso-Brasileiras e Ecléticas, o que pode ser justificado pelo fato de que estas são as mais antigas construções do centro histórico. As não avaliadas representam as edificações em construção, restauro ou ruínas, portanto não receberam uma pontuação e juntas contabilizam 4,25% de toda a poligonal.

Figura 5: Gráfico de porcentagem de Estado de Conservação por Uso.



Fonte: Gerado pelos autores, 2016.

Já no gráfico da Figura 5, é possível observar um equilíbrio entre os usos Residencial, Comercial, Institucional e Misto, uma vez que a maioria foi avaliada como Muito Bom ou Bom. Há também uma porcentagem similar de edificações avaliadas como Regular e uma maior variação nessa porcentagem de Ruim e Muito Ruim. Nenhuma das edificações de uso Comercial e Misto foi classificada como Muito Ruim, possivelmente por causa da preocupação com a manutenção e aparência do edifício que o uso comercial requer. Por outro lado, o uso Institucional é o segundo uso com mais edificações em estado Muito Ruim de conservação, talvez pela falta de investimentos públicos e pela burocracia que atrasa o recebimento de verbas para restauração e manutenção dos bens imóveis. A partir disso, pode-se concluir que o constante uso e fluxo de pessoas é o principal responsável pela conservação de edificações no centro histórico de Laguna, o que também se comprova com a análise de edificações desocupadas, que em maioria, foram classificadas como Regular e Ruim e tem cerca de 5% de seus exemplares em ruínas.

6 CONCLUSÃO

Arquivos SIG permitem ao usuário relacionar informação para a localização geográfica, mas como todos esses dados e um programa de base SIG podem ser aplicados na preservação de um centro histórico como Laguna? Considerando o contexto de Laguna e pensando no uso da tecnologia por parte do IPHAN, este poderia aplicar o uso do programa indicando as casas com interesse histórico e anualmente acessar o estado de conservação, utilizando tanto a fórmula sugerida neste artigo ou uma ainda mais complexa, para então se necessário notificar os proprietários e orientar quanto ao tipo de ação de manutenção. Enquanto nesse estudo todas as edificações foram avaliadas com notas (com exceção das edificações em construção, restauro ou em ruínas), mesmo as que não possuem nenhum interesse histórico, no caso do órgão de preservação isso poderia ser feito apenas para as edificações que são relevantes para o órgão.

Atualmente isso é feito manualmente, com a utilização de diferentes arquivos e de diferentes programas, além de documentos impressos, portanto o uso de um programa de base SIG poderia concentrar todos os dados importantes em apenas uma plataforma. Isso também iria possibilitar ao órgão de preservação poder acessar o histórico de intervenções de cada edificação e adicionar mais informações sobre as edificações, como por exemplo, nome do proprietário, endereço, data da construção, histórico de restauros e notificações, etc.

Em algumas cidades brasileiras, os proprietários de edificações de interesse histórico recebem descontos nas taxas de IPTU como uma compensação pelas limitações e pelos custos de restauro que edificações históricas proporcionam. A tecnologia SIG aplicada a esses casos seria

uma maneira de tornar mais fácil de checar se os reparos estão sendo feitos de maneira adequada para o poder público garantir os descontos.

Os mapas e tabelas produzidos nesse artigo possibilitam uma ampla visão de como a área apresentada é configurada. Alguns fatores, como impossibilidade de entrada nos lotes e, em alguns casos, a falta de acesso visual às coberturas, limitaram uma avaliação ainda mais precisa, principalmente do estado de conservação e das descaracterizações. Este estudo focou na perspectiva do pedestre, analisando o que estava visível a partir das fachadas voltadas para a via pública. O uso de drones poderia ser um aliado para a avaliação de alguns elementos externos pertinentes às análises.

O banco de dados criado para produzir esse artigo pode auxiliar estudantes, professores, planejadores urbanos e os técnicos e arquitetos do IPHAN para trabalhar no monitoramento, na preservação e no gerenciamento da paisagem construída que contribui para o entendimento e a aprendizagem das atuais e futuras gerações. Esse trabalho também pode ser aplicado em outras áreas como pesquisas do município inteiro, melhorando ações de planejamento urbano em geral.

7 REFERÊNCIAS

DUTTA, M.; HUSAIN, Z. 2009. An application of multicriteria decision making to built heritage: The case of Calcutta. *Journal of Cultural Heritage* 10 (2009): 237–243.

FERNANDES, D.; ALONSO, J.; JULIÃO, R. P.; LOURENÇO, J.; RAMOS, R. 2014. O uso de SIG no património cultural: o caso do Alto Douro Vinhateiro. *Engenharia Civil / Civil Engineering*, Issue 48, pp. 7-21. Universidade do Minho.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. Centro histórico de Laguna. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Cadernos de Documentos, 2. Estudos de Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

JULIÃO, R. P.; SIG e Organizações. Factores chave para o Sucesso. 1as Jornadas SIG da Universidade de Aveiro. Aveiro. 2004.

MOURA, A. C. M. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. Belo Horizonte, Ed. da Autora, 2003. 294 p.

Capítulo 17

PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO E ARQUITETÔNICO DO ENTORNO DA AVENIDA ANTONINO FREIRE: MEMÓRIAS E USOS

Cláudio Leal¹

Lara Lopes²

Ísis Rodrigues³

Karina Cadena⁴

1 Introdução

A paisagem, seja ela urbana ou rural, de acordo com Emídio (2006), é instável, uma vez que é fruto da ação humana. Tanto a paisagem como a ação antrópica variam de acordo com as demandas de determinado contexto. À medida que a paisagem vai sendo alterada, registros, que expressam características da sociedade que a criou, são realizados. Estes, que podem ser materiais ou imateriais, tratam-se dos patrimônios.

Ghione (2013) corrobora com tal pensamento ao apontar que a arquitetura e o urbanismo materializam e transformam os valores temporais e culturais. Esses valores surgem com a apropriação de um lugar por parte do ser humano em um tempo designado. Por isso, a população vincula-se intimamente com a forma da arquitetura de

1 Graduando do Curso de Arquitetura E Urbanismo do Centro Universitário Uninovafapi; e-mail: arquitetoclaudioleal@gmail.com

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora do Centro Universitário Uninovafapi; e-mail: laracito@gmail.com

3 Mestre em História do Brasil; Professora do Centro Universitário Uninovafapi; e-mail: isis_meireles@hotmail.com

4 Mestranda em Artes, Patrimônio e Museologia; Professora do Centro Universitário Uninovafapi; e-mail: karinaferraz@uninovafapi.edu.br

ser vivenciada, modificada e readaptada, acompanhando sempre as transformações das mentalidades e costumes do local em que se insere (CHOAY, 2001). Também, segundo Rossi (1997, p.9), “não há nada mais peregrino que as estruturas urbanísticas e territoriais de uma cultura, nem mesmo a língua”, daí a importância e viabilidade de pesquisas nesta área.

Diante disso, o estudo do patrimônio contribui para um melhor reconhecimento da sua importância e para sua adaptação à cidade, que sofre mudanças constantemente. O conhecimento histórico propicia uma melhor compreensão da forma da cidade, podendo auxiliar no planejamento urbano contemporâneo, em intervenções nos centros históricos e no fortalecimento da cultura urbana. Assim, preservar o patrimônio cultural é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria.

Também, segundo Tomaz (2010), estudar o patrimônio promove a valorização daquilo que é comum a determinado grupo, no que é denominado memória coletiva. Ainda segundo o autor, a preservação da memória de um povo está intrínseca à preservação dos espaços por ele utilizados e de suas manifestações cotidianas. O reconhecimento da necessidade de se preservar o patrimônio se estabelece, dessa maneira, como imprescindível para o fortalecimento da identidade local e evita que ocorra sua descaracterização.

O presente trabalho, vinculado ao Núcleo de Pesquisa da Arquitetura Piauiense – NEAPI e ao Programa de Iniciação Científica – PIBIC do Centro Universitário Uninovafapi, propõe-se a ampliar os diálogos urbanísticos e arquitetônicos na Avenida Antonino Freire, localizada no centro da cidade de Teresina, buscando-se analisar conceitos

como Usos, Memória, Patrimônio e Identidade, uma vez que nesta área da cidade, constam edifícios de grande relevância para o Estado do Piauí.

Espera-se compreender, depois de findada a pesquisa, sob quais aspectos o patrimônio da Avenida Antonino Freire aproxima o cidadão da história local e fortalece sua identidade, assim como os pontos que poderiam ser melhorados para que isso aconteça, apontando caminhos para novos estudos e discussões acerca do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico da cidade de Teresina.

A metodologia utilizada, além da necessária atualização teórica, da pesquisa histórica e pesquisa arquitetônica, ficou compreendida em três etapas: levantamento, análise e proposições. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca dos temas em questão, tratando-se de fontes secundárias. Posteriormente, entende-se a necessidade de levantamento de fontes primárias, as quais serão compostas por visitas ao local para registro fotográfico e compreensão de sua dinâmica em relação ao uso do patrimônio.

2 PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL, IDENTIDADE E CIDADANIA

Para Oliveira (2009), uma identidade cultural é compartilhada por indivíduos que vivem sob a mesma cultura e é ela a responsável por formar o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou sociedade. A transmissão de valores culturais por meio da aprendizagem é o processo social pelo qual essa cultura se perpetua ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2009), sendo essa preservação de valores essencial para que a identidade cultural se mantenha viva e para que se mantenha a herança cultural. Esta herança são os patrimônios.

A descentralização da cidade e a criação de núcleos centrais geram o afastamento de setores sociais inteiros dos centros históricos patrimoniais. Isso leva à homogeneização de comércio e serviço nessas áreas, gerando abandono e degradação dessas áreas (BORJA, 2014). Em consequência disso, os centros perdem pulso e vitalidade e a qualidade cidadã empobrece. Nas grandes cidades, a população migra para regiões periféricas, aumentando o perímetro urbano e demandando maiores gastos com infraestrutura e, conseqüentemente, tem-se a criação de vazios urbanos a favor da especulação imobiliária. Tal prática revela a forte influência que forças econômicas possuem sobre a maneira como crescem a maioria das cidades brasileiras.

Varine (2012) classifica como danosa a sobreposição da esfera econômica na tomada de decisões das gestões de planejamento urbano. Para o autor, tanto o patrimônio material como imaterial são fruto cultural de um lugar e, como tal, devem ser tratados de forma a se adequar às demandas de sua localidade. Argan (1992) também critica o planejamento urbano que põe em segundo plano os componentes históricos e estéticos do urbanismo sobrepondo a eles a pressa modernizadora e racional da sociedade globalizada.

Percebe-se, a partir das ideias dos autores citados, que a população – mais do que somente aspectos econômicos, como a especulação imobiliária – deve ser ouvida e participar, junto aos governos locais, das atribuições de uso do patrimônio. Todas essas considerações reforçam como a participação da população tem influência direta sobre a imagem da cidade, a construção do sentimento de pertencimento e da cidadania. Para isso, observa-se como fundamental a educação patrimonial, a fim de que a população tenha interesse em participar de forma consciente. Isto se relaciona ao fato de a leitura da paisagem ser

pessoal, ou seja, cada sujeito, influenciado por suas vivências, memórias e cultura, atribui valor diferente ao objeto em questão (EMÍDIO, 2016).

Por isso, é essencial que as informações sobre a importância do patrimônio sejam compreendidas e se façam presentes constantemente na vida da população, para que esta o preserve e reconheça tal necessidade. Em relação a essa participação popular, Borja (2014) afirma que existe uma relação necessária entre o meio urbano e os direitos cidadãos. A democracia e o progresso estão estritamente relacionados com a cidade. A revolução urbana dominada pelo mercado, especialmente financeiro, aumenta ou gera desigualdades e pobreza, reduz a liberdade, aumenta os custos sociais devido à segregação e à distância-tempo e favorece a falta de solidariedade. Isso tudo leva à dissolução da cidade, que acaba por gerar grandes regiões urbanizadas de geometria variável e limites confusos, espaços lacônicos, bairros fechados ou marginais, dispersão do habitat, atomização social e insustentabilidade ambiental.

Como consequência desse processo, ocorre a degeneração da arquitetura (BORJA, 2014). Com a cidade dissolvida, surgem objetos arquitetônicos ostentosos e ilhados e, por isso, excludentes e inacessíveis para a população em seu entorno. São edificações invisíveis atrás de suas muralhas, o que em nada beneficia a conservação e o uso dos espaços públicos e do patrimônio e contribui para o enfraquecimento da sensação de pertencimento que os cidadãos possuem para com o lugar em que vivem.

Borja (2014) destaca como um objetivo para a requalificação urbana o incentivo à cidade compacta, heterogênea e que integra a história ao presente e aos projetos do futuro. A migração para a área central é importante para o bem-estar da população, por ser um local com mais fácil acesso a bens e serviços, além de favorecer a mistura cultural e consolidar a integração cidadã, formando espaços caracterizados pela

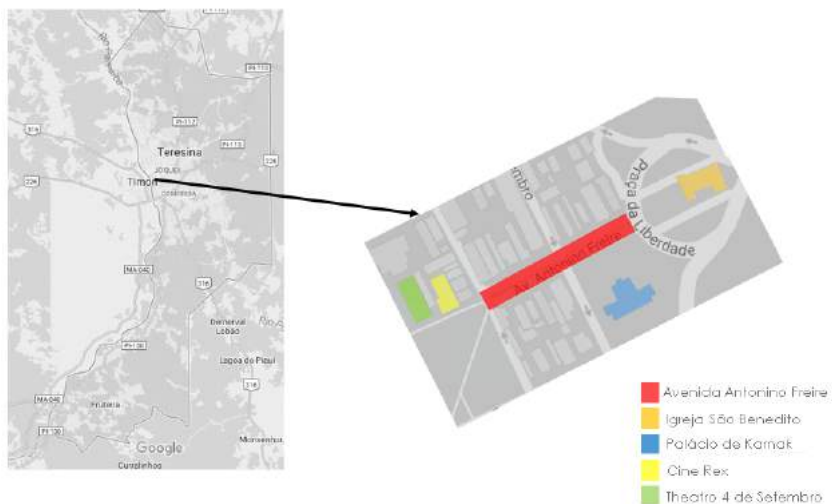
diversidade. Os centros, portanto, devem ter população residente e diversa e um dos fatores que contribuem para isso é a requalificação de uso dos centros históricos.

3 A AVENIDA ANTONINO FREIRE E SEU PATRIMÔNIO

A cidade de Teresina, capital do Piauí, tem como característica singular o fato de ser a primeira capital planejada do país, durante o regime imperial, no ano de 1852, o que foi resultado do contexto urbano da época, quando se queria criar novas cidades (BRAZ E SILVA, 2012). O plano urbanístico foi proposto apenas em 1855 pelo Conselheiro Saraiva, o qual previa a implantação da cidade na Chapada do Corisco, próximo ao Rio Parnaíba, local onde hoje é o centro da cidade (PADUA, 2011). A capital piauiense, entretanto, não foi privada do crescimento urbano inconsequente. O primeiro centro urbano da capital é também o seu sítio patrimonial mais rico, mas passa por dificuldades.

Nesse espaço, situa-se a Avenida Antonino Freire (MAPA 1), que, embora possua curta extensão, apresenta edifícios de grande relevância para o estado: a Igreja São Benedito, o Palácio de Karnak, o Cine Rex e o Theatro 4 de Setembro.

MAPA 1 – Localização da Avenida Antonino Freire e seus patrimônios (destacados).



Fonte: Google Maps, 2017 (imagem manipulada pelos autores).

No extremo leste da avenida, situa-se a Igreja São Benedito (FOTOGRAFIA 1). Em 2017 completou 100 anos desde a sua instalação (BRANDÃO, 2017). É fruto do trabalho de Frei Serafim. Está bastante ligada às origens da cidade e é um dos três templos católicos mais importantes da capital piauiense. Seu tombamento aconteceu em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN (BARBOSA, 2014).

Fotografia 1 – Igreja São Benedito



Fonte: Secom/Governo do Piauí, 2016.

O Palácio de Karnak (FOTOGRAFIA 2) é uma edificação de inspirações neoclássicas, localizado a 50 metros da Igreja São Benedito. Seu tombamento data de 1994. Embora não haja uma data exata de sua fundação, sabe-se que é uma construção do século XIX (FUNDAC, 2009). Funcionava primeiramente como um estabelecimento de instrução secundária em regime de internato, sendo comprado em 1926 pelo governo do estado para funcionar como sede do poder executivo estadual, passando por duas reformas significativas desde então para se adequar melhor a esse uso, como a retirada dos aposentos residenciais na década de 70 (FUNDAC, 2009).

Fotografia 2 – Palácio de Karnak



Fonte: Cláudio Valentim Roca Leal, 2017.

Fotografia 3 – Theatro 4 de Setembro (à esquerda) e Cine Rex (à direita).



Fonte: Érika Falcão, 2009.

O Theatro 4 de Setembro e o Cine Rex encontram-se lado-a-lado (FOTOGRAFIA 3). O primeiro, inaugurado em 1894, foi construído para ser a sede definitiva dos espetáculos teatrais em Teresina à época, sendo hoje uma casa de espetáculos de propriedade do governo do estado (FUNDAC, 2009). Sua fachada é um remanescente da arquitetura eclética do século XIX. Seu tombamento ocorreu em 1994 e, ao longo de sua história, passou por uma série de reformas. Duas das mais importantes ocorreram em 1973, quando teve sua área duplicada, embora essa mudança tenha sido desfeita durante a última reforma (SECULT), e em 1995, quando o Clube dos Diários, outra edificação importante do conjunto patrimonial teresinense, foi integrado ao teatro (FUNDAC, 2009).

Já o Cine Rex é um exemplar da Art Déco em Teresina, possuindo uma fachada geometrizada e escalonada, com pouca ornamentação. Inaugurado em 1939 e tombado em 1995, foi de propriedade de David e Theresa Cortelazzi (FUNDAC, 2009) até o ano de 2012 (RUFINO, 2012; CIDADE VERDE, 2012; CAVALCANTE, 2012). Passou por reformas em 1973 e 2005, neste último ano para funcionar como casa de shows (FUNDAC, 2009).

O tombamento dessas edificações citadas, no entanto, não garante a salvaguarda do patrimônio. São necessárias ações mais eficazes por parte do gerenciamento da cidade para que o patrimônio da Avenida Antonino Freire possa ser devidamente requalificado.

O Plano Diretor da cidade de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, previa um conjunto de objetivos, traçados entre agosto de 2001 e agosto de 2002, a serem alcançadas até o ano de 2015, sendo a preservação do patrimônio histórico cultural uma das metas estabelecidas. Estavam previstas as seguintes mudanças para o centro da cidade, onde se insere a Avenida

Antonino Freire: sua revitalização; a asseguuração da organização, segurança, limpeza e dinamicidade do setor comercial; a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, com praças, ruas, monumentos e edificações preservadas, com uma bela paisagem urbana reabilitada; melhor tráfego, adequação dos estacionamentos e racionalização e ordenamento do uso das vias e ocupação do espaço. Também se encontravam como objetivos a revisão da legislação ambiental sobre o patrimônio construído, a criação de uma legislação específica para a preservação do patrimônio e a educação patrimonial histórico-cultural.

Entretanto, findado o prazo do ano de 2015, observou-se que as metas estabelecidas não foram alcançadas efetivamente. Um provável agravante para essa problemática trata-se do andar desconjuntado do Plano Diretor com o Plano de Governo 2012-2016, que engloba o fim da vigência da Agenda 2015. Apenas o atual plano, 2017-2020 propõe medidas de intervenção que visam a preservação patrimonial e a promoção de sua valorização.

Isso acabou por proporcionar atualmente uma série de problemas ao patrimônio da Antonino Freire. A Igreja São Benedito, por exemplo, tem passado por problemas nos últimos anos. Em setembro de 2016, parte da estrutura da torre sul desabou por falta de manutenção e desde então a igreja se encontra fechada para reforma (BARROS; SANTIAGO, 2016). Já em junho de 2017, houve arrombamento das portas e alguns de seus bens foram furtados (G1 PI, 2017). Essas situações demonstram a desvalorização pela qual a igreja passa, que implica falta de zelo por parte dos agentes dessas ações contra o patrimônio.

Também, o entorno do Theatro 4 de Setembro e do Cine Rex causam insegurança aos passantes, especialmente no horário da

maioria de seus espetáculos, à noite, sendo necessárias estratégias de requalificação da área. Essa insegurança afasta a população desses locais, que poderiam servir como instrumentos de revitalização do centro histórico. Soma-se a esse problema a iniciativa de lojistas do centro que pedem a abertura do trecho da rua que passa em frente a essas duas edificações (ANDRADE, 2017). Atualmente, a rua, que é uma extensão da Avenida Antonino Freire, é fechada a veículos e a sua abertura faria com que o patrimônio passasse ainda mais despercebido às pessoas, que iriam se locomover rapidamente pelo local em seus veículos, e os pedestres, melhores observadores, perderiam um espaço formidável para circulação e conhecimento do local. Percebe-se, então, o quão importante é a requalificação do patrimônio e de seu entorno para trazer a população a vivenciar os centros históricos, aproximando-a da própria história.

Reconhece-se as qualidades estéticas do patrimônio da Avenida Antonino Freire, embora ele não esteja plenamente preservado em todos os casos. Recorrendo-se ao conceito de Lynch (2014) sobre imaginabilidade, sendo esta a qualidade de um objeto físico capaz de evocar no observador uma imagem forte desse objeto, observa-se que muitas vezes os aspectos físicos e estéticos não são suficientes para que essa evocação de imagem aconteça. É nesse contexto que entra a importância do uso das edificações, o qual deve retomar a importância dada a essas elas pela população. Esse uso, proporcionado por um processo de requalificação urbana, mostra-se um aspecto essencial para a preservação da memória desse patrimônio teresinense.

Dessa forma, é importante que o patrimônio seja imediatamente inventariado à custa de ser mais descaracterizado, prejudicando a preservação da identidade local da cidade. Nota-se que ele não tem

sido valorizado de forma adequada e não é devidamente reconhecido por sua própria população, mostrando-se despercebido e esquecido.

A falha na identificação do patrimônio da Avenida Antonino Freire como componente da imagem da cidade de Teresina por parte de seus próprios habitantes revela uma necessidade de estudos patrimoniais que devem ir além dos estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo e áreas do saber correlatas, carecendo não apenas de um trabalho multidisciplinar, mas também de uma ênfase maior sobre esse tema na educação básica. A população possui papel primordial na preservação patrimonial, participando da revalorização dos sítios patrimoniais (BORJA, 2014). O estudo do patrimônio, seu inventariamento e a sua apresentação às pessoas, portanto, são condição *sine qua non* para que a avenida em estudo passe a ser vista, lembrada e valorizada.

4 CONCLUSÃO

A partir das ideias expostas, é possível perceber que a preservação do patrimônio da Avenida Antonino Freire tem relação direta com o exercício da cidadania e a preservação da memória coletiva da população teresinense. Surge, por conta disso, a necessidade dessa preservação. Embora haja a necessidade da requalificação das regiões que abrigam o patrimônio histórico teresinense e existam metas estabelecidas no Plano Diretor da cidade para que isso ocorra, percebe-se que, no que se refere ao patrimônio da Avenida Antonino Freire, poucas dessas metas foram alcançadas e o pouco que foi feito não promoveu grandes melhorias efetivamente.

Também, constata-se que a prática do tombamento não garante a salvaguarda do patrimônio arquitetônico nem proporciona

seu reconhecimento, como demonstram os problemas citados sobre as edificações abordadas nesta pesquisa. É necessário seu uso adequado que atenda aos anseios da população no momento.

Conforme mencionado, a Avenida Antonino Freire possui, através de suas edificações, diferentes tempos de construção da cidade demarcados, assim como configura-se local de memória para os habitantes mais antigos. A arquitetura por si só, como menciona Rossi (1988) é depositária de história, devendo, portanto, ser conhecida, divulgada e apropriada pelas novas gerações. Considerando-se a cidade como território em constante transformação, é cada vez mais difícil manter as construções isoladas no tempo e, reforça-se a necessidade do conhecimento e a preservação da sua história e costumes como fator fundamental para que a cultura de um povo não seja perdida.

Nesse aspecto, a documentação como agente de preservação da arquitetura tem sido amplamente debatida visto que a documentação e a discussão destas questões possibilitam que a produção da história seja pesquisada, escrita, conservada, comprovada e revisada. Oliveira (2008, p.9) considera que a imagem dos objetos do passado “pode substituir, embora parcialmente, a necessidade imanente à natureza humana de manter contato com o que se foi”. Isso porque o estudo da evolução metodológica da historiografia do século XIX é, portanto, uma maneira de compreendermos melhor nosso próprio tempo (PUPPI, 2005).

A Educação Patrimonial apresenta-se, portanto como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização de sua cultura brasileira, compreendida

como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

De acordo com Assunção (2013, p.1) por estabelecer uma relação de aproximação do indivíduo com o patrimônio, a Educação Patrimonial contribui para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que compreenderá a importância da preservação dos bens culturais para a preservação da memória e da identidade de um povo ou nação e da necessidade da ação de proteger e escolher seus bens patrimoniais.

5 REFERÊNCIAS

ARGAN, G.C. A história da arte como história da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

ASSUNÇÃO, Paulo de. O Patrimônio. Edições Loyola, 2003.

BARBOSA, Raoni. Igreja São Benedito completa 140 anos no próximo dia 13 de junho. Cidade Verde. Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/164627/igreja-sao-benedito-completa-140-anos-no-proximo-dia-13-de-junho>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BARROS, Juliana. SANTIAGO, Pedro. Parte de torre desaba e Igreja São Benedito é interditada. G1 PI. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/09/parte-de-torre-desaba-e-igreja-sao-benedito-e-interditada-em-teresina.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BORJA, J. El fin de la ciudad postmodernista y el derecho a la ciudad. In Revolución urbana y derechos ciudadanos. Buenos Aires: Café de las ciudades, 2014, p. 269-344.

BRANDÃO, Vera Alice. Igreja de São Benedito completa 100 anos de história. Arquidiocese de Teresina. Disponível em: <http://arquidiocesedeteresina.org.br/2017/03/13/igreja-de-sao-bendito-completa-100-anos-de-historia/>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRAZ E SILVA, A. M. N. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 18, p. 216-236, 2012.

CIDADE VERDE. Clube Rex volta a Teresina e promete mudar o conceito de festa na capital. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/107553/club-rex-volta-a-teresina-e-promete-mudar-o-conceito-de-festa-na-capital>. Cidade Verde. Acesso em: 01 set. 2017.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

G1 PI. Igreja São Benedito tem patrimônios históricos danificados e sofre furto. G1 PI. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/igreja-sao-benedito-tem-patrimonios-historicos-danificados-e-sofre-furto.ghtml>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

GHIONE, R. Tempo e Lugar. Disponível em: <http://www.caupr.org.br/?p=6432>. Acesso em: 20 jun. 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

EMIDIO, T. Meio Ambiente & Paisagem. SENAC. São Paulo. 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ. Bens tombados no Piauí. Coordenação de registro e conservação. 2009. Disponível em: http://www.fundac.pi.gov.br/download/200908/FUNDAC07_c552bc2f3a.pdf. Acesso em: 29 jun. 2017

LYNCH, K. A imagem da cidade. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

OLIVEIRA, P. S. de Introdução à Sociologia. 1 ed. São Paulo: Ática, 2009.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

PÁDUA, C. M. Planejamento Urbano em Teresina de 1969 a 2000. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

PUPPI, Marcelo. A nova história do século XIX e a redescoberta da dimensão imaginária da arquitetura. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.058/486>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

RUFINO, Daiane. Cine Rex será desapropriado para instalação de Centro Audiovisual. Portal AZ. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/noticia/arte-e-cultura/236604/cine-rex-sera-desapropriado-para-instalacao-de-centro-de-audiovisual>. Acesso em: 01 set. 2017.

SANTOS, Amanda. Teresina recebe mais uma casa noturna: o Clube Rex. 180 graus. Disponível em: <https://180graus.com/agenda-cultural/teresina-recebe-mais-uma-casa-noturna-clube-rex-542274.html>. Acesso em: 01 set. 2017.

SECULT. Theatro 4 de setembro. SECULT. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/theatro-4-de-setembro/>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

TERESINA. Lei Municipal no 3.151, de 23 de dezembro de 2002. Institui o Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015 como Plano Diretor de Teresina. Portal da Prefeitura Municipal de Teresina. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Lei-n%C2%BA-3.558-de-20.10.2006-PLANO-DIRETOR.pdf>. Acesso em: 04 set. 2009.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02-, 2010

VARINE, H. de. As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

Capítulo 18

MORADIA EM PEDRA E BARRO: A VIVENDA CAIÇARA E O PATRIMÔNIO RURAL PIAUIENSE

Amanda Cavalcante Moreira¹

Amanda Lages Lima²

Camila de Sousa Ferreira³

Carliene Lima Silva⁴

Taianne Vanne Neco de Sousa⁵

Wanderson Luis Sousa e Silva⁶

1 Introdução

No decorrer da colonização da então chamada Terra de Santa Cruz, dentre os costumes e hábitos inseridos na sociedade em formação, o ‘modo de morar’ se constituiu de maneira peculiar. A arquitetura, em destaque, devido as condições sociais, econômicas e climáticas, restringiu-se inicialmente apenas à aparência em decorrência do uso de materiais semelhantes, das técnicas construtivas adaptadas (e

1 Professora da Universidade Federal do Piauí; Doutoranda em arquitetura e urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e-mail: amandacmoreira@hotmail.com

2 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: amanda.lages@hotmail.com

3 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: camilasfg@live.com

4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: carlienelimaesilva@gmail.com

5 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: taianneneco@gmail.com

6 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí; e-mail: wandersonluis-05@hotmail.com

muitas vezes ignorada em prol da estética) e da tentativa de repetir os modismos do reino. Em foco, a arquitetura residencial rural apresentou divagações interessantes que contribuíram para a formulação da entendida Arquitetura Vernácula, como define Lemos (1989, p.15):

[...] Aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com seu próprio e exclusivo “saber fazer” [...] A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural.

Como significativos exemplares da arquitetura vernácula brasileira, as casas de fazenda piauiense sofrem forte influência da agropecuária – uma das principais fontes econômicas da região no período colonial e, segundo Silva Filho (p. 73-74, 2007):

Despojada de qualquer aparato ornamental, expressam toda a pureza e rusticidade [...] das paredes de pedra seca e terra crua. [...] A estrutura é ornamento, a essência que assinala essa particularidade regional e confere estabilidade arquitetônica. Coberturas, alpendres, sistemas construtivos, além do arranjo setorial, espelham a autonomia do espírito rural.

Diante da importância desses exemplares para o estudo e registro da história da arquitetura brasileira e da vastidão de técnicas, formas e materiais empregados, o objeto de estudo deste artigo é a “Vivenda Caiçara”, uma casa de fazenda do século XVIII que se constitui como um exemplar único tanto pelas técnicas construtivas quanto pelas soluções de conforto térmico aplicadas. Ademais, a disposição dos cômodos e das aberturas representam bem as necessidades da família

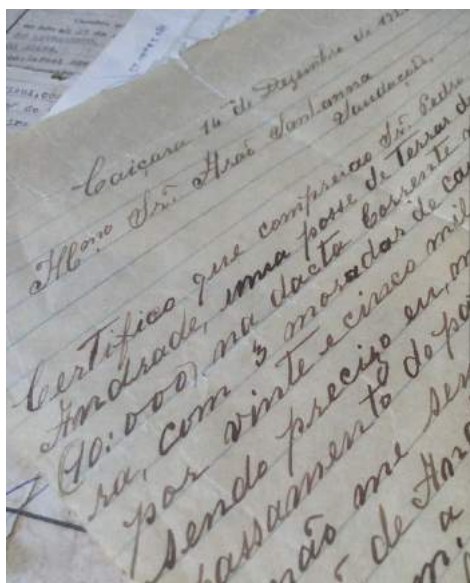
proprietária e das tradições da época, deixando claro a hierarquização e a setorização típica das casas dessa tipologia.

Abordando esta Vivenda como principal exemplo para análise, este escrito propõe-se a estudar o processo de construção e transformação da arquitetura da casa de fazenda piauiense com técnica de construção mista, por meio de entrevistas, levantamento arquitetônico e remonte histórico. A fundamentação baseia-se em escritos de Carlos Lemos sobre a casa brasileira, na vivência de J.N.B. de Curtis, considerações de Roberth Smith e nos estudos de Olavo Pereira da Silva Filho e Paulo Thedim Barreto sobre a arquitetura vernácula do Piauí. A partir destas considerações, se analisa da Vivenda Caiçara: a história, a implantação e sua relação com o entorno, as técnicas construtivas e a planta baixa e organização dos cômodos, além da sua importância como exemplar constituinte do patrimônio arquitetônico piauiense.

A moradia foi construída por volta da década de 1910 na Fazenda Caiçara⁷, terras que recebiam esse nome pela proximidade com os rios Corrente e Sambito, e até hoje a fazenda é remanescente de herança da família proprietária. A vivenda pertencia ao casal Ferreira e Livramento, que possuía dez filhos e tinha como atividade principal de subsistência, a pecuária bovina e a agricultura, voltada para o plantio de grãos, como arroz, feijão e milho. O documento a seguir descreve o tamanho da terra, entretanto não faz menção às edificações.

⁷ Etimologicamente, de acordo com o dicionário Aurélio de português, a palavra Caiçara significa terra entre rios.

Figura 01 – Documento que descreve as terras.



Fonte: FERREIRA, C.S. 1929. Acervo pessoal da autora.

Devido à necessidade familiar, o programa da casa contava com lugares espaçosos e amplos, além de servir também de depósito para as colheitas. A moradia ainda pertence à mesma família, entretanto, apesar de ainda servir como residência é utilizada apenas esporadicamente para lazer dos proprietários e, diante do das suas características e memórias, tem sua materialização a partir de um processo cultural, formado pela junção de saberes tradicional e técnicas experimentais, conforme discorrem os autores abaixo sobre as técnicas tradicionais:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal,

tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6).

2 DESENVOLVIMENTO

Situada atualmente na área rural da cidade de Capitão de Campos, a cerca de 144km de Teresina, a Vivenda Caiçara localiza-se entre as cidades de Teresina e Parnaíba, duas das principais cidades do estado no século XIX (Figura 01).

Figura 02 - Localização da Fazenda Caiçara



Fonte: Google Maps, 2017. Editado por SOUSA, T. V. N.

Pelas características próprias da sua função, esta residência situava-se distante das demais, sendo a Fazenda da Dona Alemã⁸, a 1,5km de distância, um dos mais próximos exemplares desta, como demonstra a imagem a seguir (Figura 02).

⁸ A Fazenda da Dona Alemã é “representante da arquitetura rural piauiense do final do século XIX. Sua edificação data do início das construções do antigo povoado que deu origem àquele município.” (FUNDAC, 2009).

Figura 03 - Localização da Fazenda Caiçara no município de Capitão de Campos.



Fonte: Google Maps, 2017. Editado por SOUSA, T. V. N

Ainda segundo Silva Filho (2007, p. 78):

Uma das características básicas das casas de fazenda é a sua articulação com o território, numa relação de intimidade que se avista na seleção de pequenos outeiros dominantes para a implantação das casas. Mas por vezes, há casas encravadas em grotões ou olhos d'água [...] Não se pode dizer de seguirem a agulha cardeal. Ventos e chuvas nunca foram determinantes de orientação, enquanto o sol queima por todos os lados. À guisa de proteção, dispunham de um grande terreiro no entorno para identificar qualquer movimento estranho nas proximidades da casa. Muitos desses terreiros se conservam cercados para resguardar também dos animais. Terreiros que, no passado, por vezes, transformaram-se em adros de igrejas e praças de arraiais. Dos alpendres, estrategicamente indicando as frentes das casas, podia-se descortinar os descampados e tabuleiros e vigiar os currais, muitos conjugados às casas. Ocasionalmente, até com telhados avançando sobre eles. As fazendas

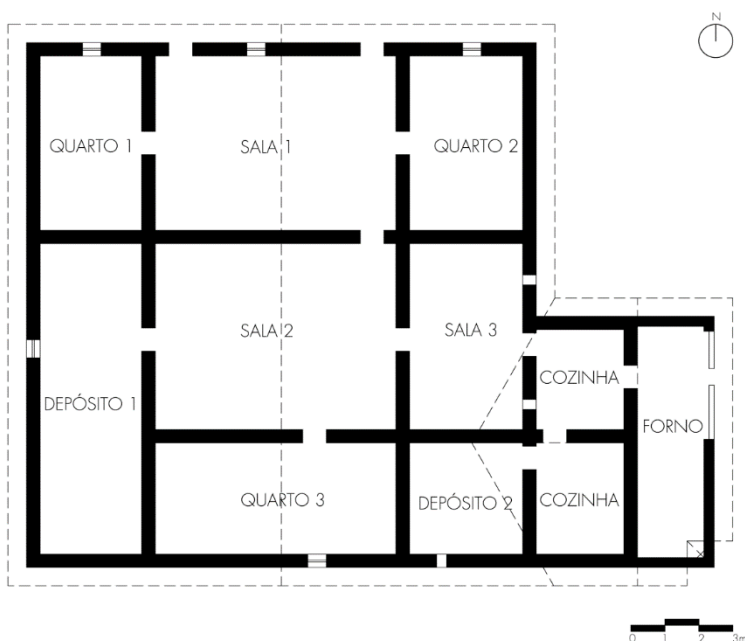
foram como matrizes cristãs assentadas em suaves plataformas, projetando teatralidade, imprimindo respeito e controlando os costumes.

Alinhada com a descrição de Silva Filho (2007), a Vivenda Caiçara está implantada em um dos mais elevados pontos do terreno e dispõe de um vasto terreiro em seu entorno, possibilitando uma boa visibilidade aos seus usuários, o que, de certa forma, garantia proteção, respeito e controle. Sobre a implantação das fazendas da região central paulista, Benincasa (2017) diz que a presença de água era um dos fatores determinantes na escolha do sítio, assim como Honório (2015) afirma sobre a locação dos engenhos de cana da região do Rio Grande do Norte, sendo esta uma constante nos núcleos rurais produtivos no Brasil no século XIX, que se confirmou na arquitetura rural piauiense e na Vivenda Caiçara, que localiza-se às margens do riacho Sambito, como já evidenciado na figura anterior.

Com relação à planta baixa (Figura 03), A vivenda caiçara trata-se de uma casa térrea e apresenta modulação regular condizente com as técnicas construtivas utilizadas em sua edificação. O acesso à residência se dá partir das fachadas Norte e Leste, sendo o primeiro social e o segundo de serviços. Por fim, a configuração da planta baixa se dá em L, sendo os cômodos fragmentando em espaços quadrados e retangulares, traçado bastante comum às casas rurais piauienses, como afirma Barreto (1938, p.195):

Nas casas que pudemos observar a planta é sistematizada. [...] Em geral as casas são de um só pavimento; é raro encontra-se de dois ou três. A arquitetura é de pura expressão popular. [...] A planta geralmente é e forma de L; algumas vezes em U.

Figura 04 - Planta Baixa da Vivenda Caiçara.



Fonte: FERREIRA, C.S. Editado por SOUSA, T. V. N.

A planta baixa da Vivenda Caiçara se apresenta como uma variação do tipo “porta e janela” e da “meia-morada”. O acesso aos quartos, ao depósito e às cozinhas é feito a partir das salas comuns, havendo certa independência entre esses cômodos. Por outro lado, destaca-se a ausência de um corredor conectando os espaços, assim como da varanda, elemento característico das casas de fazenda piauienses.

Ainda que sua construção date do início do século XX, uma característica peculiar dessa residência é a falta de privacidade em sua configuração espacial, o que é evidenciado pela ligação direta entre os cômodos íntimos e os sociais. Apesar de os quartos não serem cômodos de passagem obrigatória, a ausência de um espaço de transição entre os

ambientes sociais e íntimos compromete a privacidade dos moradores da residência.

Além do programa comum à casa rural piauiense - dormitórios, salas e cozinhas – a residência em questão apresenta uma grande área destinada a depósitos, o que é justificado pela forte presença da agricultura de subsistência no cotidiano da família Gomes e Livramento. É importante destacar que a presença desses recintos era um traço comum a diversas casas de fazenda por todo o país, sendo observado desde o sertão nordestino até o interior paulista, como descreve Benincasa (2007, p. 106): “nas casas térreas não é raro encontrar cômodos, num dos cantos, com acesso somente externo, destinado a depósitos ou atividades como o trato das roupas [...]. Essas funções eram alocadas, em geral, na parte traseira do pavimento inferior”.

Diante de toda essa descrição da Vivenda Caiçara, é nas suas técnicas construtivas que se manifestam suas maiores peculiaridades frente ao cenário total da arquitetura rural piauiense do início do século XX. Segundo Silva Filho (2007, p. 103)

O clima seco e a pouca incidência de chuva garantiram vida alongada às estruturas de terra crua, muitas despidas de qualquer revestimento. O meio oferecia também abundantes jazidas de arenito (grés calcário), favorecendo o levantamento de estruturas de pedra e barro, inclusive nas casas mais humildes, via de regra mais vantajosas do que as paredes de sopapo. Do traslado da escritura de venda das fazendas Abelheiras e Foge Homem se extraem referências às casas de taipas. De alicerces rasos, são encontradas alvenarias de pedra de junta seca; de pedra e barro; taipa de carnaúba com enchimento de barro e pedra; taipa de varas; adobe e de tijolo queimado, além das mistas.

Apesar da variedade de alvenarias e técnicas construtivas apontados por Silva Filho como presentes na arquitetura rural piauiense do século XIX/início do século XX, seus levantamentos evidenciaram uma predominância do uso de alvenaria de barro como sistema construtivo. Na Vivenda Caiçara foi empregado um sistema construtivo misto: as paredes externas de orientação Norte/Sul foram construídas em pedra com junta seca (Figura 04) e as paredes Leste/Oeste foram construídas em adobe.

Figura 05 - Fachada em pedra da Vivenda Caiçara.



Fonte: FERREIRA, C.S. 1994. Acervo pessoal da autora.

Alguns aspectos justificam o uso dessa técnica construtiva mista, o primeiro deles, a disponibilidade de pedras de lajeiro em relativa abundância em um rio próximo às terras da fazenda. A irregularidade dessas pedras e as implicações estruturais resultantes do emprego desta fizeram necessário o uso do adobe nas fachadas opostas, e, apesar da singularidade frente ao cenário geral piauiense conferida à essa edificação em virtude da técnica empregada, na Fazenda da Dona Alemã já citada anteriormente, o sistema construtivo adotado foi o mesmo.

Com relação à estrutura do telhado – que se faz em duas águas - o material utilizado foi o tronco de carnaúba e a madeira de sabiá, árvores típicas do cerrado piauiense e encontradas em abundância. Devido à resistência e porosidade, a carnaúba era colocada em pontos de maiores esforços de cargas, como no vigamento e apoios da cobertura. Por ficarem expostas, as peças de carnaúbas também eram utilizadas como armadores de rede. Nas ripas era utilizado o sabiá, uma madeira de qualidade, mas entroncamento mais fino, que permitia um corte mais acertado para produção de ripas e terças.

3 A VIVENDA CAIÇARA COMO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PIAUIENSE

Devido aos poucos incentivos à preservação desses imóveis rurais, muitos deles foram descaracterizados, especialmente pelas novas necessidades das pessoas que os habitam. No caso da Vivenda Caiçara, foram adicionados dois banheiros internos, bem como esta teve suas fachadas de pedra rebocadas (Figura 05), devido à quantidade de poeira e insetos que se acumulavam nas paredes⁹.

⁹ Informação verbal obtida com os proprietários da fazenda.

Figura 06 - Vivenda Caiçara com fachada em pedra rebocada



Fonte: FERREIRA, C.S. 2017. Acervo pessoal da autora

Só a partir da década de 1970, de acordo com Pedrazani (2009), foi institucionalizado o patrimônio no Piauí, a partir de ações regulamentadas, reconhecendo a necessidade de proteção dos bens culturais. Na década seguinte, tais leis e instituições passam a ter algum grau de relevância no Estado, sendo salvaguardado por leis e instituições específicas de proteção. Essa missão será desempenhada por duas entidades: a FUNDAC (Fundação Cultural do Piauí), criada em 1975 e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a instituição federal implantada no estado do Piauí em 1984. Contudo, devido as diretivas sustentadoras das décadas anteriores no que tange à arquitetura, nota-se um afastamento do ideário preservacionista.

O fato de, tanto o CEC (Conselho Estadual de Cultura) quanto a FUNDAC e o seu Departamento de Patrimônio, terem suas atividades iniciadas dentro de um processo transitório, ao nível da política cultural nacional, os levará a difícil missão de ter que voltar seus olhares não só para o “novo”, mas também para o patrimônio tradicional, chamado de “pedra e cal”, pois pouco se havia feito em favor deste.

O resultado das atividades, já consolidadas, desses órgãos protetores se apresenta na forma de inventários, levantamentos e cadastros de bens tombados que trazem em seus escritos uma particularidade: o desequilíbrio entre o quadro do patrimônio urbano protegido e do patrimônio rural¹⁰ salvaguardado. Em destaque, a arquitetura produzida no Nordeste do País, principalmente em regiões interioranas, longe das capitais, é desconsiderada, ficando a mercê dos proprietários que nem sempre possuem relevante educação patrimonial, o que também se verifica no Piauí. Tal descaso contribui para a descontinuidade da memória local, tornando a população ainda mais distante e alheia ao seu patrimônio, ao passo que:

A noção de patrimônio está relacionada à herança, à propriedade de bens materiais ou imateriais. A sua existência pode ocorrer em diferentes escalas: entre duas pessoas, dentro de uma mesma família ou no decorrer do tempo em uma sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da comunidade se o mesmo estiver relacionado às raízes ou à essência desta. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia-a-dia. (FERREIRA; MOURA FILHA, 2012, p.63).

A facilidade de acesso, o conhecimento por parte da grande massa e a presença de um estilo arquitetônico elitizado, que normalmente não pertence ao Brasil, favorecem o tombamento e posterior preservação de edifícios inseridos no meio urbano. Apesar da importância indiscutível desse tipo de arquitetura, se faria importante prezar, pela preservação e conservação de uma arquitetura mais

10 Refere-se aos bens materiais cuja atribuição é, ou foi, voltada para as funções rurais.

tradicional e vernácula, que se aproxima muito mais do conceito de identidade social. Assim, em consonância, o desconhecimento das edificações rurais, a descentralidade das construções e a falta de uma educação patrimonial incrementam a não preservação da paisagem rural. Essa situação ainda é mais agravada quando os proprietários dessas propriedades têm origem modesta, onde muitas vezes a situação econômica não permite que os donos mantenham a construção conservada ao longo das décadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habitação rural é uma importante ferramenta de construção de um passado histórico, na medida em que revela não só a organização espacial dos ambientes residenciais de épocas anteriores, mas também fornece elementos que, se unidos, revelam o modo de morar, viver e de se relacionar das pessoas nos séculos passados.

Apesar de ser um exemplar peculiar e de importante relevância na composição do Patrimônio Cultural e Imaterial local, este último através do conhecimento empregado, é ainda ignorado pelos órgãos públicos de preservação, em prol da valorização das tendências estrangeiras, sobretudo europeias, contribuindo para a formação de uma visão distorcida da memória coletiva social (Lemos, 1985), evidenciada majoritariamente na inexistência de identificação da população para com os bens assegurados como patrimônio, configurando uma situação de ausência de pertencimento, favorecendo assim o descaso, que é ainda mais beneficiado pela precária, ou quase inexistente, educação patrimonial empregada no Brasil. Devido a isso, tem-se uma população pouco ligada aos bens patrimoniais, ou seja, não há relação de

pertencimento. Assim, o conjunto de bens dotados de interesse cultural fica muito refém do reconhecimento, por parte de inventários e por parte do tombo, o que fragiliza a conservação das técnicas tradicionais.

Por suas particularidades, é importante salvaguardar a Vivenda Caiçara como um exemplar que compõe o Patrimônio Cultural Regional, tendo em vista as considerações de Hugues de Varine Boham, ressaltadas por Lemos (1985), que classifica o Patrimônio Cultural em três categorias:

a) Elementos Naturais – quando os materiais são encontrados naturalmente no ambiente, possibilitando as particularidades de cada região, como observamos na fala de Lemos (1985), quando a língua virou dialeto e os usos e costumes quase que se vernacularizaram em novos feitos tão diferentes daqueles d'além mar. Salientamos a madeira de carnaúba e sabiá utilizadas na estrutura da cobertura, o barro utilizado na produção do adobe adotado como elemento de vedação e das pedras retiradas do rio Corrente também utilizadas como elemento de vedação autoportante na fachada principal.

b) Conhecimento – abrange todas as técnicas e conhecimentos empíricos que agrupam o 'saber fazer' de uma sociedade, como um patrimônio não tangível, que possibilita compreender a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente (Lemos, 1891). Evidenciamos as técnicas já não mais adotadas da alvenaria em pedra e em adobe de barro e a estrutura da cobertura em madeira roliça.

c) Bem Cultural – toda a sorte de coisa obtida a partir do meio ambiente e do saber fazer algo, compondo o que Lemos (1985) aponta como um

artefato como toda a sua significância preservada, por se tratar de um imóvel, o conjunto de materiais e técnicas empregadas asseguram a Vivenda Caiçara uma posição de destaque dentro da cultura local. (LEMOS, 1985, p. 24).

Assim, a vivenda caiçara, exemplar dessa arquitetura vernácula, mostra a sapiência existente por trás da simplicidade do objeto construído e daqueles que o construíram. Borges (2001) afirma “Somos nossa memória”. Então, a preservação desse objeto, e de todo edifício e paisagem cultural diz respeito a mais que manter pedra e barro em seus lugares. Essas ações tratam de resguardar e de conservar a memória comunitária, na medida em que no futuro, as próximas gerações possam conhecer como viveram seus antecessores.

5 REFERÊNCIAS

BARRETO, Paulo. O Piauí e sua Arquitetura. In: FAU/USP – MEC/IPHAN: Arquitetura Civil I: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAU/USP, 1975.

BENINCASA, Vladimir. Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

CRUZ, Luana Honório. Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação do território potiguar. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura, 2015.

FERREIRA, A. C. A. ; **MOURA FILHA**, Maria Berthilde . Proteção do Patrimônio Rural no Brasil: os engenhos de cachaça e rapadura de Areia/PB. Fórum Patrimônio : Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), v. 5, p. sn-sn, 2012.

FUNDAC. Bens tombados no Piauí. 2009.

LEMOS, Carlos A. C. *A casa brasileira*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1989. V. 1, 81p. (Repensando a história)

PEDRAZANI, Viviane. A construção do ideário preservacionista regional: Teresina e seu patrimônio cultural. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima. (Orgs). *Cidade e memória*. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2009.

SILVA FILHO, Olavo P. da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte, 2007.

Capítulo 19

A ESPACIALIZAÇÃO DA DÉCIMA URBANA COMO INSTRUMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Nádia Mendes de Moura¹

1 Introdução

Dentre os diversos instrumentos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, o tombamento é o que tem maior longevidade, tendo sido estabelecido em 1937 através do Decreto-Lei nº 25. De acordo com Sonia Rabello (2015, p. 01), o “DL 25/37 mostrou ser um instrumento técnico-jurídico conciso, simples e eficaz, o que viabilizou sua permanência no ordenamento jurídico nacional por décadas, até os nossos dias”. Segundo o DL 25/37, o tombamento incide sobre bens imóveis e móveis, inclusive monumentos naturais, desde que sejam portadores de valores culturais. Inseridas nesse bojo, edificações e cidades podem ser alvo de proteção.

Este artigo se propõe a apresentar subsídios para incrementar o processo de tombamento de conjuntos urbanos e sua poligonal de proteção, uma vez que, com a espacialização dos dados provenientes da Décima Urbana, é possível se aproximar do que foi a cidade colonial no início do século XIX, época em que o imposto foi criado. A reconstituição da cidade pretérita, por mais que vários vestígios materiais já tenham se perdido, é essencial para a elaboração de um processo de tombamento, em especial no caso de sítios em que a iconografia de época é escassa.

1 Doutoranda FAUUSP – bolsista CAPES; e-mail: nadiammoura@yahoo.com.br

Entendendo que a cidade é um organismo vivo e se compõe de estratos de tempos sucessivos impressos nas “rugosidades”² do presente, a cidade e os edifícios, da forma como chegaram aos dias atuais, assim como seus registros em tempos anteriores, são importantes documentos de análise e não podem ser descartados. A Décima Urbana trabalha no sentido de desvelar aspectos desses estratos que, em muitos casos, podem estar encobertos por intervenções mais recentes, revelando até onde ia a cidade colonial que chegou nos primeiros anos do século XIX³. Se o tombamento incide sobre o “patrimônio histórico e artístico nacional”, ter a Décima Urbana como ferramenta de análise é, sem sombra e dúvida, uma forte aliada na elaboração do processo de tombamento e no desenvolvimento de normativas visando a preservação desses bens.

A Décima Urbana já foi utilizada anteriormente para instrumentalizar processos de tombamento anteriormente, conforme ocorreu no caso de Pirenópolis (GO) nos anos 1980. Nessa oportunidade, a equipe da 8ª DR SPHAN/PróMemória se valeu da Décima Urbana, juntamente com outras fontes, na elaboração do processo evolutivo do sítio urbano, cobrindo o intervalo que vai do início da extração do ouro, no século XVIII, até o século XX. A proposta desse artigo é revelar outras formas de análise da Décima Urbana, inspirada sobretudo na metodologia adotada por Beatriz P. S. Bueno (2005), culminando na espacialização dos dados em SIG⁴ sobre uma base atual.

2 Tomando emprestado o termo cunhado por Milton Santos (2014, p. 140).

3 A Décima Urbana lista todos os imóveis enumerados com a identificação dos logradouros. Ao espacializar os dados em base cadastral georreferenciada, é possível vislumbrar os limites do núcleo urbano ao término do período colonial.

4 Sistema de Informação Geográfica – em língua inglesa é conhecido por GIS (Geographic Information System).

2 DÉCIMA URBANA E A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Reconstituir uma cidade em seus tempos pregressos não é tarefa fácil. Alguns pesquisadores como Mauricio de Abreu, Nireu Cavalcanti e Beatriz Bueno conseguiram trazer à luz questões importantes acerca das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nos séculos passados, tendo como base a análise de fontes primárias. Mauricio de Abreu (2010, p. 303), ao reconstituir o espaço da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVII, assume que o processo de reconstrução da cidade antiga “é muito mais pretensioso do que realizável”. Nem por isso desanima, posto que sua publicação em dois volumes “Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)” abre importantes discussões sobre a transformação da cidade, servindo de baliza para pesquisadores de história social e urbana. Nireu Cavalcanti (2004) também se aventurou pelo Rio de Janeiro colonial, revelando a complexa estrutura social da cidade no Setecentos e início do século XIX, desvelando aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos, rebatidos no espaço urbano.

Fontes diversas podem servir de subsídios para reconstituir o espaço urbano de uma cidade, como narrativas e descrições do período estudado, cartografia e iconografia de época, acervo cartorial e, também, documentos oficiais e fiscais como a Décima Urbana. A Décima Urbana, principal fonte desse ensaio, foi um imposto predial implementado a partir de 1808 e correspondia a 10% do rendimento anual dos imóveis urbanos, declarados isentos os bens da Santa Casa de Misericórdia, o patrimônio público e os imóveis de pessoas pobres, devidamente identificadas como tal.

Para a espacialização dos dados da Décima Urbana em SIG, foi adotada a metodologia aplicada por Beatriz P. S. Bueno (2005, p. 60) ao reconstituir a cidade de São Paulo por meio da Décima de 1809.

A autora legou um passo-a-passo metodológico para os interessados nesse tipo de fonte:

I - Buscar um mapa-base contemporâneo ou próximo do ano da Décima estudada, de preferência uma planta cadastral com o desenho dos lotes;

II - Compilar os dados manuscritos;

III - Elaborar um banco de dados com os campos de informações a serem entrecruzadas;

IV - Espacializar lote a lote as informações, alimentando simultaneamente o mapa-base georreferenciado e o banco de dados;

V - Complementar os dados da Décima com os de outras fontes contemporâneas ao documento (censos, relatos de viajantes e relatórios);

VI - Confrontar os dados da Décima com iconografia disponível;

VII - Consultar fontes secundárias para sanar eventuais lacunas.

No que tange a utilização do SIG para pesquisas em História Urbana, a principal referência diz respeito aos estudos de Gauthiez e Zeller (2014), realizados desde a década de 1990 na Universidade de Lyon. Os autores espacializaram dados dos séculos XVII e XVIII referentes ao caso lionês, desenvolvendo um know how importante para o entendimento dos processos de transformações sociais e urbanos na escala do edifício, só possível por meio do georreferenciamento. O SIG permite cruzar e espacializar dados oriundos de fontes diversas como

“Permissões de Construção”⁵, “Regulamentação Geral de Alinhamento”⁶ e dos impostos similares às Décimas Urbanas (o Vingtième⁷). Nesse sentido, Gauthiez e Zeller realizaram um trabalho pioneiro, revelando aspectos sociais de Lyon contextualizados e cotejados com a realidade material da cidade regressivamente. Enfrentando obstáculos comuns ao se trabalhar com a espacialização da Décima Urbana, a dupla de autores franceses (GAUTHIEZ; ZELLER, 2014, p. 102) deparou-se com dificuldades em identificar o trajeto estabelecido pelos fiscais da Vingtième, uma vez que foram adotados critérios subjetivos no seu percurso rua a rua, quarteirão por quarteirão.

3 ESPACIALIZAÇÃO DA DÉCIMA URBANA

Tomando como base a metodologia supracitada, optou-se por trabalhar com a cidade de Pirenópolis, fruto do ciclo do ouro na primeira metade do século XVIII e tombada pelo IPHAN nos anos 1980⁸. O Fundo Brasil Colônia do arquivo do Museu das Bandeiras (MUBAN) na cidade de Goiás abriga as Décimas Urbanas de Vila Boa (atual Goiás) e de vários arraiais goianos, como o de Meia Ponte (atual Pirenópolis). O ano escolhido para análise foi o de 1819, por aproximar-se temporalmente de outras fontes (compostas sobretudo

5 Que revelavam as transformações nas edificações ao longo dos anos, assim como suas características e nomes dos responsáveis.

6 Referente às normas de alinhamento das ruas e praças, visando o *embelezamento* da cidade, que crescia a passos rápidos.

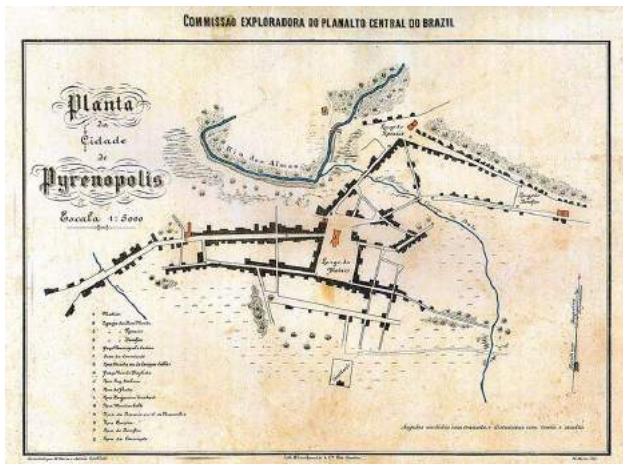
7 Imposto fiscal anual que correspondia à 1/20 do valor do aluguel da propriedade urbana.

8 Processo nº 1.181 – T – 85, Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis.

pelos relatos dos “viajantes”⁹), o que permitiu complementar certas lacunas.

A ausência de um mapa de Meia Ponte do século XVIII foi um desafio para a identificação dos imóveis. A base mais antiga encontrada foi a Planta da Cidade de Pyrenópolis, elaborada em 1892 por Henry Charles Morize, membro da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, também conhecida por Missão Cruls (CRULS, 1894). Mesmo tendo um hiato de mais de 50 anos em relação à Décima Urbana de 1819 e não apresentando a delimitação dos lotes, a planta elaborada pela Missão Cruls auxiliou na espacialização da Décima, por sinalizar o nome dos logradouros no fim do Oitocentos e demarcar a existência dos imóveis na testada do lote.

Mapa 1 - Planta da Cidade de Pyrenopolis elaborada pela Missão Cruls em 1892



9 Saint-Hilaire esteve em Meia Ponte em 1817; D’Alincourt em 1818; Pohl lá esteve no mesmo ano e, posteriormente, em 1820; William Burchell em 1827, este último deixando valiosos registros iconográficos. As narrativas dos estrangeiros apresentam informações que complementam as da Décima, tais como as características do sítio, o perfil do casario, o estado de conservação geral do núcleo e dos seus principais edifícios.

Fonte: Jayme & Jayme (2002)

A compilação dos dados da Décima Urbana de 1819 foi feita em planilhas no Excel, o que viabilizou a sistematização das informações e permitiu a criação de gráficos e tabelas. A etapa seguinte consistiu na espacialização dos mesmos no mapa-base eleito, lote a lote. Inicialmente o mapa foi tratado no AutoCad e a etapa de espacialização dos dados foi feita no QGIS. Diante dessa demanda, o SIG se mostrou a ferramenta ideal, por permitir georreferenciar as informações contidas no banco de dados e produzir mapas temáticos dos diversos layers (camadas) de informações referentes ao núcleo urbano.

Ao buscar reconstruir o espaço urbano no período colonial, uma das maiores dificuldades está na identificação dos logradouros, uma vez que os nomes das ruas, dos becos e dos largos foram alterados inúmeras vezes com o passar dos anos. Nesse quadro de imprecisões, a toponímia é uma chave interpretativa relevante, pois revela vocações de certos pontos da cidade que atualmente estão esquecidos (KANTOR, 2009). Outro aspecto igualmente importante nesse processo consiste em “*varrer a pé*” o sítio, ou seja, se deslocar até a cidade e desbravar as ruas, os becos e os largos, realizando a varredura dos logradouros e dos imóveis. Ao caminhar e observar a cidade com calma, é possível perceber as permanências e rupturas; em muitos casos, a tessitura urbana se manteve, ao contrário do casario, que pode ter se modificado com o passar dos anos. Por outro lado, no contato direto com a cidade, é possível resgatar histórias e memórias com os moradores, que não só enriquecem a pesquisa como também ajudam a preencher lacunas que ficaram na análise documental.

Para o trabalho de relacionar a nomenclatura antiga das vias de Pirenópolis com os nomes atuais, além do Mapa da Missão Cruls,

a publicação “Casas de Pirenópolis: Casas dos Homens” de Jarbas Jayme e José Sisenando Jayme (2003) contribuiu bastante, uma vez que os escritores fizeram o inventário de todos os imóveis do centro histórico¹⁰. Nesse minucioso trabalho, os pesquisadores discorreram sobre as características das vias, seus nomes antigos e a vocação de determinadas áreas – como a existência de uma Olaria próxima às margens do Córrego da Prata na altura das ruas das Dores e da Prata, ou ainda a presença de pastos junto à Estalagem que existia no acesso principal da cidade, nas proximidades do Córrego Lava pés. A tabela abaixo apresenta o nome dos logradouros encontrados na Décima¹¹, os nomes adotados em um momento posterior à aplicação da Décima e a nomenclatura atual.

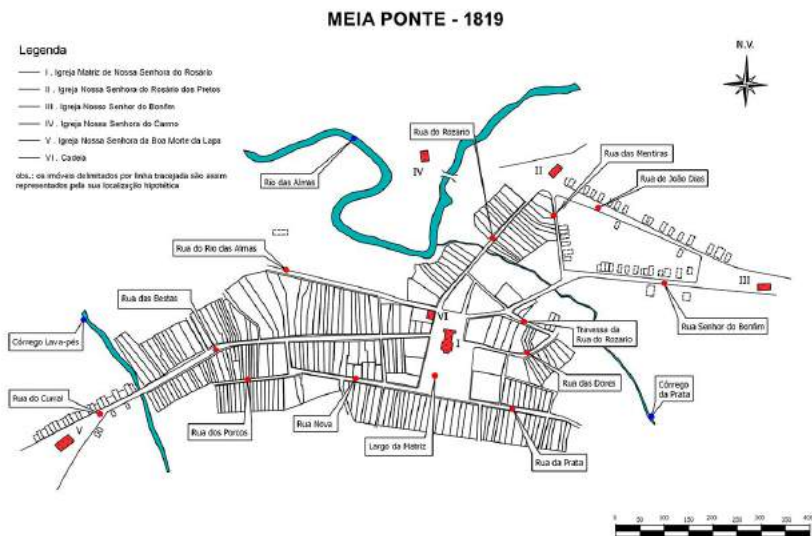
10 Ao longo do texto, Jarbas e Sisenando Jayme revelam as fontes para a elaboração desse minucioso trabalho. Além do exercício de memória que empreenderam para relacionar as casas aos antigos moradores, os escritores foram em busca de inventários e da documentação cartorial.

11 Para tal, foi conservada a grafia original dos logradouros.

Tabela 1- Identificação dos logradouros de Meia Ponte (1819) – Pirenópolis

Nome identificado na Décima Urbana	Nomes Posteriores à Décima	Nome Atual
Largo da Matriz	Praça 14 de Abril, Praça Governador José Feliciano	Praça Emmanoel Jaime Lopes
Rua das Bestas	Rua Direita, Rua Campos Salles, Rua Vigário Nascimento, Rua Marechal Teodoro, Rua Cel. Luiz Augusto Curado	Rua Direita
Rua do Rozario	Rua do Rosário, Rua 15 de Novembro, Rua Cel. Félix Jaime	Rua do Rosário – também conhecida como Rua do Lazer
Rua dos Porcos	Rua Santa Cruz	Rua Santa Cruz
Travessa da Rua do Rozario	Rua Cisplatina, Rua Eduardo Vanderkolk	Rua 24 de Outubro
Rua Senhor do Bonfim	Rua do Bonfim	Rua do Bonfim
Rua de João Dias	Rua Aristides Lobo, Rua Olavo Batista	Rua Aurora
Rua das Mentiras	Beco do Anphylóffio	Rua Rui Barbosa
Rua das Dores	Rua do Oratório, Rua da Piedade, Rua da Conceição	Rua Matutina
Rua Nova	Rua Rui Barbosa, Rua Comendador Joaquim Alves, Rua Mestre Propício	Rua Nova
Rua da Prata	Rua Major Pompeu de Pina, Rua Quintino Bocaiúva	Rua da Prata
Rua do Curreal	Rua Lava-pés	Alto da Lapa
Rua do Rio das Almas	Beco das Antas, Beco do Mercado	Avenida Neco Mendonça

Mapa 2 - Identificação dos Logradouros em Meia Ponte . 1819



Fonte - mapa elaborado pela autora, tendo como referência os dados da Décima Urbana de Meia Ponte de 1819 em mapa-base fornecido pelo IPHAN

Seguindo a metodologia apresentada anteriormente, partindo dos dados da Décima Urbana de Meia Ponte de 1819 georreferenciados em um mapa-base atual de Pirenópolis, adaptado por sua vez ao desenho urbano do século XIX¹², foi possível reconstituir hipoteticamente o arraial daquela época. No mapa acima, destaque para a identificação das igrejas (I, II¹³, III, IV e V¹⁴), da Cadeia (VI) e dos logradouros. Os terrenos que aparecem em dimensões menores, delimitados por linhas tracejadas, foram assim representados por sua localização hipotética.

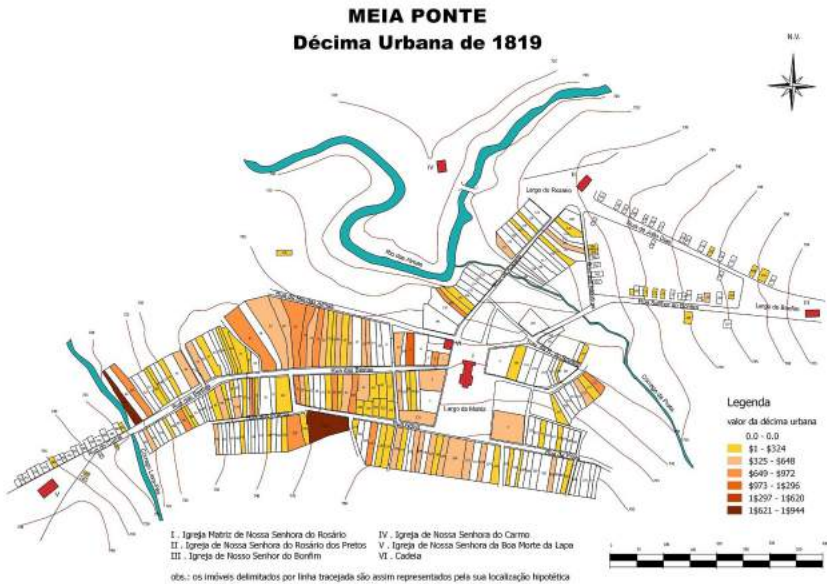
12 Tendo como referência o desenho urbano de Pirenópolis conforme consta na Planta da Cidade elaborada pela Missão Cruls em 1892.

13 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, arruinada na primeira metade do século XX.

14 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte da Lapa, extinta na segunda metade do século XIX.

Ao contrário dos imóveis das ruas do Rozario, das Bestas, dos Porcos, Nova, da Prata e das Dores, as casas dos outros logradouros não estavam implantadas parede-meia. Por essa razão, não foi possível precisar sua localização exata em 1819.

Mapa 3 – Cobrança da Décima Urbana de Meia Ponte . 1819



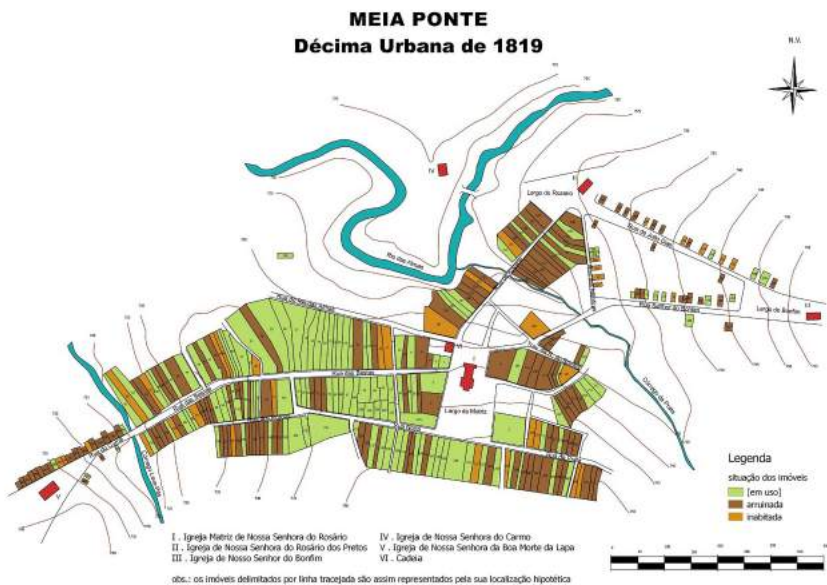
Fonte - mapa elaborado pela autora, tendo como referência os dados da Décima Urbana de Meia Ponte de 1819 em mapa-base fornecido pelo IPHAN

Ao espacializar os dados da Décima Urbana de Meia Ponte, foi experimentada a mesma dificuldade de outros pesquisadores no que diz respeito a encontrar o ponto inicial de numeração dos logradouros, a fim de reconstituir o trajeto feito pelos fiscais da época. A única informação disponível, além do número do imóvel, é o lado da rua em que ele se encontra – direito ou esquerdo (a ausência de um ponto de referência para estabelecer o que seria o lado direito ou o lado esquerdo dificultou bastante o trabalho). Mais uma vez, o Mapa da Missão

Cruls de 1892 contribuiu ao fornecer pistas sobre qual dos dois lados apresentava o número mais próximo de imóveis listados na Décima.

Diante das dificuldades relatadas, o processo de reconstituição das cidades por meio da espacialização de dados manuscritos teve como resultado “Mapas Conjecturais”. Ainda assim, são essenciais para a reconstituição do espaço urbano, na medida em que fazem emergir questões importantes que seriam omitidas se a análise ficasse limitada às planilhas ou aos gráficos. A espacialização dos dados da Décima Urbana tornou viável a elaboração de mapas temáticos, permitindo inferir como se dava a distribuição das casas, localizar os moradores (proprietários ou inquilinos) por logradouro, acompanhar o mercado imobiliário vigente (uma vez que algumas casas estavam alugadas), identificar quais eram as vias mais valorizadas, mapear onde estavam os imóveis arruinados e “inabitados”, dentre outras informações.

Mapa 4 – Situação dos Imóveis em Meia Ponte. 1819



Fonte - mapa elaborado pela autora, tendo como referência os dados da Décima Urbana de Meia Ponte de 1819 em mapa-base fornecido pelo IPHAN

Com o exercício de recomposição do espaço urbano na escala do edifício, fica mais clara a compreensão das dinâmicas sociais locais, uma vez que é possível deduzir onde moravam os representantes da elite local e do clero, os militares e as classes menos favorecidas, bem como identificar os imóveis pertencentes às irmandades religiosas. A reconstituição urbana por meio da espacialização dos dados amplia as possibilidades de interpretação da materialidade e da “sociotopografia” urbana, que consiste na identificação e na análise da paisagem social no meio material da cidade (LE GOFF, 1992), abrindo uma gama de novas possibilidades de pesquisa ao envolver questões sociais. Muitas dessas questões podem estar esquecidas na sociedade atual, uma vez que foram silenciadas ao longo dos anos. Nesse viés, é possível vislumbrar uma proteção combinada do patrimônio cultural, aliando instrumentos distintos como o tombamento e o registro, de modo a abarcar a complexidade e a importância do tema.

4 APLICAÇÃO

Conforme abordado anteriormente, a utilização da Décima Urbana para nortear os estudos de tombamento não é uma novidade. Essa fonte foi utilizada pelos técnicos da então 8ª DR SPHAN/ PróMemória durante a elaboração do processo de tombamento de Pirenópolis na década de 1980. O estudo em questão, tido pelos responsáveis como um ensaio, “um exercício de compreensão”, foi desenvolvido pela equipe formada pelo historiador Paulo Bertran e pelos arquitetos José Leme Galvão Júnior, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Antônio Sérgio de Mattos (1995, p. 80). Mesmo assinalando que o trabalho tem caráter de hipótese e como tal “suas conclusões não devem ser tomadas como referência historiográfica”, a equipe

também se baseou nos relatos dos viajantes, nos estudos de Jarbas Jayme (1971) e se debruçou no mapa elaborado pela Missão Cruls, assim como nas ilustrações de Burchell do início do Oitocentos e em relatos orais. Diante desse arcabouço, a equipe elaborou mapas e textos sobre a evolução urbana de Pirenópolis, desde o primeiro momento de ocupação colonial (a partir do início da extração do ouro em 1727) até o século XX.

Nesse caso, não houve elaboração de mapas temáticos, uma vez que o enfoque estava mais voltado para o processo de evolução urbana do que para problematização dos dados que a Décima Urbana apresentava, referentes aos proprietários, valores cobrados por imóvel ou estado de conservação das edificações. Tendo em vista seu objetivo, um dado que foi essencial na análise da equipe da 8ª DR SPHAN/ PróMemória foi o mapeamento dos imóveis nos logradouros, de modo a retratar a ocupação em Meia Ponte, tendo como referência a Décima Urbana de 1810. O estudo, embora primoroso, apresentou alguns deslizos, resultantes dos percalços que enfrentam os pesquisadores que se aventuram na tarefa de reconstituição urbana de tempos pregressos: a ausência de um referencial para identificar qual seria o lado direito e o lado esquerdo das vias, assim como a dificuldade de identificação de certas ruas, cujos nomes que foram alterados ao longo dos anos (caso da Rua dos Porcos, Rua das Mentiras e Travessa do Rosário)¹⁵.

Uma vez esboçado o perfil do arraial no início do século XIX por meio da Décima Urbana de 1810, referenciado pelo Mapa da Missão Cruls de fins do século XIX, é possível perceber que o núcleo urbano não avançou muito nesse intervalo de tempo, tendo em vista que a economia

15 No entanto, algumas omissões comprometedoras ocorreram, como a exclusão das ruas do Curral e do Rio das Almas, que já constavam nas Décimas de 1810.

local estava voltada à produção agropecuária de subsistência. Finalizando com um mapa de 1987, a equipe estabeleceu a poligonal de tombamento, incorporando os logradouros centrais (considerando os imóveis e seus respectivos quintais, que serviram de limite para a poligonal) identificados na Décima, assim como um pequeno trecho do Córrego Lava-pés e a margem norte do Rio das Almas, cujo único remanescente do período colonial é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

A região do Carmo não foi mapeada na Décima Urbana, já que o imposto incidia apenas sobre os imóveis urbanos. Embora Burchell tenha ilustrado o Casarão dos Frota em 1827, o mesmo já se encontrava em estado de arruinamento no início do Oitocentos e a área provavelmente foi considerada pelos fiscais da Décima Urbana como arrabaldes de Meia Ponte naquela época. No mapa elaborado pela Missão Cruls em 1892, o casarão não existia mais – na margem norte do rio, apenas a igreja dominava a paisagem.

Figura 1 – Ponte sobre o Rio das Almas, Igreja do Carmo e Casarão dos Frota. 1827



Fonte – FERREZ, 1981

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A espacialização dos dados relativos às Décimas Urbanas pode servir de instrumento para se ter uma noção da cidade que chegou até o início do século XIX, com seus personagens, sua ambiência e sua dimensão física. O exercício de reconstrução urbana não é tarefa das mais fáceis, uma vez que as lacunas de informação são constantes. Entretanto, com o cruzamento de dados de fontes diversas, essas lacunas podem ser minimizadas e eventualmente sanadas. No caso do tombamento, cabe à instituição, ao declarar o bem como detentor de valor cultural, estabelecer a poligonal e o entorno com base em critérios de valoração do núcleo histórico e artístico, a fim de elaborar normas e diretrizes de proteção desse patrimônio.

Considerando que o tema preservação do patrimônio está em pauta desde 1937 e que o conceito de patrimônio está em processo de constante evolução, várias questões foram incorporadas nessa agenda ao longo dos anos, envolvendo não apenas a recuperação do casco histórico, mas também considerações de cunho social e antropológico, planejamento urbano e discussões de aspectos simbólicos e de identidade. Alinhado com a realidade atual, o IPHAN implementou novos instrumentos de salvaguarda e proteção, criados para abarcar a complexidade do tema, o que em momento algum ameaça a validade e eficácia de um ou outro instrumento mais antigo. Inserido nesse bojo, eis que surge em 2000 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial¹⁶, “dirigido à salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que foram e são fundamentais no processo de formação da nação brasileira” (FONSECA, 2015). Nove anos depois, seria instituída a Chancela da Paisagem Cultural, abarcando bens de natureza material

16 Conferir Decreto nº 3.551/2000

e imaterial, em uma macro escala que leva em conta o processo de interação do homem com seu meio natural, numa relação sistêmica.

Extrapolando os limites da poligonal de tombamento, objeto do presente artigo, e alinhando-se aos novos ventos, é igualmente recomendável uma proteção conjunta, valendo-se tanto do instrumento de tombamento e do registro quanto da chancela, a depender do caso. O trabalho é crítico e muito delicado, pois dependendo da escolha, vozes podem ser silenciadas, juntamente com as memórias que se fizeram presentes na análise da sociotopografia, por meio da depuração dos dados da Décima Urbana. Em última análise, não se trata apenas da delimitação de poligonais, mas de incorporar ao núcleo urbano as pessoas que lá vivem e a memória de outras tantas que ajudaram a construí-lo¹⁷.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Fontes

DÉCIMA Urbana de Meia Ponte. In: Lançamento da Décima Meia Ponte 1819. Caixa 20, Vl. 2. Fundo Brasil Colônia – Contadoria – Impostos – Décima. Acervo do Arquivo do Museu das Bandeiras (MUBAN) – Goiás.

IPHAN. Processo nº 1.181 – T – 85, Processo de Tombamento do Centro Histórico de Pirenópolis. Brasília: IPHAN, 1985. 4 vls.

6.2 Bibliografia

¹⁷ Não por acaso a *Festa do Divino* de Pirenópolis foi declarada patrimônio cultural brasileiro em 2010 pelo IPHAN, por ser uma celebração profundamente enraizada na sociedade pirenopolina, riquíssima em rituais religiosos e profanos (MOURA, 2009).

ABREU, Mauricio Almeida de. Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2 vls.

ANDRADE, Amélia. Horizontes Urbanos Medievais. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BERTRAN, Paulo; **GALVÃO JUNIOR**, José Leme; et al. Formação Urbana de Pirenópolis. In IPHAN. Caderno de Documentos – Estudo de Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. In Anais do Museu Paulista. [online]. 2005, vol. 13. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v13n1/a03v13n1.pdf>>.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CRULS, L. Comissão exploradora do planalto central do Brasil. H. Lombarts & C., Impressores do Observatório, Rio de Janeiro, 1894.

FERREZ, Gilberto. O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Moreira Salles e Fundação Nacional próMemória, 1981.

GAUTHIEZ, Bernard; **ZELLER**, Olivier. Lyons, the Spatial Analysis of a City in the 17th and 18th centuries. Locating and Crossing data in a GIS Built from written sources. In Mapping Spatial Relations, their perceptions and dynamics. The city today and in the past, Springer International Publishing Switzerland, pp.97-118, 2014, Lecture Notes in Geoinformation and Cartography, 2014.

JAYME, Jarbas. Esboço Histórico de Pirenópolis. Goiânia: Ed. da UFG, 1971. Vls 1 e 2.

_____; **JAYME**, José Sisenando. Pirenópolis - Casa de Deus e Casa dos Mortos. Goiânia: Ed. da UCG, 2002. Vl. 1.

_____. Pirenópolis - Casa dos Homens. Goiânia: Ed. da UCG, 2003. Vl. 2.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, p. 39-61, dez. 2009. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5513>>.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MOURA, Nádia de Moura. Para além do Patrimônio: memória e preservação em Pirenópolis. GO. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 201

Capítulo 20

“O QUE TENHO A VER COM O PATRIMÔNIO CULTURAL DA MINHA CIDADE?”: O CONCEITO DE ESTUDO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TOMBAMENTO DE CONJUNTOS URBANOS E O CASO DE CÁCERES/MT (1980-2012).

Verônica Orlandi¹

1 Introdução

A questão que originou o trabalho foi o esforço em compreender o papel do cidadão na gestão da política pública de preservação do patrimônio cultural federal. A pergunta “qual o meu papel na política pública de preservação” ou “o que tenho a ver com o patrimônio cultural da minha cidade?” foram pontos de partida para iniciar a pesquisa. Para problematizar essas questões é necessário falar sobre participação – social, popular, ativa, direta, entre outros adjetivos – termo utilizado de forma recorrente nos discursos sobre políticas públicas que incluem de alguma forma a sociedade, mas muitas vezes são abordados de forma genérica. Para tentar compreender quais são os mecanismos e possibilidades de ação inseridos num conceito amplo de participação é importante explorar temas como democracia, as formas de participação dentro na legislação brasileira e no processo de formação das cidades. No que tange a preservação do patrimônio, a nível internacional, a incorporação do discurso sobre participação pode ser analisada a partir de Cartas, Resoluções e Convenções que apresentam

¹ Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN; Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Florianópolis/UNIESP; e mail: veorlandi@gmail.com

sínteses de transformação tanto do objeto a ser preservado – chegando ao conceito de bem cultural – quando da inclusão social por meio de iniciativas diversas. A nível nacional foram elaborados documentos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) com orientações sobre como as superintendências podem realizar ações de gestão de bens na qual são analisados os mecanismos de participação. Essa análise tem como pano de fundo o trabalho realizado no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres/MT onde houve a atuação do Iphan, de instituições e da sociedade civil na gestão de um bem tombado. Foram realizadas ações nesse sítio no intuito de incluir a população local na gestão do conjunto urbano preservado, especificamente na elaboração de diretrizes para normativas. Esse trabalho tenta compreender as possibilidades e desafios incutidos nessas práticas de acesso social a construção de políticas públicas.

2 CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Participação significa tomar parte de algo ou apoderar-se de coisa que interessa (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2008-2013). Nessa situação cabe perguntar quem participa e como participa? A presença do cidadão na política de modo geral se dá de forma indireta pelos representantes eleitos ou pode ocorrer por meio de mecanismos legais que regulam o sistema democrático como a Ação Popular (Art. 5º CF), Ação Civil Pública (Art. 129) e Audiências Públicas – previstas na Constituição Federal de 1988. Os dispositivos presentes na constituição cidadã foram consolidados pelas lutas dos movimentos sociais urbanos

nos anos 1980². Os movimentos sociais interferem no espaço, muitas vezes de forma pouco convencional, podendo estar a princípio fora das regras, mas acabam criando novos paradigmas.

Nos artigos 215 e 216 da Constituição houve a ampliação do conceito que define o que faz parte do patrimônio nacional como bem cultural, para que “novos objetos, bens e práticas” fossem incorporados e passassem a “concorrer para se tornarem patrimônio cultural” (CHUVA, 2012 p.157). O texto constitucional da margem à interpretação de que mais do que a possibilidade de ocorrer a participação da sociedade no processo de identificação de bens ela seria a produtora da política – início, meio e fim. Existe a intensão, por meio de iniciativas institucionais de promover a participação social na gestão de bens, mas não existem os meios consolidados e ainda não ocorreu uma desconstrução das práticas centralizadoras. Algumas experiências podem ser citadas, principalmente no que tange a uma tarefa preliminar, que consiste na proposição e identificação dos bens. Foi o caso do trabalho realizado pela Superintendência do Iphan em São Paulo na região do Vale do Ribeira o que culminou com o reconhecimento do “primeiro Patrimônio Cultural Nacional pelo IPHAN em território paulista” (PEREIRA, 2013, p.1). O autor descreve o cenário em que esse evento ocorreu

O Iphan, quando chegou a Iguape, encontrou um campo fértil para o trabalho, visto que estas organizações civis encontravam-se ansiosas pelo

2 As lutas sociais no campo, Brasil rural e Brasil agrícola, contribuíram para as conquistas sociais, mas não serão abordadas no trabalho. O Movimento dos Sem Terra tem seu embrião na ditadura militar na década de 1970 e hoje está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. (<http://www.mst.org.br/nossa-historia/70-82>, acessado em julho de 2017).

apoio de instituições públicas de fomento à cultura. Assim, os trabalhos iniciados em 2007, visando a gestação do projeto de Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, seguida pela abertura da casa do Patrimônio, foram responsáveis pela construção de uma aliança entre instituto e população local, entre a ordem distante e a ordem próxima, e essa passa a participar maciçamente dos eventos promovidos pelo IPHAN. (PEREIRA, 2013, p. 13)

Os mecanismos para a participação, dentro da ordem democrática estabelecida são os conselhos, oficinas, assembleias, em geral propostas pelos órgãos de preservação, prefeituras e demais instituições. Esses dispositivos de participação podem ocorrer em todos os processos decorrentes de um tombamento – pedido, instrução do processo de tombamento, gestão de preservação ou em outras etapas). No caso exposto acima a população esteve participante no momento inicial de elaboração do tombamento, que culminou não somente no tombamento do conjunto urbano de Iguape em 2009, mas também resultou numa proposta maior e inovadora no Brasil de aplicar uma forma nova de acautelamento para o Vale do Ribeira, a paisagem cultural. As iniciativas de participação podem surgir dentro desse instrumental institucional, partir da sociedade civil organizada, instituições e associações, e/ou por grupos autônomos e movimentos sociais – participação “fora” da ordem.

3 CARTAS DE PRESERVAÇÃO E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO DE BENS

A incorporação da sociedade na política de preservação está relacionada com estudos a nível internacional sobre a gestão de bens tombados. Desde a carta de Veneza, 1964, onde aspectos sobre a gestão

urbana são colocados, muitas cartas tratam em maior ou menor grau sobre participação. Para esse trabalho optou-se em expor a Carta de Nairobi (1976) e a Carta de Washington (1987). A primeira é decorrente da 19ª Sessão da Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que trata recomendações relativas a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Considera que a salvaguarda dos “conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência” são de responsabilidade de cidadãos e Estados da comunidade internacional. O planejamento é colocado de forma multidisciplinar, no qual profissionais – especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores da arte, arquitetos e urbanistas, sociólogos e economistas, ecólogos e arquitetos paisagísticos, especialistas em saúde pública e assistência social – e autoridades políticas. Após a realização de estudos e antes da formulação de planos e normas de salvaguarda o documento propõe realizar uma programação de atividades, com as etapas de planejamento e obras de preservação. Essa deveria ser “elaborada com maior participação possível das coletividades e populações interessadas” (IPHAN, 1976, p. 8). A vigilância de sua implementação e posterior manutenção é necessária devido a ameaça da especulação imobiliária. Esse documento apresenta a incorporação da participação, mas o mesmo não é considerado um acréscimo aos parâmetros de preservação colocados pela Carta de Veneza, documento de maior importância para a preservação.

Entretanto a Carta de Washington (1987) foi adotada pela 8ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o que faz de seu conteúdo um acréscimo a Carta de Veneza. É posterior a Carta de Nairobi, diz respeito às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos incluindo o ambiente natural e edificado e “define os princípios e os objetivos, os métodos

e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas” (IPHAN, 1987, p.1). Esse documento síntese estabelece “a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda” (IPHAN, 1987, p.2) e coloca como função do Estado procurar e favorecer que ocorra. É um marco, pois seu conteúdo soma-se a Carta de Veneza.

Além dos documentos citados existem outras Cartas, Declarações, Normas e Resoluções assinadas por órgãos internacionais de preservação que apresentam em maior ou menor grau a atuação participativa do cidadão. Nelas a inclusão da população na política, no âmbito da gestão urbana, manifesta-se de diversas maneiras colocando a participação no campo da valorização, vigilância, consulta, difusão da informação e educação, colaboração, elaboração de materiais e execução de projetos. Na constituição do campo da preservação a elaboração teórica e a prática andam lado a lado, por isso é importante analisar esses documentos que reúnem teóricos e profissionais de atuação prática e sintetiza o pensamento de uma época.

A análise que segue pode ser caracterizada como um reflexo da incorporação desses documentos na política nacional de preservação. Na trajetória de atuação do Iphan, a postura quanto a abertura para o diálogo com a população foi prerrogativa para a atuação em muitos momentos. Foram selecionados dois documentos de 2005 e 2009 que apresentam mecanismos para abertura para participação. O primeiro é decorrente da Portaria nº 299 de 2004, desenvolvido na gestão do presidente do Iphan Antônio Augusto Arantes Neto, intitulado Plano de Preservação Sítio Histórico Urbano (PPSH) e o mesmo tem caráter normativo, estratégico e operacional. O presidente expõe na apresentação do trabalho “o futuro dos sítios históricos urbanos

depende cada vez mais da articulação dos diversos níveis de governo e destes com a sociedade civil organizada” (IPHAN, 2005, p.3). Nessa afirmação participam do processo junto com o poder público as instituições, associações, enfim, o conjunto da sociedade organizada. Ao longo do documento esse conceito se amplia e são propostas em diferentes momentos assembleias e oficinas abertas a população.

Trata-se de um termo geral de referência para a realização do trabalho local e o papel do Iphan é estabelecer parcerias para o uso sustentável do patrimônio. No objetivo do Plano de Preservação é apresentado da seguinte maneira

É um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível. Deve promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultural urbano. (IPHAN, 2005, p.7).

Busca o equilíbrio entre o valor econômico e cultural e é apresentado como um instrumento flexível, visto que existem muitos conjuntos urbanos tombados em diversos “contextos socioeconômicos, ambientais, políticos institucionais” (Idem) em todo o Brasil.

O conteúdo do plano traz algumas dimensões de atuação normativa, estratégica-operacional e avaliadora, mas podem ser acrescentadas ou retiradas dimensões de acordo com as necessidades locais. A primeira dimensão é etapa básica, regulamenta as ações e intervenções, e para isso é necessário o levantamento de informações, diagnóstico da área, a produção de regulamentos, elaboração de normativa para o conjunto urbano e elaboração do plano de massas.

A segunda dimensão citada trata da atuação para o Sítio Histórico Urbano, ressaltando a indicação para realizar parcerias a fim de executar os projetos. Por fim, a dimensão que aborda a avaliação é estruturada por meio de um sistema de monitoria e avaliação, permite a melhoria das condições de habitabilidade e dinamização urbana. Nas três etapas da política existe a indicação de mecanismos de diálogo, escuta, consulta, enfim, mas os processos de elaboração da política se concentram nas figuras institucionais – do Iphan, prefeituras e demais instâncias competentes. São citados mecanismos e o documento tem sugestões do momento de utilizá-los. É um documento assertivo e que definem de maneira clara procedimentos em momentos de articulação com instituições, públicas e da sociedade civil, e o momento em que existe uma abertura para a população em geral participar.

O próximo documento a ser analisado tem relação com um projeto iniciado em 2006, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), uma metodologia cujo objetivo era reunir numa plataforma diversos estudos e processos de gestão do patrimônio cultural. Essa metodologia apresenta diferenças da que foi exposta anteriormente, mas seus conteúdos se somam. O SICG era uma parte de um projeto maior relacionado a Agenda Social do Governo Federal, cabendo ao Iphan estruturar o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. Para isso, era necessário elaborar um planejamento integrado, com ações para orientar a atuação do “poder público, em suas diferentes instâncias, setor privado e sociedade civil organizada” (IPHAN, 2009, p. 11). Os responsáveis pela elaboração deste plano são o Iphan (responsável pela elaboração do plano, capacitação, difusão e participação), Estados e municípios e o mesmo serve para “enfrentar” os desafios de promover o “desenvolvimento social vinculado às potencialidades” do Patrimônio Cultural. São destacados três pontos para os quais o

plano atua, a fim de garantir: investimentos convergentes do setor público, privado e sociedade civil organizada; compartilhamento de competências, evitando sobreposição de esforços e fortalecendo os entes, e, aprofundamento conceitual, ampliando a legitimidade (Idem).

No documento no título “Como fazer o seu plano de ação” são listados nove princípios gerais para a elaboração do plano. O sétimo ponto coloca “garantir a participação social e buscar o comprometimento dos entes que atuam no território”. Os princípios estão refletidos nas etapas, as quais não são fixas e estanques e podem ocorrer de forma concomitante, de acordo com a capacidade técnica local. A lógica da sucessão de etapas é parecida com a dimensão normativa do primeiro documento analisado, composta por diagnóstico local, objetivos, ações e pactuação. Apresenta a participação social e coloca espaços de discussão com a população, mas seu enfoque é nos agentes públicos. Esses documentos serviram de base para as ações realizadas em Cáceres/MT.

4 ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE CÁCERES/MT

A elaboração de metodologias para auxiliar na gestão de conjuntos urbanos é decorrente dos tombamentos realizados entre os anos 2001 e 2012, período “marcado por um esforço em redimensionar a presença do Iphan em todo o país” (SIVIERO, 2014, p. 66), e a necessidade de revisão de normativas antigas de conjuntos urbanos tombados no Brasil. Esse último aspecto é consequência do aperfeiçoamento teórico/legal exposto nos documentos citados no

Artigo 2, por conta de portaria³ homologada em 2010 e da alteração da política de ação/conceituação para sítios urbanos tombados dentro do Iphan. O caso aqui apresentado trata de uma cidade que se enquadra na primeira questão apresentada, esforço para estar presente de forma mais veemente em todo o país, pois a cidade de Cáceres/MT teve seu tombamento em 2010, homologado em 2012, e os esforços para a construção das regras para esse local serão abordadas nesse trabalho. Esse tema foi objeto de trabalho de um projeto de extensão formado pelo curso de Arquitetura da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pelo curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e pelo Mestrado Profissional do Iphan (PEP/Iphan)⁴. O objetivo era realizar ações de diálogo e aproximação na cidade, a fim de elaborar um documento que servisse de base para a normativa, no intuito de valorizar o saber local promovendo a participação social na construção desse documento.

Antes de expor as ações realizadas no âmbito do projeto de extensão é importante resgatar as primeiras ações voltadas para a preservação do centro histórico de Cáceres/MT. No município as primeiras iniciativas com relação à preservação datam do final da década de 1970 início de 1980. Para contar o surgimento da cidade podemos remontar a assentamentos pré-coloniais, o que necessita de um estudo

3 A Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010 elaborada pelo Iphan dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

4 O projeto intitulado Ações de comunicação com população e análises técnicas sobre Patrimônio Tombado de Cáceres-MT tinha como coordenadora a Prof. Dr. Luciana Pelaeas Mascaro (UFMT) e como colaboradores Prof. Acir Montecchi (UNEMAT) e Verônica P. Orlandi (PEP/Iphan).

arqueológico aprofundado⁵, mas com a chegada do colonizador e a delimitação de fronteiras inicia-se a construção da vila fruto do Tratado de Madri (1750) – é a partir desse acontecimento que a cidade de Cáceres passa a ter relevância histórica nacional. O conflito entre Espanha e Portugal, a relação com os povos indígenas, a chegada dos bandeirantes e a extração do ouro, são pano de fundo a ocupação desse território. Em Mato Grosso as primeiras cidades construídas foram Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, tendo como entreposto a Vila Maria do Paraguai (primeira denominação do povoado que originou Cáceres, em 1778). Cada uma dessas cidades exerceu papel fundamental para consolidação do território e para a história de Mato Grosso e do Brasil.

O primeiro reconhecimento federal realizado na cidade foi o tombamento do Marco do Jauru em 1978, símbolo do Tratado. No bicentenário da cidade de Cáceres é que se inicia o reconhecimento do Marco. Esse tombamento e o cadastro de “sítios arqueológicos no município de Cáceres na década de 1960” (ARRUDA, 2014, p. 74) no cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA) foram os primeiros passos para outras iniciativas de preservação em âmbito municipal e estadual.

5 A arqueóloga Maria Clara Migliácio em entrevista em 24/08/2016 destacou: “assentamentos pré-coloniais em locais um pouco mais livres das enchentes, buscam áreas naturalmente mais elevadas e o pântano nas áreas mais alagadas tem a construção de aterros, para viabilizar a ocupação. Hoje, as sedes das grandes fazendas são praticamente todas em cima de aldeias indígenas. O mesmo aconteceu aqui em Cáceres, provavelmente aqui tem pelo menos no bairro Cavalhada e no Carne Seca [os dois ficam próximos ao centro urbano tombado]. Se o núcleo não ficou exatamente em cima de uma aldeia ficou muito próximo. Importante fazer levantamento em trechos de calçamentos de diferentes épocas.

Após tombamento do Marco começam as primeiras iniciativas de cunho municipal para a preservação de edificações no núcleo urbano mais antigo da cidade, pois leis municipais estabeleciam que edificações deveriam seguir “às exigências da estética urbana, não só quanto às fachadas visíveis dos logradouros, como também no tocante ao aspecto da sua harmonia com as construções vizinhas” (Lei Municipal nº 891 de 1982 que altera o Código de Obras de 1961). Foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres em 1982, secretaria que não existe mais, sendo a função de tutela de bens tombados pelo município, atualmente vinculada à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

A incorporação desse aspecto ao código de obras fez com que a prefeitura atuasse junto aos imóveis, impedindo demolições e reformas, mesmo não sendo os mesmos tombados oficialmente em nenhuma instância – municipal, estadual e federal. De acordo com Arruda (2014) as avaliações eram feitas caso a caso, pois além de não existir tombamento em nenhuma escala também não existia normativa municipal específica para intervenção nesses imóveis. A partir de 1987 se iniciou um trabalho de “cadastramento do Centro Histórico” a partir da homologação de um Convênio de Cooperação Cultural entre Estado e Município, mas o trabalho foi realizado inicialmente pela Fundação de Cáceres via Prefeitura Municipal. Ao estado cabia, de acordo com as regulamentações do convênio, prestar apoio logístico, assistência e noções técnicas. Ao município cabia oferecer e designar pessoal técnico, zelar pelo patrimônio, arcar com despesas de deslocamento e proporcionar alojamento e alimentação aos técnicos do estado quando presentes no município. Apesar desse documento deixar claro que era de responsabilidade de ambas as partes a tarefa de inventariar, ao que

parece⁶, até 1991, foi a Prefeitura de Cáceres que o fez. Tratava-se de um inventário das edificações com a localização dos “remanescentes no sítio urbano dentro dos critérios de representatividade histórica, arquitetônico e do nível de preservação da planta original”⁷, não definindo ao certo qual o período histórico e qual o estilo arquitetônico. Observando as edificações que compõe esse inventário identifica-se que a maioria data da virada do século XIX para XX e têm como estilo predominante a arquitetura eclética, com alguns exemplares de tipologia colonial. De acordo com o documento citado acima os técnicos estaduais propõem o seguinte: “verificando que o município não possui legislação própria [...]. Propomos que seja tombada a nível de Estado a área demarcada pelo perímetro[...]”. Essa medida tinha caráter provisório e urgente, pois já existia a preocupação com a perda de edificações através de desgaste e demolições. Nesse documento era indicada uma poligonal formada por ruas, sem a descrição de edificações específicas. Logo após a promulgação dessa Portaria, foi encaminhada uma notificação para a Prefeitura Municipal para anuência ao Tombamento Provisório Estadual – o que ocorreu por meio de ofício 1570/1991, de 14 de novembro. Duas ações começam a andar juntas, pois ao mesmo tempo em que o estado e município continuam inventariando as edificações históricas da cidade, o estado começa a propor o tombamento em conjunto de um perímetro da cidade. Apesar de um trabalho não invalidar o outro os dois carregam duas lógicas diferentes de ações de preservação, pois preservar edificações pontuais e isoladas é diferente de preservar uma poligonal – a preservação de uma área da cidade envolve ações de planejamento urbano, regulação de espaço público,

6 Na portaria 76/1991 da Fundação Cultural de Mato Grosso é citado que os trabalhos tinham sido executados pelo Município até então.

7 Portaria 76/91 da Fundação Cultural de Mato Grosso.

relação entre espaço construído e meio ambiente, entre outros. Por conta dessa questão é recorrente o seguinte questionamento por parte da população da cidade: “porque tombaram uma poligonal e não as edificações isoladas?”⁸ No Convênio de Cooperação Cultural entre Estado e Município de 1987, na cláusula II, orienta-se que o documento final resultante dos trabalhos deve ser encaminhado à SPHAN/Pró-Memória – como era denominado o IPHAN na época. Pode-se inferir que a versão preliminar do inventário data de 1991, e que a partir desse ano até 1996, última versão encontrada, ele foi corrigido e pode ter sofrido alguns acréscimos e perdas.

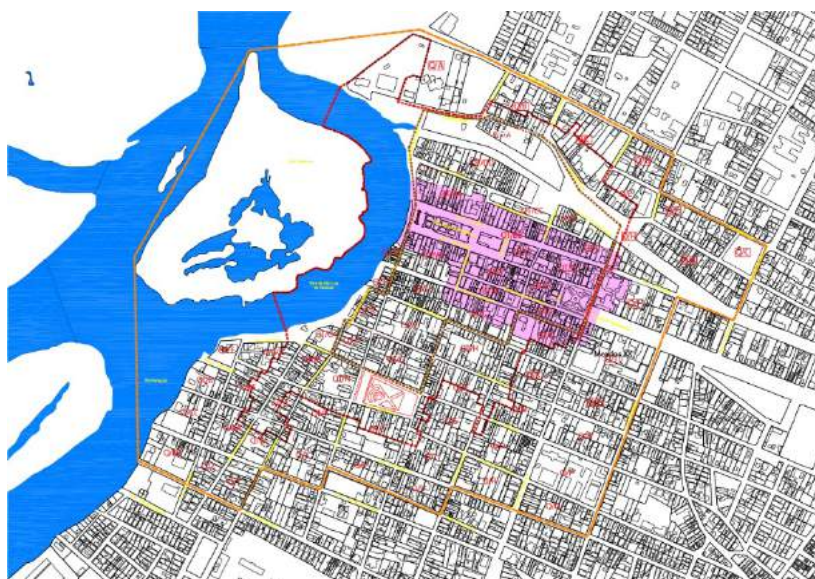
Os anos de 1993 e 1994 são importantes no que tange a iniciativas propositivas de preservação. Munidos de documento com a caracterização de algumas edificações a prefeitura iniciou duas ações: o pedido de tombamento federal e a organização de uma legislação municipal.

No dia primeiro de dezembro de 1993, através do Ofício 1949/93, o prefeito solicita à diretora da então sub-regional do Iphan em Mato Grosso – atual Superintendência do Iphan em Mato Grosso (Sup. Iphan MT) – “que seja viabilizado o estudo com vistas a efetivação do tombamento a nível federal de um conjunto de 42 imóveis”. Ressalta a importância histórica da cidade e coloca considerações anexas sobre as edificações – denominadas pelos endereços e separadas em duas listagens: arquitetura tradicional de origem portuguesa e modelos neoclássicos e ecléticos. Apesar de existir a descrição detalhada das edificações no corpo do ofício, em documento anexo ao pedido do

8 Nos Encontros do Patrimônio Cultural de Cáceres realizados na cidade em 2016 e 2017, em reuniões com Vereadores e Empresários e nos atendimentos realizados pelo Iphan na cidade essa foi uma questão realizada repetidamente.

prefeito segue a descrição da mesma poligonal descrita no Tombamento Provisório Estadual de 1991, que engloba algumas ruas centrais, praças, edificações contemporâneas, enfim, um conjunto urbano que corresponde a primeira implantação da cidade elaborada por São Luís de Cáceres em 1778, onde existiam edificações inventariadas, mas também edificações “sem valor”.

Figura 1. Imagem que ilustra percurso e edificações adjacentes do pedido de tombamento em rosa e as atuais poligonais de tombamento em vermelho e laranja, respectivamente.



Fonte: Mapa base Iphan/MT e desenho da autora em rosa.

O processo de tombamento federal se inicia após a visita das técnicas da sub-regional do Iphan em Mato Grosso, por conta de uma demanda da Fundação Cultural de Cáceres, em novembro de 1993 – a partir desse momento, intensificam-se as visitas.

O pedido de tombamento federal é encaminhado da sub-regional do Iphan em Mato Grosso (atual Sup. Iphan MT) para a regional de Goiás,

responsável por avaliar se o pedido poderia ser analisado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que é a instância deliberativa, no dia sete de janeiro de 1994. Em maio do mesmo ano recebe resposta positiva quanto a importância do bem e relevância, e, apesar de os documentos enviados no pedido necessitarem de complementações que deveriam ser elaboradas pelas técnicas do Iphan MT, o processo foi encaminhado à instância maior dentro do órgão para dar prosseguimento aos estudos para o tombamento. Porém, junto com a resposta é encaminhado o parecer do engenheiro Walter V. Valio, vinculado a regional do Iphan de Goiás, que coloca a seguinte questão:

Que benefício poderia trazer para cidade o tombamento federal? O Governo Federal está exaurido de seus recursos financeiros ainda mais para investimentos na área da cultura. A fiscalização que ele deveria efetuar fatalmente será ineficiente e recorrerá à Prefeitura para auxiliá-lo, arcando com esse ônus. O apoio técnico que o IBPC está exercendo, deverá estreitar-se, através de mais visitas, onde surgirão debates, palestras, orientações já que estamos trabalhando para um mesmo fim que é a preservação, tanto fazendo se é protegido por lei federal, estadual ou municipal. O importante é a população, ali residente, ter interesse, consciência que vale a pena manter este patrimônio cultural. (IPHAN, 2007 p. 134)

A crítica do engenheiro é pertinente e serve como um prenúncio sobre a importância do envolvimento do cidadão cacerense na identificação e valorização do bem a ser preservado e o papel do Iphan, pois independente de ser tombado em qualquer instância o órgão deve estar presente. De 1995 até 2007 não há registros de ofícios, memorandos e nem estudos que tenham sido realizados entre os diferentes setores dentro do Iphan (Sub-Regional de Mato Grosso,

Regional de Goiás e DEPROT), estado e prefeitura. Apenas em 2001 é retomado o processo de tombamento Estadual de uma poligonal de tombamento que é publicada em 2002.

A questão da dificuldade de se propor uma poligonal para o conjunto urbano de Cáceres irá retornar quando o Iphan retoma os estudos para o tombamento federal em 2007. Nesse momento, mesmo sem a concordância de todos os envolvidos, foi construída a coesão para demarcação da poligonal. Essa poligonal ainda não possui uma normatização homologada pelo órgão, assim a gestão continua sendo realizada de acordo com entendimento do técnico responsável de acordo com regras gerais de preservação – que são muitas vezes restritivas. É muito mais fácil o entendimento da população e de autoridades a respeito da importância da preservação de casas suntuosas ou algumas quadras centrais do que uma poligonal formada por várias quadras e onde existem várias camadas de história, incluindo momentos de crescimento da cidade dos séculos XIX e XX.

Desde o início do processo de tombamento houveram dúvidas e posicionamentos diferentes dos pesquisadores envolvidos (pesquisadores locais, técnicos do Iphan local e técnicos do Iphan sede) acerca dos valores associados ao sítio, principalmente se existiria o valor arquitetônico, relativos as casas inventariadas a partir de 1987, associado ao tombamento federal. O pedido de tombamento encaminhado em 01 de dezembro de 1993 continha como motivação um apanhado de 42 edificações “relevantes” acompanhado de um documento anexo que sugeria uma “poligonal” de tombamento (figura 1). Esse “desenho” englobava as imediações da Praça Barão do Rio Branco (praça central localizada dentro da poligonal rosa da figura 1) e edificações que integravam a primeira expansão da cidade em direção

à fazenda Jacobina (faz parte das fazendas históricas tombadas pelo estado de Mato Grosso) em função de ser um eixo onde se desenvolveu economicamente a cidade, por conta da criação de gado e insumos, e onde estavam presentes algumas dessas edificações valorizadas pelo município (para visualizar os eixos de crescimento da malha urbana, verificar figura 5). É importante ressaltar a importância que a população⁹ atribui a essas edificações, sendo assim, alguns itens da arquitetura da virada do século XIX e XX possuem valor afetivo atribuído por representarem um momento importante para a cidade, de intensa vida cultural, econômica e social. São exemplares da arquitetura eclética, pouco considerada pelas políticas de preservação nacional até 1980.

Analisando os eixos de crescimento expostos acima e a valorização de edificações o tombamento de Cáceres/MT pode não corresponder ao que a comunidade define como seus sustentáculos de identidade cultural, pois tanto em documentos como nos relatos em visitas a campo o que é tratado como prioridade para a preservação são as edificações e um eixo central de desenvolvimento e não uma poligonal extensa, composta por edificações de diferentes períodos, determinada por técnicos, primeiramente do estado e depois do Iphan. Essa é uma hipótese preliminar baseada na análise de documentos e em contatos iniciais com a população. Deveria ser realizado um trabalho continuado de diálogo e participação social para verificar sua validade.

O entendimento dos documentos orientadores e o histórico da atuação do Iphan em conjuntos urbanos subsidia a análise de um estudo de caso. A cidade de Cáceres em Mato Grosso foi um tombamento que

⁹ Serão colocados em anexos materiais coletados nos Encontros do Patrimônio Cultural de Cáceres que evidenciam a escolha (por parte de quem?) de algumas edificações – valorizando edificações ecléticas em detrimento das coloniais.

englobou uma parte considerável do núcleo comercial e empresarial da cidade – composto por 65 quadras. A atuação do órgão na cidade influencia diretamente no dia a dia das pessoas que residem, trabalham e usam esse centro de maneiras diversas. Por isso, é importante analisar o processo de construção histórico social do tombamento, as discussões e escolhas que foram realizadas para justificá-lo.

5 ENCONTROS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CÁCERES/MT

A elaboração de uma normativa para o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres/MT vem sendo elaborada a partir das orientações dos documentos citados anteriormente¹⁰. Por conta disso, incluem uma preocupação com a participação. O processo de construção de uma normativa para a cidade será analisado a partir da análise da atuação recente da Superintendência do Iphan em Mato Grosso e do grupo de pesquisa (já citado) na cidade, com a realização de três eventos denominados Encontros do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT, em 2016 e 2017.

No primeiro evento foram realizadas apresentações das discussões iniciais que estavam sendo realizadas pela Superintendência Iphan-MT e UFMT, mas antes foram apresentados o tombamento e as definições de poligonais para depois iniciar a discussão com ampla participação. A forma escolhida para realizar a aproximação foi a de promover encontros com diferentes grupos: profissionais da educação, funcionários da prefeitura, agentes culturais, comerciantes

¹⁰ Uma proposta de minuta de normativa foi elaborada como Produto das Práticas Supervisionadas pela mestranda.

e empresários, moradores e arquitetos e engenheiros. Dessa forma, foram abordados diferentes temas a partir do local de fala de cada um dos grupos de acordo com seus interesses.

Após essa primeira aproximação foram aprofundados os estudos históricos e mapeamentos urbanos, a fim de realizar a segunda edição do evento para promover uma discussão propositiva, cruzando os dados coletados nos levantamentos com o saber local. Foram dois dias de diálogo por meio de conversas, dinâmicas e oficinas que ocorreram em dois locais: no período da tarde em uma tenda localizada nas imediações da Praça Barão do Rio Branco e a noite no Centro Cultural (onde está localizada a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal de Cáceres). Em ambos os locais e horários foram apresentados os trabalhos que vem sendo realizados para embasar a construção da normativa para o conjunto urbano tombado e foram aplicados alguns exercícios, a fim de trocar informações e gerar a discussão sobre temas específicos como: área de entorno e preservação, novas construções, poluição visual e cores. Além desses exercícios no período da tarde na tenda foi aplicado um questionário impresso – que está disponível também na versão on line. No segundo dia no período da tarde houve a impossibilidade de aplicar os exercícios na tenda devido à chuva, e, por conta disso, foram realizadas visitas a alguns estabelecimentos comerciais, onde foram realizados alguns questionamentos.

O último evento tinha por intuito realizar uma apresentação da proposta de redação da minuta de normativa para o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Cáceres/MT e anexos – mapas e cartilhas. O objetivo era apresentar o documento resultado do acúmulo do trabalho realizado, mas não era um documento oficial final. Essa apresentação expôs a combinação do trabalho técnico

e dos materiais produzidos através das consultas e eventos, o que gerou uma nova discussão. O trabalho realizado em Cáceres levou em conta a importância de construir espaços onde a *participação*, dentro de uma perspectiva democrática, pudesse ocorrer. O objetivo era de aproximar, informar e discutir, pois os cidadãos desconheciam os valores identificados no tombamento e como foram realizadas as escolhas para a sua realização. Ao longo da realização do projeto de extensão foi possível perceber que falta a divulgação de informações básicas, o que fez com que as pessoas criassem até mesmo uma aversão ao tombamento e aos aspectos históricos do sítio.

Esse trabalho não tem por objetivo apresentar uma forma de realizar a participação, mas sim problematizá-la e tentar compreender sua importância. Ao longo da trajetória de preservação realizada na cidade os momentos de aproximação e realização de escuta junto à população são recentes. Supõe-se que se os mesmos tivessem ocorrido desde as primeiras iniciativas de preservação, na década de 1980, por meio de oficinas e assembleias a preservação poderia ter ocorrido de maneira mais efetiva com apoio dos cidadãos.

Através da experiência na cidade de Cáceres/MT pode-se identificar alguns os desafios contemporâneos de atuação do IPHAN em conjuntos urbanos tombados em nível federal. Cada processo de construção histórico e social de um tombamento traz aspectos únicos e a construção de normativas específicas podem ser um caminho para facilitar a gestão – considerando a incorporação da *participação* nessa política de elaboração de normativas uma ação poderosa.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bernadete Durões (org.). Cáceres: Vila Maria do Paraguai. Cuiabá: BDA, 2006.

ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. Dissertação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, 2014.

BOBBIO, Norberto. Democracia In.: Dicionário de Política. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 19ª. Reimpressão, Elsevier 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Portaria nº420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Brasília, 2010.

CARSALADE, F. L. A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, st. /dez. 2007.

CHAVES, Otávio Ribeiro e **ARRUDA**, Elmar Figueiredo. História e Memória Cáceres. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2012.

DICIONÁRIO PRIBERAM da Língua Portuguesa, 2008-2013. Acessado em agosto de 2017 no site: <http://www.priberam.pt/dlpo/participação>

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da USP. 1994. 666 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

FRANCO, A.; **POGREBINSCHI**, T. Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2008.

ICOMOS. Carta de Washington. Washington: 1986.

ICOMOS. Carta de Nairobi. Washington: 1972.

IPHAN. (orgs) MIGLIACI, Maria Clara. Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cáceres. Cuiabá: IPHAN/Entrelinhas Editora, 2007.

_____. Normatização de Cidades Históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, 2010.

_____. Planos de Ação para Cidades Históricas Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília, DF: IPHAN, 2009.

_____. Processo de Tombamento nº1.542-T-07: “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Estado do Mato Grosso”. Iphan: 2007.

_____. Plano de preservação sítio histórico urbano: termo geral de referência. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PEREIRA, D. C. O Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape: um caso paradigmático das políticas de preservação do patrimônio cultural nacional no estado de São Paulo. In: *ArquiMemória 4 - Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*, 2013, Salvador. *Anais do IV Encontro Internacional sobre a Preservação do Patrimônio Edificado - ArquiMemória*, 2013. p. 1-17.

MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29 p.9-28, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122>. Acesso em: 22 maio 2016.

MATO GROSSO. Processo de Tombamento – 01/91. Centro Histórico de Cáceres. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Cultura/Coordenadoria de Patrimônio Cultural/Bens Tombados, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (2012). O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol.1 In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais*, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN.

MOURA, Carlos Francisco. Notas sobre a história da arquitetura em Mato Grosso. Belém: SUDAM, 1976.

REZENDE, Maria Beatriz; **GRIECO**, Betina; **TEIXEIRA**, Luciano; **THOMPSON**, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. Ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. Territórios do Patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2001.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p.97-105, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. 1. ed. Salvador: Editora Oiti, 2014. v. 1. 454 p.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Um mapa para outros fazeres: territórios educativos e patrimônio cultural. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; **CAMPOS**, Marcio D'Olne. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei n.º 25/1937. Revista magister de direito ambiental e urbanístico. n. 27, p. 83-99, dez./jan. 2010.

Capítulo 21

A CONTRIBUIÇÃO DA REVISTA CJ ARQUITETURA PARA A REVISÃO CONCEITUAL NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

João Paulo Campos Peixoto¹

Claudia dos Reis Cunha²

1 Introdução

O presente trabalho traz como enfoque a revisão conceitual verificada no campo do patrimônio cultural no Brasil a partir da análise do periódico CJ Arquitetura: revista de arquitetura, planejamento e construção (1973-1980), englobando a sua contribuição nesta esfera e os desdobramentos identificados a partir destes estudos. Tal enfoque se faz importante por trazer a abordagem de investigação em revistas para uma área em que esta fonte ainda não é protagonista no Brasil, ainda que possa se configurar como excelente arcabouço documental.

Vinculado a um projeto de pesquisa maior intitulado “As revistas especializadas e as interfaces entre arquitetura, artes, cidade e cultura”, do Núcleo de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (NUTHAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD/UFU), este trabalho expande o escopo e acrescenta a revista CJ Arquitetura ao material já catalogado e trabalhado pelo núcleo – revistas como Brasil: Arquitetura

1 Graduando em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia – FAUeD/UFU; e-mail: jpcamposp@gmail.com

2 Professora Doutora; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia – FAUeD/UF; e-mail: claudiareis@ufu.br

Contemporânea; Brasília; Habitat; Mirante das Artes; Arquitetura e Engenharia e Módulo³.

Pesquisar periódicos propicia o entendimento e interpretações acerca de assuntos determinados e seus desdobramentos dentro do momento em que foi tratado. É uma forma de olhar o passado através de seu próprio espelho: traz consigo informações preciosas sobre a forma com que tal questão se desenvolveu, no momento em que ascendeu ao âmbito de divulgação, atrelado à críticas, panoramas e juízos de valores de seu próprio tempo. Para que o periódico cumpra devidamente sua função documental, contudo, é necessário que esse olhar seja amparado por uma visão crítica construída no presente e que o contexto em que tal documento surgiu seja compreendido. Dito isto, trabalhar a temática patrimonial em si já constitui tarefa indissociável do conhecimento histórico, abordar este assunto a partir da pesquisa em periódicos o transforma em elemento chave para tal compreensão.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado em 1937, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, durante o Estado Novo de Vargas, através do qual a preservação do patrimônio cultural no Brasil se fez política oficial de Estado. A discussão acerca deste tema, contudo, já vinha sendo abordada desde, pelo menos, os anos 1920, por vários grupos de intelectuais do país (PINHEIRO, 2011). É importante destacar que, destes grupos de intelectuais, aquele ligado à renovação das artes e da

3 Este trabalho é fruto da pesquisa que vem sendo realizada no âmbito do Programa de Projetos de Pesquisa para Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFU, vinculada à pesquisa “As revistas especializadas e as interfaces entre arquitetura, artes, cidade e cultura”, que atualmente conta com financiamento do CNPq. Para maiores informações sobre a pesquisa e o banco de dados dela resultante, consultar o portal de documentação das revistas de arquitetura, disponível em: <http://www.nuthau.faued.ufu.br/>.

cultura alcançou a hegemonia: os responsáveis pela preservação dos monumentos do passado eram ao mesmo tempo os idealizadores do Movimento Moderno nas artes, na literatura e na arquitetura local. Conforme CHUVA (2012, p. 96): Os vínculos com o passado e o tradicional eram necessários para mediar o ingresso do Brasil no mundo civilizado, dentro dos princípios do modernismo com os quais esse grupo se identificava.

A influência do ideário modernista no campo da preservação do patrimônio imperou por muitos anos no Brasil, sobretudo durante a chamada fase heroica, do posteriormente nomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. O Sphan inaugurou as noções acerca da preservação no país, constituindo-se em referência para os órgãos estaduais e municipais que surgiram décadas mais tarde, e os próprios bens que eram tombados demonstravam a visão da instituição e de sua administração acerca da arquitetura brasileira e qual herança seria desejável legar às gerações posteriores. Sua visão inicial está influenciada pelo contexto imediatamente posterior às duas Cartas de Atenas (Conferência das Nações em 1931, CIAM em 1933) e ao corpo de modernistas – majoritariamente arquitetos – que o compunha no ato de sua oficialização.

O Movimento Moderno, buscando a divulgação e a afirmação de seus pressupostos, teve como importante instrumento as revistas especializadas de Arquitetura e Urbanismo. As revistas difundiam a imagem deste novo Brasil que se desenvolvia sob ponto de vista moderno e publicizavam seu ideário. Com a atuação do Sphan, ainda sob influência dos “modernistas na repartição”⁴, não foi diferente. Juntamente com a divulgação da arquitetura moderna brasileira,

4 Referência à denominação utilizada por CAVALCANTI (2000).

diversos artigos dedicaram-se a veicular as ações de preservação do patrimônio brasileiro, estabelecendo uma linha de continuidade da “boa tradição”⁵: do passado colonial à arquitetura moderna. O Sphan, com o mesmo intuito de legitimar suas ações, reafirmar seus pressupostos e, principalmente, divulgar-se a um público mais amplo, cria seu próprio periódico – a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RSPHAN).

É importante reconhecer as relações entre o Movimento Moderno e a oficialização de uma política nacional de preservação no Brasil, como forma de compreender o Patrimônio⁶ como uma somatória de agentes. Durante essas quase oito décadas de atuação, o IPHAN passou por diversos percalços, modificações e atualizações – influenciado por desdobramentos no campo cultural tanto nacional quanto internacionalmente – até se tornar este contemporâneo. A própria noção do que era considerado “*patrimônio*” se transformou bastante com o passar do tempo. FONSECA (1997, p.194) aponta fatores que contribuíram, no Brasil e no exterior, a partir dos anos 70, para uma mudança nas políticas de preservação:

Em primeiro lugar as disciplinas [...] que fundamentavam a seleção dos bens excepcionais que mereciam ser preservados, passaram por uma mudança de orientação, não só em termos de objeto como também de perspectiva. Em segundo lugar, [...] a difusão da democracia como valor em outros ramos que não apenas o do exercício da

5 Expressão do arq. Lucio Costa presente no artigo “Documentação Necessária”, publicado pela primeira vez na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937.

6 Patrimônio aqui entendido num duplo sentido: tanto como a instituição governamental fundada em 1937, quanto como o conjunto dos bens a que se atribuiu tal valor através da ação daqueles que trabalharam em seus quadros.

cidadania política [...]. Em terceiro lugar, o processo de descolonização e a criação de novos Estados-nações, sobretudo no continente africano [...].

Diante dessa transformação de cenário, encontra-se a revista *CJ Arquitetura*. Com edição e circulação realizadas entre 1973 e 1977, surge num contexto posterior à fase heroica do Iphan. Sua publicação acontece num momento em que os pressupostos do Movimento Moderno já estavam sendo colocados em xeque não apenas no Brasil, e os parâmetros que guiavam as ações de conservação da herança de bens culturais do passado eram duramente questionados no país. Analisar o conteúdo da revista nos permite compreender, de alguma maneira, o cenário do Brasil através da ótica da arquitetura, planejamento e construção⁷ ainda relacionada com o patrimônio que, mesmo não elencado como temática principal, aparecia recorrentemente em suas páginas.

É evidente que o campo do patrimônio se altera e se transforma de acordo com acontecimentos nos mais diversos cenários – tal campo não se modifica apenas com ações referentes à cultura em si mesma, mas também se mescla com os acontecimentos referente à arquitetura e, principalmente, com desdobramentos no cenário político. Buscando esclarecer o cenário discutido por este trabalho e todas as ações que influenciaram direta e indiretamente sobre o campo patrimonial no recorte temporal abordado, foi elaborada a seguinte cronologia (Figura 1):

7 O “subtítulo” da revista *CJ Arquitetura* era “revista de arquitetura, planejamento e construção”.

Figura 1 – Cronologia dos acontecimentos que influenciaram direta ou indiretamente o campo do patrimônio cultural, principalmente no recorte temporal adotado.

CRONOLOGIA:

acontecimentos que influenciaram direta ou indiretamente a área do Patrimônio Cultural no Brasil.

		ARQUITETURA	
		BRASIL	
		PATRIMÔNIO	
1989	Início do governo Collor, desmontagem da área da cultura		
1985	Ministério da Cultura		
1981	Criação da Secretaria de Cultura sob direção de Aloísio Magalhães	1981 <i>Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC</i>	
1975	Política Nacional de Cultura	Aloísio Magalhães nomeado diretor do Iphan Fusão Iphan/PCH/CNRC	1977 CJ Arquitetura
1971	II Encontro dos Governadores Compromisso de Salvador	1973 Criação do PCH	
1970	I Encontro dos Governadores Compromisso de Brasília	1971 Criação do CNRC	
1964	Golpe militar no Brasil	1970 Surgimento de novas propostas e alternativas ao Sphan Começa a tendência a descentralização do Sphan	
1950	Governo JK - desenvolvimentismo	1967 Normas de Quito Renato Soeiro na direção do Sphan	
1945	Queda do Estado novo	1965 Sphan recorre à Unesco para reformular e reforçar a sua atuação.	689 bens inscritos por atuação do Sphan
1939	Exposição <i>Brazil Builds</i> ; no MoMA em NY	1964 Carta de Veneza	
1937	Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova York, projeto de Lúcio Costa e Niemeyer	1957 Lucio Costa vence o concurso para o projeto de Brasília: urbanismo moderno.	
1936	Instaurado o Estado novo por Vargas	1945 Ensino de arquitetura torna-se independente	
1936	Projeto do Ministério de Educação e Saúde hoje Edifício Gustavo Capanema Visita de Le Corbusier ao Brasil	1942-44 Conjunto Arquitetônico da Pampulha	1938
1933	Ouro Preto decretado Monumento Nacional	1937 Fundação do sphan como órgão oficial Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	
1930	4o CIAM: redefinição no perfil do arquiteto Tentativa de reforma na Escola de Belas-Artes	1934 Criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais	
1927-28	Primeira residência moderna em São Paulo Gregori Warchavchik	1933 Carta de Atenas (CIAM)	
1925	Manifesto <i>Acerca da Arquitetura Moderna</i> de Gregori Warchavchik	1932 Revolução constitucionalista	
		1931 Carta de Restauração de Atenas (Sociedade das Nações)	
		1922 Semana de Arte Moderna	

Fonte: Figura elaborada pelo autor (2017)

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Revista CJ Arquitetura (1973-1977): continente e conteúdo

A revista CJ ARQUITETURA: revista de arquitetura, planejamento e construção consiste em um periódico trimestral de publicação paulista. Sua circulação se dá inteiramente na década de 1970, mais precisamente entre 1973 e 1980, momento em que despontaram importantes transformações não só no cenário cultural e nas políticas de preservação patrimonial no Brasil, mas na própria sociedade brasileira. A publicação integral conta com vinte e duas edições⁸.

Segundo o memorando da revista (CJ ARQUITETURA n. 0, 1973, p. 3), era destinada a veicular as conquistas profissionais dos arquitetos brasileiros pela publicação de suas ideias, opiniões e projetos, servir de órgão de divulgação dos comunicados e matérias do I.A.B. e seus Departamentos e tinha como objetivo não somente o alcance nacional, mas inclusive internacional, a fim de levar as nossas posições e exemplos de nossa atividade profissional ao conhecimento dos arquitetos do exterior. Ainda no texto de abertura, há a explicitação de que o corpo de colaboradores não seria permanente, a fim de conceber o máximo dinamismo à publicação. Apesar de se tratar de uma revista de arquitetura, planejamento e construção, não é apenas a voz do arquiteto que impera, mas de todos aqueles intelectuais pensam a arquitetura, a cidade e o planejamento – independente da área específica de atuação.

⁸ Ao primeiro exemplar da revista é atribuído o número zero, por isso, quando consultadas as edições por número, o último exemplar é o de número 21, ainda que tenham sido publicadas 22 edições.

No contexto da publicação do periódico, a noção que envolvia o patrimônio cultural já havia se expandido, em decorrência principalmente da publicação de documentos internacionais de grande destaque e aceitação nesse âmbito, como a Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967). No Brasil em específico, há a influência da incipiente descentralização do Iphan a partir dos Encontros dos Governadores (Brasília, 1970 e Salvador, 1971), e do surgimento de alternativas ao órgão, como o Centro Nacional de Referência Cultural (1971) e o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973). A dinâmica social brasileira também já havia se transformado, posterior à queda do Estado Novo de Vargas (1945), o desenvolvimentismo de J.K. (1950) e o Golpe Militar (1964). O cenário de crise que perpassava a política, a economia e a própria sociedade deram às políticas de preservação, um sentido político particular (FONSECA, 1994).

Ainda que a CJ Arquitetura não seja voltada especificamente ao campo da preservação, como veículo de comunicação ela acompanha todos estes desdobramentos que pautaram este campo no Brasil. Por ser publicada em São Paulo, reflete e nos permite compreender as opiniões daqueles intelectuais locais que a produziam e, por consequência, acabava por englobar discussões características do cenário paulistano e também do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, criado em 1968.

Na prática, o tema da preservação, junto à arquitetura, foi abordado pelo periódico em diversos artigos. A revista conta com dois números especiais dedicados apenas a esse assunto, o número 17 (1977) e o número 19 (1978). A partir do levantamento e análise no Índice da Arquitetura Brasileira, foram identificados 58 artigos que tratam direta ou indiretamente do tema, os quais foram elencados na (Tabela 1), apresentada a seguir.

Tabela 1 – Artigos que tratam direta ou indiretamente do campo do patrimônio cultural na revista.

N.º	Ano	Título do Artigo	Autor	Páginas
2	1973	Salvador: preservação e renovação do centro urbano	COSTA, Lúcia	p.60-70
3	1973	Salvador, Parati, Ouro Preto	Não identificada	p.154-155
3	1973	Restauração do Vale do M'Zab, Argélia [projeto]	BENYAMMI, Ibrahim	p.67
E	1975	Menção honrosa, obra construída: Pousada do Convento Carmo, Salvador, BA	LEAL, Fernando Machado ; ROCHA, Sérgio Augusto	p.8-17
10	1975	O acervo arquitetônico de Salvador e Recôncavo	FONSECA, Fernando Lúiz	p.10-21
14	1977	Contra a destruição de nosso patrimônio	Não identificada	p.109-110
14	1977	A formação e a dependência cultural	AZEVEDO, Cláudio Soares	p.39-44
14	1977	A participação cultural do IAB	Não identificada	p.55-55
14	1977	O sentido do passado para os arquitetos	HERTZ, Alfredo de Sá Barp	p.33-35
17	1975	Pequena iniciação ao barroco mineiro	ÁVILA, Afonso	p.7-14
17	1977	Carta de Veneza	-	p.128
17	1977	Restauração: uma opção para o arquiteto	Não identificada	p.126-128
17	1977	A Barra de São João, pequena e singela, pede proteção urgente	Não identificada	p.36-38
17	1977	As 182 obras mais urgentes	Não identificada	p.105-107
17	1977	Uma filosofia de administração de Ouro Preto	Não identificada	p.95-98
17	1977	O IPHAN em Minas	LACERDA, Roberto	p.108-109
17	1977	Ouro Preto: cidade ameaçada	Não identificada	p.79-83
17	1977	Plano das cidades históricas: uma esperança	Não identificada	p.114-118
17	1977	Uma política para salvar os bens culturais de São Paulo	Não identificada	p.24-28
17	1977	Formação de arquitetos para a preservação dos bens culturais	TELLES, Augusto Carlos da Silva	p.22-23
17	1977	História de uma restauração [Sanatório do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo]	Não identificada	p.119-122
17	1977	A arquitetura colonial mineira	Não identificada	p.57-62
17	1977	Pequena iniciação ao barroco mineiro	ÁVILA, Afonso	p.52-56
17	1977	Arquitetura rural em Minas Gerais	MENEZES, Ivo Porto de	p.76-78
17	1977	Núcleo: o átomo a serviço do patrimônio	Não identificada	p.129-130
17	1977	Jari Inácio, o mestre da restauração	Não identificada	p.123-125
17	1977	Conhecimento de Minas	IGLESIAS, Francisco	p.40-51
17	1977	Quintas, lapas e abrigos	Não identificada	p.70-71
17	1977	ção popular contra o IPHAN	Não identificada	p.110-113
17	1977	Até os 35 anos, a lapa heróica	SAIA, Lúiz	p.16-21
17	1977	A barra de São João, pequena e singela, pede proteção urgente	Não identificada	p.36-38
17	1977	As 182 obras mais urgentes	Não identificada	p.105-107
17	1977	Conhecimento de Minas	IGLESIAS, Francisco	p.40-51
17	1977	Uma filosofia de administração de Ouro Preto	Não identificada	p.95-98
17	1977	Formação de arquitetos para a preservação dos bens culturais	TELLES, Augusto Carlos da Silva	p.22-23
17	1977	1790: começa a defesa do patrimônio mineiro	Não identificada	p.99-104
17	1977	Ouro Preto e Mariana: uma análise da linguagem formal urbana	MACHADO, Reinoldo Guedes	p.90-94
17	1977	O patrimônio de Minas: rico, variado, original	Não identificada	p.63-68
17	1977	Um plano para preservar Ouro Preto e Mariana	Não identificada	p.84-89
17	1977	Parque Minas?	BRANT, Francisco	p.39
17	1977	A preservação do patrimônio ambiental urbano paulista	YÁZIGI, Eduardo	p.29-34
17	1977	8 anos de Patrimônio Histórico: entrevista de Renato Soeira a Júlio Meseros	MORENO, Júlia	p.7-13
17	1977	Residência, Rua Jaguaré, 44 (projeto)	BURGIER, Renée Robit; BURGIER, Markus Ulrich	p.66-71
19	1978	Breve relato sobre as construções paulistas: colônia e imatório	LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira	p.6-12
19	1978	O sítio urbano original de São Paulo: o Pólo da colégia	Não identificada	p.124-129
19	1978	Transformações urbanas: preservação e destruição	COSTA, José Horácio de Almeida Nascimento; FERREIRA, Nadia Sameich Martins ; RUSSO, Sarah Faizmon	p.42-44
19	1978	Vila Itororó: projeto de recuperação urbana	TOLEDO, Benedito Lima de ; TOZZI, Cláudio ; TOZZI, Délio	p.54-60
19	1978	Canção cultural e desportivo: Fábrica de Pampéia	BARDI, Lino Bo	p.78-81
19	1978	Fazenda taonema: um projeto harmoniza o novo e o antigo	ROCHA, Paulo Mendes da	p.68-72
19	1978	Martinselli: a revitalização do primeiro bairro-rua de São Paulo	BRANCO, Bernarda José Castello	p.73-77
19	1978	Nova vida para o antigo fórum e casella de Anoras	Não identificada	p.95-98
19	1978	Nova uso do Gasômetro de São Paulo, um exemplo de respeito ao bem cultural	ROCHA, Paulo Archias Mendes de	p.49-52
19	1978	A recomposição arquitetônica do Museu de Pesca de Santos	BOLANHO, Edival	p.82-84
19	1978	Os bens tombados pelo IPHAN no Estado de São Paulo	SAIA NETO, José; SAKAMOTO, Arnaldo Yano	p.85-94
19	1978	O lazer e a preservação do patrimônio cultural	CAMARGO, Luiz Octávio de Lima	p.47-48
19	1978	Patrimônio ambiental urbano: da Lugar comum ao lugar de todos	MENEZES, Ulpiano I, Bezerra de	p.45-46
19	1978	Proteção global para a memória paulistana	MARX, Muelilo	p.99-103
19	1978	Fazenda Pau D'Alho (projeto de restaura)	SAIA, Lúiz	p.62-67

Fonte – CJ Arquitetura (1973-1980), elaborada pelo autor.

Nestes 58 artigos, a revista CJ Arquitetura já traz em suas publicações discussões contidas na fase moderna⁹ do Sphan e divulga um conteúdo que demonstra novos posicionamentos do campo do patrimônio no Brasil. Além do que se refere à difusão do ideário preservacionista e ao campo do patrimônio cultural, discussões relevantes são levantadas dentro das páginas da revista por intelectuais e arquitetos importantes para a historiografia da arquitetura e do urbanismo de forma geral – destacando-se aqui artigos assinados por Lúcio Costa, Luís Saia, Eduardo Yázigi, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Lina Bo Bardi, Ulpiano T. Bezerra de Menezes, para nomear alguns.

É importante destacar o papel didático cumprido pela revista ao tratar do patrimônio e sua divulgação. No início de ambos os números temáticos, a revista apresenta um memorando bastante explicativo sobre aquilo que viria a tratar nas páginas que se seguiam – como uma explicação do panorama, para que o leitor pudesse não apenas ler, mas compreender seu conteúdo. O memorando da edição 19 da revista, por exemplo, ao explicar a trajetória do conceito de monumento “tradicional” ao de “patrimônio cultural”, reitera o papel da revista em enfatizar e difundir tais transformações e divulgar conceitos ao alcance da população. Sobre este novo conceito de “patrimônio cultural” à época, diz-se:

Não se pode dizer, entretanto, que conceitos e novos instrumentos já estejam definitivamente consagrados. Ainda há por parte de muitas autoridades, especialmente algumas mais conservadoras, um certo ranço quanto a eles. Mas tal desprezo deve cair à medida em que a população

9 Fica conhecida como fase moderna do Iphan, o período que se estende da aposentadoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, em 1967, até 1990, quando o então presidente Fernando Collor de Mello cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC.

se conscientizar de seu papel na preservação dos bens culturais. O presente número da CJ Arquitetura pretende ajudar nesse sentido. (CJ Arquitetura, n. 19, pg. 3. 1978.).

Figuras 1 e 2 – Capas das edições temáticas a respeito do patrimônio histórico/cultural da CJ Arquitetura



Fonte: Revista CJ Arquitetura (1973-1980), capas fotografadas pelo autor.

A partir da análise do periódico e dos artigos, constata-se que a temática da preservação do patrimônio, ainda que abordada direta ou indiretamente, não se encontra nas páginas da revista de forma homogênea durante seu tempo de publicação. Para além dos números temáticos (17 e 19), o tema aparece pontualmente em outros exemplares (tabela 2).

Tabela 2 – Relação entre exemplares que abordam o tema da preservação e o número de artigos presentes

Exemplares em que há artigos que abordem a temática da preservação patrimonial	Número de artigos presentes nestes exemplares
2	1
3	2
8	1
10	1
14	4
17 (temático)	34
19 (temático)	15

Fonte – Revista CJ Arquitetura (1973-1980)

A partir do levantamento dos artigos, constata-se que a abordagem feita acerca da preservação patrimonial também é heterogênea. Para melhor compreensão, este trabalho classifica os artigos publicados na revista em quatro eixos temáticos, quais sejam: Apresentação e análise de projetos; Difusão de ideias e conceitos; Importância da preservação; e Enfoque na história da arquitetura (Tabela 3).

Tabela 3 – Relação de artigos por eixo temático definido, atenta-se ao fato de que um artigo pode estar presente em mais de um eixo.

Eixo temático	Número de artigos dentro do periódico
Apresentação e análise de projetos	19
Difusão de ideias e conceitos	17
Importância da preservação	10
Enfoque na história da arquitetura	18

Fonte – CJ Arquitetura (1973-1980)

Para tal classificação, atentou-se para a construção editorial e a organização do sumário das edições voltadas ao patrimônio histórico. É possível identificar uma lógica organizacional que influencia na

construção do discurso da revista, um fio condutor que pode (ou não) ser proposital. Percebe-se a construção de um panorama com o propósito de informar e educar o interlocutor da revista através de etapas, usa-se aqui o número 19 (1978) da revista como exemplo:

1. O Enfoque na história da arquitetura surge como a ponte entre a temática geral da revista (“planejamento e construção”) e o enfoque no patrimônio, é amplamente reconhecido que para se discutir patrimônio o conhecimento acerca da história da arquitetura é essencial – a presença do texto “Breve relato sobre as construções paulistas” (LEMOS, 1978. p. 6-12), por exemplo, no número cujo tema central é o patrimônio cultural de São Paulo.
2. Por conseguinte, a importância da preservação e a difusão de ideias e conceitos surgem como o principal destaque da edição, elucidando temáticas importantes a serem discutidas no momento contemporâneo à publicação – textos como “Transformações urbanas: preservação e destruição” (COSTA; FERREIRA; RUSSO, 1978. p. 42-44) e “Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos” (MENESES, 1978. p. 45-46) trazem discussões importantes e polêmicas que convivem no contexto temporal e espacial à publicação do periódico.
3. Por fim, a apresentação e análise de projetos como forma de elucidar de forma mais prática a discussão central da edição, a exemplo da apresentação de “Vila Itoioró: projeto de recuperação urbana” (TOLEDO; TOZZI; TOZZI, 1978, p. 54-60) que traz discussões relacionadas ao patrimônio ambiental urbano no mesmo número em que este conceito foi introduzido. Ainda que o memorando elucide algumas destas relações, a análise é realizada segundo observação.

Dentre estes eixos temáticos e suas correlações, a abordagem que envolve a difusão de conceitos será privilegiada na discussão proposta neste trabalho – por sua relação com o propósito essencial do

periódico e a própria abordagem que esta revista buscava estabelecer. Dessa forma, passa-se ao enfoque das discussões acerca do patrimônio ambiental urbano, contido na classificação de “difusão de ideias e conceitos”, abordado na revista ao mesmo tempo em que essa noção de patrimônio atrelada ao planejamento urbano ascendia no Brasil.

2.2 O patrimônio ambiental urbano (e o contexto paulista) em difusão

São dois os artigos que tratam diretamente sobre o “Patrimônio Ambiental Urbano” no interior da revista, sob abordagens “distintas”. A primeira, “A preservação do Patrimônio Ambiental Urbano Paulista” (YÁZIGI, 1977, p. 29-34), sob uma ótica mais relacionada à geografia¹⁰, e a segunda, “Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos” (MENESES, 1978. p. 45-46) com raízes na história da cultura material. Percebe-se, portanto, que tal discussão se faz presente em diversas áreas do saber, não se restringindo à arquitetura e ao urbanismo, o diferencial desta noção reside na amplitude de áreas que une. Agrega ao debate cultural a problemática urbana e o próprio ambiente, o patrimônio ambiental urbano surge como forma de condensar sob uma única designação esta nova noção dentro do campo preservacionista brasileiro.

10 Eduardo Yázigi atua em área mais voltada ao campo da Geografia, aborda o tema do patrimônio ambiental urbano também fora da revista CJ Arquitetura, como no mais recente trabalho “Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano” (2001). Na revista, é descrito como “arquiteto, professor e gerente de Patrimônio Ambiental Urbano da Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo” (CJ Arquitetura, n. 17, p.29. 1977)

Tal qual a esfera do patrimônio cultural no Brasil e a tiragem da revista *CJ Arquitetura*, toda a discussão que envolve o Patrimônio Ambiental Urbano e suas aplicações tem por influência, não por acaso, os acontecidos na década de 1970 – talvez a discussão nem sequer teria ascendido se não respaldada por todo o cenário de acontecimentos anteriores. Caminhando em sincronia, o campo do planejamento urbano e as preocupações com o meio ambiente também passavam por reformulações e ganhavam atenção.

O ‘II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Nacional de Cultura’ (PNC) trouxeram, em 1975 e 1976 respectivamente, preocupações com questões relacionadas ao meio ambiente e à preservação do “estilo de vida brasileiro”. Essa preocupação, contudo, apareceu nestes planos em decorrência das consequências geradas pelos governos militares no Brasil e a sua busca incansável pelo progresso e a especulação decorrente deste modelo de desenvolvimento - o que culminou em perdas de paisagem, nascentes, áreas de reservas e, por conseguinte, da memória relacionada à estas.

Arelado a esses desdobramentos, há a movimentação no cenário paulista – local da elaboração do conceito, no contexto do planejamento metropolitano. Como apontam (RODRIGUES; TOURINHO, 2016), com o fortalecimento da industrialização e do processo de urbanização no Brasil, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960, o crescimento das metrópoles brasileiras se tornou questão social, e a Constituição de 1967 já incluía sob competência da União a instituição de regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de São Paulo se deu em 1973, e foi com a criação do Plano Urbanístico Básico (PUB) e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) – a lei de zoneamento urbano

– que a cidade reconhece, por meio de políticas de planejamento, a existência de áreas de valor cultural, histórico e paisagístico, sujeito a medidas específicas. (RUBIM; 2008 apud RODRIGUES, TOURINHO, 2016).

Nesse momento, de intensificação do processo de urbanização do país, que redundou num grande crescimento das cidades, tinha-se claro que um evidente entrave à boa atuação preservacionista residia justamente na distância estabelecida entre as instâncias do Planejamento Urbano e do Patrimônio. Apesar de ser considerado ponto pacífico pelo menos desde a publicação das Normas de Quito, a compatibilização entre preservação e desenvolvimento, bem como a utilização do patrimônio cultural como fonte de dividendos – principalmente no que tange aos centros históricos e conjuntos urbanos. Essas duas instâncias (preservação e planejamento urbano) permanecem estanques, e inclusive, em alguns casos, defendendo interesses antagônicos.

Neste mesmo contexto, foi implementado em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) junto à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República – Seplan-PR, que posteriormente seria incorporado ao sistema Sphan/Pró-Memória. Em princípio voltado apenas para as cidades do Nordeste do Brasil, de acordo com Fonseca (2005, p. 161), o programa buscava criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento, o uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes, e suporte para atividades turísticas, aproveitando a renda gerada para a revitalização de monumentos em situação de degradação. Foi criado tendo em vista a falta de recursos financeiros e administrativos do Iphan, e já buscava a descentralização da política de preservação cultural, propiciando a criação de órgãos locais voltados à preservação

patrimonial e a elaboração de legislações estaduais de proteção. O PCH, em 1977, integrou em seu propósito a região sudeste.

Justamente dentro deste cenário em São Paulo, em paralelo com as discussões que aconteciam no mundo naquele momento que houve a elaboração do conceito de “patrimônio ambiental urbano” no âmbito da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), com o intuito de contribuir ao debate daquilo que afeta a condição da vida nas cidades, e também buscando elaborar uma legislação sobre a preservação mais eficaz que o tradicional tombamento.

O conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaria, potencialmente, a preservação de espaços de cidades e uniria ações de planejamento e preservação em torno de uma perspectiva ampla, de constituição cultural de ambientes e das imagens que os cidadãos têm de seus espaços urbanos. (RODRIGUES; TOURINHO, 2016, p. 76).

Das páginas da CJ Arquitetura, Eduardo Yázigi e Ulpiano T. Bezerra de Meneses tratam do assunto paralelamente ao seu surgimento. Yázigi publica o seu texto “A preservação do patrimônio ambiental urbano paulista” na edição temática de número 17, e Meneses publica “Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos” na edição temática de número 19. Em 1977 e 1978, respectivamente.

Eduardo Yázigi traz um enfoque amplo para o conceito de patrimônio ambiental urbano, em essência. Discute questões relacionadas às culturas material e imaterial, nas quais coloca as marcas da história, crenças e relacionamentos entre pessoas como o destaque no que resultou da evolução do homem, em contraponto com o mundo imediato em que se vive, onde perde-se cada vez mais os pontos de referência, diluídos em espaços autofágicos, malgrado à transumância.

Ao mesmo tempo, explora questões relacionadas à sua preservação, a explicação aprofundada do que consiste e seus valores, trata de urbanismo e adentra, inclusive, na esfera do planejamento. Explicita a necessidade de conservar lugares para serem detentores de significados importantes, sem buscar a atratividade (de turistas, por exemplo), mas testemunhos vivos de modos de ser, ainda que avessos.

Ao contrário do patrimônio histórico e artístico, interessado sobretudo pela excepcionalidade, o novo conceito de patrimônio ambiental urbano, sem excluir o primeiro, busca caminhos outros que não o do tombamento, visto mesmo como indesejável a seu escopo, por conflitar-se com a afirmação de valores contemporâneos inviáveis em cidades-museus. (YÁZIGI, 1977, p. 30).

Ulpiano T. Bezerra de Meneses explana na revista a respeito do conceito de patrimônio ambiental urbano e seu valor (ou a perda de valor). Já aponta, contudo, problemas de ordem interpretativa que explicita abertamente no título do artigo: “do lugar de todos ao lugar comum”. MENESES (1979, p. 45) coloca que havia um predomínio de procedimento limitado e insuficiente quanto à identificação do patrimônio ambiental urbano na prática das instâncias de intervenção, em detrimento de uma noção de patrimônio como fato social. Para ele, o patrimônio ambiental urbano era um sistema de objetos que adquirem significação por se articularem a um suporte de significados referentes ao mundo urbano que só pode ser conhecido em sua apropriação social, sendo capaz de provocar representações da realidade urbana.

Meneses (1979, p. 46) aponta, ainda, que é preciso reconhecer que preservar é uma forma de resistência à expropriação generalizada que exercem as forças econômicas nas sociedades como as capitalistas e encerra a discussão sintetizando que somente com o seguinte

entendimento, o patrimônio ambiental urbano poderia funcionar para devolver a cidade ao cidadão:

[...] preservar é uma forma de reapropriar-se da cidade. Ao invés, portanto, de preservação conflitar com o desenvolvimento (que deveria supor uma ampliação da responsabilidade social), ela vem a ser, precisamente, uma das exigências do desenvolvimento.

Ainda dentro dessa discussão, a revista traz um caso prático à luz na mesma edição: a recuperação urbana da Vila Itororó (CJ Arquitetura, n. 19, pg. 54-60, 1978). Este caso se aproxima das discussões que envolvem o patrimônio ambiental urbano, em uma perspectiva projetual. A Vila tem sua singularidade marcada por 37 casas construídas na década de 1920 à meia encosta do Vale do Itororó, na região da Bela Vista em São Paulo, e tem seu valor dado pelo conjunto – sua implantação em topografia acidentada, se relacionada com a paisagem e não se submete aos traçados convencionais. O projeto de autoria dos arquitetos Benedito Lima de Toledo, Cláudio e Décio Tozzi, como publicado na revista, engloba todas essas questões, de forma a estimular a preservação da área a partir de três pilares principais: o descanso, a recreação e o desenvolvimento. Prevê ainda um plano de gestão, a Vila deveria ser pensada como um conjunto, um centro de atração cultural. Um exemplo prático daquilo que se discutia conceitualmente dentro da própria revista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais discussões levantadas, o presente trabalho demonstra a importância do papel desempenhado pelos periódicos especializados em arquitetura e urbanismo na difusão do ideário

preservacionista brasileiro, sua renovação e o impulsionamento de discussões próprias do campo cultural – principalmente na CJ Arquitetura, sobre a qual recai o enfoque deste trabalho.

A abordagem do patrimônio ambiental urbano é apenas uma a ser feita, dentre diversas outras que ficam em aberto para posteriores trabalhos. O que demonstra, também, a quantidade de conteúdo disponível como fonte documental de pesquisa em periódicos a ser trabalhada, atentando-se ao fato de que esta não é uma revista de tiragem ampla – pelo contrário.

A partir das análises dos artigos que se relacionavam direta ou indiretamente com o campo cultural e seus respectivos autores, percebe-se que a escrita da arquitetura em revistas não é menor ou menos válida. Textos como os abordados por este trabalho, a exemplo do “Patrimônio ambiental urbano: do “lugar de todos” ao “lugar comum” (MENESES, 1979), já serviram como referência para diversos trabalhos acadêmicos, abordados, inclusive, aqui.

Escolheu-se dar destaque à temática do patrimônio ambiental urbano pelo próprio panorama da revista e a proposta deste periódico em específico, da divulgação de conteúdo. A discussão é importante e a revista se inseria no cenário em que o patrimônio ambiental urbano era discutido e foi utilizada como veículo de informação e de debate acerca do tema, em São Paulo – os intelectuais que se relacionaram diretamente com a conceituação do termo tinham na revista lugar de fala, como Ulpiano T. Bezerra de Meneses, Carlos Lemos e Eduardo Yázigi.

A discussão acerca do patrimônio ambiental urbano, ainda na contemporaneidade, se faz válida. Como é colocado por (RODRIGUES; TOURINHO, 2016), o autor Ulpiano T. Bezerra de Meneses retoma a

discussão a respeito do conceito, e reitera a necessidade de sua discussão. A necessidade de pensar o patrimônio juntamente com o planejamento urbano persiste na contemporaneidade, portanto, também o conceito que engloba estas esferas. Percebe-se, enfim, que o patrimônio ambiental urbano, ainda que não tenha se instaurado como a noção principal que envolve a discussão no campo preservacionista, reverberou e influenciou diretamente todo esse cenário e seu desenvolvimento.

É evidente a relação entre o conceito de patrimônio ambiental urbano e a noção bastante contemporânea de Paisagem Cultural cunhada pela UNESCO – que, dentre diversas particularidades, foca nas relações estabelecidas entre o meio natural e o meio construído e ocupado, buscando valorizar as relações que criam essa identidade que não existiria se não por serem vinculadas. Diante disso, é importante perceber que, desde a conceituação de patrimônio ambiental urbano até a contemporaneidade, faz-se necessário a confluência de conceitos, de modo que se pense a preservação, não como prática isolada, mas plural; de modo que se valorize não só o bem em si, mas a cidade, sua apropriação, a memória, e como um instrumento válido para a melhoria de seu sítio nas mais diversas escalas a partir das relações que estabelece.

Em suma, este trabalho buscou contribuir para que o papel da revista como fonte documental e instrumento de pesquisa seja melhor compreendido e mais amplamente difundido e utilizado no campo do patrimônio cultural, ao passo em que traz à luz discussões importantes neste campo. Neste artigo, aborda-se o patrimônio ambiental urbano, buscando colaborar para este debate importante. Mas apenas este periódico dá margem para a realização de diversos outros trabalhos dentro da temática maior da “preservação patrimonial”. Há, ainda,

documentação suficiente para a realização de diversos outros trabalhos em outros recortes temáticos também presentes na revista.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. Um Estado completo que pode jamais ter existido. São Paulo, FAU-USP, Tese de Doutorado, 1993.

ARAÚJO, Anete. A construção do movimento moderno: entre a arquitetura e a historiografia. In: **CARDOSO**, L. A. F. e **OLIVEIRA**, O. F., org. (Re) Discutindo o Modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil. Salvador: Mestrado em Arquitetura e urbanismo da UFBA, p. 70-78, 1977.

BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1981.

CAMPOFIORITO, Italo. O patrimônio cultural: um balanço crítico. Revista do Brasil, ano 2, n. 4, 1985.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Arquitetura em Revista: arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960). Tese (Doutorado) FAU-USP, 2006.

CAVALCANTI, Lauro (org). Modernistas na Repartição. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, MinC-IPHAN, 2ª ed. rev., 2000.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado, *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 313-333.

_____. O modernismo nas restaurações do SPHAN. Modernidade, universalidade, brasilidade. Revista IEB, São Paulo, n. 55, 2012, p. 89-107.

CJ ARQUITETURA: revista de arquitetura, planejamento e construção. São Paulo, SP: [s.n.],1973-1977.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Lucio. Documentação necessária. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937, p. 31-40.

_____. Documentos de Trabalho. Organizado por José Pessoa. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

_____. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DE LUCA, Tania Regina. “As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas”, in: IV Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura, 2006, São Luis do Maranhão/MA. Anais do 4º Encontro Nacional de História da Mídia. São Luis/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural, In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª ed., 2009, p. 59-79.

_____. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2ª edição, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro, IBPC/Departamento de Promoção, Caderno de Debates n. 1, 1991.

LASSI, L. A.; **CAPPELLO**, M. B. C. Arquitetura moderna no Brasil e sua difusão nas revistas de arquitetura brasileiras (1945-1970) - um enfoque ao acervo UFU. Horizonte Científico (Uberlândia), v. 1, p. 313/11, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso Modernista no Brasil; a obra de Lúcio Costa*. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, 1988.

MARCONDES, M. J. A. *Patrimônio Cultural e planejamento: Um balanço da trajetória na cidade de São Paulo*. in: FORUM PATRIMÔNIO: ambiente construído e patrimônio sustentável, Belo Horizonte, v.2, n.1, jan./abr. 2008.

MESQUITA, Marieta. *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*. Caleidoscópio, 2011.

MIRANDA, Clara Luiza. *A crítica nas revistas de arquitetura nos anos 50: a expressão plástica e a síntese das artes*. Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. “Cidades: temporalidades em confronto”. Campinas, 1998.

_____. *A crítica nas revistas de arquitetura nos anos 50: a expressão plástica e a síntese das artes*. São Carlos/SP, Dissertação (Mestrado), EESC-USP, 1998.

MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo revisitado*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. “O IPHAN e o seu papel na construção/ ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil”, In: Cadernos do CEOM – Bens culturais e ambientais, ano 21, n. 29, p. 20-38.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2011.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. Versão eletrônica disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 3 de junho de 2017.

PRATA, J. M. Patrimônio Cultural e Cidade: práticas da preservação em São Paulo. 2009. f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Robson Orzari. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil. Campinas/SP, Dissertação (Mestrado), IFCH-Unicamp, 2013.

RODRIGUES, M. **TOURINHO**, A. O. Patrimônio Ambiental Urbano: Uma retomada. Revista CPC, São Paulo, n. 22, p.70-91, jul./dez. 2016.

RUBINO, Silvana. A memória de Mário. Revista do Patrimônio – Mário de Andrade. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, n. 30, p. 139-154.

_____. O mapa do Brasil passado. Revista do Patrimônio – Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, n. 24, p. 97-105.

_____. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. Revista USP, São Paulo, n.53, março/maio 2002, p. 6-17.

SANT'ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a Academia SPHAN”, In: Revista do Patrimônio – Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, n. 24, p. 77-95.

TOLEDO, B. L. ; **TOZZI**, C. ; **TOZZI**, D. . Vila Itororó: projeto de recuperação urbana. C.J. Arquitetura, Rio de Janeiro, n.42, p. 54-60, 1978.

Capítulo 22

ENTRE A PRESERVAÇÃO E A INTERVENÇÃO: DISCUTINDO A COMPLEXIDADE E OS DESAFIOS PARA BRASÍLIA-DF

Dayodara Teixeira Reis¹

Adriana Nunes de Alencar Souza²

Letícia Pires Ferreira³

Sávio Tadeu Guimarães⁴

1 Introdução

Na busca por melhor compreensão do objeto aqui analisado, a cidade de Brasília, o artigo aqui proposto focaliza um de seus dilemas, estabelecido entre a preservação de valores caros aos ideais modernistas que a conformaram e demandas por inovações ou adaptações. De maneira geral, tais dilemas têm sido constatados em razão das carências com o tempo observadas em tais projetos ou de novos valores emergentes na contemporaneidade que justificam reflexões e estudos sobre a temática. Sob tal objetivo, a presente proposta de artigo se inicia por um breve contexto histórico do Movimento Modernista, que marcou, por meio de seus numerosos pressupostos, uma época de ruptura com as tradições e de mudança de valores difundidos, sobretudo, desde fins do século XIX até a primeira metade do século XX. Nessa abordagem inicial do campo, o artigo proposto se desdobra a partir de algumas das primeiras propostas modernistas que,

1 Mestranda; UniCEUB; Brasília/DF; e-mail: dayodara@hotmail.com

2 Mestranda; UniCEUB; Brasília/DF; e-mail: adriana.alencares@gmail.com

3 Mestranda; UniCEUB; Brasília/DF; e-mail: arq.leticiapires@gmail.com

4 Doutor; UniCEUB; Brasília/DF; e-mail: savio.guimaraes@uniceub.br

gradualmente, permitiram a consolidação do pensamento a partir de diversas experiências de vanguarda, perpassando suas primeiras críticas até às crescentes propostas alternativas ao pensamento funcionalista vinculadas a valores hoje expressos no campo da arquitetura e do urbanismo.

Assim, inicialmente, para melhor elucidar a problematização então emergente sobre os postulados modernistas, e dentro do próprio campo, como no caso das autocríticas proferidas na décima edição do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizada em 1954 e conhecida como TEAM X, tomemos por referência algumas considerações então enunciadas por nomes de campos de atuação distintos. Trabalhos como os de Maurice Halbwachs (1990), Jane Jacobs (2011) e Charles Jencks (2006), estão entre essas bases críticas de campos diversos que, respectivamente, evidenciaram, entre os anos 1950 e 1970, a força da memória agregada aos espaços, assim como a necessária permeabilidade de usos e acessos aos espaços da cidade e as várias alternativas espaciais então emergentes.

Para bem compreender a influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, seria necessário, numa grande cidade moderna, observar sobretudo os quarteirões antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que formam como pequenos mundos fechados, ou ainda, mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e as avenidas povoadas sobretudo de operários e onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam (HALBWACHS,1990, p. 131-144).

Dividindo os usos da cidade por categorias, cria-se uma armadilha, método esse utilizados pelos modernistas ao setorizarem as diferentes funções que as áreas de uma cidade podem apresentar. Contudo, “a análise das cidades uso por uso - tornou-se um recurso costumeiro do planejamento urbano”. Para real compreensão da dimensão global das cidades é fundamental se esmerar no entendimento das combinações e misturas de seus usos conforme Jacobs (2011, p. 157-158). As cidades, contudo, foram sendo concebidas como problemas de variáveis simples e diretas como no século XIX com a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard e a Ville Radieuse de Le Corbusier, que apesar de se utilizar de uma linguagem mais verticalizada e centralizada da Cidade-Jardim com apenas duas variáveis, seu plano chegou a assimilar um sistema de complexidade desorganizada sendo “uma celebração artística do poder da estética e do triunfo das médias matemáticas” (JACOBS, 2011, p. 484-485).

De acordo com Jencks (2014, p. 804-812) a arquitetura moderna teve seu fim em uma data marcada, qual seja, a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe em 15 de junho de 1972 às 15h 32m. A arquitetura modernista com afirmações sobre a importância do funcionalismo criou metáforas, pois é possível ver nos edifícios formas de objetos similares a “caixas de papelão” ou imagens simbólicas da edificação. Ele analisa a tendência modernista tardia que serve dessas ambiguidades para criar metáforas. O modernismo seria o maior responsável pela decadência das cidades, já o pós-modernismo com novos programas arquitetônicos e urbanistas representariam a “responsabilidade natural de uma cultura de possibilidades de escolha” (JENCKS, 1939, p. 804).

2 BRASÍLIA – PROJETO, CRÍTICA E TOMBAMENTO

A partir desta apresentação do campo de estudo por meio de fatos, críticas e conceitos, o artigo expõe, em dois momentos históricos, o caso da cidade de Brasília. Inaugurada em 1960, a cidade de Brasília, projeto urbanístico de Lúcio Costa peculiarizado pelas obras arquitetônicas de Oscar Niemeyer, é aqui apresentada sob o conceito de “escala” adotado pelo urbanista como característica elementar do célebre Plano Piloto da cidade. Esse conjunto de escalas ou categorias espaciais utilizadas por Lúcio Costa ao tematizar e setorizar a espacialidade urbana do plano da capital federal e que foi por ele subdividido em quatro escalas – escala monumental, residencial, gregária e bucólica – tornou-se, por tal importância na configuração morfológica da cidade. Esse conjunto de escalas foi escolhido, não por acaso, como a referência das diretrizes de tombamento do plano na esfera nacional pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cinco anos após o tombamento do mesmo como Patrimônio Cultural do Distrito Federal pelo governado local e como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambos em 1987. Nesse mesmo ano, Lúcio Costa define as diretrizes para o desenvolvimento de Brasília através do documento Brasília Revisitada, apresentado ao Governador José Aparecido de Oliveira, e que tratava da Preservação, Complementação, Adensamento e Expansão Urbana de Brasília. O documento, que constava de um texto e uma planta em escala 1/25.000 ilustrando as propostas, foi anexado ao Plano Piloto original de 1957 no tombamento de Brasília.

Entre seus critérios de classificação de um bem cultural como patrimônio mundial a UNESCO destacou na cidade os de “excepcionalidade do gênio criativo humano” e de exemplificação de um “significativo estágio da história humana” (SILVA, 2003, p. 94), valores estes posteriormente fortalecidos e ampliados, em 1992, nos esforços nacionais de valorização dos atributos morfológicos das “escalas de Brasília” através da Portaria nº 314 do IPHAN e, ainda, em 1995, pela inclusão em sua descrição da dimensão de “autenticidade” da cidade, assim evidenciada na Carta de Brasília:

O significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à ideia de verdade: autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas. Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em patrimônio. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3).

Certamente, o tombamento da cidade, em esfera local, nacional e mundial, tendo como pressupostos a preservação auxiliou, em muito, na preservação da cidade ou de características essenciais de seu Plano Piloto centrado em quatro escalas, e isso, poucas décadas após sua construção e o grande afluxo de interesse e estranhamento do local.

Lúcio Costa afirmava que as futuras gerações só teriam assegurada a oportunidade e o direito de conhecer Brasília, assim como foi concebida, através do tombamento. Ressaltou, em um documento enviado ao arquiteto Italo Campofiorito, que o importante era o respeito às quatro escalas, a manutenção da estrutura urbana que por vez tem função de estabelecer as escalas, o respeito na manutenção dos dois

eixos originais e seus cruzamentos, e principalmente, a preservação do conjunto formado pelo eixo monumental, “...serena e digna obra-prima de integração arquitetônico-urbanística” (COSTA, 1990-99, n.p.).

É fato que a capital federal do Brasil representa o único exemplo, em sua escala, de uma completa cidade modernista. Desse modo, independentemente de sua espacialidade arquitetônica e urbanística poder ser, por muitos, bem assimilada e, por vários, questionada, a importância da cidade se reforça, sem sombra de dúvidas, quando atribuída à sua dimensão histórica – seja pela perpetuação do modelo de urbanismo que os modernos tanto buscaram implantar, seja pela preservação de mais uma linguagem estética e espacial tornada referência de mais um dos sucessivos momentos da História. De fato, independente das críticas que se faça hoje a preceitos modernistas cristalizados em sua espacialidade, torna-se possível, por meio da preservação de tal espacialidade, a salvaguarda do momento histórico por ela representado quando de sua construção. Contudo, analisando o caso específico representado por Brasília, apesar de ser importante considerar a preservação da arquitetura moderna por questões estéticas ou históricas – e várias outras dimensões a estas atreladas – é preciso evidenciar outras de suas dimensões. Sob essa abordagem mais ampla da cidade, ressalta-se o fato de diversos problemas constatados na cidade poderem ser atrelados ao seu projeto, ao que foi efetivamente construído, à mudança na implantação inicialmente prevista, ao grande fluxo e permanência local não previsto, a forte segregação socioespacial engendrada na cidade, entre outros fatores. E juntos, tais fatores ampliam as contradições da cidade, assim como ressaltam críticas em relação ao seu tombamento, tanto no que diz respeito às específicas diretrizes elencadas para sua preservação quanto no que se relaciona às necessidades e desejos de mudanças inerentes

na espacialidade de qualquer cidade – crescentemente assimiladas como um organismo vivo.

Assim, após as referências aos valores patrimoniais atribuídos à cidade de Brasília, e diante de várias críticas recebidas pela cidade ao longo de seus quase 60 anos de existência pós-inauguração, o artigo evidencia algumas das questões a partir da vivência cotidiana na cidade e de uma base bibliográfica já produzida sobre a mesma. Nomes como os de Holston (1993), Cavalcanti (2006), Holanda (2010), Schlee (2006), Galbinski (2014) e Gehl (2015) configuram-se como grandes referências para esta análise da cidade e seus desdobramentos pós-ocupação. Especificamente, será utilizado aqui, como foco do método de análise, justamente as escalas ou áreas definidoras do Plano Piloto de Brasília e tornadas uma das bases para o uso dos instrumentos da preservação normativa local. Sendo assim, o artigo aqui proposto, elaborado como um esforço de compreensão da cidade, estimulado por trabalhos anteriores e, talvez estimulante a outros, aborda alguns dos problemas constatados no cotidiano vivenciado em tais áreas da cidade; aborda também críticas e, ainda, propostas de adaptação e ajustes locais sugeridas em críticas e projetos arquitetônicos em meio ao dilema da preservação da representatividade simbólica da cidade modernista tombada concomitante às possibilidades de crescimento a que todas as cidades estão sujeitas e, evidentemente, ao atendimento das necessidades e valores de quem a vivencia hoje.

2 BRASÍLIA – AS QUATRO ESCALAS

No ano de 1985 José Aparecido de Oliveira como Governador recém-eleito convidou Costa, Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx

a completar e retificar o projeto de acordo com a intenção original, e foi nesse ano que Brasília foi efetivamente protegida. Pois, até então o que se tinha era a Lei 3.751 de 1960 que trazia no seu art. 38: “Qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”, que como se pode ver não protegia efetivamente as escalas, ou melhor dizendo deixava a capital federal à mercê de interesses políticos e imobiliário. Então, de forma a buscar o reconhecimento internacional, apresentou à Unesco, em Paris, a teses de que os monumentos contemporâneos deveriam ser considerados. Brasília foi considerada pela Unesco como um dos maiores eventos da história do urbanismo, contudo a tese foi recusada.

Passados dois anos desse evento, em 1987, sancionou-se o Decreto Estadual nº 10.892, denominado por Lúcio Costa como Brasília Revisitada, que reiterou a rigor as recomendações feitas por Costa. Foi esse texto a rigor que convenceu a Unesco a conferir a Brasília o título de Bem Cultural da Humanidade.

Nesse Decreto ele começa definindo os pontos de preservação essencial: 1- na escala residencial: as superquadras, e entre quadras comerciais - de cada ramo do Eixo Rodoviário-Residencial. 2 – a escala gregária que surge da interseção dos dois eixos, a Plataforma Rodoviária, elemento de vital importância. 3 – a escala bucólica, ritmo e harmonia dos espaços urbanos sentida na passagem – áreas livres arborizadas 4 – a escala monumental formada pelos terraplenos.

A lei estadual usa literalmente a mesma linguagem e identifica a escala (e não construções) como o objeto de proteção. O texto da lei começa estabelecendo que a proteção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro diferentes escalas através das quais o projeto urbano se explicita. Os

Artigos subsequentes são intitulados de acordo: Da escala monumental; Da escala Residencial; Da escala gregária; Da escala bucólica.

O IPHAN, em 1992, a nível federal propõe a Portaria 314 ampliando ainda mais a proteção dada à Brasília. Novamente, consultado Costa, ele reafirma a proteção das quatro escalas.

A Memória Descritiva do Plano Piloto deixou clara a importância da integração entre as escalas (Figura I) que conferem caráter próprio a Brasília.

Para mim, como urbanista da cidade, importa principalmente o seguinte: 1- Respeitar as quatro escalas que presidiram a própria concepção da cidade: a simbólica e coletiva, ou Monumental; a doméstica, ou Residencial; a de convívio, ou Gregária; e a de lazer, ou Bucólica, através da manutenção dos gabaritos e taxas de ocupação que as definem; [...] 4- A preservação do Eixo Monumental [...]; 7- A preservação do Parque Público projetado por Burle Marx. (COSTA, 1995, p. 331).

Figura I – As quatro Escalas



Fonte – SABÓIA; DERNTL, 2014.

O chamado Eixo Monumental ordena os setores da administração governamental e os setores identificados com a vida pública. Nele se encontram o Palácio da Alvorada – residência Presidencial, a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios. O primeiro terrapleno dos sucessivos planos criados no projeto, abrigaria as três casas dos poderes fundamentais: a do governo e a do Supremo Tribunal Federal na base, e a do congresso Nacional no vértice. O acesso de pedestres a segunda plataforma seria feito por uma grande esplanada gramada, que também, serviria para desfiles e paradas, ao lado seriam locados os ministérios e autarquias, onde o Ministério das Relações Exteriores e o da Justiça ocupariam os extremos inferiores, contíguos ao Congresso, ficando o da Cultura no extremo superior de um lado e a Catedral em praça autônoma do outro lado. “O monumento, no caso de uma capital, não é coisa que se possa deixar para depois: o monumento ali é o próprio conjunto da coisa em si.” (COSTA, 1995, p. 304).

Havia sido previsto um centro cultural, muito semelhante a um parque em sua concepção, os museus, biblioteca, planetário etc., ficariam ali abrigados. O centro de diversões da cidade ficaria livre do tráfego indesejável e permaneceria apenas com o tráfego local.

No Eixo Rodoviário-Residencial, asas Sul e Norte, é onde foi organizado os setores residenciais em sequência de superquadras. Cada uma em sua concepção medindo aproximadamente 300x300m e “emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada” (Relatório do Plano Piloto de Brasília - PPB, 1960, p. 11), ainda que houvesse variação de densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica

dos seus edifícios. Em cada grande quadra seriam instalados, por exemplo, escola primária, lavanderia etc., conforme a necessidade. Os edifícios residências deveriam seguir dois princípios gabarito máximo uniforme, de talvez seis pavimentos, com térreo em pilotis e separação do tráfego de pedestres e veículos automotores.

Os edifícios residências das superquadras 300 Sul, dentre outras, como principal exemplo a SQS 308 considerada a quadra modelo, possui em seu bojo inúmeras obras que fazem parte de sua concepção. Desde os jardins até a escola foram elaboradas as artes de Burle Marx.

Ao fundo se encontraria a via de serviços, com oficinas, garagens, depósitos do comércio e mais ao fundo dessa via, floricultura, horticultura e pomar, equivalente a uma terceira ordem de quadras. “O mercadinho, o açougue, as vendas, quitandinhas, casas de ferragem etc.” (Relatório PPB, 1823, p. 11) estariam junto ao acesso de serviço, o espaço restante seria reservado ao clube da juventude, cinema. As barbearias, cabeleireiros, modistas etc. ficariam noutra seção e mais a igreja conformariam a confluência de quatro superquadras, mais atrás estaria a escola secundária. Assim foram criadas e constituídas as Unidades de Vizinhança.

A Igrejinha Nossa Senhora de Fátima localizada na quadra SQS 308 é uma das únicas que foi construída conforme idealização de Lúcio no PPB (Figura II). Os azulejos de Athos Bulcão no seu exterior e as obras Aleijadinho no seu interior fazem parte do que deve ser mantido tombado.

Athos Bulcão, [...] teve na arte azulejar integrada à arquitetura sua maior expressão artística. A

retomada do azulejo de fachada, que coincide com a renovação da arquitetura brasileira iniciada nos anos 1930, encontra em Oscar Niemeyer um dos seus principais renovadores. Encarando o azulejo como composição modular, em escala industrial, e em parceria com Athos, seu mais regular colaborador, essa forma de integração alcança em Brasília o ponto máximo. (CABRAL, 2013, p. 3)

Figura II – Igrejinha Nossa Senhora de Fátima



Fonte: <http://www.viaggiando.com.br/2015/05/encontrobsb.html>

Previram-se igualmente:

“setores ilhados, cercados de arvoredos e de campo, destinados a loteamentos para casas individuais”. “Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la”. (Relatório PPB, 1823, p. 14)

Essa cidade tão nova conforme Costa (1995, p. 298) “esse mourejar, essa dedicação, esse esforço – está criação tirada do vazio num gesto de mágica -, é obra de loucos”. A nova capital foi assim

concebida abolindo a farsa da “austeridade”, mas procurando ser berço da arte, “conferindo ao brado histórico de 1822” novo significado “industrialização ou morte!”, “não se exporta apenas café, açúcar, cacau” e sim cultura universal.

Brasília passados 25 anos de sua concepção e mesmo antes da viabilização de sua “*escala gregária*”, contando na época, apenas com a escala monumental e uma proposta inovadora de superquadra, garantiu sua individualidade formal, sendo, portanto, embrião de uma nova maneira de viver.

2.1 Escala Monumental

Niemeyer desfrutou de uma liberdade formal ao propor monumentos para a cidade de Brasília, incumbido pelo seu amigo de longa data, o então presidente da república Juscelino Kubitschek. Considerando a escala monumental, a concepção cenográfica refletia igualmente uma perspectiva corbusiana, afirma Underwood (2010). “Uma visão aérea tal como é dada por uma planta numa prancheta de desenho não é a visão que se tem dos eixos; eles são vistos do chão, com o espectador em pé, olhando para frente” Corbusier (apud UNDERWOOD, 2010, p. 84). As soluções que valorizavam o desenvolvimento, o progresso, a velocidade que favorecia a aviação em detrimento do pedestre, foram algumas premissas para as criações de Niemeyer. O arquiteto expressava em sua criação uma rebeldia contra as normas estruturais, uma busca constante em criar novas formas de efeito escultural.

Quando tentava soluções para a forma destes palácios, tinha também em mente a atmosfera que

eles iriam conferir à Praça dos Três Poderes [...]. Eu visualizava os palácios com uma riqueza de formas, sonhos e poesia, como as misteriosas pinturas de Carzou, novas formas, surpreendendo os visitantes pela sua leveza e liberdade de criação; formas que não estavam presas rígida e estaticamente à terra, mas que erguessem os palácios como se fossem suspendê-los, brancos e etéreos, nas noites sem fim do planalto; formas surpreendentes e de tirar o fôlego que elevaria o visitante, mesmo que só por um breve instante, por sobre os problemas difíceis e às vezes esmagadores que a vida oferece a cada um de nós. (UNDERWOOD, 2010, p. 93 apud EVENSON, 1973, p.204).

Segundo Holanda (2002, p. 301-302) a escala monumental de Brasília traz uma série de questões sobre a morfologia da capital, onde se localizam os principais edifícios do governo federal:

a superfície de espaços abertos de longe transcende àquela dos espaços fechados, há grande quantidade de espaços cegos e a área como um todo se comporta como uma espécie de ‘apêndice, ou de península mórfica’, com relação ao Plano Piloto.

Outro termo levantando pelo autor é a presença marcante das fachadas “cegas”, edifícios isolados que se comunicam muitas vezes por passagens subterrâneas ou por túneis elevados. Se por um lado a cidade apresenta uma forte identidade visual, uma qualidade que a torna conhecida, por outro, entretanto, existem significativas peculiaridades sintáticas da cidade quando comparada a outros esquemas modernistas.

A escala monumental expressa na arte de Niemeyer, caracterizou-se por uma busca de eternidade, a sua expressão que mais se aproxima nesse sentido do divino é a catedral, uma obra-prima. Definida com “relação à essência volumétrica criada por seus elementos estruturais,

Niemeyer alcança unidade de forma, volume, estrutura e simbolismo religioso”, afirma Underwood (2010, p. 102). A solução de como equacionar o problema o esqueleto estrutural é um dos conceitos que o arquiteto enfatiza ao descrever a própria arquitetura “quando a estrutura está pronta o edifício foi finalizado” Niemeyer (apud UNDERWOOD, 2010, p. 104).

No entanto, originalmente a catedral não possuía vitrais, e o simbolismo católico se limitava as esculturas dos profetas, de Alfredo Ceschiatti e no altar anjos que pendiam, pendurados por cabo de aço, também de Ceschiatti. Em 1970 foi realizado um fechamento em vidro transparente, conforme afirma Ferreira (2005), mas só nos anos 80 as estruturas receberam pintura na cor branca e a artista Marianne Peretti se encarregou dos vitrais no espaço entre as estruturas curvas (figura III). É importante ressaltar nesse presente trabalho o reconhecimento que infelizmente não é dado aos artistas que se fazem presentes nas obras de Brasília. A exemplo da catedral é possível enumerar um acerto de obras invejáveis; as estátuas de bronze com três metros de altura cada, de Alfredo Ceschiatti, uma recordação aos templos egípcios que tinham os seus deuses perfilados à sua entrada; no se interior catorze painéis de Di Cavalcanti representando a Via Sacra; a Vida de Nossa Senhora de Athos Bulcão, além da réplica de Pietá de Michelangelo e os vitrais como já mencionados de Marianne Peretti.

Figura III – Catedral Metropolitana de Brasília



Fonte: acervo autor.

Lúcio Costa, autor do projeto da capital federal, afirmava que a colaboração das artes em Brasília poderia ser vista através de uma relação total entre a plástica arquitetural e as plásticas das obras de arte. Como afirma Oliveira (2013, p. 101),

para Costa era a arquitetura que dava a forma, para as artes plásticas se inserirem posteriormente. Oscar Niemeyer [...] sempre deixou para os acabamentos finais de suas construções a aplicação das obras de artistas como Portinari, Di Cavalcanti, Alfredo Ceschiatti e Athos Bulcão.

Bulcão, ainda segundo a autora, buscou desenvolver a sua própria plasticidade, poética e visualidade, para concretizar um trabalho singular (figura II). É desejável, então, que sua obra integrada à arquitetura de Brasília seja entendida no âmbito de sua própria história.

2.2 Escala Residencial

A configuração urbana em Brasília que define a escala residencial concerne o principal tipo de habitação da cidade, as superquadras. Tema recorrente em diversos trabalhos, a escala residencial pode ser identificada, de acordo com Saboia (2014, p. 45), como uma das mais gritantes contradições entre o projeto e a realidade executada. A proposta inicial contemplava apenas dois tipos de espaços domésticos: “as superquadras, com blocos de seis pavimentos sobre pilotis, e as ‘casas individuais.’”

No Projeto Planejado de Brasília, Lúcio Costa previu no extremo Oeste um setor de oficinas, depósitos, garagens e um setor para floricultura, horta e pomar, a criação de uma faixa de uso misto (as quadras 500) e o setor de residência unifamiliar geminada (as quadras 700). As quadras 500 abrigariam comércio, e serviços e as quadras 700, profissionais liberais que atuavam na construção e na implantação de Brasília. Entre esses dois setores previstos foi criada a Via W3 (MENEZES, 2008). Conforme já foi mencionado, Brasília foi concebida com 4 escalas, assim, essas as áreas de uso misto da faixa 500, que compõem o Setor Comercial-Residencial Sul do Plano Piloto (W3 Sul), compõem a escala residencial, lembrando que, cada uma tem seus elementos determinantes, ou seja, aqueles que consolidam a fisionomia do projeto original de 1957 (LIMA, 2009).

Ademais, no (Relatório do Plano Piloto, item 16, inicialmente a via W3, era um dos limites, no lado oeste, da área urbana projetada foi concebida como via de serviço:

Ao fundo das quadras, estende-se a via de serviços para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras a instalação

de garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso, etc. e reservando-se uma faixa de terreno equivalente a uma terceira ordem de quadras para floricultura, horta e pomar. (COSTA, 1991, p. 30)

De frente para via W2 seriam instaladas garagens, oficinas e depósitos – quadras 500, em frente às quadras 300. A finalidade precípua seria abastecer os comércios locais das superquadras.

Para Rossetti (2014, p. 4) as Quadras 700

[...] se constituem como um vasto território urbano dentro da área tombada [...]. Por meio de novos projetos para habitação e equipamentos coletivos, com parâmetros urbanísticos que incentivem a fusão de usos, a heterogeneidade de atividades e a variedade de extratos sociais, as quadras 700 se configuram como uma oportunidade de projetar a cidade nos limites da área tombada, crescendo por dentro, e não a quilômetros de distância, otimizando a infraestrutura já instalada.

A história mostrou a limitação do repertório: nem hoje, nem então, os tipos contemplam a demanda da diversidade social de uma cidade brasileira. O que pode ser observado, no entanto, é que a realidade de ocupação se limita as altas faixas de renda. A variedade tipológica que existe mostra o quão variado deveria ter sido a proposta. O autor afirma ainda:

[...] o ‘repertório superquadra’ nunca poderia abrigar todo o espectro social; mostra que, se quisermos uma cidade justa para o aqui e o agora, há que se admitir tipos edilícios e urbanos congruentes com o poder aquisitivo da população – em ‘todo’ o seu espectro. (SABOIA, 2014, p. 46).

Ao longo da execução da proposta inicial foram acatadas algumas sugestões feitas pelos jurados do Concurso⁵, inserção das quadras “400”, das quadras “700”, além do deslocamento do Eixo Rodoviário que seria cerca de 2 quadras mais acima à oeste, mais ou menos onde hoje é a Via W3 Sul.

Hoje, dentro do Plano Piloto é possível destacar duas configurações em relação as habitações multifamiliares, as superquadras norte 405/406 e as superquadras sul 102/302, a grande distinção se dá nas “quatrocentos”, como afirma Holanda (2002, p. 302) “se distingue por apresentar edifícios residenciais mais econômicos, com apenas três pavimentos de altura, em contraste com os seis pavimentos das outras fileiras de superquadras”. Nas superquadras sul (SQS) é possível notar o uso do solo mais rigoroso e o uso das “não conformidades” são ausentes, destacando uma ocupação quase em sua totalidade por população de classe média. Em relação a vida espacial nos espaços urbanos, Holanda faz uma crítica às áreas residências do Plano:

A variedade e a localização dos rótulos nas áreas predominantemente residências do Plano Piloto merecem alguns comentários, pois, a solução da unidade de vizinhança encontrada aqui não é ortodoxa. O arranjo dos rótulos numa superquadra subverte, de certa forma, os tradicionais esquemas de unidades de vizinhança. Os comércios locais não se situam nas superquadras, e sim na periferia delas, ao longo de vias que passam entre elas, as quais são mais integradas do que aquelas

5 Paulo Antunes Ribeiro (voto separado-não concordou com critérios de escolha), Stamo Papadaki, André Sive, Sir William Holford, NOVACAP. Presentes na lavratura da ata: Israel Pinheiro, Antunes Ribeiro, Hildebrando Hirta Barbosa, Oscar Niemeyer.

internas às superquadras. Isso torna o comércio local facilmente acessível, não apenas aos habitantes mas também ao morador da cidade em geral. Além disso, pelo fato de a superfície de solo definida para o comércio local ter sido superdimensionada, em relação à demanda dos habitantes locais, alguns equipamentos não-locais acabaram por se localizar aqui, atraindo assim mais usuários do que os moradores do entorno imediato. Por outro lado, o Plano Piloto ‘engordou’ ao longo dos seus 35 anos de história, tornando-se muito menos claramente a cidade linear originalmente planejada: usos de solo institucionais, a leste e a oeste das alas residenciais propriamente ditas, passaram a gerar um grande número de viagens que exige o cruzamento das alas transversalmente e ajuda a sustentar essas áreas de comércio local como lugares urbanos relativamente movimentados. (HOLANDA, 2002, p. 325)

Confirmando que proposta não foi implantada em conformidade com o plano original, já que “a faixa destinada à floricultura, horta e pomar, a oeste da W3 Sul, [...] foi utilizada para a construção urgente de casas geminadas [...] para permitir a transferência dos primeiros técnicos para Brasília conjuntamente com suas famílias [...]”(BRANDÃO, 2016, p. 4 apud Costa,1985, p.31)

Conhecida como a “cidade do automóvel”, Brasília teve em sua concepção a premissa do privilégio ao automóvel, e desde então, é criticada por sua essência rodoviarista e suas implicações. Saboia (2014, p. 84), ao abordar questões vinculadas a esta temática, afirma que:

essas características, fruto de seu desenho, somada à ineficiente dos serviços de transporte público,

traz como consequência o aumento constante de sua frota de veículos particulares e afasta-a dos conceitos de mobilidade sustentável (...).

As superquadras, uma das escalas tombadas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, principal forma de morar em toda a asa sul e norte, ao longo do tempo sofreu transformações com as propostas mais recentes para o bairro, afirma Saboia (2014, p. 84-86).

Com relação ao espaço destinado ao automóvel, observa-se que, embora os estacionamentos de superfície tenham apresentado pouca variação quanto a oferta de vagas em comparação com as superquadras mais antigas, o mesmo não se pode dizer das garagens subterrâneas [...]

A autora afirma ainda que hoje já é possível encontrar prédios com até mais de um andar subterrâneo, antes inexistente. O crescimento, no entanto, do número de vagas para estacionamento não seguiu uma relação proporcional:

[...] no projeto original de Brasília, tem-se uma relação de praticamente uma vaga para cada 100m² de construção, enquanto no Setor Sudoeste essa oferta aumenta em cerca de 50%, passando, portanto, a ser 1,5 vagas. No Setor Noroeste [...] um resultado de 2,7 vagas para cada 100m². (SABOIA, 2014, p. 89)

É possível concluir, considerando os dados apresentados pelo autor supracitado que, com a valorização do automóvel pelas áreas residenciais e comerciais nos últimos 50 anos tal situação assim engendrada não apenas esteve presente na concepção, mas se agravou

e implicou no surgimento de novos bairros, indo ao contrário da proposta original de um projeto sustentável com bairros verdes.

Em outras palavras, [...] o desenho original de Lucio Costa para as superquadras do Plano Piloto [...] está muito mais alinhado aos preceitos contemporâneos de um desenho a favor da mobilidade sustentável quando comparadas aos projetos mais recentes. (SABOIA, 2014, p. 90)

2.3 Escala Bucólica

Segundo Romero (apud BICCA, 2015) um bom exemplo do bucólico no Eixo Monumental é o gramado, o tapete verde que recobre o espaço livre, e que permite que os volumes arquitetônicos se destaquem. A ideia de Costa para capital era ter uma cidade sem muralhas, com áreas livres, arborizadas, gramados concebidos como tapetes.

O Eixo Rodoviário é um exemplo claro da subversão dos princípios iniciais, da cidade construída e planejada e de sua reapropriação pela cultura de seus moradores e da maneira pelas quais os processos sociais e valores se reafirmam, hora funcionando para tráfego de veículos automotores, hora como um grande parque urbano, onde as pessoas podem então desfrutar das árvores e aproveitar o lazer a céu aberto no intitulado eixão do lazer, quando a majestosa via fecha aos domingos para tal finalidade.

Às margens do lago estão sendo feitas diversas intervenções, foram criados decks para o lazer na parte norte e sul da cidade. É nessa orla que deveria prevalecer a escala bucólica, onde as únicas

áreas privatizadas fossem as dos clubes, o restante sendo de “livre acesso a todos” (COSTA, 1985/1987, p. 4)

Os dois decks apesar de haverem sido criados para lazer da população não seguem com a vasta vegetação em seus passeios para melhor desfrute do caminhar. “Tudo conduz para que Brasília seja uma paisagem de objetos e não de lugares” (ROMERO, 2015, p. 136) Além de possibilitar a passagem livre, embelezar, criar ritmo e harmonia, a vegetação deveria garantir um passeio agradável.

É importante enfatizar que apesar da originalidade do projeto das áreas verdes criadas para superquadras,

[...] não são mais usados porque os brasilienses do Plano Piloto não mais se veem como participantes de um âmbito público da vida social ao ar livre: para eles esse âmbito foi eliminado juntamente com o sistema de espaços públicos da rua que o materializa em outras cidades brasileiras. (HOLSTON, 1993, p. 311).

Figura VI – Jardim da quadra 308 Sul



Fonte: google imagens.

Além do abandono essas áreas enfrentam o descaso em sua manutenção e acabam por se tornar espaços muitas vezes perigosos.

2.4 Escala Gregária

Como espaço destinado a diversão e cultura, marcado pela agitação normal em todos os centros urbanos está presente no coração da cidade e é formada pela intersecção entre o Eixo Rodoviário e o Eixo Monumental. É a escala cotidiana, essa escala surge a partir da Rodoviária. Brasília, hoje, 57 anos depois, vivenciada como cidade se mostra diferente, com outra cara:

[...] real, contemporânea, metrópole nacional, (IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE, 1999), em permanente crescimento e cujo núcleo inicial, na concepção original

do planejamento regional, o Plano Piloto, torna-se área central, ou ‘centro-histórico’. (MEDEIROS, 2010, p.142)

E assim sendo a Rodoviária ganha ainda mais importância como sendo ponto de integração entre o plano e as cidades satélites, normalmente cidades-dormitório.

A Rodoviária, a partir do que foi considerado no plano da cidade de maneira a enfatizar este específico programa, se configura como plataforma livre, debruçada sobre o Setor Cultural e com ampla vista para Esplanada dos Ministérios. E é ao redor desse espaço que se situam os Setores de Diversões, de Rádio e Televisão, Comerciais, Bancários e Hoteleiros, acessíveis aos automóveis, e aos pedestres, por calçadas sem cruzamentos em verdadeiras ilhas edificadas e parcialmente isoladas entre si.

Figura V – Plataforma da rodoviária de Brasília



Fonte: google imagens.

3 CONCLUSÃO

Conforme evidenciado por vários estudiosos e responsáveis pela gestão do Plano Piloto elaborado por Lúcio Costa, a espacialidade por ele concebida se reveste de caráter e unidade. Contudo, mesmo para alguns desses críticos, a urbanidade contemporânea ou pós-moderna demanda ajustes e inovações previamente estudadas. Alguns dos críticos mais ferrenhos da cidade, e/ou das premissas modernistas, explicitam a pouca atenção dada à dimensão humana na cidade, negligência esta, de fato, presente em muitas das intervenções empreendidas sob o ideário da máquina que pautou o imaginário e as ações de artistas, arquitetos e urbanistas entre fins do século XIX e meados do século XX. De fato, conforme enfatizado em trabalhos atuais como o organizado por Karszenberg (2015) com a participação de mais de 80 planejadores de todo o mundo e, tal como já enunciava Kevin Lynch (1997, p. 123) logo após o enfraquecimento da linguagem racional funcionalista, pouco após a construção de Brasília, “a cidade não é construída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social”.

E para minimizar os problemas constatados, decorrentes não apenas do modelo modernista, mas também do expressivo aumento populacional em Brasília, propostas distintas se somam como tentativas de amenização das carências hoje constatadas não apenas por sociólogos, como os que inicialmente as evidenciaram em todo o mundo, mas também por geógrafos, planejadores urbanos, arquitetos, artistas e cidadãos vinculados às mais diversas áreas de atuação, porém interessados e, cada vez mais, reivindicantes de seu direito à cidade. Destaca-se, entre essas críticas e propostas atuais, uma considerável necessidade de intervenção sobre a espacialidade urbana da cidade no que se refere à prioridade dada

aos automóveis, à carência de outros modais de transporte e à dificuldade de acessibilidade entre muitos dos núcleos parcialmente isolados que compõem sua malha espacial. Destacam-se, também, propostas voltadas ao atendimento a vários segmentos sociais de maneira a diminuir a segregação socioespacial existente na cidade e entre a cidade e suas imediações.

Contudo, a propostas como essas, de possível aplicação em muitas espacialidades de caráter modernista em maior ou menor grau, soma-se a peculiaridade das escalas de Brasília, atributos que conformam o cerne de seu Plano Piloto e aos quais já vem sendo propostas diretrizes de preservação após as primeiras ações de preservação surgidas com o seu tombamento e que consideramos ser uma premissa nas intenções de projetos sobre a cidade, ou seu plano. Pensar as escalas de Brasília como referência aos procedimentos de intervenção na cidade se mostra, de fato, como uma estratégia pertinente e de possível negociação entre os vários interesses atuantes na cidade abrandando, assim, o dilema existente entre as tentativas de preservação da essência espacial da cidade e as propostas de atualização ou adaptação da mesma a demandas atuais.

4 REFERÊNCIAS

BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify: Imprensa Oficial do Estado, 2010. 287 p.

BRANDÃO, Vera Bonna. W3 sul, ontem, hoje, amanhã: os dilemas de uma avenida modernista. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/189.pdf>> Acesso em: 7 dez 2016.

BRASIL. Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CABRAL, Valéria Maria Lopes; **MARTINS**, Rosanilha; **PANITZ**, Marília (Org.). Azulejos em Brasília, azulejos em Lisboa = Tile from Brasília, tile from Lisbon.: Athos Bulcão e a tradição de azulejaria barroca. 2013. Disponível em: <http://www.fundathos.org.br/arquivos/Catálogo_Athosmiolo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CARTA DE BRASÍLIA. Brasília: 1995. Disponível em: <[http://www.iphan.gov.br/cartas/Carta de Brasilia 1995.pdf](http://www.iphan.gov.br/cartas/Carta%20de%20Brasilia%201995.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CAVALCANTI, Lauro. Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

COSTA, L. Relatório do Plano Piloto. Brasília, cidade que inventei. Brasília: ArPDF: Codeplan: DePHA, 1991.

COSTA, Lucio. Lucio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608 p.

COSTA, Lucio. Brasília revisitada 1985/1987: Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. 1986. Disponível em: <[file:///C:/Users/veras/Downloads/BRASÍLIA REVISITADA 1985 1987.pdf](file:///C:/Users/veras/Downloads/BRASÍLIA%20REVISITADA%201985%201987.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2017.**DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO**. Estocolmo: 1972. Disponível em: <[http://www.iphan.gov.br/Declaracao de Estocolmo 1972. pdf](http://www.iphan.gov.br/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

EVENSON, Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília. New Haven e Londres, Yale University Press, 1973, p.204

FERREIRA, Samara Batista. Turismo cultural sustentável: análise da situação de preservação da Catedral Metropolitana de Brasília. 2005. 109f. Tese (Mestrado em Turismo) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2005.

FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GALBINSKI, José. Problemas de desenho urbano em Brasília: ruas ou vias e a luta contra a topografia. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/problemas-desenho-urbano-em-brasilia-ruas-ou-vias-e-luta-contra-topografia>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOUVÊA, Luiz Alberto. Cidade Viva. Curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel, 2008.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Frederico de. Brasília: cidade moderna, cidade eterna. Brasília: FAU UnB, 2010.

HOLANDA, Frederico de. O espaço de exceção. Brasília: Editora da UnB, 2002.

HOLSTON, James. A Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JENCKS, Charles. Movimentos modernos em arquitetura. São Paulo: 70, 2006.

KARSSENBERG, Hans. A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 2001. 145 p.

LIMA, Adeildo Viegas. COSTA, Maria Elisa. Brasília 57-85. Do Plano Piloto ao Plano Piloto. Brasília: TERRACAP/GDF, 1985.

MEDEIROS, Ana Elisabete; CAMPOS, Neio. Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In: PAVIANI, Aldo et al (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. Cap. 2. p. 137-161. (Coleção Brasília).

MENEZES, Marilene Resende de, (2008). O Lugar do pedestre no Plano Piloto de Brasília. Dissertação de Mestrado, Publicação Programa de Pesquisas e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 206 p.

PORTARIA 314, de 08 de outubro de 1992. Disponível em: <[http://www.iphan.gov.br/portaria 1992.pdf](http://www.iphan.gov.br/portaria%201992.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ROMERO, Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília. São Paulo: Nova Técnica, 2011.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. A arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 236 p. (Coleção Arquitetura e Urbanismo).

Capítulo 23

PRECURSORES DAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL: OS INSTITUTOS HISTÓRICOS GEOGRÁFICOS, SUAS INTENCIONALIDADES E AÇÕES NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Fernanda Correia Silva¹

A construção da memória nacional no Brasil é um processo partilhado por diferentes segmentos da sociedade. Arelada à formação do Estado Nacional desde o século XIX, tornou-se instrumento de conformação do território e fonte dos principais símbolos que dão corpo a uma ideia de nação.

Este trabalho justifica-se principalmente pela ausência de uma produção completa e específica do período que antecede a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos Nacionais, visto que são observados pequenos recortes da produção do período.

Nesse contexto, a concepção das políticas de preservação do patrimônio nacional foi conduzida por muitos agentes e instituições até ser institucionalizada enquanto política de estado em 1937 por meio do Decreto-lei 25, inaugurando um modelo de preservação centrado na figura jurídica do tombamento.

Esse modelo, conduzido como política de estado surgiu na França e teve forte influência em todo o processo preservacionista no Brasil, fazendo com que o patrimônio fosse visto como espelho da nação e reflexo das ações do estado.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; FAU/USP; e-mail: fernanda.correia.silva@usp.br

Ao interpretar o relatório apresentado por François Guizot² para que se criasse o cargo de inspetor geral dos monumentos da França em 1830, justifica-se o intuito diante da necessidade de dirigir e manifestar autoridade, impondo um esclarecimento sobre a escolha do patrimônio. No modelo francês, este cargo orientará os monumentos a serem tombados entre 1830 e 1887, quando então surge o primeiro texto legislativo de referência, sendo regulamentada em 1889. Segundo Choay (2006, p. 148):

Essa legislação confirma a centralização, a unidade e a coerência da política francesa de conservação dos monumentos históricos, que se vê em seguida dotada de meios de ação próprios. De acordo com a tradição centralizadora da França, ela não deixou de funcionar como modelo entre outros países em que o papel do Estado era menos preponderante e a descentralização era parte da tradição.

Desse modo, cria um método científico para produzir um inventário dos monumentos em toda a França e cria uma rede que centraliza as funções com a intenção de criar uma identidade nacional. Assim, a intenção é construir uma leitura de patrimônio e a importância de um governo central formalizar a noção de conjunto, ordem e regularidade que o Estado pode oferecer para a nação³.

2 Ministro do Interior na França. O relatório justificando a criação do cargo é considerado a primeira medida de proteção governamental aos monumentos.

3 Sobre as origens do nacionalismo, preservacionismo e os desdobramentos no Brasil, ver: Adriana Nakamuta (2009); Ana Cristina Campos (2007); Cecília Rodrigues dos Santos (2012); Eneida de Almeida (2009); Eric Hobsbawm (2004); Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2002); José Ricardo Oriá Fernandes (2010); Márcia Chuva (2009); Marly Rodrigues (2000); Maria Cecília Londres da Fonseca (2005); Norbert Elias (2006) e Tarcila Guedes (2012).

No caso brasileiro, devido principalmente à herança escravocrata, a maior parte dos bens preservados no país estará relacionada às classes dominantes, como modelo de cultura a ser preservada:

Temos hoje uma gama de lugares construídos a partir de concepções de memória, de história e de patrimônio, que encerram ou encobrem disputas e falam a respeito de um passado que quer se fazer homogêneo, mas que não pertence a todos, que não traduzem um sentimento de pertencimento a todos, portanto, não respaldam um projeto de cidadania. (OLIVEIRA, 2002, p. 50).

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX haverá uma série de questionamentos sobre o que é ser brasileiro. Percebe-se, no entanto, um reforço de uma determinada cultura como principal legado da arte e da arquitetura, principalmente. Os modernistas, posteriormente, irão criticar esta concepção ao considerar a importância dos negros e índios na identidade brasileira. O debate sobre a diversidade estilística da arquitetura⁴ do período terá o desejo de modernização aliado a um culto dominante de permanência da tradição colonial. Essa relação:

Lança uma luz nova no entendimento das opções formais dessa arquitetura, evidenciando que, muito mais do que escolhas estilísticas, tratam-se em grande parte de escolhas tipológicas, que devem ter sido de grande operacionalidade nos embates entre tradição e modernidade na Europa e, no caso brasileiro, nos projetos de modernização e de construção da nação no século XIX. (PEREIRA, 2005, p.154)

4 Sobre a história da arquitetura brasileira, ver: Carlos Alberto Cerqueira Lemos (2011); Hugo Segawa (1998); Anna Tereza Fabris (1987); Mônica Junqueira de Camargo (2014) e Nestor Goulart Reis Filho (1970).

A escrita da história nacional valorizará a memória colonial em detrimento da memória imperial, com o intuito de encontrar a identidade brasileira. Idealizado pelos republicanos paulistas, durante o Centenário da Independência em 1922, os museus e arquivos farão parte desta construção, como é o caso do Museu Paulista que será um espaço de reforço do seu caráter histórico, com destaque para a história de São Paulo (MOTTA, 1992).

Fundado e instalado como extensão do Museu Paulista em 1923, o Museu Republicano “*Convenção de Itu*”, idealizado por Afonso d’Escragolle Taunay, ressaltará que os melhores fatos do país ocorreram devido aos paulistas e não aos cariocas, legitimando o significado do lugar como símbolo histórico, conforme correspondências do mesmo⁵.

As instituições como espaços de evidência e formalização de práticas, e no contexto de propostas de base jurídica ao patrimônio no país, contribuirão na produção de anteprojetos que buscam além dos seus objetivos intrínsecos, corresponderem aos desejos de manter o *status quo* de quem está em um cargo ou função (RUBINO, 1991).

Parte deste processo de construção da memória nacional terá como produto o primeiro órgão oficial voltado para a proteção do patrimônio. Este artigo analisa os antecedentes da criação da Inspetoria de Monumentos Históricos Nacionais e do Regulamento do Museu Histórico Nacional, fundado no Rio de Janeiro, junto à exposição do Centenário da Independência, retratando a memória do país, fruto de uma política de definição de nação (MAGALHÃES, 2004). Em 1934, por intermédio do Decreto 24.375, a Inspetoria foi criada como Departamento do Museu Histórico Nacional, iniciando o serviço de

5 TAUNAY, Afonso E. Solenização do cinquentenário da Convenção de Itu, realizada a 18 de abril de 1923 com a instalação do Museu Republicano “Convenção de Itu” pelo Governo do Estado de São Paulo a 18 de abril de 1923. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1923.

proteção aos monumentos históricos, tendo como diretor Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional e diretor do Museu de 1922 até 1959.

Mediante a capacidade de articulação de Gustavo Barroso, o Brasil terá internacionalmente um papel importante na Sociedade das Nações (anterior a Organização das Nações Unidas – ONU)⁶ e o seu trabalho na Inspetoria de Monumentos Históricos Nacionais operará com critérios historicistas e técnicos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 na cidade do Rio de Janeiro, será exemplo e contribuinte deste processo pós-independência, além de precursor de práticas de preservação, orientando e conduzindo os Institutos Históricos fundados nos demais estados, como instituições de guarda de documentos, que viriam a representar a formação e identidade brasileiras, concebendo mitos e um imaginário de nacionalidade.

Há uma produção historiográfica para compreensão das ações no IHGB⁷, que darão argumentos para considerar as práticas muitas vezes contraditórias de preservação do instituto.

Esses farão levantamentos geográficos, antropológicos, linguísticos e o recolhimento de documentos históricos, reunindo

6 A primeira Conferência Internacional para Conservação dos Monumentos Históricos aconteceu em 1931, em Atenas, organizada pelo Escritório Internacional dos Museus, participando somente países europeus. Em consequência foi criada a Comissão Internacional de Monumentos Históricos, com representantes de diversos países para debater sobre os monumentos históricos no mundo e a elaboração da Carta de Atenas, o primeiro instrumento internacional de preservação do patrimônio.

7 Sobre o IHGB ver: Astor Antônio Diehl (1998); Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995); Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988 e 1989); Claudia Regina Callari (2001) e Lília Moritz Schwarcz (1989 e 1993).

membros da elite local (sócios efetivos) e de outros países (sócios correspondentes), que selecionarão uma parte da história regional que atenda aos interesses dos que ocupavam altos postos no estado, além de intelectuais, profissionais liberais como arquitetos, engenheiros, médicos, advogados, militares, políticos e que se dedicavam com obstinação a estes institutos e seus objetivos. Além disso, serão espaços de disputas entre as regiões influentes, inserindo tradições regionais como destaque para a memória local.

Durante 24 anos, ainda no Império, será hegemônico o papel do IHGB como instituição oficial de composição da memória nacional. Em 1862, foi criado o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE), a primeira instituição do gênero em âmbito estadual, seguido pela criação dos Institutos da Bahia e São Paulo, ambos em 1894, e o de Minas Gerais em 1907. Todos esses terão suas ações respaldadas em livros e periódicos produzidos até os dias atuais.

O IAHGPE, desde sua constituição, terá um foco voltado à preservação de vestígios arqueológicos e apenas em 1920 o termo histórico será inserido. A influência desse instituto como construtor do patrimônio pernambucano no período, será representada na obra rara *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*⁸, de Sebastião de Vasconcelos Galvão (1865-1928), publicada em quatro volumes nos anos de 1908, 1910, 1921 e 1927 e considerada como constituinte de um referencial de memória regional. Além desta obra, Sebastião de Vasconcelos Galvão publicou artigos na revista do instituto e foi correspondente de outros institutos estaduais. O enfoque regional em Pernambuco:

8 Relançada em edição fac-similar em 2006 pela Companhia Editora de Pernambuco.

[...] era de tal forma destacado que os textos sobre o local chegam a constituir 67% do total dos artigos publicados no período que vai de 1870 a 1930. O IAGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina. (SHWARCZ, 1993, p. 118)

Quanto ao regime jurídico, em 1923 o advogado e deputado federal Luís Cedro Carneiro Leão, representante de Pernambuco, apresenta um anteprojeto para a criação de uma Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil⁹ com o objetivo de conservar os imóveis públicos ou particulares. Apesar do esforço, o anteprojeto não é encaminhado à Câmara, que teve auxílio de José Marianno Carneiro da Cunha Filho¹⁰, sócio fundador da Sociedade Brasileira de Belas Artes, na qual convoca a partir de 1924 intelectuais para realizar inventários detalhados sobre o acervo arquitetônico em Minas Gerais, no sentido de divulgar os monumentos nacionais. Deste modo, Lúcio Costa vai para Diamantina, Nereu Sampaio a São João Del-Rey e Congonhas do Campo, Ângelo Brunhs a Mariana e Nestor de Figueiredo a Ouro Preto.

Até este período, estas ações pontuais colaboram nos desdobramentos para a criação da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, promulgada somente em 1928¹¹.

Já na Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico (IGHB) fundado em 1894 terá nas primeiras décadas do século XX um incêndio que

9 Mais detalhes em: Rodrigo José Cantarelli Rodrigues (2010).

10 Sobre seus estudos sobre a arte e a arquitetura, ver: Carlos Kessel (2008), Fernando Atique (2010) e Wilson Ricardo Mingorance (2013).

11 Lei 1.928 de 24 de dezembro de 1928 e regulamentada pelo Decreto 240 de 08 de fevereiro de 1929.

destruirá boa parte de sua documentação. Aproveitando o ensejo das festividades do Centenário da Independência e as comemorações da Independência da Bahia, construirão sua imagem como marco fundamental da história da sociedade baiana e do país. Desde então, a instituição é conhecida popularmente por Casa da Bahia, sendo elevada a monumentalidade quando a nova sede será inaugurada em 1923 (SILVA, 2006).

Podemos identificar que a estratégia de utilizar o IGHB como marco simbólico, inserindo a Bahia nos novos tempos republicanos e reduto de intelectuais dedicados a proteger o patrimônio baiano e nacional, será consolidado em 1917 quando a Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio solicitará ao Instituto estudos precisos sobre os limites da Bahia e os sistemas de colonização empregados pelo estado.

No mesmo ano, o advogado José Wanderley de Araújo Pinho, membro do instituto, fará um pedido para que seja instituída uma Comissão dos Monumentos e das Artes, com o intuito de produzir um plano de ação e inventariar o patrimônio da Bahia. Wanderley Pinho insistirá nesta temática quando em 1930, já então deputado federal, apresentará um projeto de lei para criação de um órgão de preservação, fazendo referência, principalmente, à proteção de elementos construtivos. As características destes dois documentos precursores, cada um em seu tempo, foram renegadas em segundo plano por diversos agentes.

Interessante citar as ilustrações da obra rara *Esboço Chorographico da Bahia*, produzido em 1917 por Francisco Borges de Barros, membro do instituto, diretor do Arquivo Público em 1915 e posteriormente diretor do Museu da Bahia entre 1918 e 1930. Essa

obra faz referências ao que naquele momento os baianos queriam defender como memória local.

Diante da preocupação dos representantes baianos nas questões acerca do patrimônio regional, surge uma proposta para a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, instituído pelo Governo do Estado da Bahia em 1927¹², pioneiro na criação de órgão estadual.

Fundado no mesmo período que o da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) foi um dos espaços de formulação ideológica das elites intelectuais paulistas, na virada do século XIX, legitimando a hegemonia do estado sobre o restante do país. O caráter ufanista será bem direto, o que pode ser observado na primeira frase que abre o primeiro volume do periódico: A história de S. Paulo é a própria história do Brazil (RIHGSP, 1895, p.1).

O IHGSP contribuirá por meio de seus membros, em uma série de transformações na cidade querendo se modernizar. O ano de 1894 iniciará com as atividades na Escola Politécnica e Prudente de Moraes se tornando o primeiro político civil Presidente por eleição direta, representando a oligarquia paulista do café. Ainda, haverá a implantação da Escola Normal (Primeiro Ginásio da Capital) e o estabelecimento do Código Sanitário (decreto 233/1894)¹³, como uma manifestação da modernidade e dos planos civilizatórios em diversos eixos relacionados ao ideal da beleza e da higiene. Há uma determinada intenção deste

12 Leis 2.031 e 2.032, de 08 de agosto de 1927 e regulamentada pelo Decreto 5.339, de 06 de dezembro de 1927.

13 São Paulo foi a primeira cidade a estabelecer um sistema de abastecimento de água, em 1842.

Código de querer ser também um Código de Obras, regulamentando dimensões e tamanhos das edificações e suas tipologias (COSTA, 2003).

A arquitetura se firmará como um campo de estudo importante na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro durante o período republicano e influenciará uma aristocracia paulista enriquecida com o café que, por meio de suas viagens a Europa, ditará modelos importados para incorporação aos princípios modernos no campo da arte e da arquitetura local:

[...] o acesso à informação sobre esses bens também torna-se mais fácil para alguns setores da classe média. A variedade de bens simbólicos é também infinitamente maior, bem como hierarquizada. A arte é assimilada pela educação e até pelo campo psicoterapêutico. A alta burguesia declina enquanto importadora e difusora de cultura, os artistas profissionalizam-se e novas relações surgem no campo da produção e da comercialização na arquitetura e nas artes plásticas. (MOTTA, 1989, p.102)

Nota-se a ausência nas produções de um campo artístico autônomo, pois o modelo dos periódicos dos institutos regionais ainda remete ao formato oitocentista de produzir conhecimento, principalmente os elaborados pelo IHGB, numa visão positivista principalmente após a década de 1870. No decorrer do século XX haverá uma disputa entre São Paulo e Rio de Janeiro, como influentes da construção histórica nacional. Nessa linha, haverá um esforço em recolher documentos primários, manuscritos como inventários e

testamentos, assim como cartográficos, iconográficos e museológicos¹⁴. Para Ferreira e Mahl (2011, p.5) os membros:

[...] interpretavam o tempo transcorrido como testemunho de uma época, que ao tomar as mais diversas formas materiais -, resquíços arqueológicos ou etnográficos, monumentos, ou até corpos exumados -, tornava visível e palpável o que era, antes de tudo, desejo, conceito e abstração direcionados à interpretação do passado.

Nas primeiras décadas do IHGSP, a defesa pelos bens patrimoniais será relacionada diretamente em valorizar fatos e construir monumentos que reforcem a participação dos paulistas na história do país, principalmente no processo de emancipação política.

O tema do bandeirantismo será um instrumento de formação territorial paulista e da própria edificação do país (MAHL, 2001). A produção do período reflete os paradigmas europeus do século XIX, principalmente no campo das teorias raciais deterministas, oferecendo uma base teórica que fortalecia concepções sobre a história de São Paulo.

Um personagem marcante no campo da arte e arquitetura, que se aproximará dos intelectuais do IHGSP, será o engenheiro português Ricardo Severo (1869-1940), que se tornará o representante da arquitetura tradicionalista no Brasil. Para ampliar suas relações e assim divulgar suas pesquisas sobre a valorização da cultura portuguesa e seu legado colonial, torna-se sócio em 1911 e no mesmo ano já profere sua

14 Mapas, bandeiras, selos, medalhas, moedas, brasões, autógrafos, quadros, serão constituidores de uma construção épica e pensando nos dias atuais, serão objetos cobiçados principalmente no mercado ilegal de objetos raros. Infelizmente, alguns objetos do IHGSP foram furtados no ano de 2006.

primeira de três conferências dentro da instituição, intitulada “Culto à Tradição”. Severo será o principal mentor teórico do movimento neocolonial liderado por ele a partir de 1914¹⁵ (MELLO, 2012).

Em Minas Gerais, o Instituto Histórico e Geográfico (IHGMG) será fundado em 1907, compartilhando da mesma função juntamente ao Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895, de construir uma história do Estado e justificar a liderança de Minas Gerais no cenário nacional. Fato é que ambas as instituições terão membros e Revistas partilhadas em seus anos iniciais.

Elementos da história mineira, em especial de Tiradentes, serão transformados em símbolos nacionais. Em 1922 a iniciativa parte do IHGB e de acordo com o IHGMG, de preservar os edifícios nos quais residiram participantes da Inconfidência Mineira, pois os mesmos se encontravam em estado de deterioração (RIHGM, v.146, 1926, p.392). Nestas primeiras décadas a instituição passará por problemas financeiros, obtendo revista própria a partir de 1945 e sede fixa somente em 1967.

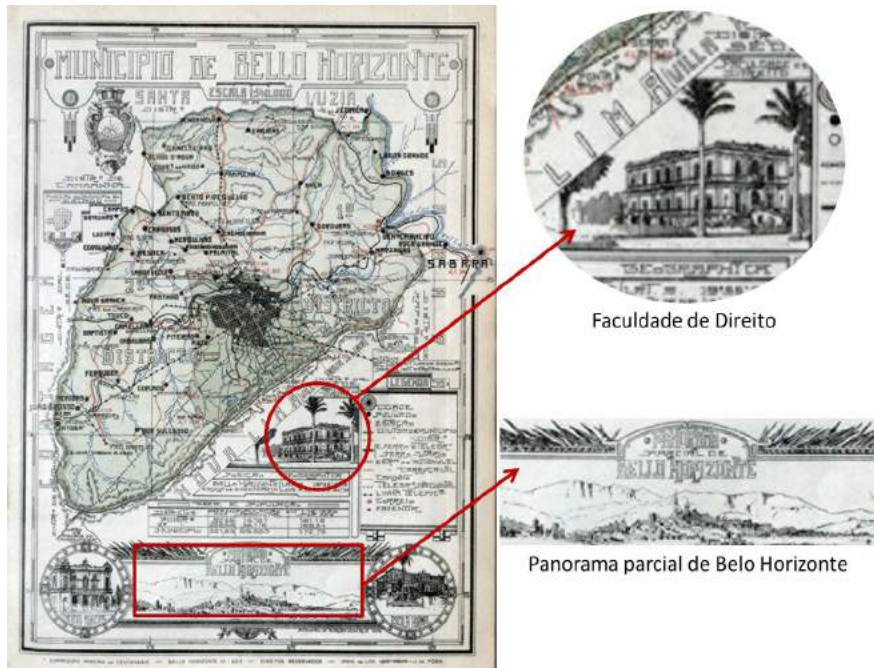
Como parte da comemoração ao centenário da independência, a pedido da Secretaria de Estado da Agricultura, inicia a elaboração do Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes, sendo somente editado em 1927. Como primeira representação cartográfica dos municípios do Estado¹⁶, boa parte do álbum apresenta nas respectivas pranchas, mapas aquarelados, desenhos a bico de pena dos

15 O movimento será iniciado a partir da palestra A arte Tradicional no Brasil: a Casa e o Templo proferido por Ricardo Severo em São Paulo na Sociedade de Cultura Artística. Sobre o movimento neocolonial e seus representantes ver: Carlos Kessel (2001); Lauro Cavalcanti (2005) e Maria Lucia Bressan Pinheiro (2011).

16 Pesquisa realizada em outras obras corográficas indica que a maioria dos desenhos destes álbuns é produzida a bico de pena e foram feitos a partir de fotografias.

bens culturais e ambientais, trazendo significados políticos e simbólicos do período:

Figura 1 – Exemplo de análise dos bens selecionados para compor o mapa de Belo Horizonte



Fonte – MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte: Imprensa Official, 1927.

Devido à busca pela brasilidade no início do século XX, a década de 1910 será bastante movimentada em Minas Gerais, sendo a mesma visitada por diversos agentes com interesses em conhecer mais o patrimônio mineiro: as análises feitas pelas viagens de Ricardo Severo em companhia de José Marianno Filho, outro representante do movimento neocolonial, após 1914; o artigo Pelo Passado Nacional produzido em 1917 por Alceu Amoroso Lima, publicada na Revista do Brasil, ao descrever suas impressões na companhia de Rodrigo

Melo Franco de Andrade; em 1918, as primeiras viagens de José Wasth Rodrigues, analisando os elementos decorativos arquitetônicos coloniais¹⁷; a conferência de Mário de Andrade sobre arte religiosa proferida em São Paulo após sua primeira viagem em 1919 e seu artigo na Revista do Brasil em 1920 declarando Aleijadinho como precursor da nacionalidade; Lúcio Costa em 1920 também visitará e embarcará nesse trabalho empírico (OLIVEIRA, 2008).

Nos argumentos de Santos (1992, p.4), a Revista do Brasil, será um importante divulgador destas viagens, pois:

[...] a Revista desfrutava de grande prestígio e circulava nacionalmente, sendo importante sinalizador da tomada de consciência da intelectualidade engajada na definição da cultura brasileira. [...] Esse artigo vai calar fundo no espírito dos jovens modernistas, ávidos que estavam por descobrir o Brasil e reconhecê-lo enquanto nação, enquanto possuidor de cultura singular.

Fruto dessa divulgação, Mário de Andrade voltará em 1924 às terras mineiras na companhia de Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Olívia Guedes Penteadó, o genro da última, Gofredo da Silva Teles e o suíço Blaise Cendrars, visitando São João Del-Rei, Tiradentes, Ouro Preto e Congonhas do Campo. Esta viagem fará com que o grupo crie uma Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, sendo formulada pelo poeta suíço Blaise Cendrars por intermédio de um estatuto (CALIL, 2012).

Diante da intensificação do contrabando de antiguidades e da imprensa à época denunciando o abandono de obras e cidades históricas,

17 Ver os estudos desta viagem e sua repercussão, que foram publicados somente em 1944, denominado *Documentário Arquitetônico: relativo à antiga construção civil no Brasil*.

o Governo de Minas Gerais produzirá ações no campo do patrimônio extremamente significativas no campo jurídico. Em 1924 o jurista, membro do IHGMG e deputado federal Antônio Augusto de Lima apresenta um anteprojeto ao Congresso Nacional, que visava proibir a saída de obras de arte brasileiras para fora do país, sem permissão do Governo Federal.

Durante seu pouco tempo como Governador do Estado, de 1924 a 1926, o jurista Fernando de Mello Viana procurando justificativas para preservar o patrimônio mineiro e, de acordo com a proposta de Augusto de Lima, instituirá em 1925 uma Comissão¹⁸ responsável em sugerir medidas de salvaguarda, com o intuito de dificultar e controlar o contrabando de obras.

No mesmo ano, como relator da Comissão criada por Mello Viana, o jurista e também deputado federal Jair Lins esboça um anteprojeto para criação de órgão de preservação ao patrimônio nacional e estadual (móveis e imóveis), notando-se uma preocupação maior com o comércio de antiguidades, influenciando a legislação vigente até os dias atuais.

A participação dos arcebispos nesta Comissão contribuiu para que fosse assinada em 1926 uma carta dos bispos mineiros as suas dioceses, no sentido de salvaguardar os objetos artísticos eclesiásticos.

Perante a intensificação de estudos sobre a preservação da memória nacional no período de 1901 a 1930 e, com o intuito de criar a imagem de um país moderno, cidades como Belo Horizonte, Salvador,

18 A comissão era composta pelo senador Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos; deputados federais: Antônio Augusto de Lima, Nelson Coelho de Senna e Jair Lins; arcebispos de Diamantina, Mariana e Belo Horizonte: Dom Joaquim Silvério de Souza, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Dom Antônio dos Santos Cabral; diretor da Instrução Pública do Estado (equivalente a Secretário de Educação hoje): Lúcio José dos Santos; professores: Gustavo Penna e Agnello de Macedo e oficial-de-gabinete do secretário de Justiça: Francisco Negrão de Lima.

São Paulo, Recife e Rio de Janeiro passaram por intenso processo de urbanização, destruindo edificações coloniais ou sendo alvos do contrabando de antiguidades, devido ao crescimento do mercado nacional e internacional desta prática.

No entanto, diante da recém República instituída, haverá por um lado, uma ruptura política, e por outro continuará a permanência cultural do século XVIII e XIX, a partir do momento que considerará o estilo colonial uma arquitetura genuína do país. No âmbito dos modernistas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais permanecerão no centro das disputas como lugares de representatividade do ser brasileiro (BREFE, 2005).

Os intelectuais do Movimento Modernista se engajavam em torno da causa preservacionista, alcançando espaço no Governo Federal e aclamando a cidade de Ouro Preto como ícone da representatividade cultural brasileira¹⁹ (CHUVA, 2009; MICELI, 1979).

Durante a década de 1920 se pensará em realizar uma arquitetura nacional, sem cópias, com originalidade, pois irão contemplar o passado e considerar que há várias expressões artísticas que representam a nacionalidade brasileira. A arquitetura que será produzida terá estes vestígios da formação do Brasil. Esta arqueologia da arquitetura ditará o tradicional e será considerada realmente nacional, produzindo um debate cultural tanto no período quanto posteriormente (PINHEIRO, 2011).

Na tentativa de justificar essa análise, Minas Gerais será retratado como um espaço da arquitetura autenticamente brasileira.

¹⁹ A proposta continuou nas discussões até 1932 que resultou no Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933, elevando a cidade de Ouro Preto à condição de monumento nacional.

Nos congressos internacionais dos anos de 1920 (até os anos de 1940), a importância da preservação do passado, favorecerá o debate nacional a produzir as primeiras propostas jurídicas para preservação do patrimônio brasileiro.

As iniciativas oficiais do Governo Federal darão destaques a espaços de memória que retratem grandes feitos e que traduzam a nacionalidade brasileira (VELOSO, 1987). Com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, será criado o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, tendo como primeiro ministro o mineiro Francisco Luís da Silva Campos, que atuou no cargo até 1932. Antes de sua saída, solicitou ao IHGB a produção de um inventário de edificações de valor histórico, porém acabou não sendo realizado (PINHEIRO, 2006). Como se observa, a atuação dos Institutos Históricos Geográficos estará presente em todo o período analisado.

Além disso, a proposta deste trabalho é corroborar com a concepção de que o Decreto-lei 25 de 1937 foi o primeiro aparato jurídico e, conseqüente, de que o Iphan²⁰ foi o primeiro órgão de preservação a pensar o patrimônio no país (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980)²¹, contribuindo deste modo para uma reflexão da existência décadas antes, de agentes envolvidos em instituições que legitimavam o poder de fala, e pensavam em estabelecer medidas de acautelamento do patrimônio e da preservação no Brasil, porém sem sucesso em suas ações.

20 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é criado, em caráter provisório, no dia 18 de abril de 1936 sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937 regulamenta o instituto do tombamento no Brasil.

21 Observa-se através desta publicação, este tipo de discurso.

Ser membro destes Institutos torna-se uma forma de estabelecer relações entre a produção intelectual e a esfera social das elites, construindo um imaginário, principalmente, histórico regional. Do ponto de vista da formação, a maioria dos membros tinha formação superior e principalmente ligada à área jurídica e política ou se tornavam políticos justamente pela atuação nos institutos, intenções claras na trajetória de alguns agentes que serão mais detalhados em pesquisa futura.

Os esboços e persistências para produção de efeito jurídico, que conduzirão as discussões neste período citado são relevantes para compreender as políticas de preservação posteriores, pois suas atuações são regidas por intencionalidades além da esfera política, que esbarram e se relacionam às suas atuações nos Institutos Históricos Geográficos, em nível nacional e regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de. O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26042010-150955/pt-br.php>. Acesso em: 30/05/2017

ATIQUE, Fernando. Formas que (Não) Unem: a Arquitetura Neocolonial e o Estilo Missões nas visões de José Marianno Filho e Ricardo Severo. In: II Colóquio Sonho e Razão. São Paulo: UNIFESP/Instituto Cervantes, 2010.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: EDUNESP, 2005.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149, Vitruvius, out. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4540>. Acesso em: 10/02/2016

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Novas fontes documentais no contexto da historiografia da arquitetura moderna In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva* São Paulo, 2014.

CAMPOS, Ana Cristina. A cultura tem poder – uma reflexão sobre o processo de institucionalização do campo cultural brasileiro (séculos XIX-XX-XXI). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2306>>. Acesso em: 23/03/2016

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade/EDUNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2009.

COSTA, Luiz Augusto Maia, *O Ideário urbano paulista na virada do século: o Engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886 – 1903)*. São Carlos: RIMA, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos de 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ELIAS, Norbert. Processos de formação de estado e construção de nações. In: _____. *Escritos e Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FABRIS, Anna Tereza (org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/USP, 1987.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Seminário Internacional Política cultural: teoria e práxis*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 22 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 23/03/2016.

FERREIRA, Antônio Celso. A epopeia bandeirante: Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: EDUNESP, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). In: Revista Patrimônio e Memória, v.7, n.1, p. 3-18, jun. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: EDUFRJ; MINC/IPHAN, 2. ed., 2005.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do Patrimônio Cultural no Contexto Pan-Americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Brasil: monumentos históricos e arqueológicos. Reedição Comentada, com organização de Maria Beatriz Setubal Resende da Silva. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. p. 13-47.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *RIHGB*, v.156, n.388, p.459-613, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Estudos Históricos. v.1, n.1. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988. p. 5-27.

_____. A Revista do IHGB e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. In: Wehling, Arno (org.). Origens do IHGB: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 21-41.

HOBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4. ed., 2004.

HOBSBAWM, Eric; **RANGER**, Terence. A invenção das tradições. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo. Arquitetura e documentação – novas perspectivas para a história da arquitetura. São Paulo: Annablume/IEDS, 2011. p. 275-292.

KESSEL, Carlos. O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio. In: Anais do Museu Histórico Nacional – v. 33. Rio de Janeiro: MHN, 2001.

_____. Arquitetura Neocolonial no Brasil – entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Editora Jauá, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. 152 p. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

MAHL, Marcelo Lapuente. Teorias Raciais e Interpretação Histórica – O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma Trajetória: Brasília, 1980.

MELLO, Joana. Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. São Paulo: Annablume, 2012.

MICELLI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

MINGORANCE, Wilson Ricardo. Leituras de José Marianno Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. In: 19&20, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/la_jmarianno.htm>. Acesso em: 17/03/2016

MOTTA, Fernando Prestes R. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 15, p. 101-102, jan-jun, 1989.

MOTTA, Marly Silva da. A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro, EDFGV/CPDOC, 1992.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. As contribuições do SPHAN para a historiografia da arte no Brasil: a propósito da produção de Hanna Levy. In: BRASIL. Programa de Especialização em Patrimônio – artigos (2005-2006). Rio de Janeiro: MINC/IPHAN-DAF-COPEDOC, Série Patrimônio: práticas e reflexões, 2009. p. 183-215.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Memória, História e Patrimônio Histórico: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Recife, 2002, Dissertação (Mestrado) UFPE-CFCH, 02 exemplares.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é Patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: EDFGV, 2008.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 143-154, dezembro 2005. Disponível em: <http://>

revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1342. Acesso em: ago/2017.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

_____. Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIHGSP. Volume 1 (1895). Typographia do Diario Official, 1913.

RIHGM. Volume 146 (1926). Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1926.

RODRIGUES, Marly. Imagens do Passado: A Instituição do Patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: EDUNESP, 2000.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. Fatos e ideias que levaram à criação da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais em Pernambuco no ano de 1928. Revista Ciência & Trópico – v. 34, n. 1. Recife, 2010, p. 117-134. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/863/584>>. Acesso em 17/03/2016

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado). IFCH/UNICAMP, 1991.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. Revista Arquitectos – ano 13, out. 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/13.149/4528>>. Acesso em: 30/05/2017.

SANTOS, Marisa Velloso Motta. O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970). Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1992.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil. 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: Idesp, 1989.

_____. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional (1894 – 1930). Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2006.

VELOSO, Monica Pimenta. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. EDFGV/CPDOC: Rio de Janeiro, 1987.

Capítulo 24

O CENTRO HISTÓRICO DE TIRADENTES: TURISMO, URBANISMO E PATRIMÔNIO

Dayana Silveira de Sousa¹

Maria Cristina da Silva Schicchi²

1 PATRIMÔNIO E TURISMO

Para preservar algo é necessário considerar que ideias como bem cultural, identidade, memória, cidadania, constroem-se a partir de um coletivo, com sentido para uma determinada comunidade. No entanto, são valores atribuídos num determinado tempo e lugar e não são definitivos, mas, estão em constante mudança e construção.

Por isso, há uma dificuldade no momento em que se elege um objeto de preservação, ou, o que “merece” ser preservado e o que pode ser relegado. Entretanto, a partir do momento em que algo é considerado oficialmente patrimônio, torna-se um processo irreversível, pois dificilmente deixará de ter importância para a história e a formação de identidade e memória (SILVA, 1996). Por outro lado, a ideia de preservar um objeto fica mais evidente quando sua existência está ameaçada, momento em que é preciso intervir na lei do tempo e dizer o que permanece ou o que vai ser destruído.

1 Graduada; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e-mail: dayanasousa1910@gmail.com

2 Doutora; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

Com o passar dos anos, os critérios de eleição do que destruir ou preservar foram se alterando pois, embora o ato de ter que selecionar o objeto seja uma constante, está diretamente relacionado às ideias e às políticas de preservação de cada momento. Assim, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN foi criado para cumprir a tarefa de salvaguardar o patrimônio cultural, “selecionar” os objetos por meio de análises técnicas e defender o interesse coletivo. Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) passa a ser uma Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Foi realizada, então, a missão do perito da UNESCO Michel Parent, no Brasil, com o objetivo de incluir o país no Programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural e, conseqüentemente, a inclusão da preservação do patrimônio cultural no planejamento urbano dos estados e municípios.³ Seu relatório apresentava duas perspectivas: mostrar ao governo brasileiro o potencial turístico de seu patrimônio cultural e depois, aos organismos internacionais, justificando a mobilização e envio de apoio técnico internacional para sua preservação (CORREA, 2016).

Na visão do SPHAN, as cidades tombadas eram verdadeiras obras de arte e não deviam sofrer muitas alterações. Porém, essas cidades não pararam no tempo, se desenvolveram e se transformaram com uma intensidade tal que os próprios órgãos de preservação não conseguiram acompanhar as alterações realizadas nos espaços construídos. O antigo SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

3 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211> Acessado: 07/06/16.

(IPHAN), é o responsável pela proteção de 87 conjuntos urbanos, entre os quais, o de Tiradentes⁴.

Um dos problemas decorrentes da ideia de preservar as construções em suas formas originais foi a profusão de cópias ou imitações nas novas construções, o chamado “*falso histórico*”, em especial, nas cidades em que se encontravam mais íntegras, onde o valor se pauta na aparência estética e não no significado do bem tombado (SILVA, 1996, p. 167).

A preservação pode ser vista como um recurso de valorização econômica, pois o edifício histórico desperta o interesse de turistas, de investidores, que querem conhecer, vivenciar e investir no passado. O problema é que esse interesse vem crescendo cada vez mais, principalmente a partir do final dos anos 1970, quando foram criados os órgãos estaduais e as ações de preservação ganharam uma dimensão urbana, com o Programa de Cidades Históricas (PCH), implementado a partir de 1973 pelo governo federal e incorporado ao IPHAN em 1979, que além de buscar o desenvolvimento econômico também buscava a integração com o desenvolvimento urbano e regional. Esse programa tinha abordagem distinta sobre a degradação das cidades históricas: a cidade era compreendida enquanto produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio de seu aproveitamento pelo turismo (CORREA, 2016, p. 16).

As cidades históricas e turísticas, muitas vezes, não suportam o grande número de visitantes, justamente por terem preservado o traçado antigo, que abriga poucas pessoas, é constituído por ruas estreitas, com

4 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/377/> Acessado: 03/09/17

pouca circulação de automóveis, situação que rapidamente se reverte quando há uma intensificação do turismo.

Cidades como Tiradentes são objeto de interesse de investidores e empresários, que veem nelas um lugar ideal para montar seu negócio, para exploração do turismo cultural, que demanda atividades indiretas relacionadas como a hospedagem, restaurantes, museus, lojas de artesanatos, etc.

Mas o maior desafio que as cidades históricas enfrentam é manter o patrimônio preservado, lidar com todo o movimento e fluxo de turistas no espaço e ainda garantir uma boa qualidade de vida para os nativos, que sofrem diretamente com os grandes congestionamentos de tráfego em ruas estreitas (figura 1) e praças cheias de pedestres (RODRIGUES, 2001).

Figura 1. Centro Histórico de Tiradentes. Rua do entorno da Praça Largo das Forras



Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Em contrapartida, devido à importância dessas cidades para as comunidades, elas recebem muitos investimentos, patrocínios que garantem as reformas de edifícios, ruas, centros.

2 TIRADENTES: O TOMBAMENTO FEDERAL E AS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICA

Tiradentes é uma cidade setecentista mineira, cuja ocupação e expansão se deram graças à atividade de extração do ouro, no até então arraial e na região do Rio das Mortes, que teve início no final do século XVII. Desde então, o lugarejo mudou suas condições de arraial para vila e de vila para cidade, em 1718.

Em 1760, a extração de ouro mostrava esgotamento, iniciando a decadência da região, intensificada no início do século XIX com o fracasso da Inconfidência Mineira. Em 1889 a cidade é renomeada de Vila São José para Tiradentes, em homenagem ao alferes. Já em meados da década 20, a cidade é redescoberta pela primeira vez pelos intelectuais da Semana da Arte Moderna. Porém, Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Tarsila do Amaral, quando visitaram a cidade tiveram a mesma impressão: uma cidade fantasma, pois seu conjunto arquitetônico sofria um processo de abandono, com pouquíssimos investimentos.

A cidade cedo se destacou em função da atividade turística. Foi uma das primeiras a ter o seu conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN, em 20 de abril de 1938, o que fez do centro da cidade a principal área de desenvolvimento econômico. Todo o seu planejamento ocorreu em torno desta atividade. Apesar de ocorrerem

vários eventos culturais, envolvendo cinema, música, teatro, gastronomia, fotografia, entre outras modalidades, não existe um plano turístico específico para a cidade. Ou seja, o que parecia uma solução para a saída da estagnação, não foi muito eficaz no início, pois o SPHAN, recém-fundado, ainda se estruturava.

Nos anos 40, 50 e 60, a cidade ainda se manteve praticamente estagnada, à margem do desenvolvimento econômico regional. A população de 3700 habitantes, em sua maioria, vivia no campo e tinha como meio de sobrevivência a agropecuária, a pecuária, a produção leiteira, o comércio e a indústria (FERREIRA, 2014).

Nas décadas de 70 e 80, Tiradentes foi redescoberta, agora por um grupo de empresários. O casario malcuidado, porém, ainda íntegro, despertou interesse de forasteiros, além de a cidade ter se inserido no desenvolvimento da região.

Os novos negócios valorizaram os imóveis antigos no centro, o que gerou um crescimento da especulação imobiliária. Também os estrangeiros que se mudaram para a cidade abriram negócios e investiram de modo intensivo, tornaram-se atores responsáveis pela transformação da cidade. Transformação que começa a ser notória a partir do momento em que os moradores nativos saem do centro histórico e se mudam para as áreas periféricas, que começam a crescer de forma desorganizada, sem infraestrutura adequada e suficiente. Com a saída dos habitantes locais, são os estrangeiros que se instalam nas áreas mais centrais, num processo de enobrecimento, dando aos edifícios funções e usos voltados para o turismo, com atividades mais rentáveis.

Com o enobrecimento do centro histórico, começa a se caracterizar o que seria denominada “cidade cenário”, cujo intuito era dar a aparência de que os problemas estavam controlados e de tornar a cidade aprazível aos turistas, com a conservação do conjunto arquitetônico, uma bela iluminação cênica e ajardinamentos. Uma cidade histórica em sua melhor forma, em plena vitalidade. Após deixarem seu espaço original, os nativos tiveram que entrar no novo ritmo imposto em Tiradentes, ou seja, se inserir nas atividades de comércio e serviço voltadas ao turismo, que se fortaleciam cada vez mais.

Tendo em vista que a manutenção da qualidade urbana do município depende de uma política urbana associada a instrumentos de proteção do patrimônio cultural e natural, este trabalho tem como objetivo a compreensão dos fatores que vêm contribuindo para o desgaste das estruturas físicas e sociais do centro histórico, definido como recorte de estudo, bem como apontar instrumentos urbanísticos, de gestão e de preservação urbana mais adequados para sua conservação.

Um desses instrumentos de proteção e preservação da cidade, consta do documento “Cidades Históricas - Inventário e Pesquisa Tiradentes” (GOVERNO FEDERAL, 2007). No inventário, foi feita uma leitura histórica e espacial da área de estudo, um levantamento completo dos imóveis dentro do perímetro tombado, sendo analisadas a morfologia, a ocupação dos lotes, os gabaritos, registradas as plantas típicas e os edifícios mais significativos como igrejas, capelas, chafariz, cadeia, entre outros. Com a setorização do perímetro urbano foram estabelecidos critérios e normas de proteção para a área, posteriormente, também adotados no Plano Diretor de

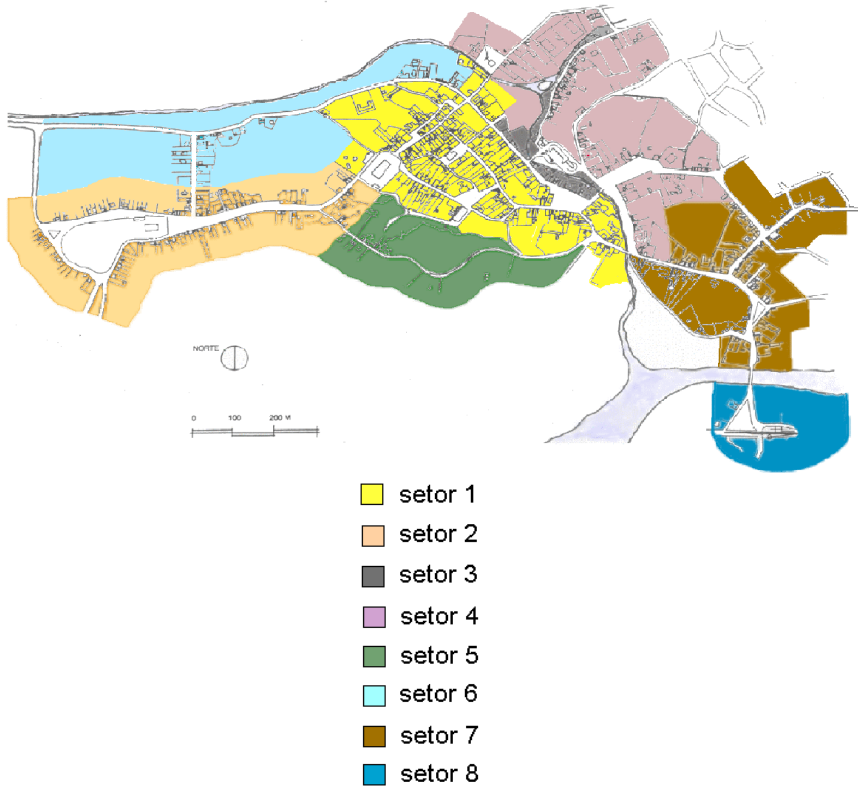
2015 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Segundo consta no inventário, preservar a paisagem e o sítio histórico é necessário, considerando que é dever do poder público preservar sítios tombados; que as cidades mais do que produto, são documentos históricos; que o centro está em evolução, mas precisa se manter em equilíbrio entre os valores do passado e presente; em função disso se estabelecem normas e critérios para ocupação e parcelamento do solo (GOVERNO FEDERAL, 2007), onde o perímetro, para efeito de sua aplicação, é o núcleo setecentista mais densamente ocupado. Os princípios que regem tais normas, dentro desse perímetro, são a manutenção da lógica de ocupação e desenvolvimento da cidade. Com isso, foram definidos 8 setores, estabelecidos segundo sua relação com a história e sua conformação atual, para os quais são propostos normas e critérios.

Como regras gerais, estabelece-se que: fica proibida a abertura de novas ruas; os desmembramentos só serão autorizados se o acesso se der por ruas já existentes; nos becos, é vedado o uso que descaracterize o movimento reduzido; não serão autorizadas alterações no perfil topográfico local; os projetos de saneamento não podem comprometer a geografia dos rios e córregos; para obras ou acréscimos significativos deverá ser apresentado estudo sobre sua interferência na paisagem; edificações públicas poderão ser exceções desde que respeite as premissas básicas do setor e os projetos estão sujeitos a aprovação do IPHAN. Em caso de dúvidas, deverão ser sempre consideradas as normas mais restritivas.

O principal setor é o 1 (Mapa 1), pois engloba o centro histórico, os principais eixos do traçado setecentista, as mais antigas construções, e há muito tempo servia de base para a reprodução dessa

estética arquitetônica, como modo de preservar, o que não acontece mais hoje (GOVERNO FEDERAL, 2007).

Mapa 1. Setores do centro de Tiradentes



Fonte: GOVERNO FEDERAL, 2007.

3 O TURISMO E OS PROBLEMAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

O turismo é a atividade ou ato de sair de seu lugar de origem, ir a outro e voltar ao local de origem novamente, cuja definição agrega

atividades como: férias, viagem, descanso, lazer e prazer, fuga da realidade. É gerador de emprego, difusor de cultura entre os povos, soma dos fenômenos resultantes de uma viagem. É a indústria sem chaminés, atividade econômica que, em meio a crises, mais se mantém estável. Comporta três visões diferentes: a primeira é a visão leiga onde o turismo é “descanso, conhecimento de novos lugares e pessoas, boa comida, bronzamento, status social, fuga do stress cotidiano”. A segunda é a visão empresarial: “turismo envolve oportunidade de obter-se renda e lucros financeiros, empregabilidade para os trabalhadores do setor, trabalho no tempo de lazer dos outros e como já foi dito por vários autores, negocio do ócio”. A terceira visão é acadêmico-científica:

turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social, desenvolvimento, de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos, coleta de dados qualitativos e quantitativos, produção de conhecimentos críticos, implantação de políticas públicas de turismo, estudos interdisciplinares. (PANOSSO, 2010, p. 16).

Em 1990 o turismo começa a se enraizar definitivamente na cidade de Tiradentes, sendo resultado das transformações feitas pelos novos habitantes que se instalaram nas décadas anteriores. É nessa época que ganha ainda mais sentido o termo “cidade cenário”, pois a Rede Globo transforma Tiradentes em um grande palco para gravações de suas novelas e minisséries, tais como “Memorial de Maria Moura”, em 1994, “Hilda Furacão” em 1998, “Coração de estudantes”, em 2002.

Figura 2. Mostra de Cinema de Tiradentes



Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

Foi nesse período também que surgiram os eventos anuais, que cresceram de tal forma que hoje ocupam todo o calendário anual da cidade. Com variados temas, atraem diferentes tipos de público. São, na maioria, realizados por empresários de fora da cidade, que alugam os espaços, sendo o Largo das Forras e a praça da rodoviária os locais preferidos. As estruturas para os eventos são montadas ocupando geralmente todo o largo. Os eventos maiores chegam a atrair 40 mil visitantes. Os três que se destacam são a Mostra de Cinema (Fig.2), o BikeFest e o Festival Internacional de Cultura e Gastronomia. Esses eventos têm consequências tanto positivas quanto negativas para o centro. A cidade vive do turismo e o número elevado de pessoas que participam desses eventos comprova a lucratividade das atividades em todos os setores, dos pequenos artesãos de feira aos proprietários das grandes pousadas. Porém, segundo Costa e Oliveira (2007, p. 124): “O patrimônio ali edificado assumiu valores ressignificados, atraindo e repelindo concomitantemente sujeitos distintos, valorizando os ‘de fora’” e restringindo grande parte dos residentes.

A cidade já apresenta indícios de saturação e de dificuldades de absorver o movimento de pessoas e carros nos feriados, fins de semana e principalmente durante os grandes eventos. O centro histórico é a circulação principal e obrigatória dos moradores para o deslocamento de um extremo ao outro da cidade e fica muito congestionado nos dias

de grandes festas, em especial, pela presença maciça de automóveis circulando, já que este é o meio de transporte mais utilizado para os visitantes (PELEGRINI FILHO, 2000).

Além dos investimentos turísticos instalados nos edifícios antigos da área central, a cidade hoje é alvo de grandes investimentos imobiliários, que começam a transformar a paisagem. São inúmeros os loteamentos que estão sendo construídos no município, disputando a melhor vista para serra São José. É importante destacar dois desses empreendimentos, o Santíssimo Resort e o Condomínio Quintal Imperial (Fig.3). Ambos estão bem próximos da praça principal da cidade, o primeiro com uso hoteleiro e o outro, residencial, mas ambos são impactantes no espaço em que foram implantados, principalmente em termos ambientais. Também chamam a atenção pelo tamanho e luxo com que se apresentam.

Figura 3. Clareira aberta para o loteamento do Condomínio Quinta Imperial. É possível constatar o seu impacto na paisagem da cidade devido à sua proximidade com o centro histórico, localizado à esquerda, em foto tomada a partir da serra São José.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Tiradentes se enquadra no conceito de destino turístico cujo objetivo do visitante é passar férias, descansar, ter lazer e prazer, fugindo da sua realidade. As pessoas visitam a cidade com intuito de conhecer pessoas, comida típica e um cotidiano diferente do seu, como descrito no início do texto (PELEGRINI FILHO, 2000).

Para o planejamento e a gestão das atividades, há uma Diretoria de Turismo (formada por um diretor, um supervisor de turismo e dois atendentes de informação). O Comtur (Conselho Municipal de Turismo) formula a política municipal de turismo, visando seu desenvolvimento. O Fumtur (Fundo Municipal do Turismo) advém da distribuição do ICMS. A prefeitura é responsável pela gestão do conjunto do patrimônio histórico e ambiental e de atrativos turísticos como o Chafariz, a Cadeia e o Centro Cultural, porém este último é mais explorado pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais).

O plano diretor aponta que é necessária a produção de um inventário atualizado e de um estudo de demanda turística atualizado, sendo este um dado de controle extremamente importante para cidade. O plano afirma que “precisa-se planejar o turismo e formatar melhor os eventos de modo também a gerar inclusão social. Falta um documento completo e detalhado do diagnóstico do sistema turístico apontando ações e estratégias necessárias” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015, p. 251).

Em nível nacional, como aponta Hall (2001), a tendência também é de se fazer do turismo uma atividade econômica sustentável, geradora de emprego e renda. Com vistas a fortalecer o turismo, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo promove melhorias na infraestrutura e qualidade dos serviços prestados. Já a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), divulga para o exterior os

destinos turísticos brasileiros, trabalhando com o marketing e operando a comercialização de produtos. Nos estados brasileiros, o programa de gestão é descentralizado e praticado pelos conselhos, possibilitando a participação de agentes públicos e privados.

Em nível estadual, as ações voltadas para o turismo apoiam-se nos princípios da descentralização da gestão. Existe a parceria entre os setores públicos, a iniciativa privada e a sociedade civil. A política de turismo em Minas Gerais tem o objetivo de fortalecer a gestão turística regional e municipal. E obter a participação democrática dos diversos atores sociais relacionados. O papel da Setur/MG (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais), segundo constam em seus objetivos, é o de planejar, coordenar e fomentar as ações do turismo, visando sua expansão, melhoria da qualidade de vida das cidades, gerar empregos e renda e divulgar o potencial turístico do estado, objetivando o desenvolvimento turístico mineiro, diversificando e fortalecendo a economia do estado (FUNDAÇÃO J. P., 2015).

4 IMPACTOS DO TURISMO NA CIDADE

A partir dos dados estudados, foram perfilados os principais impactos socioeconômicos e espaciais do turismo em Tiradentes:

- Na visão do SPHAN, as cidades tombadas não deveriam sofrer muitas alterações. Porém as cidades não pararam no tempo, se desenvolveram e sofrem transformações constantemente, fato que gera uma diferença de visão entre as questões de preservação e de gestão urbana da cidade como um todo;

- Com esse desenvolvimento, surge também a tentativa de manter as características originais das construções, levando ao falso histórico: a diretriz de preservar deixando a edificação exatamente como era que, praticamente, se tornou uma cultura, incentivou cópias ou imitações destas nas novas construções;

- As cidades que são destinadas à visitação, muitas vezes não suportam o grande número de visitantes, justamente pelo seu traçado antigo, preservado, que abrigava poucas pessoas, ruas estreitas, acesso restritivo aos carros, sendo o fato de a maioria dos visitantes usarem o carro como meio de transporte, um indicador da gravidade deste processo;

- A saída dos moradores nativos que vão para a área periférica da cidade, gera novos bairros sem infraestrutura e planejamento adequados. Esse aspecto não é geralmente associado às atividades turísticas, é tratado como um problema de urbanismo relacionado ao crescimento geral da cidade;

- Os novos moradores, que se tornam proprietários do casario do centro, dão outro uso aos edifícios, transforma-os, na maioria das vezes, em comércio. São empresários que investem em atividades relacionadas à exploração do turismo cultural, em hospedagens, restaurantes, museus, igrejas, lojas de artesanatos. Desta forma, a cidade torna-se alvo de grandes investimentos imobiliários, que começam a transformar a paisagem;

- Este mesmo aspecto pode ser visto por seu lado positivo, ou seja, o de que a preservação do patrimônio atrai muitos investimentos, patrocínios e move a economia local;

- Por outro lado, um conflito permanente em cidades históricas é o de como manter o patrimônio preservado e garantir a qualidade de vida dos nativos. Tiradentes vive do turismo e para o turismo, processo que exclui boa parte dos moradores, tradições, e altera a vivência do cotidiano;

- Alguns eventos mostram nitidamente essa divisão entre turistas e nativos. O Festival Internacional de Cultura e Gastronomia apresenta grande força econômica e pouca inserção social. Já a Mostra de Cinema, tem uma vertente oposta, com o caráter convidativo e nada inibidor, tem grande penetração social e pouca vantagem econômica, devido ao público que a frequenta;

- As estruturas dos grandes eventos, montadas na área central da cidade, prejudicam a circulação dos moradores que se dá principalmente por essa área, o que acarreta trânsito e congestionamentos;

- O Bikefest está sendo realizado há dois anos, em uma área particular, porém, ainda possui pequenas estruturas na praça. A estrutura principal está sendo montada no Santíssimo Resort, o que permite inferir que essa será a tendência dos eventos futuros, de sair da praça principal e, portanto, diminuir a arrecadação municipal com o evento, mas continuar impactando o centro pelo assédio aos serviços de turismo;

- É notório o aumento do número de hotéis, restaurantes, lojas e estabelecimentos voltados para servir o turismo depois de iniciados estes grandes eventos;

- O abuso no uso do espaço público também pode ser considerado um problema, já que muitos bares, restaurantes e afins se

apossam das calçadas e até mesmo das ruas com suas mesas, ombrelones, lareiras e outras estruturas utilizadas pelos estabelecimentos;

- Existe uma movimentação interna na cidade, entre os moradores, para alugarem suas casas por temporada para turistas. Isto causa uma evasão de moradores do centro para outras casas, que às vezes nem se localizam na área central e sim na área rural do município.;

- Outra grande consequência para a cidade, é que hoje ela apresenta dois centros: o centro histórico, com usos voltados, em sua maioria, para turistas e o centro novo, localizado fora da área tombada, que se formou do outro lado da ponte sobre o rio. Nesse novo centro, a despeito de também ocorrerem atividades voltadas para o turismo, o foco é o morador, pois nele se localiza todo o comércio local: açougue, farmácia, escola, supermercado, posto de gasolina, vidraçaria, salão de beleza, ou até mesmo serviços de lazer mais acessíveis para o morador, como um bar, restaurante, sorveteria, ou seja, é ali que o tiradentino se abastece.

O aumento do número de comércios e serviços no centro tombado, especificamente, de restaurantes e hospedagem, a partir de 2010, foi de 30 casas de hospedagem/pousadas, num total de 93 existentes. E foram implementados mais 16 restaurantes dos 63 existentes legalmente no município. No entanto, esses números são ainda maiores, pois ainda existem muitos estabelecimentos que funcionam ilegalmente na cidade (Secretaria de Tributação do Município de Tiradentes)⁵.

Tiradentes está entre os municípios da região sudeste que recebe transferências federais do Ministério do Turismo. De janeiro de 2005 a

5 Informação obtida em visita ao órgão.

junho de 2008, foi recebido o montante de R\$1.956.880,00 (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico MG, 2009). Somando-se este, com os valores relacionados diretamente ao turismo (ISS e ICMS), tem-se um total de arrecadação de R\$ 6.277.970,42.

Por outro lado, o estado de Minas Gerais tem um novo mapa do turismo, onde o número de cidades incluídas caiu de 466 para 285. No entanto, Tiradentes segue na lista, situada na região da Trilha dos Inconfidentes, ao lado de São João del Rei, Prados, Santa Cruz de Minas, Dolores de Campos, Barroso, Barbacena e outras cidades do Campo das Vertentes⁶.

O Jornal O Estado de São Paulo (2017), coloca Tiradentes entre os 10 melhores destinos de 2017, estando presente nessa lista também: Colômbia, Chicago, Portugal, Cuba, Rússia, Doha, Rio de Janeiro, Tóquio, Foz do Iguaçu:

A fama de Tiradentes não é de hoje: rota histórica nacional das mais importantes, a cidade sempre esteve presente nos roteiros e pacotes de viagem para a Minas Gerais dos séculos 18 e 19, ao lado de Ouro Preto, Mariana e a vizinha São João Del Rey. Mas, de uns tempos para cá, a pequena vila de pouco mais de 7 mil habitantes tem ido além das suas já consagradas construções históricas e igrejas: tornou-se polo cultural e gastronômico. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

Do movimento total de visitantes na região de Minas, 75% se relaciona ao turismo religioso, graças à presença de construções ícones do barroco brasileiro. Tiradentes é destino prioritário de

⁶ Disponível em: Ministério do Turismo: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6470-minas-gerais-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html> Acesso: 04/08/17.

quem busca conhecer as antigas igrejas dos séculos XVIII e XIX. Esse reconhecimento vem da forte influência religiosa, sendo um dos principais destinos no roteiro mineiro, além da boa e típica gastronomia e, também, da tradição e cultura, por exemplo, do carnaval. Conhecido como uma festa tradicional e familiar possui blocos de ruas aconchegantes, brincadeiras e até a “Palhaçada” que é um bloco bem conhecido na cidade⁷, assim como o “Secos e Molhados” cuja tradição é sair com o caminhão pipa jogando água nos foliões (Fig.4).

Figura 4. Carnaval, bloco Secos e Molhados



Fonte: acervo da pesquisa, 2016.

⁷ Globo.com. Disponível em: http://www.santuariosstrindade.com.br/index.php?secao=ver_conteudo&id_conteudo=7. Acesso em: 04/08/2017.

5 CONCLUSÃO

O trabalho buscou aprofundar a análise da situação atual do município, a partir da avaliação dos impactos socioeconômicos e espaciais causados pelo turismo, visando contribuir para discussão do planejamento e gestão das atividades no centro histórico e no município como um todo.

As transformações são inevitáveis, mesmo para uma cidade com tantos remanescentes históricos. Porém, é necessário um planejamento atuante, nos mais diversos problemas do cotidiano da cidade, deflagrados, em grande parte, pelos impactos causados pela atividade turística. Em Tiradentes, não há diretriz para lidar com a atividade turística de forma a beneficiar todas as áreas e as partes envolvidas. Alguns aspectos pontuais necessitam de um controle maior, como os comércios instalados no centro, que estão invadindo as calçadas e, em alguns casos, já foram até para o leito das ruas. Um cuidado maior com as atividades dos taxis, que hoje tomam conta de todo um setor da praça central, sendo que as ruas, que já são estreitas, tornam-se ainda menor com os automóveis dos turistas estacionados. Nesse sentido, a solução que está sendo testada é o fechamento do centro histórico nos finais de semana, sendo permitida somente a passagem de carros e proibido o estacionamento, liberando as ruas para os turistas.

Porém, o centro também é o caminho principal dos moradores para suas atividades diárias, sendo passagem para bairros de ambos os lados da cidade. Desta forma, em época de grande movimento, o fluxo fica comprometido. Logo, é necessário um plano de mobilidade local e de áreas públicas para estacionamento, de forma que possam ser controladas pelo poder público.

6 REFERÊNCIAS

CORREA, S. M. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. In Anais do Museu Paulista, v.24. n.1. p. 15-57. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n1/1982-0267-anaismp-24-01-00015.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

COSTA, E. B. da; **OLIVEIRA**, B. C. Política de patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes: uma cidade setecentista mineira. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v.5, n. 2, p. 113-130, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/2288/2001>>. Acesso em: 08 set. 2017.

FALCÃO, J. T. da R.; **RÉGNIER**, J.C. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio/ago. 2000, p. 229-243.

FERREIRA, A. et.al. O município de Tiradentes (MG): uma análise sobre dinâmica populacional. In I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2014. Disponível em: <<http://www.unifalmg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Andr%C3%A9%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano Diretor participativo do Município de Tiradentes/MG. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

HALL, M. A tomada de decisão política e o planejamento centralizado. In Darling Harbour, Sydney, 21. In: TYLER, Duncan; GUERRIER Yvonne; ROBERTSON Martin (Organizadores). Gestão de turismo municipal. São Paulo: Futura, 2001.

GOVERNO FEDERAL. IPHAN. Cidades históricas- inventário e pesquisa: Tiradentes. Edições do Senado Federal, Vol. 83. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 10 melhores destinos de 2017. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/viagem/10-melhores-destinos/2017/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

PANOSSO NETTO, Alexandre. O que é turismo? São Paulo: Brasiliense, 2010.

PELEGRINI FILHO, A. Turismo Cultural em Tiradentes. Estudo de Metodologia Aplicada. São Paulo: Editora Manole, 2000.

RAMOS, M.P. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. Revista Mediações. Dossiê- ANÁLISES QUANTITATIVAS E INDICADORES SOCIAIS. Londrina, V.18, n.1, p.55-65, jan/jun, 2013.

RODRIGUES M. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - MG: Impacto do turismo nas finanças municipais nas regiões turísticas do Brasil. Fundação João Pinheiro, 2009.

SILVA, M. B. S. DE R. Preservação na gestão das cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

Capítulo 25

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL COMO INSTRUMENTO PARA FORMAÇÃO CULTURAL

Jessica Aline Tardivo¹;
Anja Pratschke²

1 Introdução

Dentre as políticas públicas no Brasil que se referem ao uso de ações educativas voltadas para a observação do patrimônio cultural, destaca-se a metodologia designada Educação Patrimonial, que foi introduzida, inicialmente, nas atividades de museus e instituições culturais do Rio de Janeiro, no final da década de 1980. A implementação dessa prática educativa visa, sobretudo, aproximar indivíduos da sua história por meio do contato com os bens patrimoniais, facilitando o reconhecimento da história e memória da sociedade, uma vez que permite a familiarização, interação e reflexão sobre a identidade de um lugar.

Por meio da leitura do texto “Educação Patrimonial, Histórico, Conceitos e Processos”, publicado pelo IPHAN no ano de 2014, compreende-se que o termo Educação Patrimonial surgiu no Brasil no ano de 1983, durante o primeiro seminário com a temática “Uso Educacional de Museus e Monumentos”. Este seminário fora realizado pelo Museu Imperial de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, organizado pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta,

1 Doutoranda; Universidade de São Paulo; e-mail: jessica.tardivo@usp.br

2 Prof.^a Doutora; Universidade de São Paulo; e-mail: pratschke@sc.usp.br

funcionária do museu, e pela arquiteta do IPHAN Evelina Grunberg. (IPHAN, 2014, p. 13,).

No ano de 1981, a museóloga brasileira, Maria de Lourdes Parreiras Horta, esteve na Inglaterra na Universidade de Exeter para participar de um curso de curta duração intitulado “Educational Use of Museums and Monuments (Uso Educacional de Museus e Monumentos)”. O curso abordava as práticas educativas usadas no ensino de história e nos trabalhos educacionais que ocorriam nos museus do país, os quais buscavam educar a partir da aproximação dos indivíduos com os bens e monumentos históricos.

Analisando referências bibliográficas correlatas, percebe-se que tal método não tinha uma nomenclatura específica, mas era referenciado como “Heritage Education” (Educação Patrimonial). Segundo Horta (1999, p. 6), o termo referia-se a:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Partindo dessa explicação, evidencia-se a prática proposta pela Educação Patrimonial como um instrumento para interpretar a identidade

cultural. Com essa ótica se abordará aqui como a mesma foi estruturada no Brasil e vem sendo aplicada em políticas públicas e ações educativas.

2 INSERÇÃO DA METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

As inquietações acerca do uso da educação como meio para reflexão e conscientização sobre a valorização e salvaguarda de bens históricos surgem no Brasil a partir da década de 1930, data da criação do IPHAN. Estas têm sido registradas desde as primeiras documentações e publicações do instituto, enfatizando a importância da aproximação dos indivíduos com os bens culturais para a formação de uma identidade patrimonial.

Um dos primeiros documentos, base para a concepção do IPHAN³, denominado inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), foi o anteprojeto redigido no ano de 1936 pelo escritor brasileiro Mario de Andrade que na época exercia o cargo de Diretor de Cultura do município de São Paulo. Este documento foi elaborado a pedido do ministro da Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, com apoio do Governo Federal representado pelo presidente Getúlio Vargas⁴ (IPHAN, 2014, p. 6).

O documento inicial abordava a importância da valorização e preservação dos bens patrimoniais, destacando para isso o “caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens”, baseando-se no

3 As propostas previstas pelo anteprojeto e as frentes sobre as quais o SPHAN viria a atuar se consolidaram a partir de sua implantação em janeiro do ano de 1937, registrada pela Lei nº 378 em seu artigo 46º.

4 O presidente Getúlio Vargas, representou a Aliança Liberal – AL, nos anos de 1930 a 1945, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, nos anos de 1951 a 1954.

que já havia se instaurado na Europa⁵ desde a década de 1850 (IPHAN, 2014, p. 6).

Para dar andamento à implantação efetiva e prestações de serviço, visando principalmente a salvaguarda e reconhecimento do patrimônio cultural no país, Mario de Andrade indicou o advogado e jornalista brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção do SPHAN (IPHAN, 2014, p. 6). Rodrigo M. F. de Andrade foi diretor do SPHAN durante trinta anos, de 1937 a 1967, valorizando em sua administração principalmente os bens culturais materiais pertencentes à arte e arquitetura barroca⁶, ornando os mesmos registros iniciais de uma identidade cultural e arquitetônica do Brasil.

No decorrer desse período, foi compreendido que para efetivar laços de pertencimento entre a população e os bens culturais do país era relevante o emprego de ações e práticas educativas que fortalecessem a valorização do patrimônio cultural de cada região, acreditando que a preservação efetiva só aconteceria com a participação popular (IPHAN, 2014, p. 6).

Pode-se observar essa afirmação nos textos e documentos redigidos por Rodrigo M. F. de Andrade e publicados pelo Ministério da Cultura (MinC) em 1987 no livro “Rodrigo e o SPHAN: coletânea

5 As grandes exposições internacionais da indústria são emblemáticas dessa época, visto que expressavam a capacidade técnica com que a sociedade industrial burguesa manifestava seu orgulho. A 1ª Exposição Internacional, inaugurada em maio de 1851, em Londres, foi montada em um grande palácio de Cristal, símbolo da grandeza que anunciava uma nova forma de cooperação entre ciência, técnica e indústria.

6 Cabe ressaltar que entre as décadas de 1930 e 1970 o patrimônio artístico nacional no Brasil era caracterizado pelos bens de valor material, como registros, monumentos, construções e obras de arte, legalizados pelo Decreto-Lei Nº 254, de 30 de novembro de 1937.

de textos sobre o patrimônio cultural”, conforme o trecho que segue (Ministério da Cultura, 1987, p. 64):

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável.

Essa reflexão afirma a expectativa de Rodrigo M. F. de Andrade em ter indivíduos que compreendam o valor histórico de seu patrimônio e entendam que os bens culturais fazem parte de sua história. Sobre esse viés, considera-se que o IPHAN se instituiu trabalhando em duas frentes: (1) na preservação e conservação dos bens culturais materiais; (2) e na instauração de serviços e espaços educativos que fossem capazes de estruturar a conscientização de uma identidade cultural e patrimonial (IPHAN, 2014, p.6-7).

No entanto, é apenas na década de 1980 que surgem as primeiras ações educativas significativas em torno do patrimônio, que inicialmente foram empregadas em museus. Um dos primeiros trabalhos registrados em documentos do IPHAN, que abordavam temáticas pedagógicas para construção de valores a partir da observação de bens culturais, foi o serviço educativo desenvolvido no Museu Imperial do Rio de Janeiro pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, no ano de 1981, baseado nas experiências

da metodologia de Educação Patrimonial, aplicadas nos museus da Inglaterra, desde a década de 1940 (IPHAN, 2014, p. 13).

A fim de refletir sobre as possibilidades da inserção dessas práticas educativas em espaços expositivos e no ensino formal Horta organizou no ano de 1983, em parceria com a arquiteta brasileira Evelina Grunberg, funcionária do IPHAN, o primeiro seminário com a temática “Uso Educacional de Museus e Monumentos” (IPHAN, 2014, p.13).

Durante o seminário, a museóloga apresentava a forma com a qual se aplicava a metodologia de Educação Patrimonial na Inglaterra, que tinha por objetivo o uso de bens materiais para formação e reflexão sobre a cultura e a história. Ela relatava a possibilidade de inclusão do patrimônio cultural (material e imaterial) nas atividades que seriam desenvolvidas no Brasil como meio de informação para construção de experiências culturais (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4).

O que de fato se esperava no emprego da metodologia era criar possibilidades de compreensão significativas sobre o mundo através da observação e interpretação de bens culturais, conforme destacado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 9):

A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a “ler” ou “decodificar”.

Para facilitar a compreensão do emprego dessa metodologia, no ano de 1996, Horta, novamente em parceria com Evelina Grunberg

e com o auxílio da educadora brasileira Adriana Queiroz Monteiro, redigiu o Guia Básico de Educação Patrimonial, o qual foi publicado oficialmente pelo IPHAN no ano de 1999, com apoio do Governo Federal, representado na época pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁷.

O material foi produzido para auxiliar nas práticas educativas do ensino formal, ou seja, nas escolas, e seu conteúdo segue ainda hoje como principal referência metodológica nas atividades e ações educativas realizadas pelo IPHAN. Sobre o conteúdo proposto pela publicação, de acordo com as averiguações do IPHAN (2014, p.13), tem-se:

A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), as autoras reivindicam que a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas.

A fim de esclarecer a análise que deveria ser feita durante a inserção de cada etapa prevista pela metodologia, as autoras sistematizaram em um quadro os procedimentos a serem adotados, conforme exposto no Quadro 1.

⁷ O presidente representou o Partido da Social Democracia Brasileiro PSDB, durante dois mandatos seguidos nos anos de 1995 a 2003.

Figura 1 - Quadro de etapas metodológicas da Educação Patrimonial.

Etapas	Recursos / Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do objeto/função/significado; • Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) <u>Registro</u>	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas gráficas.	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como biblioteca, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico; interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	Recriação, releitura, dramatização, interpretações em diferentes meios de expressão, como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo, entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto - expressão, apropriação, participação criativa e valorização do bem cultural.

Fonte - Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, p. 11, 1999.

Observando o conteúdo exposto pela Quadro 1, compreende-se que é possível utilizar a metodologia para a interpretação de qualquer bem

cultural com diferentes observadores, não restringindo seu uso apenas ao público escolar. Sendo assim, é proposta uma análise do patrimônio por meio de leituras, reflexões e de registros, abrindo possibilidades para produções e criações de trabalhos que possam relatar de forma poética, descritiva ou estética, o modo com que cada observador relacionou o conteúdo observado a sua memória histórica e afetiva.

No ensino formal, o uso da metodologia em Educação Patrimonial e de temáticas que abordam a cultura e diversidade foram inseridas nos currículos escolares no ano de 1996, reconhecidas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a qual enfatiza no artigo 26: 12: Lei nº 9.394/96 que:

[...] parte diversificada dos currículos, dos ensinos fundamental e médio, deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, abrindo espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios. (BRASIL, 1996, p.16).

A temática é aplicada de forma efetiva com a formulação e legalização dos Temas Transversais, no ano de 1998, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)⁸ para o Ensino Fundamental (1998, p. 8), como segue:

[...] conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção

8 Ver Parâmetros Curriculares Nacionais: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em 06/04/2017.

de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente [...]

A inserção dos Temas Transversais no currículo escolar pode ser considerada um aporte fundamental para inclusão de temáticas com interesses diversos, a fim de possibilitar a construção o diálogo sobre valores que não são contempladas pelas disciplinas obrigatórias.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Após a inserção das temáticas voltadas para o patrimônio no currículo, as ações políticas notórias em torno da Educação Patrimonial surgem apenas na primeira década dos anos 2000, com o trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva⁹, que buscava a redução da desigualdade social, econômica e cultural no país. Com essa expectativa o IPHAN e o MEC tiveram abertura para trabalhar na inserção de políticas por todo território nacional, visando promover a proteção e

⁹ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva representou o Partido dos Trabalhadores – PT, durante dois mandatos entre os anos de 2003 a 2011, sucedido pela presidente Dilma Rousseff, do mesmo partido que foi eleita também por dois mandatos seguidos, sendo que no segundo sofreu um processo de Impeachment; sendo destituída do cargo.

o reconhecimento do patrimônio brasileiro por meio da alfabetização cultural (IPHAN, 2014, p. 14).

A primeira iniciativa do IPHAN foi coordenar a inclusão de projetos políticos para a Educação Patrimonial, criando, no ano de 2004, a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), que foi ligada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF) no ano de 2009 e renomeada como Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC). De acordo com o IPHAN (2014, p. 14) a CEDUC é:

[...] responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil.

Uma das primeiras intervenções da CEDUC foi a instauração, no ano de 2007, do projeto Casas do Patrimônio, o qual buscava alocar espaços culturais¹⁰ em diversas regiões do Brasil para promover atividades que aproximassem as comunidades ao patrimônio local. Conforme o IPHAN (2014, p. 36):

[...] as Casas do Patrimônio se fundam na necessidade de estabelecer novas formas de

10 Ressalva-se que até esse período os museus eram gerenciados pelo IPHAN e seus espaços serviam como apoio as atividades educativas propostas pelo Instituto; contudo, visando à melhoria no setor e o aumento da visitação e arrecadação, o Governo brasileiro propôs a criação de uma unidade independente que gerenciasse apenas os museus, separando esses dos serviços do IPHAN e transferindo-os para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o qual foi legalizado oficialmente no ano de 2009. Por meio dessa ressalva, compreende-se que o IPHAN prevê a necessidade de buscar outros espaços que estabeleçam a comunicação entre o patrimônio e a comunidade.

relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais.

A CEDUC visualizou nas Casas do Patrimônio a possibilidade de ampliar o diálogo entre a sociedade e a Educação Patrimonial. Deste modo, contou com o espaço físico das sedes do IPHAN e das instituições parceiras espalhadas pelo Brasil, que se dispuseram a abrigar as atividades do projeto.

As atividades implantadas nas Casas do Patrimônio abririam reflexões para inserção de práticas educativas que podem ser aplicadas em qualquer espaço e lugar, trabalhando em duas frentes: (1) a promoção de ações educativas; e (2) a formação e capacitação de profissionais visando à implantação de novos projetos educativos ligados ou não ao IPHAN (IPHAN, 2014, p. 37).

Entre os anos de 2009 e 2010, iniciou-se a parceria do IPHAN com o MEC em dois projetos de políticas públicas educacionais já instaurados e legalizados pelo MEC em ações do Governo Federal. O primeiro, o Programa de Extensão¹¹ (ProExt), no ano de 2009, voltado para o ensino superior, e o segundo, o Programa Mais Educação, destinado à educação básica.

No ProExt, o IPHAN passa a colaborar na elaboração do edital para concessão de auxílio financeiro a projetos de extensão das universidades públicas, inserindo no programa a linha temática de pesquisa de “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”. Segundo a avaliação do IPHAN (2014, p. 31):

11 Criado no ano de 2008 pelo MEC para dar suporte a instituições públicas de ensino superior com diretrizes e recursos financeiros, a fim de promover a elaboração e aplicação de projetos com caráter social que possibilitassem a integração das universidades com as comunidades em que estão inseridas.

A parceria entre o IPHAN e as universidades por meio das ações de extensão é um caminho promissor para a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, pois pretende estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio. Dada à extrema capacidade técnica e de inovação das instituições de ensino superior públicas, que começam a se envolver sistematicamente com a extensão voltada à preservação do Patrimônio Cultural.

Com base na avaliação do IPHAN, ao associar as discussões sobre a preservação aos projetos das universidades públicas torna-se possível uma aproximação dos investigadores com a cultura da comunidade local, permitindo identificar problemáticas em relação ao patrimônio local e prover ações de preservação e educação que beneficiem o lugar. No que se refere à educação básica, no ano de 2011, o IPHAN passou a contribuir nas propostas de atividades do Programa Mais Educação¹², já estabelecido pelo MEC (IPHAN, 2014, p. 31), inserindo atividades específicas de Educação Patrimonial junto ao projeto, que tinha como objetivo o “mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar, ou seja, um inventário pedagógico do patrimônio local” (IPHAN, 2014, p. 33).

A fim de consolidar a inserção da Educação Patrimonial no projeto, em 2012, o IPHAN e o MEC, em parceria com o MinC,

12 O Programa Mais Educação foi instituído em 2007 nas escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o objetivo de ofertar atividades de educação integral. A introdução nas escolas de ensino fundamental através da ampliação da carga horária dos alunos, visava novas oportunidades de aprendizagem e diminuição das desigualdades sociais e educacionais (BRASIL, 2017, p. 1-5).

organizaram uma publicação¹³ em formato de caderno intitulado “*Educação Patrimonial no Programa Mais Educação*”, que apresenta os objetivos das atividades de Educação Patrimonial, conceitos sobre patrimônio, as leis de implementação da educação para formação cultural no país e orientações para aplicação de exercícios práticos com alunos e com a comunidade.

De acordo com o IPHAN (2014, p. 34), o conteúdo da publicação:

[...] traz um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o Patrimônio Cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais – Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes – se baseiam nas categorias que o próprio IPHAN / MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural do Brasil.

Nesta conjuntura, nota-se que as principais políticas de inserção da educação para formação cultural, baseadas na observação e interpretação do patrimônio cultural material e imaterial no país, partiram de iniciativas do IPHAN e do MEC. Adotaram como referência a metodologia de Educação Patrimonial, criando projetos de lei e programas para inserção dos serviços educativos em espaços formais e também em ações com as comunidades, cujo os quais foram legalizados entre os anos de 1996 a 2001, como exposto no Quadro 2.

13 O material foi distribuído nas escolas e disponibilizado para download. Ver em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf>. Acesso em 06/04/2017.

Figura 2 - Quadro com as principais políticas identificadas para Educação Patrimonial no Brasil.

ANO DE INSERÇÃO	ÓRGÃO	POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	OBJETIVO
1996	IPHAN	Guia Básico de Educação Patrimonial	Material de apoio para aplicação de atividades e ações educativas voltadas para a observação do patrimônio.
1998	MEC	PCNs / Temas Transversais	Construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal, por meio do conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio brasileiro.
2004 / 2009	IPHAN	CEDUC (Coordenação de Educação Patrimonial)	Setor responsável pela integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural.
2007	IPHAN	Casas do Patrimônio	Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural a comunidade.
2008	MEC / IPHAN	ProExt (Extensão Universitária na Preservação do Patrimônio Cultural)	Tem como objetivo financiar projetos de extensão no ensino superior, que proporcione a aproximação dos investigadores com a cultura da comunidade local, possibilitando identificar problemáticas em relação ao patrimônio cultural e discussões para ações de preservação e educação que beneficiem o lugar.
2011	MEC / IPHAN	Educação Patrimonial no programa Mais Educação	Tem como objetivo inserir ao Programa Mais Educação atividades de Educação Patrimonial, que visam o mapeamento inicial das referências culturais nas comunidades onde as escolas se inserem.

Fonte - Arquivo da pesquisa.

No atual período político do país, no governo do presidente Michel Temer, o Governo Federal tem adotado uma postura que prevê o corte de gastos e reforma das legislações, sob a prerrogativa de melhorar a gestão econômica e social.

No que tange a Educação Patrimonial, no ensino formal o Governo Federal, com o aparato do MEC, vem redigindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um conjunto de orientações pedagógicas para nortear o currículo das escolas públicas e particulares, em substituição aos PCNs de 1998. No projeto, o trabalho com o patrimônio cultural está sendo reduzido apenas no currículo de Português e Artes, apontando os seguintes objetivos:

(Português) 5. Reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade.
7. Usufruir do patrimônio linguístico, artístico e de práticas corporais nacionais e internacionais, com suas diferentes visões de mundo, pelo acesso ao acervo e possibilidades de construção de categorias de diferenciação, apreciação e criação. (BRASIL, 2016, p. 9).

(Artes) 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2016, p. 10).

Nota-se uma redução sobre a inserção da temática de Educação Patrimonial no currículo que antes era abordada pelos PCNs como proposta transversal e inserida em todas as disciplinas; observando o projeto atual está previsto, em específico, para ser incluído com clareza apenas no conteúdo do ensino de Artes, que deve abranger o

patrimônio cultural como um todo. No entanto, o projeto previsto para entrar em vigor no ano de 2018, ainda não foi legalizado.

No que diz respeito à valorização da cultura, no início do mandato, o presidente estabeleceu a destituição do MINIC que deveria ser ligado ao MEC, tornando-se secretaria. Devido a manifestações por parte dos artistas e educadores, apoiados sobretudo pelo IPHAN, que notavelmente seria prejudicado, o presidente revogou a ordem.

Neste desfecho inicial, até o presente momento da pesquisa, as políticas públicas aqui apresentadas, implantadas pelo IPHAN e pelo MEC, continuam em vigor, no entanto, esses programas podem ser atualizados ao longo da Gestão Federal atual. A fim de abarcar as possibilidades da Educação Patrimonial como instrumento de formação cultural, tendo como respaldo as políticas e ações implantadas pelo IPHAN e o MEC, sobretudo de aproximação entre as comunidades e o patrimônio local, a autora dessa investigação realizou no ano de 2016 um experimento com alunos do nono ano do ensino fundamental da escola Padre Oeste Ladeira, na cidade de Descalvado, interior do estado de São Paulo, propiciando vivências na cidade e experimentações estéticas sobre o patrimônio arquitetônico do lugar.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO CULTURAL: O EXEMPLO DO PROJETO MEMÓRIA E IDENTIDADE NA CIDADE DE DESCALVADO, SP

O projeto Memória e Identidade, realizado entre os meses de julho a setembro do ano de 2016, baseou-se na estrutura metodológica para realização de ações de Educação Patrimonial construída por Horta (1999, p. 11), provendo quatro etapas de intervenção, divididas

em: observação, registro, exploração e apropriação sobre o patrimônio arquitetônico da cidade de Descalvado. O objetivo maior do projeto era conhecer o valor do patrimônio arquitetônico da cidade, trazendo à tona o sentimento de pertencimento dos alunos e da comunidade sobre os bens locais.

O trabalho começou com o estudo teórico da história do patrimônio arquitetônico da cidade e das raízes culturais presentes na formação da identidade da região, sobretudo a importância do cultivo do café no passado. Fundada no ano de 1832, a cidade de Descalvado se desenvolveu, inicialmente, em virtude às riquezas geradas pela cultura cafeeira no século XIX e XX assim como outras cidades do interior Paulista, em especial devido a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no ano de 1882, que propiciou o investimento em construções e edificações¹⁴, que serviram como ponto de pouso e comércio (KASTEIN, 2016, p 1-30).

Para melhor compreensão sobre a história da cidade, adotou-se como referência em sala de aula o livro *“Conheça Descalvado Para Crianças”*, publicado no ano de 2012, pelos historiadores brasileiros, Luiz Carlindo Arruda Kastein e Soraya Maria Bortoletto Martins, moradores do município. Com esse livro, os alunos começaram a reconhecer a história das edificações e da formação do espaço urbano da cidade.

No que se chamou de Etapa 1. Observação, para conhecer o valor do patrimônio arquitetônico advindo da cultura cafeeira, os

¹⁴ As principais edificações dessa época permanecem na cidade, algumas conservadas, como é o caso da Estação de Descalvado (1881), da residência do Barão Carlos Aranha (1888), um dos principais produtores de café da região, e da Santa Casa da Misericórdia (1891), outras apresentam falta de cuidado, como é o caso do Hotel dos Viajantes (1884).

estudantes realizaram uma visita guiada na fazenda Santa Maria, localizada na cidade de São Carlos, onde puderam conhecer a história da formação arquitetônica na região e a importância das riquezas do café para o desenvolvimento das cidades no interior de São Paulo.

Após a visita, os alunos iniciaram a Etapa 2. Registros sobre os bens presentes na cidade de Descalvado. Com auxílio de um ônibus cedido pela prefeitura municipal, o grupo deslocou-se para o centro antigo da cidade com câmeras digitais, celulares e tablets, para registrarem as edificações do século XIX e XX, ainda existentes no lugar.

Para dar continuidade ao trabalho dos estudantes, no que se denominou de Etapa 3. Exploração, os alunos se dividiram em grupos de trabalho formados por cinco pessoas para produzirem maquetes físicas dos principais prédios e elementos arquitetônicos do lugar com o intuito de identificar as características da identidade arquitetônica da cidade.

As impressões de cada aluno, expressas pelos trabalhos plásticos desenvolvidos, foram muito valiosas, pois facilitaram o reconhecimento do lugar e a apreciação de objetos e estruturas que antes passavam despercebidas. Ao final do processo de confecção das maquetes, a escola revelou parte das fotos tiradas pelos alunos, como ilustra a Figura 1, para a realização de uma discussão reflexiva sobre o que cada indivíduo compreendeu sobre o lugar.

Sobre o conhecimento adquirido durante o processo, a aluna Fernanda Brum relatou:

Com as fotografias e trabalhos escolares, pude notar coisas novas que talvez nunca repararia sem a realização dessas atividades que ajudaram não

só a mim, como também o restante dos alunos a perceberem que os detalhes são mais importantes do que imaginávamos.

Figura 1 – Fotos realizadas pelos alunos durante a etapa de registro.



Fonte – Arquivo da escola Padre Orestes

O projeto ganhou reconhecimento do governo municipal que participou da última etapa deste experimento, organizando uma exposição das maquetes e das fotografias no espaço expositivo do Museu Público da Cidade de Descalvado. No mesmo, realizou-se uma roda de conversa para Etapa 4. Apropriação, com a presença de professores, alunos de outras instituições e representantes da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal, abarcando a valorização do patrimônio arquitetônico local e a importância dos bens culturais.

5 CONSIDERAÇÃO FINAL

As reflexões realizadas nesse artigo possibilitaram compreender que no Brasil a metodologia de Educação Patrimonial, inserida

inicialmente no trabalho educativo de museus e nos currículos escolares, tem como objetivo a alfabetização cultural da sociedade em relação aos bens culturais nacionais. Nota-se que as políticas voltadas para ações educativas em torno do patrimônio se iniciaram no ano de 1996, com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial pelo IPHAN, e a inserção dos Temas Transversais no currículo do ensino formal no ano de 1999 pelo MEC. Conquanto, as ações e legalizações mais evidentes aconteceram a partir dos anos 2000 por intermédio do Governo Federal, que buscava a igualdade social dos indivíduos.

Na atual conjuntura política do país pouco se tem evoluído em relação a cultura e ao patrimônio, sobretudo no que se refere aos projetos voltados para Educação Patrimonial. O que se pode encontrar além dos trabalhos do IPHAN e do MEC, citadas nesse artigo, são ações de instituições e organizações privadas, que seguem a metodologia proposta por Maria de Lourdes Horta.

No projeto Memória e Identidade aqui descrito, optou-se por seguir as quatro etapas de experimentações propostas por Horta (1996): observação, registro, experimentação e apropriação. Todavia, percebeu-se que a aproximação do indivíduo com o bem cultural acontece em todas as etapas, de tal modo que a aplicação da metodologia permite diferentes possibilidades de realização.

Ademais, verificou-se que por meio de observações dos lugares e espaços da cidade, relacionando-os às experiências e memórias afetivas dos seus moradores, é possível compreender o patrimônio cultural e trazer ressignificações à identidade cultural do indivíduo que a observa, fato que permite abarcar o sentimento de pertencimento, possibilitando a conscientização para preservação do patrimônio local.

5 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Planalto da República, 1937.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Programa Mais Educação. Portaria Normativa Interministerial nº17, de 24 De Abril De 2007. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Guia de Leitura Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

FONSECA, T. M. P. M. da. A Cultura na Rua: Estratégia ou Entretenimento Cultural. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

FREIRE, C. Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GALVÃO, M. A. P. Casas do Patrimônio. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Superintendência em Brasília, 2010.

GASTAL, S. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In. Gastal S. (org). Turismo, investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos Museológicos, IBICT, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3., 1989.

HORTA, M. de L. P.; **GRUNBERG**, E.; **MONTEIRO**, A. Q. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, 2014.

KASTEIN, L. C. A. Conheça Descalvado. Descalvado: Câmara Municipal de Descalvado, 2016.

MINISTÉRIO da Cultura. Fundação Nacional Pró-Memória. Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro, 1987.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História, n.10, dez. 1993, p. 7-28.

SITE DA PESQUISA: <http://www.nomads.usp.br/pesquisas/preservacaocomosistema/>

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: Sede da UNESCO, 1972.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento financiadora dessa investigação.

Capítulo 26

AS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Marina Vilaca¹

1 Introdução

A visão sobre o Meio Ambiente ainda permanece muito individualista e separatista entre o ambiental, como natureza/natural e o homem, antropocêntrico. Como se o homem não fizesse parte do conceito de Meio Ambiente e como se esta relação não fosse integrada e relacional. A ampliação do conceito de Meio Ambiente está sendo trabalhada para englobar além do meio natural constituído, o ambiente cultural, social e humano, devendo ser vislumbrado nessa perspectiva plural e abrangente.

Na contemporaneidade discute-se muito sobre a importância de uma consciência ambiental e de se repensar as práticas cotidianas que ajudem no alcance de melhor qualidade de vida para o ser humano, com posturas ambientalmente corretas e sustentáveis. Contudo, a noção de desenvolvimento sustentável carrega uma harmonia entre os interesses econômicos e ambientais dos diversos grupos sociais, a ser alcançada pela gestão técnica dos problemas ambientais e pelo diálogo entre os atores, visando a negociação dos interesses e um consenso.

¹ Geógrafa e especialista em Patrimônio Cultural na Contemporaneidade; consultora em estudos socioambientais e avaliação de impacto ao patrimônio cultural imaterial; e-mail: marina.vilaca@yahoo.com.br

Segundo Zhouri (2005), o que subjaz a essa visão é a concepção do meio ambiente como uma realidade objetiva, instância separada e externa às dinâmicas sociais e políticas da sociedade. Segundo Aguinaga (2006, p. 01), dentro dessa nova ordem que está se configurando, o conteúdo de Meio Ambiente comporta uma “concepção holística compreendendo tudo o que cerca e condiciona o homem em sua existência e no seu desenvolvimento, na comunidade a que pertence e na interação com o ecossistema que o cerca”.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) o conceito de Meio Ambiente já contempla esta forma mais abrangente, dando margem para que o ambiente cultural, e desta forma também o Patrimônio Cultural, fosse encarado como uma questão pertinente à dimensão ambiental. Tanto assim que o Artigo 215 e o Artigo 216 referem-se, de modo explícito, às responsabilidades do poder público, com a colaboração da sociedade civil, na promoção e na proteção do Patrimônio Cultural.

Segundo Mendes (2005, p. 02), a atual Constituição Federal ampliou a ideia de Patrimônio Cultural, “introduzindo nessa categoria bens que, embora dotados da profunda significação para a cultura brasileira, jamais haviam merecido atenção legislativa compatível com sua relevância”. Para Aguinaga (2006), nessa perspectiva o conceito de Meio Ambiente evoluiu no sentido de compreender outros aspectos que são fruto de uma nova conjuntura mundial e que refletem as necessidades do homem contemporâneo, sendo o Patrimônio Cultural elemento indissociável dessa dinâmica.

Segundo Pistori e Colesanti (2007), foi também em 1988, com a nova Constituição Federal, que se estabeleceu que o Meio Ambiente seria um direito de todos os cidadãos, assegurado, inclusive,

para gerações futuras. Em conformidade, por força do princípio da prevenção, o Artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu § 1º, Inciso IV, que para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do Meio Ambiente, exige-se estudo prévio de impacto ambiental. Já no § 3º, menciona que as condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Paralelamente às atuais abordagens sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, em especial ao Patrimônio Cultural Imaterial, concomitantes com o sistema capitalista vigente e com a grande deterioração ambiental causada por empreendimentos que desempenham atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do Meio Ambiente, emerge a demanda por uma postura mais participativa da sociedade sobre as questões ligadas à temática ambiental, para além até do entendimento dos seus conceitos.

Neste contexto, o conhecimento sobre legislação ambiental e sobre os processos de licenciamento de empreendimentos que causam impactos ambientais, em especial sobre o Patrimônio Cultural Imaterial, podem proporcionar maior envolvimento e participação no controle, fiscalização e educação ambiental e patrimonial de todos, sociedade civil e órgãos governamentais.

2 METODOLOGIA

A metodologia da elaboração deste trabalho foi utilizar questões teóricas da Antropologia contemporânea através da leitura do

exponente autor na atualidade, Tim Ingold, com ênfase nas influências da fenomenologia de Merleau Ponty. Juntamente com a apresentação de bases legais que envolvem os processos de licenciamento ambiental e delimitação das áreas de influência dos estudos de avaliação de impacto ambiental, especificamente, sobre o campo do Patrimônio Cultural Imaterial.

Para tanto, apresenta-se o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, contextualizando como sua abordagem tornou-se parte dos processos de licenciamento ambiental, investigando a abordagem desta temática nas legislações ambientais vigentes, nos órgãos governamentais competentes e na prática destes processos. Ressalta-se que será abordado de maneira específica o campo do Patrimônio Cultural Imaterial, sem enfatizar os dissensos e críticas desta divisão entre Patrimônio Cultural Material e Imaterial, mas utilizando didática e conceitualmente esta classificação.

Ademais, sabe-se que o campo do Patrimônio Cultural Imaterial muitas vezes não é contemplado nos estudos de impacto ambiental e demais processos e etapas do licenciamento ambiental, mesmo após o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000) e suas disposições. Incluindo a razão de complexidade da determinação das áreas de influência de um empreendimento sobre os bens culturais de natureza imaterial, visto a amplitude e especificidade deste campo.

A principal base legal aqui retratada será a Instrução Normativa - IN nº 001, de 25 de março de 2015 do IPHAN (IPHAN, 2015), que por sua vez, surge a partir da necessidade de normatização da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015), que estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental, instado a se manifestar nos processos em razão da existência

de intervenção na Área de Influência Direta - AID dos empreendimentos em bens culturais acautelados em âmbito federal.

Preservar e salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro envolve questões muito complexas, como o poder público e suas políticas públicas, os interesses do capital e de segmentos mais favorecidos da sociedade. Contudo deve-se pensar em alternativas e embasamentos legais que criem novos instrumentos de proteção que ampliem as discussões sobre o campo do Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito da preservação ambiental.

Segundo Ingold (2000) é necessário fazer distinção entre o meio ambiente “real”, tal como ele é apresentado ao observador e o meio ambiente “percebido”. Desta forma, Ingold (2000) demonstra que o “mundo faz sentido para as pessoas através da forma como ele é vivido por elas, e não através da forma como ele é conceituado ou desenhado”. E que os significados estão nos contextos relacionais de engajamento prático das pessoas com o meio ambiente no qual elas vivem (INGOLD, 2000). Assim, a realidade sociocultural, o modo de ser, fazer e viver e as dinâmicas socioambientais não existem independentes das representações coletivas sobre essa realidade.

Para Ingold não é por que você não está em relação com a coisa que ela não tem vida. E através deste holismo, que o mundo está em constante e contínua fluidez com os corpos, como uma teia, um tecido. Ademais, segundo Ingold (2000), a percepção não é mais a realização de uma mente em um corpo, mas de um organismo como um todo e seu ambiente, um organismo pessoa com suas diversas habilidades de ação incorporados ao seu modo de ser no mundo. Sem a polaridade entre o domínio ecológico e sua relação com a natureza “não-humana” e o domínio cognitivo de sua construção cultural.

Para tanto, o objetivo deste trabalho é abordar as questões que envolvem os critérios de delimitação das áreas de influência dos estudos de avaliação de impacto constantes nos processos de licenciamento ambiental, na tentativa de refletir sobre como estes conceitos e instrumentos estão sendo reproduzidos e operando, em especial, no que diz respeito ao Patrimônio Cultural Imaterial.

3 PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Antes sinônimo de arte e erudição, a cultura agora transcende sua definição para o universo das práticas locais de simbolização e experimentação da realidade. Ademais, hoje a prospectiva do conceito de Patrimônio Cultural é em direção ao futuro e não ao passado, com a insistente necessidade de “*salvar do esquecimento*” as referências para a construção da memória social. Visto que, de fato, a palavra de ordem é diversidade cultural e, mais do que salvar os bens culturais ou mais do que guardar os seus fragmentos, trata-se de criar condições para que estes bens e o Patrimônio Cultural se promovam no porvir (ABREU, 2007).

Para Aguinaga (2006, p. 07), o conceito de Patrimônio Cultural possibilita a proteção de bens variados, “que transpõe as manifestações materiais, para abarcar outras dimensões de cunho imaterial, que são expressões da história e da vida de um povo, do seu modo de ver e pensar o mundo, enfim, da sua própria identidade”.

Sobre o Patrimônio Cultural Imaterial, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO ele se manifesta nos seguintes campos: tradições e expressões orais; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos;

conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; e técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003).

Segundo IPHAN (2014), os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. Ademais, os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo IPHAN são aqueles que detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira.

Ao estudar os lugares, as festas, as religiões, as danças e a culinária, enquanto expressões de Patrimônio Cultural Imaterial, para Tempass (2006) a ênfase não deve ser posta, simplesmente, nos objetos e nas técnicas, mas sim nas relações sociais e simbólicas nas quais esses estão contidos, nos aspectos ideais e valorativos. Desta forma, afirma o autor que o Patrimônio Cultural Imaterial é uma “matéria viva”, um processo, e não um produto acabado.

A presença do Patrimônio Cultural Imaterial é relativamente recente nas políticas de Patrimônio Cultural, mas para Fonseca (2009), dever-se-iam traçar políticas inclusivas para aproximar o patrimônio da cultura produzida no país. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se percam de vista os valores que justificam sua preservação.

Para Arantes (2008), essas mudanças ainda desafiam as instituições de preservação, que há décadas dialogam apenas com ocupantes de postos de comando na administração pública ou com representantes da elite cultural e que o desafio que se apresenta é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade da preservação, atentando para os seus aspectos simbólicos, econômicos e socioambientais.

Já Fonseca (2009) diz que o processo de releitura da questão do Patrimônio Cultural não se esgota no nível conceitual, mas implica o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção:

E ainda que os conceitos continuem imprecisos, é preciso passar da teoria para a prática, na esperança de que as experiências venham enriquecer a produção de conhecimento e transformar a realidade (FONSECA, 2009, p. 77).

Ademais, o Patrimônio Cultural constitui um direito difuso, “na medida em que é um direito transindividual, cuja titularidade pertence a um número indeterminado de pessoas ligadas por situação de fato e seu objeto é insuscetível de divisão” (ROCHA, 2007, p. 03). Completando com o citado em Vianna et al. (2005, p. 15),

os bens de interesse público de natureza imaterial conformam uma ‘nova categoria de bens’, que demanda um ‘novo direito’, que se sobreponha ao direito individual, de titularidade definida e voltado para a dimensão da materialidade do bem cultural.

A construção do arcabouço jurídico de proteção ao patrimônio cultural e ambiental encontra-se bastante adiantada no Brasil, segundo

Gusmão e Almeida (2011), mas nem sempre refletida nas práticas do licenciamento ambiental.

Conceitualmente, considera-se o processo de licenciamento ambiental um procedimento administrativo, ou seja, uma sequência de atos que resultará na concessão ou não de licenças ambientais, que contem medidas e ações para proteger o Meio Ambiente em virtude de futuras ou já ocorridas intervenções que nele causem algum tipo de impacto. Assim sendo, o licenciamento ambiental é o instrumento que o poder público possui para controlar a instalação e operação das atividades geradoras de impacto, visando preservar o Meio Ambiente.

Em 1981 foi instituída uma legislação de proteção ao Meio Ambiente no Brasil, com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, através da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981). De acordo com a mesma Lei nº 6.938, o licenciamento ambiental é um instrumento da PNMA, sua principal função é conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do Meio Ambiente. Juntamente com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 (CONAMA, 1986), Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990 (BRASIL, 1990) e Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (CONAMA, 1997), tem-se as principais bases legais que envolvem os processos de licenciamento ambiental.

A Resolução CONAMA nº 001 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986) traz um rol das atividades em que são obrigatórias a apresentação do Estudo do Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo algumas delas: extração e tratamento de minerais; indústrias diversas;

obras civis; serviços de utilidade; transporte, terminais e depósitos; turismo; atividades agropecuárias e uso de recursos naturais.

Segundo o Artigo 1º, Inciso I da Resolução CONAMA nº 237 (CONAMA, 1997), o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, nas respectivas esferas Federal, Estadual ou Municipal, licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Um processo de licenciamento será de competência da esfera Federal quando envolve uma região nacional ou diz respeito a mais de um Estado, ficando a análise na competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O IBAMA, criado através da Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 (BRASIL, 1989), que tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações da política nacional de Meio Ambiente, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente (PISTORI; COLESANTI, 2007).

Especificamente relativo ao campo do Patrimônio Cultural Imaterial existe o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), que propõe a inclusão de representantes da sociedade civil, possibilitando a inclusão de segmentos sociais e áreas da cultura até então excluídas do escopo das políticas públicas pertinentes (VIANNA; TEIXEIRA, 2008) e entre as partes legítimas para propor a inscrição nos livros de Registro, de um bem cultural de natureza imaterial.

Idealmente, o Decreto nº 3.551 trata-se de uma diretriz para política pública potencialmente inclusiva e transformadora, na medida em que objetiva não os produtos culturais em si (materialização), mas os seres humanos concretos, ou seja, os agentes, e as condições e processos objetivos de produção e reprodução dos tais bens culturais patrimonializáveis. para Vianna e Teixeira. (VIANNA; TEIXEIRA, 2008, p. 123).

Destaca-se que este Decreto foi resultante de discussões e articulações que se iniciaram após a publicação da Carta de Fortaleza, em 14 de novembro de 1997, pelo IPHAN, segundo Lévi-Strauss (2001). Elaborada no seminário intitulado “Patrimônio Cultural Imaterial: estratégias e formas de prevenção”, a Carta de Fortaleza objetivou recolher subsídios para a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando identificar, proteger, promover e fomentar os processos de reconhecimento dos bens imateriais como patrimônio cultural do país. Esta carta considera que os bens de natureza imaterial devem ser objeto de proteção específica e que os institutos de proteção legal em vigor no âmbito federal não estão se mostrando adequados para proteção do Patrimônio Cultural Imaterial.

Reconhece-se que o Brasil possui uma posição de vanguarda no que se refere à adoção de medidas jurídicas e técnicas para ações de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (ARANTES, 2008), ações estas que promovem a visibilidade e a autoestima dos grupos sociais historicamente segregados dos espaços políticos, contribuindo para a sua centralidade social. Com a aprovação do Decreto Federal nº 3.551, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), descortinou-se, assim, um novo

panorama que alterou radicalmente a visão sobre as bases legais no campo do Patrimônio Cultural do país.

De acordo com Rocha (2007), os estados membros da federação podem e devem produzir legislação capaz de preservar as referências que constituem o seu Patrimônio Cultural. A “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” corrobora esta afirmação quando diz que é função dos Estados Partes adotar medidas necessárias para garantir a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no seu território (UNESCO, 2003).

As instituições que tratam da preservação dos aspectos ambientais, culturais e patrimoniais no Brasil estão, de um modo geral, desconectadas entre si. As atribuições dessas instituições, embora com interfaces bastante interligadas, não conseguem interagir para que os interesses sejam compartilhados. Na prática, os órgãos de preservação tanto cultural como ambiental agem quase que independentes. O próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente não inclui em seu sistema os órgãos de preservação cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, bem como os órgãos estaduais e municipais de preservação cultural.

O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo ao mesmo proteger e promover os bens culturais do país. O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, citada anteriormente.

Sabe-se que questões prementes estão sendo desenvolvidas, assim como discussões estão sendo realizadas visando fomentar as ações de preservação do patrimônio e a implementação de políticas preventivas em sua relação com os processos de licenciamento ambiental pelo IPHAN e demais órgãos de preservação cultural. “Entretanto, apesar da expressa previsão legal, percebe-se que na maioria das vezes os estudos de impacto ambiental negligenciam a análise dos impactos negativos causados aos bens culturais, relegando-os a uma condição de segunda importância”, nos diz Miranda (2009, p. 02).

Contudo, acredita-se que deveriam ser os órgãos do Patrimônio Cultural competentes para receber, analisar e avaliar os processos de licenciamento ambiental, por meio de um parecer sobre os estudos do Patrimônio, em especial do Patrimônio Cultural Imaterial.

A IN nº 001, de 25 de março de 2015 do IPHAN (IPHAN, 2015) surgiu a partir da necessidade de normatização do estabelecido na Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Essa Portaria estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio -FUNAI, da Fundação Cultural Palmares - FCP, do IPHAN e do Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA. De acordo com a mesma, cabe ao IPHAN dar parecer em relação a intervenção em bem cultural acautelado, considerando a AID do empreendimento.

A partir da publicação da IN nº 001 de 2015 foram estabelecidos os procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. No que se refere ao patrimônio cultural de natureza imaterial, a IN considera apenas os bens culturais acautelados em âmbito federal, para os fins da análise dos processos de licenciamento ambiental, aqueles registrados,

nos termos do Decreto nº 3.551, citado anteriormente. Ademais, inclui a possibilidade de identificação e análise de impactos sobre bens culturais que estejam em processo de registro ao indicar, no 2º§ do Artigo 10, que o IPHAN informará no Termo de Referência Específico “a existência de processos que estejam devidamente instruídos, mas ainda não concluídos”.

Já na Subseção II, de título “Da avaliação de impacto aos bens culturais tombados, valorados e registrados”, no Artigo 13, menciona-se que as Superintendências Estaduais ou a Sede Nacional receberão, para avaliação, o Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados presentes na AID, que deverá conter: II - caracterização e avaliação da situação do patrimônio material existente; IV- caracterização, contextualização e avaliação da situação do patrimônio imaterial acautelado, assim como dos bens culturais a ele associados; V - avaliação das ameaças ou impactos sobre o patrimônio material e imaterial acautelado; VI - proposição de medidas para a preservação e salvaguarda do patrimônio material e imaterial acautelado; dentre outros.

Nesse sentido, segundo Gusmão e Almeida (2011), o IPHAN tem atendido essa demanda sobre os processos de licenciamento ambiental, mas a distância institucional e a falta de conhecimento processual relativo ao tema, por parte dos órgãos de licenciamento, têm gerado graves impactos negativos ao patrimônio, prejudicando a preservação dos bens culturais.

4 ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO E AS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

O processo de licenciamento é composto por três etapas distintas, sendo elas representantes de uma licença concedida, quais sejam: licença prévia - LP, licença de instalação - LI e licença de operação - LO. A LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases do desenvolvimento do projeto executivo. Conforme o IBAMA (2010), essa licença não autoriza a instalação do projeto, e sim aprova a viabilidade ambiental do projeto e autoriza sua localização e concepção tecnológica.

A LI autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes. Já a LO autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, como as medidas de controle ambiental e condicionantes determinantes para a operação.

O EIA, que se apresenta com caráter técnico - e seu respectivo RIMA, que se apresenta com caráter mais acessível à sociedade civil - é um estudo multidisciplinar que avalia os possíveis impactos ambientais, ampliação ou alteração de atividade que possa degradar o Meio Ambiente nas áreas de influência do empreendimento. Conforme Miranda (2009), no processo de licenciamento ambiental o EIA tem por objetivo prever danos ambientais, indicando medidas para evitar, eliminar ou reduzir os efeitos prejudiciais derivados da implantação e operação de empreendimentos.

O referido EIA/RIMA é elaborado por consultorias ambientais, ou seja, empresas contratadas pelos empreendedores para a elaboração destes estudos e acompanhamento dos processos de licenciamento junto ao órgão ambiental competente ao licenciamento ambiental. Demais órgãos vinculados a este processo também exigem estudos de avaliação de impacto, como o relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial - RAIFI, solicitado a partir do Termo de Referência Específico - TRE da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.

As consultorias ambientais são especializadas na linguagem normativa do licenciamento, nas tecnologias e nos modelos de gestão e avaliação ambiental difundidas, sempre com análises de caráter técnico, legal e administrativo dos processos de licenciamento ambiental. Ou seja, já são dotadas de uma prática e de *modus operandi* que atendem a finalidade destes estudos, que são subsidiar a concessão das licenças ambientais e ao mercado de contratação destes estudos - mercado da lógica, do custo e do tempo.

As áreas de estudo de um EIA/RIMA são divididas em três grandes áreas, sendo elas: meio físico, biótico e socioeconômico. Especificamente sobre as áreas de estudo do meio socioeconômico, segundo alguns termos de referência, esta delimitação é diferenciada pelo seu grau de influência e permitem uma melhor compreensão do impacto do empreendimento em termos socioambientais.

E são exatamente os níveis de abrangência do impacto que devem determinar a delimitação das áreas de influência a serem estudadas pela equipe do meio socioeconômico, podendo apresentar variações de acordo com as características da área de inserção do empreendimento.

Por outro lado, tem-se observado que somente após a previsão de impactos é que se poderia, de fato, tirar alguma conclusão sobre a área de influência do empreendimento proposto. Assim, se esta é a área geográfica na qual são detectáveis os impactos de um projeto, então ela não poderia ser estabelecida de antemão (antes de se iniciarem os estudos), exceto como hipótese a ser verificada (SÁNCHEZ, 2006, p. 285)

Segundo o Ministério Público Federal - MPF (MPF, 2004), a delimitação das áreas de influência não pode ter como único referencial as obras de infraestrutura definitivas projetadas, mas sim a abrangência espacial provável de todos os impactos significativos decorrentes das intervenções no ambiente, em todas as fases do projeto.

De maneira geral, as áreas de influência são definidas com base em algumas premissas, como: a área esperada a ser afetada pelo empreendimento; o conhecimento intrínseco da equipe técnica, tanto da consultoria ambiental quanto do órgão ambiental; e os impactos ambientais esperados em cada uma das áreas de estudo.

Sua inadequação pode levar à definição de uma área inferior ou superior àquela necessária, comprometendo desta maneira todo o processo de avaliação de impactos. Segundo MPF (2004), a área de influência deverá ser delimitada para cada fator do ambiente natural e para os componentes culturais, econômicos, sociais e políticos, devendo ser apresentados e justificados os critérios utilizados em sua definição.

Para o Patrimônio Cultural, em especial para a Patrimônio Cultural Imaterial, não existem atualmente, metodologias ou indicações de medidas de avaliação de impacto, apenas instrumentos de identificação, reconhecimento e fomento do sistema de salvaguarda dos bens culturais. Nem mesmo proposições de delimitações de áreas

de influência específicas para análise desta natureza de bens culturais nos estudos de avaliação de impacto.

Neste sentido, enfatiza-se a demanda de uma percepção contextualizada e específica para esta identificação e análise de impactos ao patrimônio cultural imaterial, abarcando a riqueza da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, levando em consideração o processo dinâmico dos bens de natureza imaterial, apoiados nas noções de referência cultural, continuidade histórica e transformações para sua estrutura de preservação.

Usualmente, e como base na diferenciação de potencial influência do empreendimento, considera-se as seguintes definições de áreas descritas a seguir.

Área diretamente afetada – ADA

Compreende a área total das propriedades rurais e localidades urbanas — vilas, povoados, sítios, fazendas e outros — que sofrerão intervenção direta, total ou parcial, com a implantação e operação do empreendimento, tais como: áreas destinadas a canteiro de obras, alojamento, abertura e recomposição de acessos viários. Deverão também ser tratados como ADA os povoados, vilas e comunidades próximas ao canteiro de obras e que vierem a sofrer influências significativas decorrentes da interação com trabalhadores da obra, incremento de tráfego pesado, afluência de população em busca de oportunidades de emprego etc.

Área de influência direta – AID

Compreende os municípios em cujos territórios se inserem a ADA, podendo incorporar outros municípios que recebam impactos

significativos decorrentes de ações diretas do empreendimento como, por exemplo, fixação de residências de empregados da obra, recepção de migrantes e roteiro viário das obras.

Área de influência indireta – AII

Compreende os municípios não incluídos na AID com os quais a população da ADA e mesmo da AID mantém algum tipo de vínculo ou dependência que será afetada pela implantação do empreendimento. Nesse contexto, para melhor compreensão dessas relações de interdependência, define-se como AII as respectivas microrregiões de inserção dos municípios da AID.

A conceituação e delimitação das áreas de influência descritas são realizadas pelas equipes técnicas das consultorias ambientais contratadas pelos empreendedores no início dos levantamentos de pesquisa, tornando esta definição de áreas norteadoras de todos os demais estudos e características apresentadas no conteúdo dos estudos ambientais e na avaliação dos impactos.

Assim, são estas equipes que de posse destas considerações e categorias delimitam e espacializam quem/o que está dentro ou fora da “responsabilização” do empreendedor e “decorrências” do empreendimento.

Vale ressaltar que, para cumprir as legislações elencadas, faz-se necessário que as equipes contratadas, tendo em vista a diversidade de bens culturais, devem apresentar, em seu quadro de pessoal, uma multidisciplinaridade de profissionais capacitados para detectar impactos e danos possíveis em decorrência do empreendimento. A própria Resolução CONAMA nº 001 de 1986, prevê no Artigo 7º

e no Artigo 11 da Resolução CONAMA nº 237 de 1997, o caráter multidisciplinar da equipe de trabalho necessária aos licenciamentos.

O maior desafio a ser enfrentado é avaliar quantitativamente e qualitativamente os danos causados ou a causar, decorrentes da implantação dos empreendimentos. Exige-se, para tanto, uma multiplicidade de profissionais, tais como antropólogos, cientistas sociais, geógrafos, historiadores, que possam contribuir para o entendimento dos bens culturais de natureza material e imaterial encontrados nas áreas de influência.

Conforme Ingold (2000), pessoas diferentes percebem o mundo diferentes, sendo o sujeito quem coloca significado no mundo pela prática - pela experiência. Neste sentido, a preocupação com a forma apenas cartográfica e estática da delimitação destas áreas de influência, pois não passam pela consulta das pessoas que nelas estão e recebem apenas a ótica e definição externa de uma equipe que em muitas vezes nem mesmo conhece a área em questão ou esteve *in loco*.

Esta visão, como trata Ingold (2000), externa do mundo - que separa o ser do mundo, está presente neste contexto. Como se o mundo não estivesse em movimento, não entre os locais no espaço, mas entre os lugares em uma rede de ir e ir, afinal as pessoas não atravessassem a superfície de um mundo com *layout* fixo como no mapa, mas sim elas sentem e desenham os seus caminhos.

Ainda segundo Ingold (2000), as coisas estão em permanente construção e nada está acabado com múltiplas camadas de significação simbólica que as pessoas têm dos seus meios ambientes.

“Habitar um tal mundo não é se deparar com um espaço de objetos prontos, mas participar de dentro no movimento perpétuo de sua geração”

(INGOLD, 2008, p. 9). Aliás, os conflitos em torno dos processos de licenciamento ambiental refletem não apenas as desigualdades sociais, mas também as diferenças entre as percepções e as concepções de mundo dos sujeitos envolvidos.

Um grande questionamento sobre a delimitação destas áreas de influência são os seus desdobramentos no tempo e no espaço, sinalizando as mudanças territoriais impostas pelo empreendimento. Ou seja, as áreas de influência devem ser objeto de revisão/atualização ao longo da implantação, da operação e também desativação do empreendimento, em função dos impactos reais verificados.

E mais, a definição destas áreas de influência não deveria ser realizada exclusivamente a partir do diagnóstico ambiental, mas sim da identificação, caracterização e avaliação dos impactos nas demais fases do processo de licenciamento ambiental.

Segundo Vainer (2008), soma-se o fato de que esta definição de áreas geram uma mudança social, que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais, que são resultantes da decisão e ação de atores políticos, econômicos e institucionais externos a região de implantação dos empreendimentos.

De acordo com Gusmão e Almeida (2011), fica clara a indissociabilidade entre o meio ambiente e o patrimônio cultural bem como a obrigatoriedade de os estudos de avaliação de impacto conterem um exame acurado do impacto potencial sobre os bens culturais em decorrência do empreendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a compilação das questões que envolvem as áreas de influência dos estudos de avaliação de impacto ambiental, constantes nos processos de licenciamento ambiental e as considerações das bases legais e dos instrumentos relativos ao licenciamento ambiental, fica expressiva a necessidade de se incorporar a estes processos diretrizes mais particulares que tratem da delimitação destas áreas e seus critérios de análise, sobretudo junto aos bens culturais de natureza imaterial.

Conforme apresentado, as exigências e etapas dos processos de licenciamento ambiental não são nenhuma novidade para os órgãos ambientais competentes e empreendedores, visto que as bases legais iniciam na década de 1980. Contudo, reconhece-se que muito já se evoluiu nas questões que envolvem os estudos de avaliação de impacto ambiental, mas muitas lacunas e negligências precisam ser aperfeiçoadas e solucionadas, em especial no campo do Patrimônio Cultural Imaterial.

Afinal, acredita-se que deve ser também através dos processos de licenciamento ambiental e seu aperfeiçoamento que algo possa ser feito ou modificado para minimizar os impactos negativos sobre os bens culturais de natureza imaterial, antes mesmo que estes empreendimentos iniciem suas instalações e operações. Para que não tenhamos apenas que corrigir ou mitigar estes impactos e consequências, podendo, ao contrário, identificar situações prejudiciais ao Meio Ambiente em seu sentido amplo, prevenindo ou mesmo evitando sua ocorrência.

Por fim, destaca-se que a ausência de uma qualificação mínima para uma equipe técnica atuante na realização dos estudos referentes ao Patrimônio Cultural Imaterial pode ser prejudicial para a produção de estudos adequados para a mensuração e avaliação dos impactos de

empreendimento e proposição de medidas de controle, mitigação e salvaguarda dos bens culturais, de acordo com as áreas de influência definidas e delimitadas.

Muitas vezes, sob o ponto de vista do empreendedor e referendada por algumas empresas de consultoria ambiental, sob o ponto de vista do mercado e senso comum sobre o campo do patrimônio cultural, a adoção de medidas visando a preservação ao patrimônio cultural imaterial se revestem de resistências, pois são entendidas e consideradas erroneamente como empecilho, maior custo ou morosidade ao processo de licenciamento ambiental.

Preservar e salvaguardar o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro envolve questões muito complexas, como o poder público e suas políticas públicas, os interesses do capital e de segmentos mais favorecidos da sociedade. Contudo, deve-se pensar em alternativas e embasamentos legais que criem novos instrumentos de proteção que ampliem as discussões sobre o campo do Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito da preservação ambiental e do licenciamento ambiental.

6 REFERÊNCIAS

AGUINAGA, K. F. S. A Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial e os Conhecimentos Tradicionais. In: Congresso Nacional do COMPEDI - Direito, Biodiversidade e Soberania na Amazônia, XV, 2006, Manaus. Anais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 01-14.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set.1981.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 ago.2000.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jan. 1986.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 1997.

INGOLD, Tim. The perception of the environment: Essays in livelihood, dweeling and skill. Lodon: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. In: PontoUrbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Ano 2. Versão 3.0, julho de 2008. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/pontourbe03/timingold.html>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: Carlos Steil e Isabel Carvalho (org.) Cultura, Percepção e Ambiente. Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Patrimônio Imaterial, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MIRANDA, M. P. de S. Patrimônio cultural: um aspecto negligenciado nos estudos de impacto ambiental, 2009. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/patrimonio-cultural-um-aspecto-negligenciado-nos-estudos-de-impacto-ambiental/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Documento MISC/2003/CLT/CH/14. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PISTORI, E. C.; COLESANTI, M. T. de M. (Coord.). Os recursos naturais e a legislação ambiental. Uberlândia: Roma, 2007. 83 p.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.